

Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas

José Antonio Gomes de Pinho

Organizador



EDUFBA



**Estado, sociedade e interações digitais:
expectativas democráticas**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora

Dora Leal Rosa

Vice-Reitor

Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninó El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

José Antonio Gomes de Pinho
Organizador

Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas

Salvador
EDUFBA
2012

2012, José Antonio Gomes de Pinho
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Capa e Projeto Gráfico
Josias Almeida Jr.

Revisão
Maria Cândida Jesus Bahia

Normalização
Sônia Chagas Vieira

SIBI – Sistema de Bibliotecas da UFBA / Biblioteca Anísio Teixeira/Faculdade de Educação

Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas / José Antonio Gomes de Pinho, Organizador. – Salvador: EDUFBA, 2012.
200p; il. : graf.; tab.

ISBN 978-85-232-0990-2

1. Informações eletrônicas governamentais. 2. Internet na administração pública. 3. Internet – Aspectos políticos. 4. Multimídia interativa. I. Pinho, Antonio Gomes de Pinho.

CDD 303.4833 – 22. ed

Editora filiada à



EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115 Salvador-BA Brasil
Tel/fax: (71)3283-6160/3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Lista de Abreviaturas e Siglas

CEGE	Comitê Executivo de Governo Eletrônico
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CETIC.br	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CGU	Controladoria Geral da União
CNE	Cadastro Nacional de Entidades
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CT	Comitês Técnicos
DGE	Departamento Governo Eletrônico
EAESP	Escola de Administração Empresas de São Paulo
EAUFBA	Escola de Administração da UFBA
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GTTI	Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LSE	London School of Economics
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
NIDES	Núcleo de Pesquisa sobre Internet, Democracia, Estado e Sociedade
NPGA	Núcleo de Pós-Graduação em Administração
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PPA	Plano Plurianual
PUC	Pontifícia Universidade Católica
era	Revista de Administração de Empresas
SAW	Avaliação de Atributos em Websites
SECOM	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNPAN	United Nations Public Administration Network
UPF	Utilidade Pública Federal
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

Apresentação **9**

Governo eletrônico e transparência: olhar crítico sobre os portais do governo federal brasileiro **15**

Otávio Prado, Manuella Maia Ribeiro, Eduardo Diniz

A internet na participação política de organizações da sociedade civil **43**

Jussara Borges, Othon Jambeiro

El camino de la democracia digital: panorama en clave deliberativa de los sitios web desarrollados por los municipios cordobeses **65**

Corina Echavarría

Política presencial versus política virtual: uma investigação no Fórum Digital de Debates entre docentes na Universidade Federal da Bahia **91**

José Antonio Gomes de Pinho, Ingrid Winkler

Disponibilização e uso de serviços de governo eletrônico no Brasil: a visão dos usuários **121**

Ernani Marques dos Santos, Nicolau Reinhard

Limites e possibilidades da política e da democracia na Internet: um olhar a partir da realidade brasileira **139**

José Antonio Gomes de Pinho, Júlio César Andrade de Abreu,

Ingrid Winkler, Kátia Morais, Fabiano Maury Raupp

Política e Internet: perspectivas em debate **167**

Alexandre Barbosa, Eduardo Diniz,

Ernani Marques, Fabiano Raupp, Ingrid Winkler,

Júlio Andrade, Kátia Morais, Maria Alexandra Cunha.

Coordenação: José Antonio Gomes de Pinho

Sobre os autores **197**

Apresentação

Este livro representa o esforço de pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em Internet, Democracia, Estado e Sociedade (NIDES), componente do Núcleo de Pós-graduação em Administração (NPGA) da Escola de Administração da UFBA. Além dos pesquisadores do NIDES, o livro recebe contribuições de pesquisadores de diversas instituições do Brasil e da Argentina que enriquecem o conteúdo aqui disponibilizado.

Os artigos que compõem esta publicação congregam um objetivo comum, qual seja, entender as transformações políticas que advêm com o uso da Internet. Partem do pressuposto, às vezes implícito, de que estamos vivendo uma reconfiguração da sociedade que passa, agora, a ser mediatizada pelos aparatos digitais que invadem todos os espaços da vida. Como tal objetivo é grandioso, certamente, nos contentamos em lançar alguma luz ao conhecimento nesta área de pesquisa.

O primeiro artigo, da lavra de Otávio Prado, Manuella M. Ribeiro e Eduardo Diniz, prende-se à investigação das relações entre governo eletrônico e transparência governamental. Para tanto, toma dois portais do governo federal no Brasil como objeto empírico. Lembram os autores que a criação do governo eletrônico nasce e se desenvolve no bojo da reforma do Estado, que tinha como um dos seus objetivos centrais “a otimização dos processos internos do governo”, bem como, entre outros, “a meta da participação da sociedade na gestão”. Todos esses passos foram no sentido de dotar a Administração Pública de maior transparência e *accountability*.

A literatura sobre *accountability* é pródiga e os autores se detêm sobre ela fazendo a necessária distinção entre esta e transparência. Antes de aportar ao objetivo empírico, os autores também descrevem a trajetória do governo eletrônico no Brasil, mostrando a fase de implantação no governo Cardoso e a perda de centralidade do programa e posterior redirecionamento no governo Lula. O teste empírico da promoção da transparência é feito com a análise do Portal ComprasNet criado na gestão FHC, e do Portal da Transparência, criado na gestão Lula, escolhidos por disponibilizarem informações de forma ampla se qualificando como promotores da transparência. Os dois portais foram



analisados segundo o olhar do potencial e do grau de transparência. Na avaliação procedida, o Portal ComprasNet não apresenta um grau de transparência satisfatório, mas a sua funcionalidade indica um processo mais transparente, acessível aos cidadãos; interessados no objeto do portal. Por sua vez, o Portal da Transparência apresenta uma funcionalidade favorável à transparência, mas tem um desempenho em termos de grau de transparência inferior ao Portal ComprasNet, sendo este fato compensado pela importância da iniciativa de combate à corrupção.

Os autores destacam que, apesar das virtudes dessas duas iniciativas, as medidas de grau de transparência e grau de interatividade nos dois casos, ainda, são baixas, caminhando para uma conclusão da necessidade de mecanismos institucionais, o que obriga os governantes a prestarem contas de seus atos à sociedade. O problema parece, então, residir muito mais na trajetória da cultura e desenvolvimento políticos do que na tecnologia.

O artigo produzido por Jussara Borges e Othon Jambeiro discute o esgotamento da democracia representativa nos países do Ocidente e a busca de formas de democracia participativa. Neste movimento, o papel da Internet é destacado como um espaço que possibilita acelerar a participação popular. Os autores derramam argumentos no sentido de mostrar que após a Constituição de 1988, no Brasil, ocorre um ativismo político através da criação de organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, também, lançam dúvidas, ainda não esclarecidas pela pesquisa na área, sobre as exigências colocadas aos cidadãos para esta participação, tais como, competências ou letramento. Neste ponto, os autores chegam ao objetivo do artigo, a saber, traçar as competências digitais de organizações da sociedade civil, de seus quadros técnicos e como se desdobram em formas de participação política. A pesquisa recaiu sobre 11 organizações em Salvador, representando uma pluralidade rica de objetos e inserções sociais.

Após o mapeamento do perfil dessas organizações do ponto de vista da mobilização dos participantes, os autores voltam-se para a questão central das competências digitais. Os resultados mostram não só a busca da qualificação dos quadros técnicos das organizações, mas também a de membros beneficiários da ação destas, assumindo a forma de cursos, projetos e treinamentos. Da investigação realizada, os autores tiram uma importante conclusão de que com os recursos da sociedade digital, o conceito de participação política passa por uma “franca evolução”.



Da Argentina, nos chega o artigo de Corina Echevarria que, também, bate na tecla das expectativas criadas pelas tecnologias de informação e comunicação com a possibilidade de criar mais interatividade e participação popular. A isto se somou posições defendidas por organismos internacionais pressionando os governos latino-americanos por mais participação e transparência, no sentido de gerar mais eficiência por parte das estruturas governamentais. Isto posto, o objeto do artigo de Corina Echevarria se debruça sobre o desenvolvimento de *sites web* governamentais na província de Córdoba, na Argentina, com o objetivo de compreender como se dá a tomada de decisão no nível local, no contexto da democracia deliberativa. Em termos operacionais, o objeto ganha corpo com a criação da “Carta del Gobierno Eletrônico”, de 2007, que gerou expectativas positivas, mas, também, inquietações referentes às condições de exercício da cidadania, mediada por instrumentos digitais, considerando a existência de cidadãos com baixos níveis de alfabetização.

A autora, ao rastrear a literatura, mostra as críticas feitas à democracia digital, mais especificamente à questão da participação digital que “enfatisan la dinamización y flexibilización de las formas de representación política”, aproximando representantes e representados. A autora, também, aponta a autonomia do “votante” com os novos meios de comunicação. Por outro lado, outra corrente aponta como positiva a ação dos votantes como liberada de mediações, o que faria permear a vida política de cidadania. Objetivando construir seu modelo de análise, Echevarria recorre à experiência tanto nacional como internacional, configurando um modelo analítico que parte de uma visão mais simplificada de portais para outra com maior nível de sofisticação. Há, neste último, o que nos interessa diretamente, mecanismos de interação e participação popular. Ao aplicar seu modelo de análise ao objeto empírico, os portais das municipalidades de Córdoba, a autora detecta que quase um terço dos portais se comporta apenas como uma janela de informação e contato digital com a administração municipal. A investigação mostra que os portais cordobeses se comportam muito mais como “tablón de anuncios”, como já indicado na literatura internacional, o que leva a autora a perceber que se está diante de “um proceso de democratización minimalista”.

O artigo de José Antonio G. de Pinho e Ingrid Winkler aborda as possibilidades de fazer política utilizando a Internet, ou seja, contatos virtuais. Os autores ao levantar as teorias disponíveis, encontram que a sociedade da



informação, e mais especificamente a Internet, tem aberto uma gama de possibilidades de alteração dos padrões tradicionais de fazer política. Ainda que a tecnologia esteja bem desenvolvida, as experiências internacionais têm sido muito limitadas. No fundo de toda essa questão, alguns autores localizam um crescente processo de individualização da sociedade contemporânea. Este trabalho volta-se para discutir mudanças na forma de fazer política, tomando como objeto empírico a Associação de Docentes Universitários da Bahia, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em que, no processo eleitoral, uma chapa lançou a proposta da consulta digital. O evento ensejou uma série de manifestações de cunho político de docentes, adeptos e críticos da proposta, se tornando um objeto interessante por compreender a atuação de uma elite, sem problemas de inclusão digital, frente à mudança política que os novos recursos digitais ensejam. Mais do que identificar um confronto entre adeptos e não adeptos da tecnologia, a pesquisa revelou um forte esvaziamento do engajamento de docentes na vida política.

A contribuição de Ernani Marques dos Santos e Nicolau Reinhard se fez através de um artigo que parte da constatação que a adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), como suporte à prestação de serviços e informações, tem sido um objetivo estratégico por parte de governos em todo o mundo. Neste cenário, o governo brasileiro tem se destacado, principalmente, pelas estruturas já testadas e consolidadas do voto eletrônico e da declaração de imposto de renda. Embora tais iniciativas tenham ganhado *status* de referência internacional, outros serviços têm sido disponibilizados e usados em vários níveis, em decorrência dos diversos fatores que condicionam essa adoção. O artigo em tela analisa, de forma exploratória, a visão dos usuários sobre a disponibilização e o uso de serviços de governo eletrônico, no Brasil, a partir da pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI.br). Os resultados apontam para uma necessidade de um maior alinhamento entre a demanda e a oferta desses serviços, assim como o estabelecimento de estratégias específicas para a redução de fatores limitantes da adoção, como disponibilidade e custo do acesso e a resistências dos usuários, entre outros.

Encerra a sessão de artigos, a produção vinda de José Antonio G. de Pinho, Júlio César Andrade, Ingrid Winkler e Fabiano Raupp. Vale informar que este texto é uma versão modificada e enxugada de um texto maior que serviu de base para o debate realizado e publicado neste livro. Também é oportuno



informar que deste texto base também se originou um texto de José Antonio G. de Pinho publicado na RAE, 2011. O texto aqui publicado resume as recentes inquietações acadêmicas dos componentes do NIDES. Introduzindo uma série de contribuições de autores pertencentes, em grande parte, à área cultural, retoma o confronto entre otimistas e pessimistas com as novas tecnologias. Os autores apontam um grande entusiasmo com a tecnologia, mas que esta realidade estaria mais presente em autores que trabalham diretamente com as tecnologias, quase um fim para eles; enquanto a política estaria fora de suas preocupações. Por outro lado, os autores do artigo oferecem contribuições de outros autores que se baseiam mais fortemente na política e, neste caso, o entusiasmo desaparece e dá lugar a preocupações resultantes da constatação da aplicação da lógica do capitalismo, também, à arena digital. Colocadas as coisas no contexto da política, desapareceriam ou tenderiam a desaparecer os aspectos positivos que a Internet enseja, como a desinstitucionalização, o descolamento da figura dos intermediários na vida política, uma possível maior participação política e um papel pró-ativo dos cidadãos. Os autores concluem que essa discussão ainda está em aberto, devendo ser aprofundadas as pesquisas para assegurarem afirmações mais assertivas.

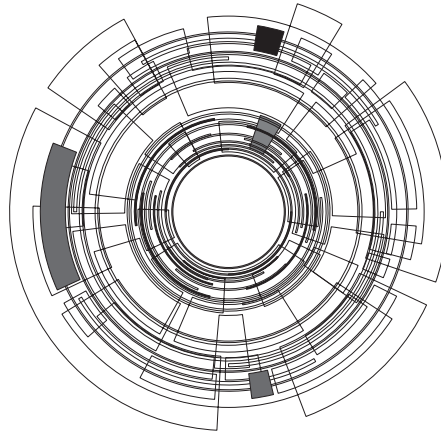
Por fim, de modo a contribuir para a produção desta publicação, apresentamos o debate promovido pelo NIDES em 10 de agosto de 2010, que mostra como está viva esta discussão na Academia. O debate contou com a participação de alguns dos mais destacados pesquisadores na área da sociedade digital, com ênfase na área de Administração e será aqui apresentado como contribuição ao conhecimento na área. A forma de produzir conhecimento por meio de um debate mostrou-se muito positiva, pois permite, em primeiro lugar, agregar pesquisadores que, normalmente, trabalham em suas pesquisas de forma isolada. Mesmo os congressos e encontros têm um caráter muito compartimentalizado, ocorrendo as apresentações de forma individualizada. Assim, em segundo lugar, o debate permite uma apresentação mais livre e solta, bem como uma interação entre os participantes. O debate transcrito encerra este livro por representar uma consolidação de uma produção interativa entre autores e não autores presentes neste livro. Participaram os/as professoras/as Maria Alexandra Cunha (PUC/PR), Eduardo Diniz (EAESP-FGV), Alexandre Barbosa, gerente do CETIC.br, Ernani Marques (NPGA/EA-UFBA), e pelos pesquisadores do NIDES, José Antonio Gomes de Pinho, Ingrid Winkler, Júlio Cesar Andrade Abreu, Fabiano Raupp e Kátia Moraes.



O objetivo do debate e deste livro, produção do NIDES e da colaboração voluntária dos pesquisadores aqui presentes, é dar uma contribuição a uma área que se redefine aceleradamente e que precisa de muita pesquisa para seu desenvolvimento. Vale notar que a inclusão de uma pesquisadora da Argentina representa um primeiro passo no sentido de uma apropriação do que ocorre em outros cenários, tendo como desdobramento futuro a realização de estudos comparados da realidade brasileira com outras situações.

José Antonio Gomes de Pinho (organizador)
Coordenador do NIDES
NPGA- Escola de Administração – UFBA.





Governo eletrônico e transparência: olhar crítico sobre os portais do governo federal brasileiro

Otávio Prado, Manuella Maia Ribeiro, Eduardo Diniz

Introdução

Há pelo menos duas razões para explicar o fato de o governo eletrônico ter se tornado um conceito importante no final dos anos 1990. A primeira está associada à emergência do uso de tecnologias interativas como um fenômeno de massas, particularmente relacionado com a expansão da Internet. A segunda razão se relaciona com a consolidação de modelos de modernização administrativa no setor público, no contexto da Reforma do Estado, baseada no uso intensivo das TIC.

As definições de governo eletrônico variam muito e é comum associá-lo com o uso da Internet para a prestação de serviços públicos, ou com o uso mais geral de sistemas informatizados, baseados ou não em Internet, utilizados na gestão dos processos internos na administração pública. Entretanto, é possível enxergar no conceito de governo eletrônico um potencial para

aperfeiçoar o relacionamento entre governo e cidadãos, uma vez que está baseado no uso de ferramentas que aumentam a agilidade e a transparência nas trocas de informação na sociedade.

A emergência da *accountability* (ou prestação de contas), nos processos governamentais, como sendo um elemento crítico da Reforma do Estado, associada à possibilidade técnica de publicação eletrônica a custo baixo e com amplo alcance colocaram os programas de governo eletrônico em um patamar privilegiado para a promoção de uma governança mais aberta e transparente. Esta relação entre governo eletrônico e transparência governamental tem estimulado vários autores a apontar a ligação intrínseca entre ambos os conceitos.

No Brasil, a criação de vários portais na Internet associados a programas de governo eletrônico foi, também, um estímulo para a ampliação do processo de prestação de contas públicas. Entretanto, a discussão sobre o grau de transparência alcançado com a implantação desses portais, em geral oriundos de práticas de governo eletrônico, ainda necessita de um aprofundamento maior, para que se possa entender melhor o processo de disponibilização ao público de informações a respeito das ações do governo, as quais influenciam a vida dos cidadãos. É, exatamente, o que se pretende com este artigo: explorar a relação entre os portais governamentais com o processo de transparência, no nível do governo federal, e como os mesmos estão inseridos dentro de um programa de governo eletrônico.

Este artigo está organizado, após esta introdução, da seguinte maneira: no próximo item, será feita uma discussão sobre a relação entre governo eletrônico e transparência; na seção seguinte, é desenvolvida uma análise da transparência na construção de uma governança democrática; seguida de uma análise do desenvolvimento institucional do programa de governo eletrônico no Brasil; a seguir, é apresentada uma avaliação de dois portais do governo federal, seguida das considerações finais do artigo.

Governo eletrônico como instrumento de transparência e *accountability*

Dentro de uma perspectiva histórica e temporal, a expressão governo eletrônico começou a ser utilizada com mais frequência após a disseminação e consolidação do comércio eletrônico (*e-commerce*), na segunda metade da



década de 1990, como uma analogia ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), nos diversos níveis de governo. (DINIZ, 2000; LENK; TRAUNMÜLLER, 2002)

Como conceito, o governo eletrônico se consolidou apoiado em dois movimentos que se estabelecem ao longo dos anos 1990: a busca de modernização da administração pública e melhoria da eficiência dos processos operacionais e administrativos do governo (AGUNE; CARLOS, 2005; OSBORNE; GAEBLERR, 1994); e o uso da Internet pelo setor público para prestação de serviços públicos de forma eletrônica, ou *e-services*. (GRANT; CHAU, 2005; MEDEIROS, 2004; RONAGHAN, 2002)

Tais movimentos aconteceram no contexto da Reforma do Estado (PEREIRA, 2002), ou *New Public Management* (FERLIE *et al.*, 1996), que teve como um dos seus pontos centrais a busca da excelência e a otimização dos processos internos do governo. Após a primeira geração de reformas, ocorrida ao longo dos anos 1980 e responsável pelo surgimento de programas de desregulamentação, privatizações, concessões e o estabelecimento de parcerias entre governo e iniciativa privada, redefinindo as relações do Estado com a sociedade e o mercado, surge uma segunda onda de mudanças a partir da década de 1990, centrada na temática de obtenção de maior eficiência administrativa e no aumento da participação da sociedade na gestão e provisão de serviços públicos. Além da busca de melhorias no controle e na participação social, tais mudanças propunham uma gestão mais eficiente e, também, a relegitimação social e política do Estado. (CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 2000; OFFE, 1999; OSZLAK, 1998) Neste contexto, o governo eletrônico não se restringiria à simples automação dos processos e disponibilização de serviços públicos por meio de operações *online* na internet (ABRAMSON; MEANS, 2001), mas se estenderia à transformação da maneira pela qual o governo, por meio do uso das TICs, atinge os seus objetivos para cumprimento do papel do Estado.

Dessa forma, a importância do governo eletrônico para atingir os objetivos da Reforma do Estado mostra-se presente não só na preocupação com questões como o relacionamento com o mercado e com a redução dos custos de transação, mas, também, com a possibilidade do governo eletrônico dotar a Administração Pública de maior transparência e *accountability*. Nesta conceitualização de governo eletrônico, associada à transparência e *accountability* dos



governos, ganha importância o conceito de governança eletrônica, já que o foco de atuação se expande em direção ao conjunto da sociedade, não se limitando a uma perspectiva voltada unicamente ao ambiente interno do governo, característico da primeira geração da Reforma do Estado. O governo eletrônico, ao tornar públicas as informações governamentais e dar transparência aos atos do governo, associa-se ao compromisso democrático de “prestação de contas”, que está relacionado ao conceito de *accountability*, que apresentaremos a seguir.

A construção da governança por meio da *accountability* e da transparência

Segundo Fountain (2001), a sociedade está vivendo sob a influência de novos paradigmas: o da era da informação e o da dominação do setor de serviços sobre outros setores da economia. Para o citado autor, novos paradigmas surgem, concomitantemente, ao desenvolvimento da Sociedade da Informação. O governo eletrônico seria o resultado da transposição dos novos paradigmas para o ambiente do governo, com destaque para os temas *accountability* e transparência.

O debate teórico surgido nos últimos anos sobre *accountability* está relacionado ao fato de as discussões sobre o conceito terem sido colocadas na agenda pública em meados dos anos 1990, no contexto da segunda geração de reformas do Estado. Apesar do tema da *accountability* ser relativamente frequente no debate internacional dos últimos anos, o termo não está precisamente definido na literatura. Além disso, como já alertava o trabalho pioneiro de Campos (1990), ainda não há uma tradução desta expressão para a língua portuguesa, ainda que muitos autores utilizem as expressões responsividade ou responsabilidade como traduções do termo original.

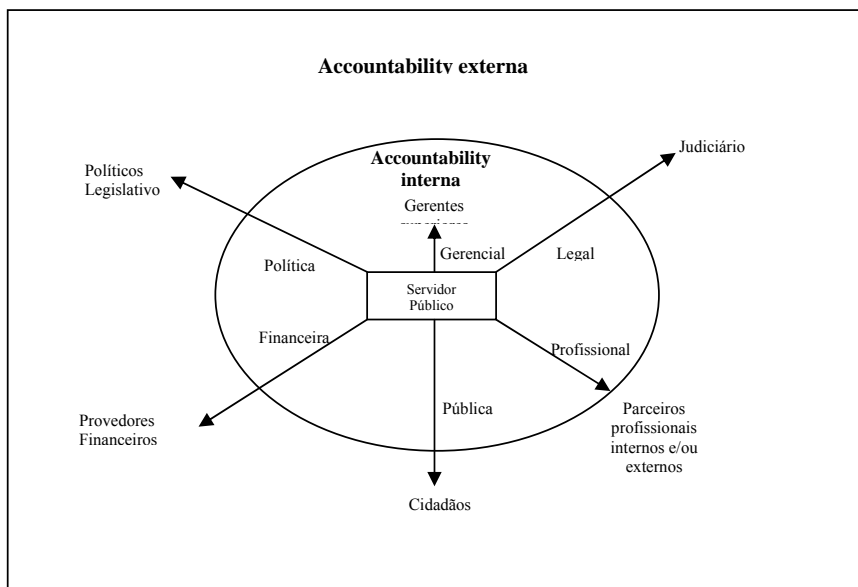
Para uma melhor compreensão do conceito, é possível estabelecer como ponto de partida algumas definições. A Organização das Nações Unidas (ONU) define, sinteticamente, *accountability*, para línguas não-inglesas, como relacionado ao “[...] agir com responsabilidade e de forma responsiva ao mesmo tempo”¹. Quando esta ação se relaciona ao setor público, podem ser definidas diferentes dimensões de *accountability*. Sem entrar em maiores detalhes

¹ Esta definição está presente nos documentos disponibilizados em seu *website*: <http://www.unpan.org/>



a respeito, Heeks (1998) apresenta uma síntese da terminologia em que são definidas onze dimensões internas e externas de *accountability*. A Figura, a seguir, apresenta essas dimensões segundo a terminologia adotada pela *United Nations Public Administration Network – UNPAN*. (HEEKS, 1998)

Figura 1 - Dimensões da *accountability* no setor público



Fonte: adaptado de Heeks (1998, p. 9) pelos autores.

Analisando a figura, notam-se dimensões internas e externas de *accountability*. Para o escopo deste artigo, a dimensão externa da *accountability* pode ser considerada a mais importante na definição do papel desempenhado pelo governo eletrônico na transparência governamental, já que mostra que esta pode ser entendida não só pela relação de legitimação do governo perante os cidadãos, mas, também, pela relação do cidadão como cliente de produtos oferecidos pelo setor público, um dos focos do governo eletrônico.

Quanto às formas de *accountability* externas, temos: a *accountability* política, ligando o servidor às esferas políticas de legitimação da organização, representada, geralmente, pelo Poder Legislativo; a *accountability* legal, representada pela relação entre o servidor e o sistema legal, em geral representado pelo Poder Judiciário; a *accountability* financeira, relacionada ao servidor e às diferentes instituições que proveem financiamento para a organização; e a *accountability* pública, relacionada aos cidadãos em geral.



Przeworski, Stokes e Manin (1999) ampliam esse entendimento associando *accountability* à representação, ao enfatizar que *accountability* implica a existência de sanções ou incentivos associados à prestação de contas, em um processo de mão dupla. Para os autores, um governo é *accountable* se os cidadãos podem discernir entre governos representativos e não representativos e aplicar sanções ou incentivos apropriados, mantendo os bons governantes e destituindo os demais.

Partindo do pressuposto de que *accountability* se relaciona não só com a responsabilização, mas também com a responsividade, podem ser buscadas definições mais específicas de sua relação com a democracia. Ospina, Grau e Zaltsman (2004), ao discorrerem sobre os movimentos de reforma da gestão pública, definem dois tipos de *accountability*. Um denominado *accountability* política e outro denominado *accountability* gerencial. A *accountability* política ocorre quando os responsáveis por desenhar ou conduzir políticas públicas prestam contas dos seus atos aos cidadãos. A *accountability* gerencial, avaliada dentro dos paradigmas da nova administração pública, se refere à prestação de contas dos gerentes em relação à consecução dos objetivos e metas definidas e/ou acordadas nas políticas públicas, em especial quanto à alocação de recursos.

É fundamental que os mecanismos verticais e horizontais, como definidos por O'Donnell (1998), se complementem de tal forma que a *accountability* seja um princípio regulador das ações do governo. No contexto da Reforma do Estado, as ações voltadas ao controle do gasto público tiveram foco ou na responsabilização pelos controles procedimentais clássicos, por meio de mecanismos internos à administração, como, por exemplo, a fiscalização da atuação dos servidores públicos, ou por meio de mecanismos externos, pela atuação dos tribunais de contas, auditorias independentes e do poder judicial. Estas ações podem, por sua vez, tornar mais transparentes a informação sobre o orçamento e o gasto público, potencializando a ação fiscalizadora da sociedade sobre o Estado.

Como já advertia Sartori (1994), outro ponto fundamental a respeito da transparência reside na própria formação da opinião pública. Como a formação de uma opinião pública consistente não é factível sem o direito às informações governamentais, uma opinião fundamentada não pode ser expressa sem o conhecimento dos planos e das decisões dos governos. É importante que o público e, também, os grupos organizados da sociedade obtenham essas



informações, porque, de posse das mesmas, poderão interferir em caso de necessidade. A transparência dos governos constitui, portanto, o primeiro passo para a realização desse processo.

Percebe-se que, apesar do conceito de *accountability* pressupor a existência de transparência, o conceito da primeira não é sinônimo da segunda. O conceito de *accountability* é mais amplo, pois atinge não somente a prestação de contas e a publicidade das ações dos governos, mas, também, a existência de mecanismos institucionais de controle da administração pública que possa gerar incentivos ou sanções, caso os agentes públicos cumpram ou não determinadas obrigações. A transparência das informações públicas é uma das etapas da *accountability*, assim como a prestação de contas e a responsabilização dos governantes. (PRADO, 2009; UNITED NATIONS, 2008; WELCH; WONG, 2001)

Quanto ao uso das novas tecnologias para a promoção da transparência, concordamos com Castells (2001, p. 282) quando este afirma que, embora se possa reconhecer o poder das novas TICs para a concretização do ideal de um governo transparente é preciso, antes de tudo, fortalecer as instituições, o sistema de representação política, aprofundar a democracia participativa, buscar o estabelecimento de consensos e a formulação de políticas públicas mais efetivas, o que demanda, em princípio, a existência de governos responsáveis (*accountable*) e verdadeiramente democráticos. Sobre isso, Campos (1990, p. 30-31) já apontava que a

[...] *accountability* não é apenas uma questão de desenvolvimento organizacional ou de reforma administrativa. A simples criação de mecanismos de controle burocrático não tem se mostrado suficiente para tornar efetiva a responsabilidade dos servidores públicos. (CAMPOS, 1990, p. 30-31)

Apesar dessas ressalvas, governos em todo o mundo utilizam as TICs, em especial a Internet, para prestar serviços, realizar transações, disponibilizar informações, entre outros. No Brasil, já existem experiências em todos os níveis de governo no uso das TICs para melhorar o acesso às informações públicas. A seguir, iremos analisar, brevemente, o desenvolvimento institucional do Programa Federal de Governo Eletrônico, para, em seguida, apresentar alguns exemplos de promoção da transparência por meio de portais governamentais.



Desenvolvimento institucional do Programa de Governo Eletrônico do Brasil

A perspectiva história da criação e desenvolvimento do Programa Federal de Governo Eletrônico permite compreender como se deu sua institucionalização e como a questão da transparência foi incorporada ao programa ao longo de sua existência. O Programa surge, no ano 2000, dentro do contexto da Reforma do Estado. O quadro abaixo sintetiza as principais etapas de seu desenvolvimento, bem como as mais importantes ações do programa vinculadas à promoção da transparência:

Quadro I - Etapas do desenvolvimento do Programa de Governo Eletrônico do Brasil.

Fator / Marco	Data	Influência no programa
Uso das TICs nos Processos de Reforma do Estado	Final dos anos 1990	A possibilidade de uso das TICs no auxílio às iniciativas de reforma coloca a questão da criação do programa de governo eletrônico como parte das ações do governo.
Bug do Milênio	1999	A articulação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), integrante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), nas ações referentes ao “Bug do Milênio” promove um aprendizado sobre o uso das TICs, assim como fornece a estrutura institucional e operacional necessária à criação do programa. Representa o marco institucional da criação do programa.
Criação do Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação – GTTI	04/2000	Este GT interministerial foi criado com a finalidade de examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação. Forneceu as bases para a criação do programa
Criação do Programa	09/2000	A partir dos resultados dos trabalhos do GTTI, foi lançado um documento contendo a política de governo eletrônico, que iria estruturar a criação do programa e o estabelecimento de sua estrutura institucional.
Criação do Comitê Executivo de Governo Eletrônico – CEGE	10/2000	Criado com o objetivo de formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação do Governo Eletrônico, o Comitê marcou o compromisso do governo com o desenvolvimento do programa.



Suporte Institucional do CEGE	2000-2002	A força política e determinação de Pedro Parente na condução das atividades do CEGE foram decisivas na superação dos obstáculos iniciais do programa. Seu suporte na coordenação do CEGE marca a consolidação do programa na agenda governamental.
Crise Energética	2001-2002	A crise energética brasileira ocasiona o deslocamento de Pedro Parente para a Câmara de Gestão da Crise. Isso causa a perda de destaque do programa no governo e a redução no ritmo das iniciativas. O programa deixa de ter prioridade.
Eleições Presidenciais	2002	Como resultado do fortalecimento da candidatura de Lula, a prioridade governamental vincula-se aos programas de mais impacto perante a opinião pública e, após a derrota, à entrega de um governo com estabilidade macro-econômica. Com isso, ações de longo prazo, como o governo eletrônico, perdem prioridade.
Transição de Governo	Final de 2002 e início de 2003.	A descontinuidade de ações durante o período de transição afeta o programa. Surgem problemas de articulação institucional entre a SLTI e os demais Ministérios.
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) Assume a Coordenação Informal do CEGE	Início de 2003	A SLTI passa a ocupar o vazio deixado pela falta de reuniões do CEGE, assumindo a coordenação “de fato” dos trabalhos do CEGE.
Criação dos Comitês Técnicos – CTs	10/2003	Os CTs são criados para dar suporte técnico ao CEGE. Tornam-se as instâncias de discussão das políticas e de integração com os demais órgãos da Administração Pública Federal.
Definição das Novas Prioridades do Programa	05/2004	As novas prioridades colocam a questão do controle social e da promoção da cidadania como fios condutores do programa. O programa, todavia, começa a apresentar evidentes sinais de perda de prioridade na agenda governamental.
Criação do Departamento Governo Eletrônico – DGE	07/2004	O DGE é criado para assumir algumas ações do programa, em especial quanto ao monitoramento e avaliação do desenvolvimento de projetos de governo eletrônico.
Criação do Portal de Convênios	09/2008	Com participação do DGE na sua criação, o Portal de Convênios representa uma das mais importantes ações do programa relacionada à transparência.

Fonte: elaborado pelo autor com base em modelo proposto por Barbosa e outros autores (2007, p. 12).

O que se nota, ao se analisar o quadro acima, é que as ações mais importantes quanto ao desenvolvimento institucional do programa se concentraram



no período que vai da sua criação, em 2000, até a definição das novas prioridades em 2004. Podemos notar a existência de alguns fatores externos que contribuíram tanto para a sua consolidação durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, como para sua descontinuidade e perda de prioridade durante o governo Luís Inácio Lula da Silva.

De forma sintética, o programa de governo eletrônico durante o governo FHC pode ser caracterizado por uma priorização dos objetivos da reforma do Estado, em especial quanto à redução de custos e à melhoria da eficiência do governo. Ao mesmo tempo, uma característica marcante foi sua inserção no *core* da agenda governamental e o suporte institucional do qual usufruiu durante o período, contando com o comprometimento dos escalões mais altos do governo e de dirigentes públicos em posições de liderança estratégica; o que garantiu o apoio necessário ao seu desenvolvimento e consolidação, principalmente quando as ações do CEGE eram diretamente supervisionadas pelo Ministro da Casa Civil.

Com o início do governo Lula, uma das primeiras ações tomadas foi atribuir à SLTI as funções de secretaria executiva do programa de governo eletrônico, garantindo o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do CEGE, assim como o suporte institucional para sua efetivação. É importante destacar que durante o governo FHC, o secretário da SLTI já exercia a função de secretário executivo do CEGE, mas a atribuição da SLTI estava voltada às questões técnicas e de apoio aos grupos de trabalho. Com essa alteração, as ações do programa passaram a ser exercidas diretamente pela SLTI, o que causou certo esvaziamento do CEGE. A falta de continuidade no início da gestão indicava que o programa não seria considerado prioritário pelo governo. Segundo Pinto e Fernandes (2005), a descontinuidade das ações estava associada, também, à perda de liderança estratégica e à falta de coordenação intragovernamental que marcaram a nova gestão.

A mudança de diretrizes ocorreu apenas em 2004 (BRASIL, 2004), incluindo o direcionamento das ações do programa de um foco interno à administração pública para o combate à exclusão digital e à ampla promoção de serviços à sociedade. Em julho de 2004, foi criado o Departamento de Governo Eletrônico (DGE), que passou a concentrar as atividades ligadas ao governo eletrônico a cargo da SLTI. Segundo o MPOG, com o novo departamento, o programa seria fortalecido. Os novos objetivos do programa traziam uma



lógica de atuação diferente do governo anterior, já que a proposta envolvia a disponibilização de serviços e informações a um conjunto mais amplo da sociedade, voltando as ações da esfera interna do governo para sua relação com a sociedade.

Se havia menos interesse do novo Ministro da Casa Civil, José Dirceu, em coordenar ações relativas ao programa por intermédio do CEGE, algumas ações, porém, foram preservadas pela atuação das áreas mais técnicas, como os comitês técnicos. Ao mesmo tempo, destaca-se haver uma indefinição entre as prerrogativas e responsabilidades a serem exercidas pelo CEGE e pelo órgão gestor do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), vinculado à SLTI, já que, institucionalmente, o CEGE é responsável pela criação de resoluções e a SLTI, de portarias normativas. Além disso, na avaliação do programa de governo eletrônico efetuada pelo Tribunal de Contas da União em 2006 (BRASIL, 2006), já se apontava a indefinição entre o papel a ser desempenhado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), na administração do portal oficial do Governo Brasileiro - Portal Brasil, e os demais portais vinculados ao programa de Governo eletrônico. Hoje, a SLTI está voltada para a coordenação da área de serviços eletrônicos, enquanto a SECOM tem seu foco nos portais de governo, como ferramenta de comunicação institucional. (BRASIL, 2006, p. 44)

Ao mesmo tempo, a ausência de coordenação política efetiva em nível estratégico pela Casa Civil, que preside o CEGE, teve como resultado o enfraquecimento da função mobilizadora de coordenação do programa, que acaba sendo de responsabilidade somente da SLTI. Segundo Prado (2009), o fato de o programa de governo eletrônico estar vinculado a um Departamento (DGE) dentro de uma Secretaria (SLTI), por sua vez vinculada a um Ministério (MPOG), criou um problema de institucionalização que, por sua vez, resultaria em falta de coordenação das ações ministeriais. Resumidamente, o programa está, hoje, institucionalmente formatado, tendo o CEGE como instância de coordenação estratégica, os Comitês Técnicos como instâncias consultivas de apoio ao CEGE e a secretaria-executiva localizada na SLTI, na qual também está a gerência do programa de governo eletrônico. O DGE, apesar de ter sido criado para coordenar as ações do programa no âmbito do MPOG, é responsável por apenas duas das 13 ações do programa que constam do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, o que evidencia a sua participação relativamente limitada na condução do programa.



Do ponto de vista do desenvolvimento institucional, as principais conjunturas críticas² que atuaram como fatores positivos para o desenvolvimento do programa ocorreram durante o governo FHC. Uma é o evento do *Bug do Milênio*, desencadeador do movimento que levou à criação do programa. A outra é a atuação do CEGE durante o período em que Pedro Parente esteve conduzindo diretamente as ações de coordenação estratégica do programa, responsável pela sua institucionalização e alçamento ao *core* da agenda governamental. Entre as conjunturas críticas que atuaram como fatores negativos, temos a crise energética e as eleições presidenciais, que foram responsáveis pela diminuição de ações do programa e pela perda de prioridade no final da gestão de FHC.

No início do governo Lula, o programa, já afetado pela descontinuidade de ações e a perda de prioridade, sofridas no final da gestão de FHC, manteve-se em um padrão relativamente constante de desenvolvimento. Os principais fatores, nesse período, foram a criação dos Comitês Técnicos, a passagem da coordenação “de fato” do programa para a SLTI, a criação do DGE e a definição das novas prioridades, que, no entanto, não ofereceram grandes avanços ao seu desenvolvimento, já que o programa continuou sem ter relevância para o governo. Na verdade, passou a ser mais um programa, entre outros, de suporte às ações prioritárias do governo. Podemos dizer que, mais do que marcar novas inflexões, esses fatores apenas reforçaram o caminho que o programa estava tomando, qual seja, com um padrão de *path dependence* que se mantém até o momento atual.

De forma sintética, pode-se constatar que nem todas as ações de governo eletrônico estão sendo gerenciadas, hoje, pelo programa de governo eletrônico. Isso indica que o programa não exerce mais o papel de articulador das iniciativas no setor. De fato, a popularização das TICs e a falta de compromisso com uma política única levaram muitos órgãos a estabelecer suas próprias políticas, ainda que seguindo padrões comuns para a administração pública federal, definidos no âmbito do programa. Tais considerações não permitem inferir se houve menor desenvolvimento no uso das TICs pelo governo durante a gestão Lula, apenas apontam que a coordenação do programa federal perdeu parte do seu papel de articulação política das ações em governo eletrônico, assumindo, cada vez mais, um papel técnico na condução do programa.

2 Ou *critical junctures*, no conceito de Pierson (2004).



Para ilustrar o uso das TICs na ampliação da transparência do Governo Federal, serão apresentadas, a seguir, análises do Portal ComprasNet, um portal de compras eletrônicas do Governo Federal oriundo da Gestão FHC, e do Portal da Transparência, criado durante a Gestão Lula para prestar contas dos gastos dessa esfera governamental. Devido à pulverização das iniciativas governamentais, relacionadas com o programa Governo Eletrônico, o primeiro caso representa uma experiência que faz parte deste programa, enquanto o segundo não se relaciona com o mesmo.

Uso da internet para a promoção da transparência no Governo Federal: Portal da Transparência e Comprasnet

Este artigo parte do pressuposto que o Portal ComprasNet e o Portal da Transparência do Governo Federal, por disponibilizarem uma ampla gama de informações, são potenciais promotores da transparência governamental por meio do uso das TICs.

A utilização do modelo de compras governamentais pela Internet tem sido vista como uma forma de criar condições para o aumento da transparência e do controle social, pois pode possibilitar maior acesso às informações sobre os processos de compras e, juntamente com essa transparência, a possibilidade de aumento do controle social por denúncias de irregularidades. Já o Portal da Transparência tem entre seus objetivos o combate à corrupção por meio da divulgação dos gastos e transferências do Governo Federal. O escândalo dos cartões corporativos³, por exemplo, demonstra as possibilidades da utilização das TICs para o aumento do controle social por meio de um portal, ajudando a evitar, ou denunciar, possíveis irregularidades na utilização dos recursos públicos.

Segundo Prado (2009), os portais governamentais possuem diferentes funções e podem ser classificados em três categorias, conforme sua relação com a promoção da transparência: Portais de Negócios, Portais de Entrada e Portais de Transparência.

3 Em janeiro de 2008, a jornalista Sônia Filgueiras utilizou o Portal da Transparência para verificar o uso dos cartões de pagamento do Governo Federal, conhecidos como cartões corporativos, na Gestão Lula. Ela apontou um uso recorde desses cartões entre o período de 2006 e 2007. Essa primeira reportagem culminou em uma série de outras notícias e denúncias sobre o uso dos cartões corporativos no Governo Federal, conhecido como escândalo dos cartões corporativos. Entre os desdobramentos deste escândalo está a demissão da Ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, em fevereiro de 2008. (TRANSPARÊNCIA..., 2010)



Os Portais de Negócios são aqueles criados inicialmente para “[...] facilitar a realização de negócios pelo governo”. (PRADO, 2009, p. 122) Concomitantemente a esta função, eles promovem a transparência dos processos de compras e convênios. Os exemplos do Governo Federal são o Portal ComprasNet e o Portal de Convênios. Enquanto as entidades privadas utilizam as compras eletrônicas com o objetivo de reduzir custos, as entidades públicas não devem se nortear apenas pela eficiência, mas também pela transparência das contratações públicas. (RIBEIRO, 2008) Assim, a promoção da transparência não pode ser considerada um objetivo secundário desses portais, mas, sim, o objetivo principal, juntamente com a realização das compras públicas. Por isso, o ComprasNet pode ser entendido como um portal com grande potencial de promoção da transparência.

Os Portais de Entrada correspondem aos portais cuja função é ser um veículo de apresentação do governo e fornecimento de *links* para os serviços ou informações públicas prestadas pelos órgãos do governo. (PRADO, 2009, p. 122) Essa característica de possuir grande quantidade de informações demonstra sua importância na promoção da transparência. Os exemplos do Governo Federal são o Portal Brasil e o Portal Rede Governo.

Já os Portais de Transparência são considerados iniciativas distintas quanto à transparência, pois são aqueles constituídos com a finalidade específica de prestar contas do governo. (PRADO, 2009, p. 122) Como exemplo, pode ser citado o Portal da Transparência do Governo Federal, que será analisado a seguir, juntamente com o Portal ComprasNet.

A análise dos portais será apresentada com base em duas metodologias: a primeira avalia as funcionalidades dos portais e ressaltará o potencial de transparência desses portais de acordo com os estudos de Prado (2009) e Ribeiro (2009). A segunda, partindo da análise efetuada por Ribeiro (2009), apresenta uma avaliação do grau de transparência por meio da adaptação do método denominado Sistema de Avaliação de Atributos em Websites (SAW), adotado pelo *Cyberspace Policy Group Research* da Universidade do Arizona e Universidade George Mason, Estados Unidos. O SAW mede o grau de *openness* governamental a partir das duas categorias básicas criadas para caracterizar esse conceito: transparência e interatividade. Cada categoria possui uma série de atributos (10 no total) divididos em 46 quesitos que são verificados por meio de visitas estruturadas aos Portais. O termo *openness* pode ser definido



como a “[...] abertura para o fornecimento de informação, entendida como o fornecimento livre e universal de informações para seu público-alvo”. (VAZ, 2003, p. 75) A transparência é a própria informação disponível apresentada pelo governo e a interatividade mede a facilidade com que as informações dispostas podem ser acessadas pelos cidadãos no Portal. (LAPORTE; DEMCHAK; FRIIS, 2000)

Finalmente, é preciso advertir que as análises possuem limitações, como as derivadas do próprio modelo de avaliação, já que este foi criado para a análise de organizações e não de seus portais; há problema de atualização (a última versão é de 2001); o método não analisa a qualidade/profundidade da informação; o conceito de acessibilidade não abrange a codificação dos termos técnicos e; o método não aborda a questão da inclusão digital (RIBEIRO, 2009).

Portal ComprasNet

O Portal ComprasNet foi criado, em 1997, com os objetivos de: “[...] avançar na melhoria das ações de logística governamental e, também, pelas necessidades de se alcançar maior amplitude, divulgação e transparência às compras e contratações do governo federal”. (BRAGA, 2001, p. 4) O Portal é mantido hoje pela SLTI. Em um primeiro momento, o Portal se caracterizou por divulgar os avisos e editais das modalidades de licitação e o resumo dos contratos da Administração Pública Federal Direta e Indireta. A partir de dezembro de 2000, passou a realizar, também, o pregão eletrônico. Sua importância pode ser exemplificada pelo fato de, no ano de 2008, o Governo Federal ter economizado R\$ 3,8 bilhões com a utilização do pregão eletrônico. Só no primeiro trimestre daquele ano, 68% dos valores licitados tinham sido realizados por essa modalidade de licitação. Até maio de 2008, a contratação de bens e serviços já tinha atingido R\$ 3 bilhões. (PORTAL COMPRASNET, 2009)

O Portal está configurado em três grandes áreas, permitindo o acesso a feições distintas, segundo o perfil do público-alvo. As áreas são:

- a) *Serviços do governo*: acesso exclusivo aos servidores. Suas principais funcionalidades são as ferramentas administrativas do sistema.
- b) *Serviços a fornecedores*: área dedicada aos fornecedores que podem se cadastrar para, por exemplo, participar dos processos eletrônicos de aquisição de bens e contratação de serviços, por meio dos pregões eletrônicos.



- c) *Serviço à sociedade*: acesso livre a qualquer cidadão às informações sobre as compras do Governo Federal como editais, atas e extratos de contratos.

Ribeiro (2009) catalogou as principais funcionalidades do Portal, avaliando que estas permitem o acesso às informações referentes às licitações do Governo Federal em qualquer momento do procedimento licitatório; legislação e manuais sobre o funcionamento das licitações; e possibilidades de comunicação do cidadão e do fornecedor com o Governo, por meio de correio eletrônico ou do número de telefone disponibilizado no sítio.

Quanto à análise do grau de *openness* governamental, Ribeiro (2009) avaliou que o ComprasNet possui, aproximadamente, 56,5% dos quesitos na categoria transparência, que se refere às informações disponibilizadas no Portal. Possui informações como os contatos com os responsáveis pelo site, bem como informações sobre o funcionamento e objetivo do portal de compras, por exemplo. Na categoria interatividade, que se refere ao efetivo acesso às informações dispostas, como a atualização do portal, o ComprasNet apresenta 26% dos quesitos.

Pelo método adotado, este portal não possui a maior parte dos requisitos para atingir um grau de transparência satisfatório. Entretanto, pela análise das funcionalidades presentes, podemos considerar que o Portal Comprasnet se revela um excelente instrumento para a melhoria do processo de compra e contratação de serviços pelo governo. As funcionalidades que permitem tornar essas ações mais fáceis, também, tornam o processo mais transparente, o que pode ter grandes reflexos na diminuição da corrupção. O fato de estarem publicadas e acessíveis a qualquer cidadão todas as informações referentes às compras públicas realizadas pelos órgãos da administração federal transforma o Portal em um importante exemplo de transparência, ainda que a motivação de sua criação tenha sido a redução de custos com as compras governamentais. Em suma, o ComprasNet pode ser considerado uma ferramenta de combate à corrupção, porque permite que as compras governamentais do Governo Federal possam ser vistas e questionadas por qualquer interessado, seja a sociedade ou o fornecedor. Entretanto, considerando o critério de *openness* como sendo elemento crucial na promoção da transparência, este portal ainda pode evoluir consideravelmente.



Portal da Transparência

O Portal da Transparência, iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU), possui entre os seus objetivos o propósito específico de combater a corrupção e aumentar a transparência pública. Criado em 2004, este Portal “[...] dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores – Internet”. (SANTOS, 2005, p. 12)

No Portal, estão disponibilizados os demonstrativos de todas as execuções financeiras dos programas do governo federal. A função do Portal, e por extensão da CGU, se resume em reunir e disponibilizar as informações sobre a aplicação dos recursos federais, enviadas mensalmente por órgãos responsáveis, como os Ministérios e o Fundo Nacional de Saúde.

As funcionalidades do Portal possuem o objetivo de disponibilizar os dados de todos os gastos do Governo Federal; explicar o funcionamento do Portal; informar e incentivar as possibilidades de controle social da gestão pública e apresentar ferramentas para comunicação com o Portal e para a realização de denúncias. A transparência neste Portal é ressaltada por seus objetivos de promoção da transparência dos gastos públicos e incentivo ao controle social:

A ideia é que os cidadãos possam acompanhar a execução dos programas e ações do governo federal. O ‘cidadão-fiscal’ é um agente relevante no processo de fiscalização da utilização responsável dos recursos públicos, atuando como elemento inibidor da corrupção, fraude e malversação de recursos públicos. (CULAUS; FORTIS, 2006, p. 9)

É possível acessar as informações sobre os gastos do Governo Federal a partir do ano de 2004, ou seja, só as contas do governo Lula. Entre os gastos disponíveis para acesso até novembro de 2009 estão: todos os recursos federais transferidos da União para Estados, Municípios e Distrito Federal; informações sobre os recursos federais transferidos diretamente ao cidadão; e os gastos diretos realizados pelo Governo Federal. Ainda que dados sigilosos não estejam sendo dispostos à consulta, como as despesas das atividades dos órgãos de inteligência ou de segurança nacional, há uma grande quantidade de informações disponíveis no Portal. Segundo informações do Portal, o volume total de dados gerados desde a sua implantação até outubro de 2008 foi de 882.179.422 registros, o que corresponde a R\$ 6.181.760.380.481,21. Destes, 14,5% dos valores correspondem à transferência de recursos; 84,5%



às aplicações diretas; e 0,5% aos cartões de pagamento. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2009)

Quanto à análise do grau de *openness* governamental, Ribeiro (2009) avalia que o Portal da Transparência apresenta 43,4% dos quesitos de transparência. No quesito interatividade, o Portal da Transparência possui 17,5% dos quesitos possíveis, desempenho inferior ao do Portal da Transparência (26%).

Mesmo possuindo menos quesitos que o ComprasNet, cabe ressaltar que o Portal da Transparência é uma iniciativa pioneira no que tange à disponibilidade de acesso às informações referentes a gastos no país. (RODRIGUES, 2005) É importante salientar, ainda, que o Portal pode ser considerado uma das iniciativas mais importantes quanto à transparência das contas públicas e ao controle da corrupção, como o episódio citado, sobre o escândalo dos cartões corporativos, pode comprovar.

Considerações sobre transparência e os portais na internet

Ainda que nos últimos anos os temas da transparência, *accountability* e democracia tenham entrado para a agenda dos governos (PRADO; PÓ, 2007), tais preocupações foram pouco incorporadas às pesquisas sobre governo eletrônico. (PRADO, 2009) Apesar disso, o uso das TICs pelos governos para a promoção da transparência e *accountability* vem sendo tratado na literatura como uma das possibilidades de garantir o acesso às informações públicas. Pesquisadores apontam que a informação governamental deve estar disponível a sociedade não apenas por constar em lei que obriga a publicidade dos atos da administração pública, mas por possibilitar a participação e o controle do cidadão: “A participação e o controle social sobre o governo dependem da circulação de informação”. (VAZ, 2005) Se a informação não está disponível ou é insuficiente, a possibilidade do uso das TICs para facilitar a promoção da transparência é, drasticamente, reduzida.

Os portais do Governo Federal analisados neste artigo, associados ou não ao Programa Federal de Governo Eletrônico, podem ser considerados como exemplos de uso da Internet para a promoção da transparência. O ComprasNet, portal de compras do governo, ao disponibilizar informações sobre todas as licitações do Governo Federal, garante a publicidade das compras tanto aos fornecedores quanto para à sociedade. Já o Portal da Transparência se tornou o



espaço virtual para a prestação de contas do Governo que, além da disponibilização dos dados sobre os gastos públicos, apresenta uma série de funcionalidades para explicar o funcionamento do governo e incentivar o controle social.

Apesar das possibilidades de promoção da transparência governamental, representadas pelos portais avaliados, a avaliação dos sítios, realizada por Ribeiro (2009), com aplicação do Método SAW, do *Cyberspace Policy Group Research* da Universidade do Arizona e Universidade George Mason, Estados Unidos, apresentou resultados de baixo grau de *openness*, ou seja, baixa disponibilidade de informações e acesso às informações governamentais em ambos os portais do Governo Federal: ComprasNet e Portal da Transparência. Os portais analisados não apresentam a maior parte dos quesitos propostos nesse método de avaliação, para garantir a *openness* governamental. Só o Portal ComprasNet apresenta resultados um pouco superiores a 50%, conforme mostrado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Síntese da avaliação dos portais

Portal	Grau de Transparência	Grau de Interatividade
ComprasNet	56,5%	43,7%
Portal da Transparência	26%	17,5%

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Ribeiro (2009).

Apesar desses resultados, é inegável que os portais na Internet têm se convertido em um importante instrumento adotado pelos governos para a promoção da transparência, principalmente por facilitarem o acesso e concentram informações que poderiam estar dispersas junto a vários órgãos. Ainda que, em alguns portais, o acesso aos dados e serviços desejados demande o redirecionamento para outros *websites*, sua existência facilita muito a obtenção de informações e serviços de parte da população.

O caso do Portal da Transparência mostra que, ao funcionar como um portal de informações sobre a prestação de contas do governo, o mesmo influi na transparência do governo, ainda que basicamente utilize ferramentas das TICs para facilitar a disponibilização de informações. Evidentemente, a criação do Portal melhorou a disponibilização de informações, mas não é possível afirmar que sua existência tenha tornado o governo mais transparente, porque, em última instância, a responsabilidade pela divulgação de informações é atribuição de cada órgão, cabendo ao Portal apenas centralizar o acesso às



informações. De acordo com informações presentes nos próprios portais, o Portal da Transparência é atualizado mensalmente de acordo com dados repassados pelos órgãos do governo federal, enquanto os editais e procedimentos licitatórios do ComprasNet são atualizados diariamente.

Do ponto de vista do desenvolvimento institucional, pode-se perceber que nem todas as ações de promoção da transparência que usam instrumentos derivados das novas TICs (mais especificamente os portais na Internet) estão vinculadas ao programa federal de governo eletrônico, a despeito de esta ter sido uma das principais linhas de direcionamento do programa no início do governo Lula, com a divulgação das novas diretrizes do programa em 2004. (BRASIL, 2004) Como mostram tanto essas diretrizes como as suas ações atuais, o programa de governo eletrônico tem sido direcionado para atuar como um ordenador (ou regulamentador em alguns casos) das iniciativas de provisão de serviços, que são de responsabilidade dos respectivos prestadores dos serviços, assim como de formulador de normas técnicas ligadas às TICs. Seu compromisso com a transparência e controle social está quase, unicamente, restrito ao gerenciamento do Portal Rede Governo e à elaboração de diretrizes para sítios na Internet, como é o caso do Portal de Convênios, do Portal da Transparência e do Portal Brasil.

De fato, uma das discussões mais importantes entre governo eletrônico e transparência é se a disponibilidade de informações no site por si só promove transparência ou se a mera implantação de um programa de governo eletrônico implica aumento de transparência governamental. Segundo Prado e Loureiro (2006, p. 355): “[...] o governo eletrônico não necessariamente aumenta a transparência administrativa”. Para os autores, isto só ocorreria de fato com a existência de mecanismos institucionais que obriguem os governantes a prestar contas de seus atos ao conjunto da sociedade e pela existência de “vontade política” dos governantes para criação de uma agenda voltada para a transparência.

Reforçando o entendimento de Prado e Loureiro (2006), ao realizar uma pesquisa sobre os portais de governo eletrônico dos estados no Brasil, Pinho (2008) concluiu que, apesar das possibilidades trazidas pelas modernas TICs, os governos não as utilizam em proporção ao seu potencial, ou seja, o problema não é tecnológico, mas de cultura e desenvolvimento político. (PINHO, 2008, p. 492) Por este ponto de vista, as TICs não serão promotoras da



transparência por si só, já que também dependem de uma cultura de transparência em que, por um lado, a sociedade esteja disposta a controlar e entender o Poder Público e, por outro, este esteja interessado em agir em prol do acesso à informação. Para Prado (2009), embora seja evidente que o uso das TICs tenha revolucionado a forma de atuação do governo, não parece tão seguro afirmar que isso tenha tornado os governos mais transparentes ou democráticos, como indica grande parte da literatura. Para que isso ocorra, é necessária a existência de condições político-institucionais que favoreçam a transparência.

Portanto, para efetivar esta transparência, é preciso instaurar mecanismos que forcem a prestação de contas das informações de cada órgão. Uma das possíveis estratégias é deixar exposto à opinião pública o órgão que não prestar contas, com a informação das datas e atrasos para entrega das informações pelos mesmos, além da criação de índices de transparência para avaliação de cada área governamental. Quanto aos mecanismos de imposição da prestação de contas, uma das possibilidades é a regulação do acesso à informação pública, principalmente, por meio de legislações, nos moldes das *Freedom of Information Law*. Atualmente, mais de 80 países no mundo já regulamentam o acesso aos dados governamentais, como EUA, México, Bulgária, Uganda, Peru e Japão (MENDEL, 2009).

No Brasil, a despeito da inexistência de leis específicas, existe no âmbito federal a Lei Complementar nº 131/2009, conhecida como Lei de Transparência, que obriga os entes a publicarem suas informações na Internet, e tramita no Senado o Projeto de Lei n. 5.228, conhecido como Lei de Acesso à Informação Pública. A primeira promove o direito do acesso às informações públicas por meio de uma emenda à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que obriga todos os entes públicos, no país, informarem a respeito de suas despesas e receitas. A segunda prevê a regulamentação do acesso às informações governamentais, conforme previsto na Constituição de 1988. Além disso, esta Lei exigirá a prestação positiva dos governos, ou seja, o dever de divulgar seus dados, independente do pedido expresso de qualquer cidadão ou entidade. Entre as exigências, estará a prestação das contas públicas e dos dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades. Haverá, também, a obrigação, por parte dos entes públicos, de não apenas divulgarem informações, mas também disponibilizá-las



na Internet de modo que sejam facilmente acessadas, compreendidas, atualizadas, íntegras e autênticas.

Finalmente, apesar da importância do uso das TICs na promoção da transparência, ainda não foram desenvolvidas metodologias específicas para a avaliação da transparência de portais, como já apontavam pesquisas anteriores. (PRADO, 2004, p. 67; 2009; RIBEIRO, 2009) Nestas, percebeu-se que os poucos métodos existentes não avaliavam somente a transparência dos portais, ou estavam desatualizados como o SAW. Entretanto, mesmo sem existir um método preciso para mensurar os impactos dos portais na promoção da transparência, os portais governamentais que vêm sendo criados nos últimos anos, em todos os níveis de governo, mostram ser possível ampliar a disponibilização de informação dos atos dos governos. Isso demonstra que a criação de sítios que promovam a transparência dos governos é irrefreável; cabe entender quais são os impactos desta na efetiva transparência governamental, ou seja, a real possibilidade de entendimento e controle das informações públicas.

Referências

ABRANSON, M.; MEANS, G. E. E-government 2001. *IBM Endowment for the Business of Government*. Lanham, Md. : Rowman & Littlefield, 2001.

AGUNE, R.; CARLOS, J. Governo eletrônico e novos processos de trabalho. In: LEVY, E.; DRAGO, P. (Org.). *Gestão pública no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FUNDAP, 2005. p. 302-315.

BARBOSA, A. et al. Electronic government in Brazil: a historical perspective of its development based on a structured model of analysis. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON E-GOVERNMENT, 3., 2007, Montreal. *Anais...* Montreal: Université du Québec, 2007.

BRAGA, E. ComprasNet: o site da transparência das compras governamentais. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PUBLICA, 4., 2001, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: CLAD, 2001.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Comitê Executivo do Governo Eletrônico. *Oficinas de planejamento estratégico: relatório consolidado*. Brasília: DF, 2004. 23 p. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/diretrizes-de-governo-eletronico>>. Acesso em: 20 maio 2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Relatório de avaliação de programa: Programa Governo Eletrônico*. Brasília, DF, 2006. 162 p.



CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 30-50, fev./abr., 1990.

CASTELLS, M. *The internet galaxy: reflections on the internet, business, and society*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2001. 292 p.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. *La responsabilization en la nueva gestión pública latinoamericana*. Buenos Aires e Caracas: BID / Eudeba, 2000.

CULAU, A.; FORTIS, M. F. de A. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PUBLICA, 11, 2006, Guatemala. *Anais...* Ciudad de Guatemala: CLAD, 2006.

DINIZ, E. H. *Uso do comércio eletrônico em órgãos do governo*. São Paulo: FGV/EAESP, 2000. 100 p. (Relatório de pesquisa / FGV/EAESP/ NPP, n. 18)

FERLIE, E. et al. *The new public management in action*. Oxford: Oxford University Press, 1996. 287 p.

FOUNTAIN, J. E. *Building the virtual state: information technology and institutional change*. Washington, D.C.: The Brookings Institution Press, 2001.

GRANT, G.; CHAU, D. Developing a generic framework for e-government. *Journal of Global Information Management*, v. 13, n. 1, p. 1-30, Jan.-Mar., 2005.

HEEKS, R. B. *Information systems and public sector accountability*. Manchester, UK: Institute for Development Policy and Management, 1998. (Working Paper Series; Paper no. 1). Disponível em: <http://www.sed.manchester.ac.uk/idpm/research/publications/wp/igovernment/igov_wp01.htm> Acesso em: 20 maio 2010.

LAPORTE, T.; DEMCHAK, C.; FRIIS, C. Webbing governance: national differences in constructing the face of public organizations. In: GARSON, D. *Handbook of public information systems*. New York: M. Dekker, 2000. p. 179-196.

LENK, K.; TRAUNMÜLLER, R. Electronic government: where are we heading? In: ELETRONIC GOVERNMENT, INTERNATIONAL CONFERENCE, 1., 2002, Aix-en-Provence. *Proceedings...* France, 2002.

MEDEIROS, P. H. *Governo eletrônico no Brasil: aspectos institucionais e reflexos na governança*. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2004.

MENDEL, T. *Liberdade de informação: um estudo de direito comparado*. 2 ed. Brasília: Unesco, 2009. 164 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001584/158450por.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e as novas poliarquias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 44, p. 27-52, 1998.



OFFE, C. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Org.). *Sociedade e estado em transformação*. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília, DF: ENAP, 1999. p. 119-145.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. *Reinventando o governo: como o espírito empreendedor esta transformando o setor público*. Brasília, DF: MH Comunicação, 1994.

OSPINA, S.; GRAU, N. C.; ZALTSMAN, A. Performance evaluation, public management improvement and democratic accountability: some lessons from Latin America. *Public Management Review*, v. 6, n. 2, p. 229-251, 2004.

OSZLAK, O. Estado e sociedade: novas regras de Jogo? In: FELICISSIMO, J. R.; BARRETO, M. I.; MACDOWELL, S. (Coord). *Sociedade e estado: superando fronteiras*. São Paulo: FUNDAP, 1998. p. 47-109.

PEREIRA, L.C. B. Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina. *Revista do Serviço Público*, ano 53, n. 1, p. 5-27, jan./mar., 2002.

PIERSON, P. *Politics in time: history, institutions and social analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-93, maio/jun., 2008.

PINTO, S.; FERNANDES, C. Institucionalização do governo eletrônico no Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PUBLICA, 10., 2005, Santiago. *Anais...* Santiago: CLAD, 2005.

PORTAL COMPRASNET. Notícias comprasnet: pregão eletrônico economiza R\$ 3,8 bilhões para os cofres públicos em 2008. Disponível em: < <http://www.comprasnet.gov.br/>>. Acesso em: 26. mar. 2009.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Dados do portal: saiba mais. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/OrigemDespesas.asp>>. Acesso em: 09. NOV. 2009.

PRADO, O. *Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras*. 2004. 180 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2004.

_____. *Governo eletrônico, reforma do estado e transparência: o programa de governo eletrônico do Brasil*. 2009. 197 p. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2009.

_____; LOUREIRO, M. R. Governo eletrônico, transparência e democracia: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras. *Revista Alcance*, v. 13, n. 3, p. 355-372, set./dez., 2006.

_____; PÓ, M. V. Discursos, prestação de contas e responsabilização democrática nas reformas da gestão pública. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE



PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. (Org.). *Democracy, accountability and representation*. New York: Cambridge University Press, 1999. 351 p.

RIBEIRO, M. M. Como o governo eletrônico pode aumentar a transparência das compras governamentais? In: CONGRESSO DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO (CONSAD) DE GESTÃO PÚBLICA, 1., 2008, Brasília. *Anais...* Brasília, DF: CONSAD, 2008.

_____. *Transparência nos portais do governo federal: os casos do Comprasnet e do Portal da Transparência*. 2009 (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade de São Paulo, 2009.

RODRIGUES, J. G. L. Controle, transparência e acesso a informação no governo federal do Brasil: o Portal da Transparência. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PUBLICA, 10., 2005, Santiago. *Anais...* Santiago: CLAD, 2005 .

RONAGHAN, S. *Benchmarking e-government: a global perspective: assessing the progress of the UN member states*. [New York]: United Nations Division for Public Economics and Public Administration & American Society for Public Administration, 2002. Disponível em: <<http://aps.vlaanderen.be/straplan/vindplaatsen/benchmarking-e-government.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2010.

SANTOS, L. A. dos. Prestação de contas, acesso a informação e processo decisório governamental. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PUBLICA, 10., 2005, Santiago. *Anais...* Santiago: CLAD, 2005.

SARTORI, G. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994. v. 1, 2.

TRANSPARÊNCIA Brasil. Deu no jornal: gasto com cartão é recorde na gestão Lula [O Estado de São Paulo (SP), 12/1/2008]. Disponível em: <<http://www.deunojornal.org.br/materia.asp?mat=202640&pl>>. Acesso em: 18 maio 2010.

UNITED NATIONS. *United Nations e-government survey 2008: from e-government to connected governance*. New York, 2008. 246 p.

VAZ, J. C. *Governança eletrônica: para onde é possível caminhar? edição especial: mobilização cidadã e inovações democráticas nas cidades*, 2005. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 26 mar. 2007.

_____. *Limites e possibilidades do uso de portais municipais para promoção da cidadania: a construção de um modelo de análise e avaliação*. 2003. Tese (Doutorado) – EAESP/Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003

WELCH, E.; WONG, W. Global information technology pressure and government accountability: the mediating effect of domestic context on *website* openness. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 11, n. 4, p. 509-538, 2001.



ANEXO A - Quadro 2 - Quesitos da categoria transparência contidos nos Portais

ATRIBUTO	COMPRASNET	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Envolvimento	Envolvimento da organização governamental com o site – analisa a participação da organização na construção e manutenção do sítio.	Envolvimento da organização governamental com o site – analisa a participação da organização na construção e manutenção do sítio.
	Fornecer clara indicação de personalização e propriedade do conteúdo seja da própria organização	Fornecer clara indicação de personalização e propriedade do conteúdo seja da própria organização
	Fornecer data de publicação (por exemplo "2/15/01" ou "15 de fevereiro de 2001"), na página principal ou, quando nada, uma chave do último ano	Fornecer data de publicação (por exemplo "2/15/01" ou "15 de fevereiro de 2001"), na página principal ou, quando nada, uma chave do último ano.
Contatos e Acessibilidade	Fornecer endereços da organização que não sejam eletrônicos.	Pessoa responsável pelo suporte técnico do site não parece ser uma empresa comercial
	Pessoa responsável pelo suporte técnico do site não parece ser uma empresa comercial.	
Informação da Organização	Fornecer a declaração de missão e das atividades da organização.	Fornecer a declaração de missão e das atividades da organização.
Informação Temática	Fornecer endereços para outras organizações do governo que possuam temáticas relacionadas com a organização.	Fornecer endereços para outras organizações do governo que possuam temáticas relacionadas com a organização.
	Fornecer endereços de organizações que não sejam do governo e de temática relacionada com a organização.	Fornecer relatórios, pesquisas, leis e regulamentos em formato de fácil leitura na tela
	Fornecer relatórios, pesquisas, leis e regulamentos em formato de fácil leitura na tela	Fornecer um índice pesquisável de boletins arquivados, leis, regulamentos e exigências
	Fornecer um índice pesquisável de boletins arquivados, leis, regulamentos e exigências	Fornecer todas as publicações para impressão ou download gratuito
	Fornecer todas as publicações para impressão ou download gratuito	
	Fornecer link ou texto de lei ou regulamento	
Consequências cidadãs/ Respostas	Fornecer explicações detalhadas sobre os requisitos impostos aos cidadãos resultantes das atividades da organização como leis e regulamentos.	Fornecer explicações detalhadas sobre os requisitos impostos aos cidadãos resultantes das atividades da organização como leis e regulamentos

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2009)

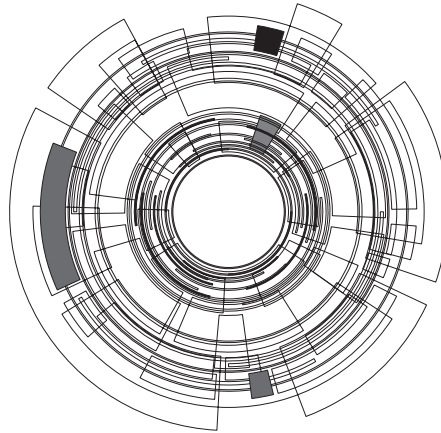


ANEXO B - Quadro 3 – Quesitos da categoria interatividade contidos nos portais

ATRIBUTO	COMPRASNET	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Segurança e Privacidade	Não exige informações pessoais (além do retorno de e-mail) para se comunicar com a organização.	Não exige informações pessoais (além do retorno de e-mail) para se comunicar com a organização.
	Site não necessita da utilização de método de segurança de acesso, como uma senha, ou um servidor seguro.	Site não necessita da utilização de método de segurança de acesso, como uma senha, ou um servidor seguro.
	Método de acesso de segurança, tais como senha ou o uso de servidor seguro, está associado à transação com a agência ou o acesso a informações pessoais	
Contatos e Acessibilidade	Organização evita ditar o formato ou o conteúdo de comunicação do cidadão, por exemplo, não há nenhum assunto prévio no manual das informações de contato.	Organização evita ditar o formato ou o conteúdo de comunicação do cidadão, por exemplo, não há nenhum assunto prévio no manual das informações de contato.
Informação da Organização	Não possui nenhum dos quesitos.	Não possui nenhum dos quesitos.
Informação Temática	Fornecer link que funcione de outras organizações do governo que não sejam relacionadas com a temática da organização.	Fornecer link que funcione de outras organizações do governo que não sejam relacionadas com a temática da organização.
	Fornecer link que funcione de organizações que não sejam do governo e de temática relacionada com a organização.	
Consequências cidadãs/ Respostas	Não possui nenhum dos quesitos.	Fornecer link para apelar processo de decisão e / ou para ouvidoria.

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2009)





A internet na participação política de organizações da sociedade civil

Jussara Borges, Othon Jambeiro

Introdução

As ponderações sobre democracia eletrônica ou digital aparecem relacionadas, em geral, à capacidade do novo ambiente de informação e comunicação em oferecer suporte para processos de tomada de decisão governamental, facilitar mecanismos de transparência nas ações do Estado e maior controle social, bem como promover a participação do cidadão na vida pública. Os dois primeiros itens aparecem na literatura, usualmente, ligados às iniciativas governamentais, muitas vezes denominadas de governo eletrônico. De fato, é um dos lados da moeda da democracia eletrônica.

Neste trabalho, estamos mais interessados no outro lado: a dimensão da participação dos cidadãos ou, mais especificadamente, das organizações da sociedade civil (OSC). Interessa-nos o uso que dão à internet no seu envolvimento em questões políticas, como acesso aos processos legislativos, comunicação eletrônica com representantes eleitos, discussões sobre temas da sociedade, escolha de prioridades nas listas dos orçamentos participativos, participação via meios eletrônicos em referendos, plebiscitos etc. A internet

pode possibilitar um meio através do qual cidadãos podem se comunicar entre si e com políticos, trocar informações e debater sem barreiras burocráticas, de forma rápida e direta (MAIA, 2001).

Contudo, assim como os modelos de democracia variam enormemente entre os países e regiões – sistemas eleitorais majoritários ou proporcionais, nível de competitividade entre partidos, sistema executivo parlamentar ou presidencial etc. – mais ainda diferem as formas de participação e a aplicabilidade que cada sociedade confere às tecnologias para essa participação. Se as tecnologias digitais se adaptam ao sistema político existente, então é de se esperar consideráveis diferenças entre os países (NORRIS, 2001).

Ao mesmo tempo, diversos estudos têm direcionado esforços para compreender a relação entre tecnologias de informação e comunicação e participação política, mas, a maior parte se inclina por um referencial normativo e, por isso, impõe padrões de uso da internet distantes de realidades locais. A proposta aqui parte em direção contrária: conhecer o emprego da internet pela perspectiva das próprias organizações, ou seja, quando e como elas consideram úteis as ferramentas dentro de seu próprio conceito de participação política.

A seguir, a fundamentação teórica e os resultados da pesquisa, os quais dão sustentação empírica ao que aqui se expõe.

A internet na participação política

As perspectivas que a literatura apresenta para o emprego da internet na participação política são bastante diversas, e não há pretensão aqui de realizar um levantamento, mas posicionar algumas possibilidades e condicionantes. Outra observação pertinente, antes de iniciarmos a discussão, é que esse emprego é usualmente tratado no nível do indivíduo, ou seja, a literatura em geral tende a pensar a relação entre internet e atuação política tendo em mente a participação do cidadão individual.

A participação individual deve ser sempre encorajada e fortalecida porque, entre outras razões, o fato dos indivíduos estarem situados em diferentes posições e circunstâncias permite que tenham diferentes ideias, que podem servir como contrapeso a tradições e regras de grupos não mais reconhecidas como legítimas. Neste trabalho, no entanto, o foco é a participação coletiva através de organizações da sociedade civil.



As OSC são um objeto empírico singular de observação porque vêm ampliando as perspectivas democráticas: além da atuação em suas áreas específicas, contribuem para alargar as formas de participação política através de: (1) busca por informações; (2) militância; (3) promoção de discussões; (4) organização de manifestações; (5) avaliação dos representantes; (6) pressão sobre os políticos etc. Em outras palavras, elas exercem importante função política na sociedade contemporânea. Essas unidades organizacionais da sociedade, particularmente nas grandes aglomerações urbanas, são *loci* onde os cidadãos se sentem seguros, relativamente poderosos e capazes de resistir às agressões externas ao seu ambiente social, cultural e econômico, quer venham dos governos quer de outros grupos organizados, quer de indivíduos isoladamente. Na verdade,

[...] a materialização do cidadão no processo político tem sido constatada particularmente no contexto do fortalecimento de entidades locais, organizações não-governamentais (ong), associações de moradores e organizações voluntárias, entre outras. (BAQUERO, 2003, p. 86)

No âmbito dos movimentos sociais, já nos anos 1980, mas principalmente na década seguinte, eles também se apropriam do ciberespaço para dar vazão às suas ideias e articular ações. Norris (2001, p. 15), que não acredita que a tecnologia promove a democracia direta, mas também que o meio político não é insensível às mudanças tecnológicas, argui que “[...] as tecnologias digitais têm a capacidade de reforçar as instituições da sociedade civil que medeiam cidadãos e Estado”.¹ Isso porque quanto mais uma organização ressen-te-se da falta de recursos, mais aberta está para usar tecnologias digitais que propiciem inovações organizacionais: “[...] a Internet não dirige esses movimentos insurgentes – essas causas são provocadas por paixões mais profundas – mas facilita a sua organização, mobilização e expressão”.²(NORRIS, 2001, p. 15)

De acordo com Saebo, Rose, Flak (2008), a participação política através das TIC é, normalmente, associada com formas de deliberação ou tomada de decisão. A participação pode ter lugar em processos políticos institucionalizados (por voto, por exemplo) ou não institucionalizados (como ativismo

1 “[...] digital technologies have the capacity to strengthen the institutions of civil society mediating between citizens and the state.”

2 “[...] the Internet does not drive these insurgent movements - these causes are triggered by deeper passions - but it facilitates their organization, mobilization and expression.”



político). As organizações da sociedade civil valem-se de ambos os expedientes, ora usando canais de participação instituídos – embora a abertura de canais eletrônicos para participação no Estado brasileiro seja incipiente –, ora usando os meios eletrônicos para atuar politicamente à margem do sistema, ou contra ele.

Características da internet como baixo custo, rápida disseminação da informação e amplo alcance, a tornaram uma ferramenta poderosa para mobilizar, organizar e maximizar a atuação dessas organizações:

[...] o poder integrador das páginas *web* e do universo que formavam trouxe para a comunicação distribuída a reunião dos diferentes movimentos em ações coletivas, seja para empreender uma luta comum, seja para construir uma atividade comum. (ANTOUN, 2008, p. 16)

A aplicação das tecnologias para atuação política tem tomado caminhos diversificados, como a organização e disponibilização de informações sobre orçamentos públicos, a formação de redes com organizações parceiras, a organização de protestos, o monitoramento ambiental e a denúncia de irregularidades, o levantamento de fundos para uma causa, a publicização de abusos do agronegócio, as listas de discussão para trocas de experiências, entre tantos outros exemplos. Surge também uma forma de participação política própria para o ambiente digital: o ciberativismo.

O ciberativismo diz respeito ao uso dos meios eletrônicos, principalmente da internet, para convergir, num mesmo espaço, a divulgação de ideias e informações, a busca de apoio para uma causa, a abertura de espaços para a discussão, mas, principalmente, a organização e mobilização das pessoas para participar de ações que podem acontecer no mundo real e no virtual, como a assinatura de abaixo-assinados, o envio de petições, as passeatas³, entre outros. De acordo com Saebo, Rose, Flak (2008, p. 409),

[...] e Ativismo descreve os esforços de organizações e grupos de interesse em utilizar as TIC para promover os seus próprios interesses ou pontos de vista. Eles procuram influenciar o processo político através de meios tecnológicos para promover os seus interesses.⁴ (SAEBO; ROSE; FLAK, 2008, P. 409)

3 As passeatas virtuais são feitas na intenção de boicotar um site impedindo que outras pessoas possam acessar, através de acordos de data e horário para entrar em determinado site. (CIBERATIVISMO, 2011)

4 “[...] e Activism describes the efforts of voluntary organizations and interest groups to use ICT to promote their special interests or viewpoints. They seek to influence the political process by using technological means to promote their interests”.



Antes desse emprego mais elaborado das TIC na atuação política – o ciberativismo –, as organizações tendem a fazer uso das ferramentas ao seu alcance (inclusive alcance financeiro e cognitivo) para os tipos de participação que já engendravam no mundo *off-line*. Isso envolve, num primeiro momento, se apropriar de um ambiente rico em informação para aumentar seu estoque informacional, buscar subsídios para fortalecer seu discurso e reconhecer possíveis parceiros e adversários.

Em seguida, o ambiente digital pode gerar a oportunidade de organizações da sociedade civil articular e mobilizar grupos dispersos para uma ação conjunta. Para Norris (2001, p. 10), “[...] as atividades potenciais de organização e mobilização envolvem muito mais do que a leitura passiva de páginas de informação na *web*. Redes transnacionais representam um ‘guarda-chuva’ da *web* com o objetivo de ampliar o impacto de várias pequenas ONG”.⁵ Assim, organizações que antes tinham uma atuação espacialmente limitada, encontram na Rede parceiros de interlocução e ação.

Outro aspecto a ser destacado no uso da Internet pelas OSC é a contribuição que esta têm dado à gestão e disseminação de informação política para públicos com determinado recorte de interesse. Como alguns autores (BOBBIO, 1997; MAIA, 2008) vêm reportando, é improvável que todos os cidadãos tenham um interesse ativo em participar de todos os assuntos públicos; então, pode ser de grande valia encontrar esses assuntos minimamente organizados e com linhas de ação projetadas quando e para os que se interessam.

As OSC, que historicamente reivindicam espaços de participação e promoção de oportunidades para a esfera civil, veem na internet uma janela para expressão de identidades e valores. Nesse sentido, a internet propicia um canal em que os atores podem problematizar suas questões e interesses a partir de sua própria elaboração, questões estas que muitas vezes permaneciam ocultas pelos que controlam os meios de comunicação: “Assim, lançam luz às formas de poder nos arranjos institucionais ou nas configurações culturais, que não eram consideradas, antes pela racionalidade dos aparatos dominantes”. (MAIA, 2007, p. 49)

Essa questão da visibilidade pública acerca dos problemas e causas com as quais as organizações lidam é uma das aplicações mais evidentes da inter-

5 “The potential activities for organization and mobilization involve far more than the passive reading of information Web pages. Transnational advocacy networks represent ‘umbrella’ web sites aiming to amplify the impact of multiple smaller like-minded NGOs”.



net. Através de seus sítios eletrônicos, *blogs* e redes sociais *on-line*, as organizações estabelecem canais menos onerosos para difundir sua perspectiva, mantê-la atualizada e, eventualmente, conseguir apoio. Isso não significa uma ruptura com outras ferramentas: o telefone, a mídia impressa e a presença em eventos e reuniões presenciais são combinados com ferramentas eletrônicas para publicizar suas ações, estabelecer comunicação e coordenar mobilizações.

A internet também pode ajudar as organizações a pensar criticamente suas posições e compreenderem seu espaço e papel frente aos outros atores sociais. Isso pode refletir-se tanto em mudanças na forma de atuar, como no reposicionamento estratégico da organização, até a revisão de seus objetivos. De fato, a internet também funciona como um grande espelho que permite às organizações verem-se no contexto em que atuam, mas também de forma mais ampliada, comparar suas próprias ações e perspectivas com a de outros atores. Nesse uso da internet, não se trata propriamente de participação política:

Na verdade, há uma busca entre os próprios atores da esfera civil na construção de suas identidades, interpretação de sua situação em relação a outros atores sociais, assim como a busca em construir novos padrões de autoapresentação e reconhecimento. (LYCARIÃO; SAMPAIO, 2010, p. 102)

Por outro lado, essa reavaliação da identidade pode estabelecer novos padrões de atuação política na medida em que as organizações se percebem como atores políticos, mais que prestadores de serviços ou instituições assistencialistas.

Outro ponto para o qual a internet e a democracia têm sido constantemente relacionadas é a participação em debates públicos. Isso pode ocorrer de diversas formas: a organização pode se valer de canais abertos por outros atores para se manifestar, pode utilizar seus recursos digitais para promover debates na comunidade em que atua ou desta com outros grupos, pode, simplesmente, utilizar a Rede para divulgar debates presenciais. Além destas formas, as organizações tendem a produzir uma intensa comunicação interna entre seus próprios membros e parceiros.



Nesse sentido, talvez o mérito da Internet em provocar conversações autônomas e descentralizadas não esteja exatamente em fomentar o debate deliberativo em fóruns virtuais, mas, ao invés disso, em preparar os cidadãos e os atores coletivos cívicos para debates mais exigentes. (MAIA, 2007, p. 51)

Uma forma de participação política relacionada aos debates é a audiência pública. Nem sempre essas audiências em meio eletrônico envolvem debates, mas a ideia é que forneçam subsídios ao poder público no estabelecimento de agendas de ação e na conformação de políticas públicas. Enquanto as audiências costumam ser abertas pelo Estado, as iniciativas de organizações da sociedade civil vêm sendo direcionadas em termos de petições eletrônicas que, em muito, se assemelham aos abaixo-assinados: “A conexão com o processo político formal é importante: por exemplo, um determinado número de assinaturas pode forçar o Legislativo a discutir o assunto, permitindo aos cidadãos influência direta sobre a agenda política”.⁶ (SAEBO; ROSE; FLAK, 2008, p. 410)

Já comentamos a aplicabilidade da internet em torno dos debates, mas há um sem número de aplicações políticas em torno da comunicação. Um exemplo é a intensidade comunicativa que precede e permeia a construção de políticas públicas. Assim, o emprego da internet na comunicação com cunho político não pode ser separada do contexto mais amplo da atuação dessas organizações, como se fosse uma comunicação à parte, alijada do fluxo cotidiano, que envolve comunicação face a face e o uso de outros meios de comunicação anteriores.

Por outro lado, como alerta Maia (2008), as OSC podem tornar-se reductos de grupos corporativistas e particularistas, que minam o potencial de discussões democráticas e transportam a intolerância para o âmbito político: “[...] determinadas associações têm como meta a manutenção de uma proclamada distinção e de uma demanda de deferência dos demais, tal como clubes de status.” (MAIA, 2008, p. 328) Gomes (2011, p. 33) vai ainda mais longe ao afirmar que não se vê exatamente em que consiste a diferença entre as instâncias de OSC e as do mercado ou do poder público, já que “em todas elas se manifesta o mesmo princípio voltado para privilegiar o particular sobre o universal e o interesse do grupo sobre o interesse civil ou republicano”.

6 “The connection with the formal political process is important: for instance, a certain number of signatures may force the legislature to discuss the subject, allowing citizens direct influence over the political agenda”.



Deve-se considerar, no entanto, que se múltiplos grupos adentram a arena política, com diversificados interesses e pontos de vista, há melhores chances de equilíbrio entre diferentes interesses, pelo menos melhor equilíbrio entre mercado e OSC, uma vez que parece mais difícil supor que um ou outro irão despir-se de seus interesses particulares para privilegiar o universal.

Outra perspectiva a partir da qual as pesquisas têm observado a relação entre internet e participação política diz respeito à discussão quanto às potencialidades e barreiras inerentes. Como um ambiente de comunicação, é natural que a internet seja, também, ocupada pela política, como um complemento, mais uma ambientação de temas políticos. (ALMEIDA, 2010)

Contudo, não se pretende reproduzir essa discussão aqui, uma vez que já foi conduzida com riqueza de detalhes em outros estudos. (GOMES; MAIA, 2008; MARQUES, 2008; SAEBO; ROSE; FLAK, 2008) Em vez disso, nossa contribuição se dá em termos de uma síntese (Quadro I) – organizada em termos de comunicação, informação e procedimentos – de alguns dos principais argumentos em torno das potencialidades da internet para participação política e dos principais limites correspondentes:



Quadro 1 – Principais potencialidades e limites da internet na participação política

	Potencialidades	Limites
Comunicação	Superação dos limites de tempo, espaço e número de interlocutores.	Como acontece nas discussões presenciais, não são os recursos digitais que garantirão igualdade de oportunidade para todos falarem e ouvirem. No universo <i>on-line</i> , também, se verifica o monopólio da palavra.
	Facilidade de contato e pressão sobre representantes eleitos.	A diversificação dos meios de contato e pressão não tem se refletido em respostas dos representantes. O sistema político continua fechado.
	Intervenção em fóruns eletrônicos sobre matéria de deliberação política.	Há poucas evidências empíricas do aumento no interesse no processo político e no estado dos negócios públicos, bem como da aplicabilidade das deliberações em decisões públicas.
	Troca irrestrita de ideias, opiniões e necessidades.	A comunicação política com capacidade de produzir efeito sobre o domínio público e a esfera política continua sendo a produzida e distribuída pelos meios de massa. Além disso, governos e empresas podem monitorar e praticamente controlar as ações das pessoas.
	Condições mais paritárias de discussão, já que o anonimato garantiria certo apagamento das diferenças sociais.	O anonimato também pode levar à irresponsabilidade, a ofensas e mesmo à impossibilidade do debate civilizado. Além disso, as competências em comunicação não se encontram igualmente distribuídas, gerando desequilíbrios na capacidade de argumentação.
Informação	Produção e circulação de informações sem controle ou filtros do Estado.	Organizações da sociedade civil, por exemplo, têm produzido informação qualificada, mas restrita ao interesse, viés e foco da instituição.
	Facilidade e extensão de acesso.	A distribuição desigual de recursos financeiros e competências infocomunicacionais é transformada numa nova desigualdade de oportunidade política.
	Extensão e qualidade do estoque de informações <i>on-line</i> (inclusive informação estatal).	A informação política mais extensamente disponível tem, em geral, problemas de credibilidade, relevância e tende a chegar depois que a decisão pública já foi tomada.
Procedimentos	Votações <i>on-line</i> (eleições, plebiscitos, referendos, consultas).	Além de ainda terem um emprego limitado, há muitos questionamentos quanto à representatividade dos resultados das votações: em que medida representam a vontade geral ou a vontade dos que estão <i>on-line</i> .
	Livre-associação a comunidades virtuais que compartilham interesses.	A internet também beneficiou a associação de grupos que compartilham valores que não beneficiam a democracia: terroristas, pedófilos, traficantes etc.
	Comodidade, conforto, conveniências e custo reduzido para participar.	Não há evidências do incremento da participação em função desses elementos.

Fonte: síntese dos autores a partir da literatura (principalmente de Gomes e Maia, 2008).



Então, se, por um lado, a democracia encontra terreno profícuo para ser fortalecida, “[...] pelo fato de a informação ser amplamente distribuída e os fluxos de informação não poderem mais ser controlados a partir do centro” (AKUTSO; PINHO, 2002, p. 3), por outro lado, há outros condicionantes. Para Maia (2008, p. 285), “[...] há pouca evidência de que o acesso mais amplo às tecnologias irá, por si e sem mais, expandir o interesse pelas questões políticas simplesmente porque uma parcela maior do público tem chances de participar”.

Estratégia metodológica

A pesquisa da qual este texto emana tomou como estratégia metodológica, em grandes linhas, primeiramente, fazer uma síntese das formas de participação política encontradas na literatura e confrontá-la com as práticas de 11 organizações da sociedade civil de Salvador, chegando-se a 25 formas de participação política. Este trabalho piloto com as 11 organizações serviu de base para o planejamento da segunda fase da pesquisa, já agora contemplando uma amostra criteriosamente construída de organizações sociais com sede em Salvador. Essa cidade, capital do Estado da Bahia, concentra organizações da sociedade civil que atuam em frentes múltiplas de defesa de direitos civis e mediações políticas. Dada a quantidade e diversidade dessas organizações, a amostra foi feita a partir do banco de dados do Cadastro Nacional de Entidades (CNE)⁷, do Ministério da Justiça. Tomando como ponto de partida o Relatório Eletrônico de Prestação de Contas que cada organização disponibiliza no CNE, foram utilizados os seguintes critérios de seleção:

- a) Organizações cuja finalidade pudesse ser enquadrada como de intervenção cívica;
- b) Organizações que responderam afirmativamente quanto à sua contribuição para ampliação da democracia e fortalecimento da cidadania no Questionário para Avaliação da Inserção Social⁸;
- c) Organizações que já atuavam em 1995, ano da entrada da Internet comercial no Brasil.

⁷ Banco de dados e demais informações disponíveis em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJFCIE6BD51-TEMIDIC837A412B2B430F8F9C1FF0CB7341FFPTBRIE.htm>

⁸ Este Questionário faz parte do Relatório Eletrônico de Prestação de Contas



Com a aplicação desses requisitos, em janeiro de 2010, chegou-se a 46 organizações, conforme Quadro I.

Quadro I - Organizações selecionadas para a pesquisa empírica

Acopamec – Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão
Apae de Salvador
Associação Bahiana de Recuperação do Excepcional
Associação Baiana de Deficientes Físicos – Abadef
Associação Brasileira de Educação Familiar e Social
Associação Centro Social Fraternidade Bahiana
Associação de Moradores do Conjunto Santa Luiza
Associação de Pais e Amigos de Crianças e Adolescentes com Distúrbios de Comportamento
Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado da Bahia
Associação e Centro de Educação Infantil Maria Dolores
Associação Movimento João de Barro - Movimento João de Barro
Associação Nacional de Instrução
Associação Pestalozzi de Salvador
Associação Universitária e Cultural da Bahia
Casa de Santa Maria
Casa Pia e Colégio dos Orfãos de São Joaquim
Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana
Centro Espírita Caminho da Redenção
Centro Espírita Deus, Luz e Verdade
Centro Espírita União, Amor e Luz
Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente
Clube de Mães do Bairro de Pernambuês
Comunidade Franciscana da Bahia
Congregação das Irmãs Mercedárias Missionárias do Brasil
Federação Espírita do Estado da Bahia
Fundação “Franco Gilberti”
Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas
Fundação Clemente Mariani
Fundação Instituto São Geraldo
Fundação José Silveira
Fundação Lar Harmonia
Fundação Odebrecht
Grupo de Apoio à Criança com Câncer de Salvador
Grupo de Apoio à Prevenção a Aids da Bahia
Instituto de Cegos da Bahia
Instituto de Organização Neurológica da Bahia
Instituto de Permacultura da Bahia
Instituto Guanabara
Instituto Social das Medianeiras da Paz
Liga Bahiana Contra o Câncer
Monte Tabor Centro Italo-Brasileiro de Promoção Sanitária
Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil - Nacci
Organização de Auxílio Fraternal
Santa Casa de Misericórdia da Bahia
Sociedade Beneficente Cultural Afro-Brasileira São Jorge
Unidade de Onco-Hematologia Pediátrica Erik Loeff

Fonte: pesquisa dos autores a partir do CNE do Ministério da Justiça.

Após três meses de tentativas para agendamento das entrevistas, duas organizações optaram por não participar da pesquisa: Casa Pia e Colégio dos



Órfãos de São Joaquim, e Unidade de Onco-Hematologia Pediátrica Erik Loeff. O trabalho de campo foi realizado, portanto, com 44 organizações.

Foram realizadas entrevistas individuais com os gestores de cada organização, a partir de um roteiro semiestruturado, com 13 questões abertas. A listagem com as 25 formas de participação política foi apresentada no decorrer da entrevista para que cada organização assinalasse aquelas formas de participação que já exerceu, bem como aquelas nas quais a Internet era utilizada. Na redação dos resultados, a seguir, todas as falas estão sinalizadas em itálico e optou-se por ocultar a identidade das organizações. Nesse sentido, sempre que a fala do entrevistado incluiu o nome da organização, este foi substituído por “[organização]”.

O emprego da internet para a participação política

As plataformas digitais não geram participação política, mas oferecem um terreno fértil para tal, uma vez que privilegiam elementos caros à democracia, como o acesso a fontes de informação diversificadas, canais de discussão públicos e comunicação facilitada. A motivação é o elemento complementar que fecha a equação. No caso das organizações em análise, pesquisa anterior (BORGES, 2011) apontou que a maioria delas alçou a participação política ao nível de prioridade. Verificou-se, também, que a internet já faz parte do cotidiano das organizações, com usos mais ou menos elaborados, em geral como meio de comunicação – principalmente via correio eletrônico, mas, também, pelos sítios eletrônicos – e acesso à informação. Vejamos agora no contexto específico da atuação política.

Apenas quatro organizações disseram não utilizar a internet para participação política. Outras duas não quiseram responder à questão. Assim, temos 38 organizações que, em graus e formas diferentes, relacionaram a internet como ferramenta para levar a cabo a atuação política a que se propõem.

O Gráfico I ilustra o peso relativo da internet para cada uma das formas de participação. Assim, embora a participação em debates ou fóruns seja praticada por todas as organizações (44) e tenha, em números absolutos, um uso elevado da internet (26 organizações), em termos proporcionais, ocupa apenas a oitava colocação, correspondendo a 59,1% das organizações que praticam essa participação.



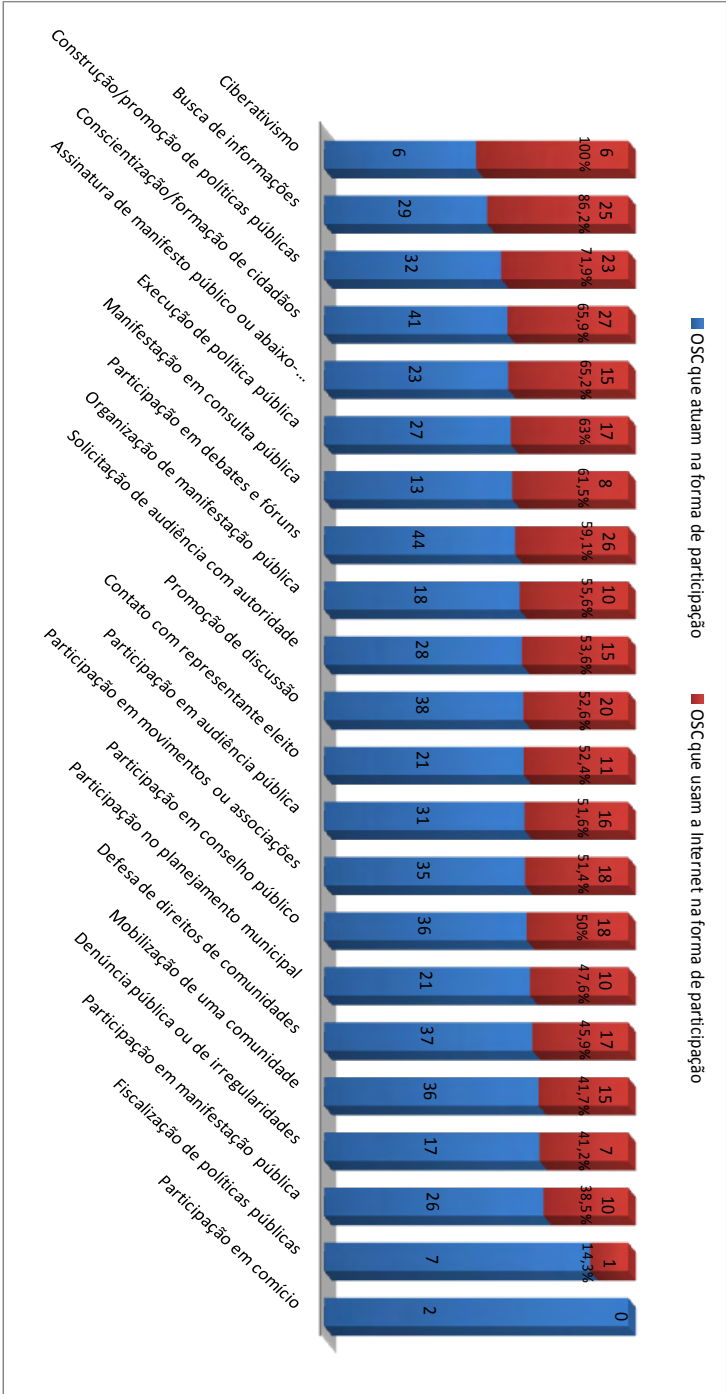
Já o ciberativismo, definido como o uso de meios eletrônicos para organizar e mobilizar as pessoas em torno de uma causa, apresenta correlação total. Seis organizações disseram praticá-lo, embora uma delas não possua sítio eletrônico ou *blog*, tampouco participa de redes sociais *on-line*, o que, embora não impossibilite que ela realize ciberativismo por outros meios, torna-o improvável. Observando o sítio eletrônico das outras cinco organizações, três têm um aspecto institucional – quem são, o que fazem, meios de contato etc. – e as outras duas, realmente, têm um discurso de engajamento: procuram divulgar suas ideias e buscar apoio para uma causa.

Uma dessas organizações abriu um espaço para a discussão em meio eletrônico em seu sítio eletrônico chamado “Fala Comunidade”, no qual as pessoas têm a possibilidade de postar comentários e interagir. Essas duas organizações, portanto, parecem ter, de fato, ações direcionadas ao ciberativismo.

Ainda que de maneira incipiente, as organizações vão experimentando os recursos tecnológicos como aliados para divulgar e buscar apoio para suas causas, abrir espaços de discussão e mobilizar as pessoas para participar de ações tanto no mundo virtual, como no real. Portanto, tendem a usar ações híbridas – ações *on-line* e *off-line* – para aumentar o alcance de suas propostas.



Gráfico I – Uso da internet para participação política



Fonte: pesquisa dos autores.



A preocupação com a **busca de informações** como forma de uma participação política qualificada ocupa apenas a décima posição entre as formas de participação (29 organizações). No entanto, é o segundo maior uso proporcional que as organizações dão à internet (25 organizações) dentro do escopo das formas de participação. Inegavelmente, portanto, a internet é fonte de informação sobre os temas de interesse político das organizações, apesar de tão diversas em suas causas e recursos. Um exemplo:

Outro dia mesmo eu tive a necessidade de ver a elaboração do projeto PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que a gente estava com vontade de assinar um convênio com a prefeitura. A gente sabe que quando a prefeitura quer implantar, eles apresentam e floream. Então, eu fui para a internet buscar o que é mesmo, como é que funciona, cadê a análise das instituições que já vivenciaram, porque a gente sabe que tem dificuldades. Por exemplo, o governo federal transmite os recursos, o estadual paga em dia, o municipal não. É terrível. Leva, às vezes, meses. Então, isso me segurou um pouco.

As falas apontam um movimento em direção à internet como fonte de informação desde o manter-se atualizado sobre temas de interesse da organização, até buscas mais específicas para o levantamento de dados que permitam a tomada de decisão. Verifica-se, também, um sentimento de inclusão das organizações na dinâmica social, algo como “agora nós temos como saber o que está acontecendo”.

O terceiro item que chama a atenção, a partir do Gráfico 1, é a **construção ou promoção de políticas públicas**. O discurso recorrente é quanto à necessidade de comunicação intensa entre todos os envolvidos, o que pode significar outros conselheiros, parceiros, poder público e comunidade. E a internet é vista como o canal facilitador dessa comunicação.

Principalmente, mas não só, a partir dos conselhos municipais, as organizações têm estado cada vez mais envolvidas na proposição de temas, na negociação de propostas, na articulação com parceiros. São todas atividades nas quais as possibilidades oferecidas pela internet parecem estar em sintonia com as práticas de comunicação já engendradas pelas organizações.

O quarto uso para o qual internet tem mais peso (65,9%) é a **conscientização ou formação de cidadãos**. Aqui, a princípio, poderia parecer contraditório, porque muitas delas comentaram a dificuldade em utilizar a internet como veículo de comunicação com o público-alvo por conta da exclusão



digital. Observa-se, no entanto, que se, de um lado, as organizações percebem a barreira, de outro, isso não representa a desconsideração das ferramentas da internet nessa área de atuação política.

Em termos gerais, o uso da internet para conscientização relaciona-se à promoção de discussão em grupos, disseminação de informações de interesse público e, também, informações relacionadas às ações da organização, e formação sociopolítica. Essas informações dirigem-se àqueles que já são participantes das atividades da organização, mas também pretendem atingir simpaticizantes e outras organizações e a sociedade como um todo. As organizações utilizam – por ordem de relevância – seus próprios sítios eletrônicos, redes sociais *on-line*, comunidades virtuais ou listas de discussão, *blogs* e correio eletrônico.

Quinze das 23 organizações que consideraram a **assinatura de manifesto público** como forma de participação política utilizam a internet para esse fim (65,2%). Embora seja um dos mecanismos mais tradicionais na busca por apoio político para alguma causa, o antigo abaixo-assinado recebeu força renovada com a disseminação facilitada pela internet. Por exemplo, no Projeto de Lei de Iniciativa Popular que circulou pelo Brasil em 2009, conhecido por “Ficha Limpa”, a conquista das assinaturas exigidas pela legislação – um centésimo do eleitorado nacional (1,3 milhões), distribuído em pelo menos cinco Estados – certamente só foi possível pela convergência do trabalho dessas organizações com o uso da tecnologia. Vários dos entrevistados relataram tanto o envio eletrônico da petição para seus contatos, como a recepção dos documentos assinados para repasse às instituições organizadoras. Em 2011, durante a pesquisa de campo, circulava em Salvador uma petição eletrônica para *impeachment* do prefeito:

[...] o do prefeito mesmo agora, para tirada do prefeito, daí pintou um ofício por e-mail, e para essas coisas funciona. João Henrique, com as contas dele, porque, na verdade, a gente estava esperando que o Ministério Público tivesse uma força maior e não teve, aí quando o MP disse que não ia bulir nas contas do prefeito, aí o pessoal do movimento social fez logo um abaixo-assinado dizendo que o contrário, que o MP tinha que intervir nas contas do prefeito. E esse abaixo-assinado chegou por e-mail, aí colocava o nome da entidade e repassava.

Uma organização, quando questionada sobre as mudanças nas formas de participação, relacionou o aumento de sua própria atuação à emergência



da internet: “A internet não existia nessa época [no início das atividades, em 1987], então a gente só tomava conhecimento de alguma coisa quando a gente ia nos locais, quando a gente ia buscar...”.

Outro uso político da internet, que ganhou força no último ano da pesquisa (2011), foi a emergência de *blogs* e redes sociais *on-line* para este fim. Os *blogs* apareciam no discurso de seis das 44 organizações, em 2009; e em 2011, estavam entre os usos de cinco das nove que fizeram parte do grupo pesquisado. Segundo elas, pela facilidade de publicação e manutenção, tornou-se um mecanismo acessível se comparado com os sítios eletrônicos que exigem algum conhecimento de linguagem de programação.

Entre aquelas organizações que mantêm sítios eletrônicos e *blogs*, observa-se que o *blog* tende a conter um discurso mais politizado se comparado ao sítio eletrônico. Os sítios, em geral, não contêm denúncias ou protestos, e focam na descrição da organização e suas ações. As organizações parecem perceber o sítio eletrônico como uma representação formal da instituição no ciberespaço, enquanto o *blog* tende a ser visto como mais desprezado e dinâmico. Essa análise decorre da observação dos sítios e *blogs* das organizações, mas também está presente no discurso de algumas delas.

No entanto, comparando-se os dados de três anos de acompanhamento do uso da internet entre as organizações, o uso que mais proliferou no último ano é o das redes sociais *on-line*, principalmente Orkut, Facebook e Twitter. A situação ainda é de experimentação, ou seja, nem sempre as organizações têm clareza da efetividade dessas redes para atingir ou contribuir com seus objetivos:

[...] quando eu sugeri para o [gestor da organização] a gente inserir as redes sociais, ele ficou meio em dúvida [...]. Então, a gente não sabia se isso podia agregar ao nosso trabalho. Então eu fiquei me perguntando como é que eu vou chamar a atenção das pessoas para elas entrarem no Orkut.

Um resultado positivo observado no que tange à organização onde a declaração acima foi colhida, é o fato de que ela consegue uma disseminação alargada da informação. As suas campanhas têm alcançado, por exemplo, personalidades (artistas, políticos etc.) e a mídia de massa, que retransmitem a informação alcançando atenção muito superior se comparada ao uso do sítio eletrônico.



Questionados quanto ao objetivo de utilizar as redes, as respostas mais comuns estão relacionadas a “chamar a atenção para questões”, “conseguir novos apoiadores para a causa”, “prestar contas”, mas também “estretar os laços” com aqueles que já fazem parte das redes *off-line*. Algumas organizações têm uma visão clara de que poderiam implementar um uso mais sofisticado da internet para participação política:

Eu acho que para a atuação política, tem que aprender ainda como usar a internet para mobilizar, por exemplo. Tem gente aqui esperta na paróquia para outros motivos, para outras coisas, e podia levar para mobilizar toda uma comunidade. Nós não fazemos ainda isso. É possível fazer. A gente tem que ter pessoas que queiram fazer.

Os resultados sugerem, portanto, que a internet funciona prioritariamente como um suplemento para as atividades tradicionais das organizações. Os usos inovadores ainda são exceções e não representam a realidade geral do grupo estudado. Pereira (2011) encontrou resultados compatíveis ao observar o uso de recursos digitais por movimentos sociais brasileiros:

A Internet favorece o desenvolvimento de novos repertórios, tais como produção de boletins eletrônicos, oferecimento de denúncias, promoção ou participação em abaixo assinados, cooptação de novos membros, entre outros. Apesar de um grande número de possibilidades de ação a partir da Internet, estas dificilmente irão substituir as ações presenciais. Temos na verdade a possibilidade de articulação entre ações online e presenciais. (PEREIRA, 2011, p. 21)

Retomando a observação dos dados do Gráfico 1, há particularmente três formas de participação política para as quais a internet é, de forma proporcional, pouco utilizada, se comparada aos números da participação em si: a participação em manifestação pública, a denúncia pública ou de irregularidades e a mobilização de uma comunidade. O Gráfico ainda apresenta a participação em comício e a fiscalização de políticas públicas nas últimas colocações, mas como têm um baixo escore de participação independentemente do uso da internet, vamos nos ater às demais.

A questão que se coloca é: por que a internet é proporcionalmente pouco utilizada em formas de participação bastante presentes para as organizações (manifestação pública, denúncia pública ou de irregularidades e mobilização de uma comunidade)?



Apenas 38,5% das organizações que **participam de manifestações** utilizam a internet para este fim. A noção dessa forma de participação para as organizações está relacionada às manifestações de rua, como as passeatas. E a internet, quando utilizada, tem um papel secundário funcionando para divulgar, para dar visibilidade – através dos sítios eletrônicos, dos *blogs*, das redes sociais *on-line* – e para trocar informações a respeito.

A dificuldade de comunicação com o poder público e com as autoridades em geral, via meios eletrônicos, é a principal alegação do motivo de a **denúncia pública** ser um dos itens de atuação política com menor uso proporcional da internet (41,2%). De acordo com as organizações, como essa denúncia envolve, na maioria das vezes, a necessidade de acionar órgãos do poder público e há baixo retorno destes quando a comunicação se dá por meio eletrônico, elas preferem usar outros canais, como o telefone ou um escritório.

Quanto à **mobilização da comunidade**, os dois principais motivos alegados pelas organizações para o pouco uso da internet são a exclusão digital e a valorização do contato pessoal:

A internet, na verdade, ainda é pouco usada. Ela começa a ser utilizada, mas o trabalho nos bairros é um trabalho que se faz muito mais pelas reuniões, pelos relacionamentos interpessoais. A internet em alguns projetos é utilizada para comunicação.

A fala acima traz à tona a importância da manutenção de intermediários humanos na sociedade:

A sociedade aberta pensava ser transparente, livre de intermediários, grandes organizadores de debates frente a frente. Tropeça sempre na necessidade de recorrer a intermediários. Mesmo multiligados, todos procuram o outro, e, sobretudo, necessitam de intermediários *humanos*.. (WOLTON, 2006, p. 73, grifo do autor)

Além dessa cultura das relações presenciais, as organizações relatam dificuldades em utilizar a internet em qualquer atuação que envolva a comunidade, porque usualmente trabalham com grupos em situação de exclusão digital e social. Esses resultados também têm semelhança com os de Brundin (2007), com relação às ONG norte-americanas e suecas. As organizações consideraram complicado levar as atividades de protesto e ações políticas que empreendem *off-line* para o ciberespaço: “[...] os recursos mais utilizados são os alertas para participação e petições via *e-mail*, enquanto atividades mais



participativas, tais como fóruns e comunidades virtuais de discussão, aparecem mais raramente nos *sites* da ONG”.⁹ (BRUNDIN, 2007, p. 226)

Portanto, as organizações, em geral, percebem o uso das tecnologias como aliadas para sua atuação política, mas encontram limitadores externos, como a exclusão digital da comunidade com a qual atuam e o baixo retorno do poder público para a comunicação eletrônica.

Conclusão

A internet está presente em 21 das 22 formas de participação política praticadas pelas organizações, ainda que com pesos diferentes. Destaca-se o “ciberativismo”, por sua própria natureza; a “busca de informações ou esclarecimentos a fim de uma participação consciente”; e a “construção ou promoção de políticas públicas”. Com exceção do ciberativismo, as formas de participação política são prévias às tecnologias digitais, mas os dados demonstram que essas tecnologias potencializaram as possibilidades de aplicação para as organizações que as dominam, assistindo-se até a uma progressiva transformação de antigas formas de participação em ciberativismo. Exemplos são as petições eletrônicas, que renovaram os antigos abaixo-assinados, e o uso de *blogs* e redes sociais *on-line* para dar visibilidade à organização e mobilizar para suas causas.

As organizações usam essas ferramentas para militar ou se posicionar perante questões amplas – defesa de direitos civis no Iraque, campanhas contra usinas nucleares etc. – até questões locais, como acionar o Ministério Público para fiscalizar as contas da Prefeitura de Salvador.

O que transparece é que essas organizações por já terem uma motivação política anterior, apropriam-se dos recursos eletrônicos que percebem como aliados para suas atividades. Ainda que com um uso aquém daquele vislumbrado pela literatura para a democracia digital e consideradas as limitações estruturais, humanas e a exclusão digital da população com que trabalham, as organizações da sociedade civil de Salvador valorizam e empregam a internet para muitas das atividades a que se propõem, inclusive a atuação política.

9 “The most widely used participatory features are action alerts and e-mail petition, while deeper participatory activities, such as discussion forum and/or cyber communities, appear more rarely on the NGO web sites”.



A priori não se trata de nenhum uso mais sofisticado da internet – a maioria das organizações fala basicamente da busca de informações para manter-se atualizada e do uso de correio eletrônico –, mas é o que está ao alcance e funciona face aos seus objetivos. Essa relação entre alcance e eficácia é imprescindível para organizações que claramente veem os recursos tecnológicos como meio, enquanto mantêm seus objetivos originais que, embora diversos, podem ser enquadrados como de intervenção cívica.

Referências

AKUTSO, L.; PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. *RAP*, v. 36, n. 5, p. 98-106, set./out. 2002.

ALMEIDA, G. W. D. Participação política e democracia no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. *Anais...* São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1192-1.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2011.

ANTOUN, H. De uma teia à outra: a explosão do comum e o surgimento da vigilância participativa. In: ANTOUN, H. (Org.). *Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 11-28.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 23, p. 83-108, 2003.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BORGES, J. Participação política, internet e competências infocomunicacionais: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BRUNDIN, P. Just another communication tool? NGO perceptions of the internet as a political space. In: AVDIC, A. et al (Org.). *Understanding eParticipation: contemporary PhD eParticipation research in Europe*. Örebro: Örebro University Library, 2007. p. 217-230.

CIBERATIVISMO. In: WIKIPÉDIA. 13 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciberativismo>>. Acesso em: 5 abr. 2012

GOMES, W. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. C. M. et al (Org.). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011. Cap. I. p. 19-45. (Cibercultura).

_____; MAIA, R. C. M. *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.



LYCARIÃO, D.; SAMPAIO, R. C. Sociedade civil online: diferentes usos da internet para fomentar a participação política. *Rev. Estud. Comun.*, v. 11, n. 25, p. 97-106, maio/ago. 2010.

MAIA, R. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 10., 2001, Brasília. *Anais...* Compós, 2001. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2001.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2011.

_____. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *Logos 27: Mídia e Democracia*, ano 14, p. 43-62, 2º sem. 2007.

_____. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. (Org.). *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 327-348.

MARQUES, F. Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso brasileiro. 2008. 498 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

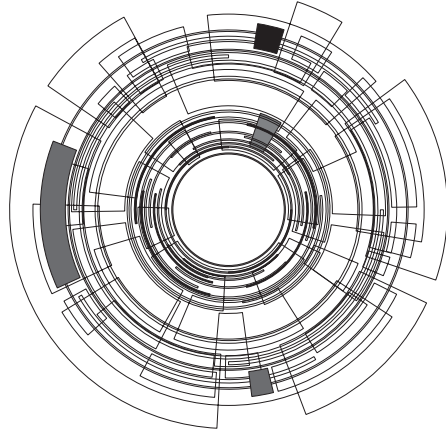
NORRIS, P. *Digital divide: civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University, 2001.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 4, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2011.

SAEBO, O.; ROSE, J.; FLAK, L. S. The shape of eparticipation: characterizing an emerging research area. *Government Information Quarterly*, v. 25, n. 3, p. 400-428, 2008.

WOLTON, D. *É preciso salvar a comunicação*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.





El camino de la democracia digital: panorama en clave deliberativa de los sitios web desarrollados por los municipios cordobeses

Corina Echavarría

Introducción

En el contexto de la Sociedad de la Información, lo que se espera es una reestructuración completa de las instituciones basada en la incorporación de las Tecnologías de Información y Comunicación. El discurso tecnológico pareciera asociarse a ideas clásicas que sostienen una concepción lineal del tiempo y la historia, donde el camino al futuro es único y de carácter evolutivo. Según Tesoro (2002), la magnificación de las potencialidades de las mencionadas tecnologías habría llevado a los diversos autores y actores internacionales a considerarlas una “posibilidad de saltar decenios de desarrollo evolutivo y ponerse a nivel de los más desarrollados” y/o un “atajo’ para superar rezagos en la interacción Estado-Sociedad”.

En este contexto, emerge como un campo de reflexión, no previsto en el proyecto *Poder comunicativo y presupuestos públicos*¹, el uso que los gobiernos locales realizan de las Nuevas Tecnologías de Información y Comunicación (TICs). El relevamiento realizado daba cuenta de una proliferación de sitios webs gubernamentales; más del 50% de los casos que componían el universo de los municipios considerados por el mencionado proyecto habían desarrollado portales en Internet como un avance en términos de eficiencia y democratización de la gestión.

Como destaca Carracedo Verde (2006), pareciera que nadie quería ser responsable de “perder el tren del progreso” que representa la llamada “computopia” (*computer based utopia*). Computopia que, para la mayoría de los que adhieren al paradigma de la Sociedad de la Información, “[...] tornará possível dispensar a política e o governo centralizados. Em vez disso haverá democracia participativa e sistemas de ‘administração local pelos cidadãos’ ”. (MASUDA apud KUMAR, 1997, p. 27) No obstante, contrariamente a este optimismo o determinismo tecnológico, Castells (2003), afirma que “la sociedad modela a Internet, y no al contrario”.

Así fue, justamente, a partir de los parámetros de la eficiencia y la democratización de la gestión, considerando que este es un camino de ida y vuelta, que pensamos que el tema merecía profundización; no sólo por la actualidad que describía en las experiencias locales observadas, sino también porque la profundización de las comunicaciones y, particularmente, de la “transparencia” como factor de eficiencia gubernamental ocupaba el centro de diversos

1 Proyecto: *Poder comunicativo y presupuesto público: materialización de las experiencias de participación ciudadana en las definiciones presupuestarias de los municipios cordobeses*, desarrollado con financiamiento de la Agencia Córdoba Ciencia durante los años 2006 y 2007 y sede de trabajo en la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Nacional de Córdoba, para el análisis de los procesos de formulación de políticas públicas y elaboración del presupuesto público en los municipios cabecera de departamento de la provincia de Córdoba (Argentina)



debates promovidos por los organismos internacionales y por algunas corrientes teóricas, esta últimas vinculadas a la modernización del Estado.²

Durante la década del noventa y entrando en el siglo XXI, las diversas reuniones internacionales de los gobiernos y organismos multilaterales de crédito han promovido acciones para que “las instituciones de los gobiernos se conviertan en estructuras más participativas” (Cumbre de las Américas de Santiago de Chile, 1998) y transparentes, mediante la implementación de medidas que permitan el “acceso a información relativa a legislaciones, regulaciones, actividades, política y programas” como condición de sostenibilidad del desarrollo (Plan de Acción de la Cumbre de Johannesburgo sobre Desarrollo Sostenible, 2002; Carta de Gobierno Electrónico, 2007).

Particularmente, el Banco Interamericano de Desarrollo (2004, p. 6), afirma, en la *Estrategia para promover la participación ciudadana en las actividades del Banco* como parte las lecciones aprendidas que:

[...] la moderna tecnología de la información, al potenciar la interacción entre gobiernos, organismos internacionales y ciudadanos, facilita el desarrollo de políticas activas de promoción de la participación y por tanto de incremento en la transparencia y eficacia de la gestión pública.

En este sentido, se destacan también las afirmaciones de la OCDE (apud TESORO, 2002, p. 13), según las cuales la

[...] difusión de aplicaciones y prestaciones de [Gobierno Electrónico] GE contribuye a: a) provocar ‘apalancamientos’ y externalidades positivas para la inclusión digital, b) mejorar las capacidades y habilidades informativas y participativas de los integrantes de las comunidades, y c) mejorar el acceso a los servicios provistos por el Estado por parte de grupos críticos [...]

2 Para una profundización de discusión sobre lo que denomino la “re-emergencia transparente de lo público” sugerimos consultar *Publicación y publicidad: la transparencia presupuestaria en los municipios de la provincia de Córdoba* (BUFFA; ECHAVARRÍA, 2009) No obstante, quisiera destacar que, como afirmáramos en dicho trabajo, por un lado, en la construcción del Estado Democrático de Derecho la publicidad de los actos de gobierno es la regla, por lo tanto, el ideal de publicidad no sólo es un criterio de funcionamiento, que nos permitiría dar cuenta de límites a fines o metas autónomos del Estado, sino que fundamentalmente la visibilidad del poder es la condición necesaria de la justicia. Por otro lado, en los procesos de Reforma del Estado, la promoción del acceso a la información pública está vinculada a los desarrollos referidos a la *accountability* horizontal (controles entre poderes), a la preocupación con la eficacia en el cumplimiento de las funciones y tareas del gobierno y a la promoción de la democratización de la gestión pública, en un contexto de redefinición de sus relaciones con la sociedad. En este sentido, consideramos que acceso a la información y transparencia no son sinónimos, sino que más bien en sus usos estarían remitiendo a fenómenos diferentes: la publicidad y el control, respectivamente.



Es por esto que procuraremos ofrecer un panorama del desarrollo de los sitios web gubernamentales en la provincia de Córdoba (Argentina) que, en clave democrática deliberativa, contribuya a la discusión sobre el uso de las nuevas tecnologías y los procesos públicos de toma de decisión en el nivel local. En un primer momento, presentaremos el debate referido a la incorporación de NTICs a la gestión pública, particularmente en lo que se refiere al desarrollo de portales para la eficientización y democratización de la gestión local. Después, expondremos brevemente el esquema analítico construido para este trabajo. Finalmente, desarrollamos un análisis de las oportunidades de interacción gobierno-ciudadanos que ofrecen los portales de los gobiernos locales. Tomamos para el estudio el conjunto de los gobiernos municipales cabecera de departamento de la provincia de Córdoba, cuya presencia en internet fue relevada por miembros del equipo de investigación anteriormente mencionado en el período que va de diciembre de 2006 a julio de 2007³ y actualizada durante los meses de marzo y abril de 2010.

Sítios em internet: eficiencia y democratización de la gestión

La producción académica reciente reconoce una preocupación respecto de la relación entre la democracia y la incorporación de las NTICs, tanto en el funcionamiento del sistema político administrativo como en las relaciones de este último con la ciudadanía. En estos debates se observa una diversidad de conceptualizaciones y se enfrentan visiones optimistas y pesimistas respecto del impacto de dichas tecnologías en los procesos democráticos; especialmente, referidas al papel de la información y de la comunicación. Las cuales describen una variedad que da cuenta tanto del medio tecnológico privilegiado (teledemocracia, ciberdemocracia), como de las premisas que orientan el sistema institucional que incorpora el uso de las NTICs. Es decir, los valores, la visión

3 Versiones previas de este trabajo, elaboradas con la colaboración de la licenciada Paula Juárez, fueron presentadas en el *IX Seminario RedMuni: La Agenda Pública Municipal - Presente y perspectiva* (2007) y en las *XI Jornadas Nacionales de Investigadores en Comunicación: Tramas de la Comunicación en América Latina Contemporánea. Tensiones Sociales, Políticas y Económicas* (2007), con el título *La democracia digital en los municipios: análisis de los portales desarrollados por los municipios sede de Comunidad Regional en la provincia de Córdoba*; ambos trabajos son resultado preliminar del Proyecto *Poder comunicativo y presupuestos públicos*, dirigido por la autora con financiamiento de la Agencia Córdoba Ciencia (2006-2008).



de la ciudadanía y las formas de participación reconocidas (de consumidores, elitista, deliberativa).

Restringiendo las discusiones a los procesos de reforma del Estado, esta problemática se profundiza durante la denominada segunda generación de reformas, en la cual se trataría de recuperar la capacidad de gestión y gobierno del Estado (modernización y gobernabilidad) y, en tal sentido, desarrollar modalidades de relación entre los gobiernos, el sector privado y las organizaciones que contribuyan a sostener un ambiente democrático en y para la gestión.

Las líneas de reforma política administrativa animadas para los gobiernos locales se encuentran relacionadas, entonces, con el desarrollo de instituciones que permitan: facilitar el acceso de los ciudadanos a la administración y a las empresas de servicios públicos; establecer una comunicación basada en el uso generalizado de nuevas tecnologías, que permita tanto el feedback o la respuesta del ciudadano como formas de relación más “personalizadas” apoyadas en la posibilidad de elecciones directas; y, finalmente, la elaboración de programas basados en la cooperación de los usuarios. (CASTELLS; BORJA, 1996) En este contexto fueron impulsadas acciones para el desarrollo de políticas de gobierno electrónico.

En términos generales, la idea de gobierno electrónico se asocia a la incorporación de TICs en los distintos procesos de diseño, implementación y evaluación de la acción pública, facilitando y mejorando – según la Carta Iberoamericana del Gobierno Electrónico (2007) – la participación de los ciudadanos en el debate público y en la formulación de políticas. Refiere entonces, de manera cualificada, a las

[...] actividades basadas en las nuevas tecnologías informáticas, que el Estado desarrolla para aumentar la **eficiencia** de la gestión pública, mejorar los servicios ofrecidos a los ciudadanos y proveer a las acciones del gobierno de un marco mucho **más transparente**. (GROSVOLD apud BADILLA VILLANUEVA; BLANCO GONZALEZ, 2004, p. 5, énfasis de la autora)

Es decir, se trata del empleo de medios informáticos para “permitir a los administrados una mejor y más intensa **comunicación** con sus gobernantes a todo nivel” y para “[...] permitir la **prestación directa de servicios** y el sometimiento de toda clase de **gestiones** a los despachos administrativos obteniendo por la misma vía la resolución correspondiente.” (HESS apud BADILLA VILLANUEVA; BLANCO GONZALEZ, 2004, p. 5. énfasis de la autora)



Para algunos autores estaríamos, simplemente, en presencia de un nuevo paradigma asociado a la prestación de servicios por parte de los poderes públicos para:

[...] a) proveer más y mejores prestaciones a los ciudadanos, b) proveer punto de acceso unificados y sencillos para satisfacer múltiples necesidades informativas y de servicios, c) adicionar productividad, calidad y valor a los servicios, d) proveer atención a la “medida” de los requerimientos de cada usuario, e) resolver trámites, consultas reclamos y sugerencias “en línea”, f) aumentar la participación ciudadana, g) aumentar la calidad y reducir el costo de las transacciones dentro del estado, h) reducir el costo (en dinero, tiempo, molestia y carga anímica) de tramitaciones del público, i) aumentar la transparencia de la gestión pública. (TESORO, 2002, p. 10)

Soslayando de alguna manera una de las “funciones” citadas anteriormente: “aumentar la participación ciudadana”. Un estudio exploratorio de experiencias nacionales realizado por Tesoro (2002, p. 10), advierte que el desarrollo de modelos de GE está asociado tanto a la necesidad de “[...] responder o anticiparse a cambios previsibles en las necesidades, demandas y expectativas de los destinatarios para adaptar o ajustar la gestión de las organizaciones públicas a las demandas que plantea el contexto inmediato”, como al mero “esnobismo tecnológico”.

Así, resulta importante destacar cuales son las dimensiones privilegiadas, cuando se trata de evaluar el “éxito” del GE. Con el foco puesto en el ciudadano-cliente, los indicadores se centran en el análisis de la “[...] conveniencia, accesibilidad y credibilidad” de la información ofrecida; mientras que cuando la preocupación está centrada en la capacidad para provisión de servicios en línea los indicadores se orientan a la medición de la “eficiencia, innovación, seguridad y privacidad”. (TESORO, 200-, p. 7-8) Estos criterios, adquieren mayor desagregación y amplitud cuando consideramos algunas cuestiones que resultan claves en el contexto local (argentino) de emergencia de los gobiernos electrónicos. Así, podemos mencionar algunas variables complementarias para considerar el “éxito” de una experiencia de GE: la confiabilidad y seguridad de los sistemas interactivos; la accesibilidad de los ciudadanos (no sólo el acceso o posibilidad de consultar u obtener información electrónicamente, sino fundamentalmente las cuestiones que refieren a la brecha tecnológica y diseños amigables para ciudadanos con bajos niveles de alfabetización y con capacidades diferentes); la regulación de la comunicación promotora



de la comunicación de los ciudadanos y de las organizaciones comunitarias; desarrollo de modelos de servicios públicos electrónicos; definición de modelos de comunicación entre los ciudadanos y los funcionarios municipales. (Cf. FINQUELIEVICH, 2001)

Con Badilla Villanueva y Blanco Gonzalez (2004, p 5), consideramos que el desarrollo de la “democracia electrónica” o digital se refiere, en principio, a una complementación de la democracia representativa a través de la inclusión tecnológica de mecanismos participativos con poder de decisión de la ciudadanía y de control efectivo sobre la acción pública. Advirtiendo que cualquier otra oportunidad de interacción mediada por las TICs en el vínculo de los ciudadanos con la gestión pública debería ser considerada “solamente” gobierno electrónico.

Así podemos distinguir, a diferencia de los planteos de Belil (apud BORJA, 2005, p. 327) donde gestión y decisión política se confunden, las formas de participación meramente administrativas de aquellas que contribuirían a la formación de la voluntad colectiva, es decir de la participación ciudadana a través de Internet. El ‘ágora electrónica’ se define como el ámbito de la participación política que, de manera inicialmente complementaria y potencialmente transformadora de los espacios tradicionales de participación, quedaría definido por los espacios deliberativos creados y/o apoyados con la incorporación de las TIC’s.

Las visiones consideradas “débiles” de la democracia digital enfatizan la dinamización y flexibilización de las formas de representación política, que ofrecería la inclusión de la tecnología al aproximar representantes y representados. Haciendo de la democracia más que un método de selección o autorización de “representantes fiduciarios”; esto es, acercando a los electores a través de la circulación de información a los procesos de toma de decisiones (pe. la transmisión completa de debate de las instituciones legislativas) y aumentando, consecuentemente, los momentos de rendición de cuentas (responsabilización) de los representantes en la generación de la citada información y no sólo a los momentos electorales. Además, desde esta perspectiva es posible afirmar que en dichos contextos aumenta la autonomía del ‘votante’, dado que la multiplicación de flujos de comunicación expondría a los ciudadanos activos – que buscan información – a las opiniones encontradas que se manifiestan en los distintos medios de comunicación.



Mientras que las versiones “fuertes” potencializan la capacidad transformadora de la tecnología al afirmar que “maximiza” y “optimiza” la comunicación política al “liberarla de mediaciones”. Esta perspectiva llega a considerar que la tecnología ofrecería una oportunidad para la “operatividad” del poder democrático, tanto en términos agregativos como deliberativos. Es decir, permitiría la integración de la titularidad y ejercicio del poder por parte de los ciudadanos, en formas que refuerzan la presencia inmediata de la ciudadanía en todas las esferas de la vida pública (voto electrónico, sondeos instantáneos sobre la totalidad de la ciudadanía) o en diseños que procuran concreción de un debate público vinculante (foros, comunidades virtuales, etc).⁴

La premisa que sostiene este último tipo de propuestas es que el ciudadano tiene la autoridad (libertad comunicativa) en la deliberación para decir si o no a las diversas propuestas, a partir de soluciones que sean racionalmente aceptables para todos los implicados y afectados (orientación al consenso y/o principio de inclusión argumentativa). Desde esta perspectiva, una vez que los ciudadanos entran en la práctica argumentativa (libertad comunicativa + orientación al consenso), aún compitiendo por el mejor argumento, crean un ‘lazo social’. La democracia electrónica se ofrecería, entonces, como un “[...] tejido conectivo que permite unir a los ciudadanos a través de una comunicación libre, directa e inmediata”. (FISHKIN apud PÉREZ LUÑO, 2004, p. 74)

No obstante, frente al optimismo tecnológico, Castells advierte sobre la experiencia de la ciudad digital de Ámsterdam, desarrollada en la década de noventa. En este caso, los ciudadanos se involucraron de manera creciente en

4 En este sentido se incorporan las discusiones vinculadas a las oportunidades y posibilidades de las TICs en construcción de espacios públicos. Oportunidades para aproximar a los distantes y posibilidades para la generación de condiciones para un diálogo que puede o no acontecer, como fue señalado en un trabajo anterior de esta coletánea. Espacios públicos, en plural, tanto formales – definidores de la voluntad que orienta la acción del sistema político administrativo- como informales – descriptos por la multiplicidad de flujos de comunicación que se dan en el ámbito de la sociedad civil orientados a la problematización de cuestiones públicamente relevantes –, constitutivos de la legitimidad democrática en la composición de una doble vía deliberativa. En este sentido, me permito disentir con aquellos que afirman que no es posible asociar los espacios de interacción propiciados por el desarrollo de internet con la categoría habermasiana de “espacio público” sino con la de “mundo de la vida”. El mundo de la vida, en la tradición fenomenológica que recoge Habermas, no refiere a un lugar ni a una esfera sino a un horizonte cognitivo, a un trasfondo normativo de la acción, al saber aproblemático compartido de la práctica cotidiana que viabiliza la coordinación de la acción de los ciudadanos a través de los diálogos orientados al entendimiento. Diálogos que, según el autor, se institucionalizan formal e informalmente en la conformación de una voluntad pública deliberativamente democrática. Así, internet, como espacio de intercambio comunicativo, no solamente da visibilidad al mundo de la vida sino que tiene como condición de posibilidad ese horizonte cognitivo compartido que viabiliza los mencionados intercambios que a través de ella se efectivizan; de esta manera, lo que está en cuestión son los usos democratizantes (comunicativa) y colonizantes (estratégica) que se hacen de la herramienta para la viabilización de los flujos de comunicación que describen el espacio público.



cuestiones tanto administrativas como políticas a través de la participación en foros vinculados al consejo deliberante, donde podían expresar sus opiniones e inclusive votar propuestas. Pero, para el autor, el período de auge descripto y la posterior declinación de la experiencia serían atribuibles a la “novedad” de la herramienta utilizada, entre otros factores. Lejos de una preocupación con los problemas colectivos o con la provisión de información pública, el interés de los ciudadanos habría estado asociado a la experimentación de la propia tecnología. De esta manera, superada la etapa de “descubrimiento”, el dinamismo de los espacios públicos virtuales generados decayó considerablemente.

Finalmente, cabe destacar que los distintos trabajos hasta ahora realizados no dejan de identificar ciertos riesgos asociados al reforzamiento de sistemas de comunicación vertical: cuando las herramientas tecnológicas restringen la interacción horizontal entre los ciudadanos, o cuando favorecen la disolución de los grupos intermedios o espacios públicos informales, como consecuencia de la tendencia al aislamiento asociada a los “hábitos tecnológicos” (soledad electrónica). Sin embargo, en estos debates los distintos autores reconocen, aunque con cierta vaguedad, algunos procedimientos que contribuirían a la participación efectiva de la ciudadanía, cabe a nosotros reflexionar sobre las posibilidades y límites de esta ‘democracia electrónica’. (Cf ECHAVARRÍA, 2004)

Del gobierno a la democracia eletrónica

Para analizar el uso de las nuevas tecnologías en los municipios cordobeses, partimos de la consideración de los niveles definidos para el desarrollo del gobierno electrónico en la experiencia chilena (TRIER-SOMAZI, 2002), en combinación con las etapas establecidas por Fanta Ivanovic (apud FINQUELIEVICH, 2001) y las posibilidades, reconocidas por Belil (apud BORJA, 2005), que abren las TICs para los gobiernos locales. Esta construcción nos permite dar cuenta de los contenidos privilegiados y de las oportunidades para la interacción favorecidas en los sitios gubernamentales.

En Chile fueron definidos tres niveles de portales. El primero con información de gobierno, el segundo orientado a los trámites y a la transparencia, y un tercer nivel que referido a la relación con lo sectorial (pequeña y mediana empresa) o lo regional. En todos los niveles de este modelo de lo que se trata



es de mejorar las relaciones del gobierno con ciudadanos y empresas, de manera de garantizar el “derecho al gobierno electrónico”⁵.

En el primer nivel, el portal se comporta, principalmente, como un “tablón de anuncios”; es decir, su principal capacidad el suministro unidireccional información. El gobierno y la administración ponen a disposición de la ciudadanía información general (políticas, programas y/o acciones del gobierno local), información sobre la ubicación (física) de las oficinas e información específica (documentos de diversa índole vinculados a la gestión). En casos de mayor complejidad, el sitio ofrece la posibilidad de suscripción a boletines o actualizaciones electrónicas de la información generada por el gobierno. No obstante, como señala Welp (2008), más allá de la intencionalidad propagandística de los portales gubernamentales podemos distinguir entre portales orientados a ofrecer información de acuerdo con la oferta, la estructura y lenguaje de la propia administración, de aquellos en los cuales se observa un esfuerzo diseñar la oferta de información para hacerla más accesible o “amigable” a los ciudadanos, tanto en términos de vocabulario como de los intereses o núcleos temáticos que organizan la selección y provisión de la información.

Además, en este nivel es posible asistir al desarrollo de algunos flujos bidireccionales (solicitar y recibir información, permitiendo el cambio de roles entre emisor y receptor en la comunicación) relacionados a la “consulta digital”, esto es la canalización de inquietudes, comentarios, quejas y/o sugerencias a través de formularios on-line y/o suministrando las direcciones de correo electrónico institucional o de los funcionarios.

En el segundo nivel es posible describir diferentes etapas, referidas a la incorporación de herramientas que en orden creciente van desarrollando la interactividad del ciudadano con el gobierno y la administración a través de los portales. No obstante, en este nivel el ciudadano todavía es reconocido como un “participante administrativo”, que se envuelve en la gestión en torno a la dimensión sectorial de la administración o como usuario de un servicio particular.

5 Según la Carta Iberoamericana de Gobierno Electrónico, el “derecho al gobierno electrónico” incluye: derecho a realizar recursos y reclamos de carácter obligatorio para la administración; derecho a realizar pago, presentar y liquidar impuestos u obligaciones; derecho a recibir notificaciones; derecho a acceder a información fiable; derecho de acceso a expedientes; derecho a presentar documentación en soporte electrónico; derecho a evitar la presentación reiterada de documentación (conexiones horizontales y verticales de las reparticiones gubernamentales, que aumenten la eficacia y eficiencia de la gestión interna gubernamental).



Así, el primer paso que permitiría salir del mencionado “tablón de anuncios” sería la inclusión en el portal de cartillas con información básica sobre los servicios públicos, llegando a la definición de un “mapa de trámites”. La segunda etapa de este nivel, estaría signada por la incorporación de los formularios de los mencionados trámites, de manera que estén disponibles para que el ciudadano pueda no sólo conocer condiciones y requisitos sino también completar los formularios correspondientes antes de concurrir físicamente a las dependencias municipales (“guía de trámites”). La tercera etapa, supone el desarrollo de la capacidad transaccional del sitio, es decir, la posibilidad de realizar electrónicamente o “en línea” los trámites, llegando al pago electrónico de tasas y tributos.

Finalmente, en la cuarta etapa, que apunta tanto a la “simplificación” como a la “transparencia” de la relación administrativa de los ciudadanos con el Estado. En el primer caso, se procura la configuración de una ventanilla electrónica única para la realización y seguimiento de los diversos trámites; cuya funcionalidad depende de las conexiones horizontales (entre ramas de la administración y entre los diferentes poderes públicos) y verticales (entre los diferentes niveles del Estado: federal, provincial y municipal). En el segundo caso, se busca poner a disposición información de relevancia de manera de posibilitar el control ciudadano, por ejemplo aquella referida a las compras públicas y a la ejecución presupuestaria.

El último nivel del gobierno electrónico procura la viabilización tecnológica de las reformas vinculadas a la concertación y cooperación público-privada en la gestión de lo público. Aquí lo que se privilegia es la circulación de información y el contacto entre los actores públicos y privados, es decir, la funcionalidad del sitio para las conexiones con actores no gubernamentales.

Finalmente, una diferencia que no tiene que ver con el grado de incorporación de las nuevas tecnologías sino con la naturaleza de los procedimientos que favorece la tecnología, particularmente el diseño de los portales gubernamentales, está referida a la creación de espacios que contribuyan a la definición de la voluntad colectiva que orienta el desempeño del sistema político administrativo. Cuestión que, como afirma Welp (2008), describe un abanico que va “desde las formas más básicas (envío de correos electrónicos) a la posibilidad de presentar propuestas de ley o pedir información especializada, [...] a la creación de espacios de interacción para influir sobre el diseño de políticas



públicas”. En el caso de los gobiernos locales, reconocemos la importancia de favorecer la comunicación entre representantes y representados (generalmente presupuesta en estos ámbitos por las relaciones de proximidad), a través de la reserva de espacio en los sitios o del ofrecimiento de vínculos directos con el Consejo Deliberante, espacio público donde se forma la voluntad colectivamente vinculante.

También, destacamos las oportunidades para nuevas formas de participación como la creación de debates públicos (foros virtuales) que permitan intercambios horizontales entre los ciudadanos; la presencia o ausencia de espacios para o vínculos con las asociaciones de vecinos y/u otras formas alternativas de organización de la comunidad local, que potencien las redes sociales, así como y/o, simplemente, la incorporación del voto en línea.

Los portales de los gobiernos locales cordobeses

La provincia de Córdoba (Argentina), actualmente, se divide, política y administrativamente en 26 Departamentos cuyos municipios “cabecera” son objeto de estudio en este trabajo. Dentro de este universo, durante el período relevado⁶, más del 60% de los municipios ha desarrollado un sitio web con dominio “gov” (dos de los cuales, al momento del último relevamiento no se encontraban en funcionamiento y uno que había recientemente creado estaba en construcción); en tanto que el 11% de los municipios con presencia en internet lo hace a través de dominios comerciales. Además, debemos destacar que en algunos casos hemos verificado dinamismo en el desarrollo de los elementos considerados para el análisis, durante cada uno de los períodos de relevamiento y, fundamentalmente, entre un momento y el otro, lo cual se refuerza con la presencia de vínculos internos “en construcción”. Si bien es oportuno señalar que los números porcentuales de presencia en la red se mantienen entre 2007 y 2010. (ANEXO A)

Dentro del grupo considerado se observa una gran diversidad, tanto en la calidad del diseño (dimensión que escapa al análisis de este trabajo) como

⁶ Cabe aclarar que se realizaron dos levantamientos de información, el primero en el primer semestre del año 2007 (en el marco del proyecto de investigación anteriormente aludido) y el segundo en primer semestre de 2010. El procedimiento utilizado en ambos casos fue partir de la base de datos oficiales disponible en el portal del gobierno de la provincia de Córdoba. En caso de no figurar datos en este sitio o de que los enlaces ofrecidos estuvieran rotos o fuera de funcionamiento, se procedió a incorporar el metadato “municipalidad de [nombre del municipio]”.



en los contenidos presentados y posibilidades de interacción ofrecidas a la ciudadanía. Sin embargo, se observa un balance entre los sitios cuyos diseños reproducen la lógica de la administración en la presentación de la información y aquellos que se orientan por temas de interés de la ciudadanía. No obstante, dentro de las orientaciones hacia el ciudadano debemos distinguir un particularidad local, que podríamos denominar: la orientación al turista (15%). Se trata de la construcción de un destinatario de los mensajes que podríamos definir como “visitantes temporales” del sitio, aquellos que buscan información sobre servicios turísticos.⁷ Mientras que, otro grupo equivalente tiene un diseño claramente orientado al ciudadano, entendido este como vecino de la ciudad/localidad; aunque concebido como “participante administrativo”, esto es, con escasísimas o nulas posibilidades de ejercer su voz en la formulación de las políticas públicas locales.

Casi el 34% de los sitios gubernamentales analizados, solamente, se comportan como una ventana de información y contacto digital con la administración local. Abriendo un abanico que va desde la posibilidad de contacto a partir de un link en un espacio regional (Villa del Rosario)⁸, pasando por la presentación de las autoridades y sus direcciones electrónicas de contacto, hasta sitios que, además, ofrecen información sobre las funciones y finalidades de las reparticiones administrativas y/o sobre políticas y acciones de gobierno. En lo que se refiere a las oportunidades para el contacto digital, si bien ofrece la posibilidad de invertir el flujo de información y comunicación, a partir de

7 Como señalan algunos autores destacados en otros trabajos de este libro, uno de los ejes de discusión de la incorporación de internet se vincula con la potencial “desterritorialización” de los intercambios; en este sentido el alcance de la comunicación gubernamental a nivel local incorpora nuevas escalas y destinatarios vinculados a un modelo de desarrollo perseguido, el cual remite nuevamente al territorio de origen. Ver a continuación: “perfil de los sitios analizados”.

8 Si bien debemos destacar que el Coordinador de Gobierno del Municipio, entrevistado en el año 2006, había afirmado: “Mira, tenemos página web, la hemos bajado, porque la estamos rehaciendo entera porque [...] vamos a poner las ordenanzas, decretos y resoluciones, vamos a poner en la página web desde el 84 en adelante, todas las ordenanzas y decretos se van a publicar. [...] no es una página publicitaria, queremos una página dinámica donde la gente, si bien no va a emitir cedulones, ni pagar por Internet, porque no da el tamaño de la ciudad, no tiene mucho sentido. Lo que si estamos tratando es cuando uno entre a Villa del Rosario pueda tener la información que pueda conseguir viniendo al municipio o entrando a la página. Apuntando también a la instalación de empresas, la reglamentación de comercios, que cuando a la gente se le ocurra decir: bueno quiero poner un almacén, sepa por Internet cuales son los requisitos que va a tener que cumplir, en qué ordenanza va a estar enmarcado, que tenga la ordenanza [...] además de una cuestión de comunicación constante y de publicidad de los eventos que se hagan [...] no tiene mucho sentido emitir un cedulón de pago, sí se podría hacer consultas y envíos, porque hay mucha gente que tiene terrenos acá y vive en otros lados y quiere pagar... y bueno, al menos hacer consultas y actualizar, por ejemplo, la información de datos [...] El presupuesto también lo vamos a poner en internet, las ordenanzas van a ir todas...”



dos variantes: la referencia directa a las direcciones electrónicas y los formularios de mensajes en línea, da cuenta de nuevas mediaciones tecnológicas para prácticas y/o formas no institucionalizadas de influencia de la ciudadanía, denominadas por los intendentes como “contacto directo”⁹. En ambos formatos se requiere que el ciudadano también posea una cuenta de correo electrónico como condición para completar el trámite en línea, eludiendo cualquier posibilidad de remitirse a datos de contacto físico del ciudadano.

Acompañando la clasificación propuesta en el apartado anterior, podemos observar que el 81% de los municipios considerados ha ingresado al segundo nivel de gobierno electrónico. Sin embargo es necesario hacer referencia a algunas especificidades locales al considerar este nivel vinculado a la interacción administrativa y a la transparencia; tal es el caso de la obligatoriedad de publicación mensual del boletín oficial (nivel 1: información pública) y de los balances de ejecución presupuestaria (nivel 2, etapa 4: transparencia). En este contexto particular, es significativo constatar que sólo el 52% publica el Boletín Oficial y el 42% hace lo propio con los Balances de Ejecución Presupuestaria por este medio. Lo cual de manera combinada da una base de 62% para avanzar al segundo nivel de GE.

La realidad cordobesa, también ofrece una variedad que no nos permite sostener la idea de una evolución lineal entre las etapas teóricamente atribuidas segundo nivel, sino más bien caracterizar las particularidades asumidas por la población de referencia. Por ejemplo, de los municipios considerados el 38% ha incorporado información sobre vencimientos y, casi en el mismo porcentaje, el 33% ofrece la posibilidad de consultar la deuda e imprimir los cedulones de las tasas y contribuciones; mientras que sólo el 23% tiene un mapa o una guía de trámites para orientar al ciudadano. Además, la posibilidad de resolver trámites en línea incluyendo el pago – acción que es posible de realizar a través del sitio de la municipalidad de Jesús María-, en general,

9 El contacto directo hace referencia a la práctica cotidiana de interacción intendente/ciudadanos que caracteriza la vida de los municipios de porte mediano y pequeño que componen la muestra considerada para este trabajo. A diferencia de las concepciones tecnológicas optimistas, que buscan la promoción de una relación directa entre gobernante y gobernado, entre representante y representado, por un lado, debemos destacar que los casos analizados dan cuenta de los mismos problemas de representatividad y receptividad propios de la crisis de la democracia representativa, probablemente más vinculados a las formas de construcción de la representación política (Cf. ECHAVARRIA et al, 2007); por otro lado, consideramos que no debemos dejar de tener en cuenta que el desarrollo de la comunicación gubernamental y del marketing político ha incorporando nuevos mediadores, los profesionales de la comunicación que asumen en el manejo de las cuentas de correo electrónico de los representantes y la administración de la presencia de los políticos en las redes sociales.



permanece como proyecto en vínculos internos de los sitios que aparecen “en construcción”, salvo aquellos que ofrecen la posibilidad de realizar declaraciones juradas a través de un vínculo con la Administración Federal de Ingresos Públicos (AFIP).

Finalmente, si avanzamos en el sentido de la simplificación y la transparencia, no se observan interacciones verticales entre los distintos niveles de gobierno (salvo la recién referida) y solamente dos de los municipios (Jesús María y Córdoba) conservan un vínculo con acceso al sistema de compras públicas municipales (licitaciones). Los desarrollos en favor de la simplificación burocrática, que facilitarían directamente las formas de interacción entre los ciudadanos y el Estado, demandan no sólo un *web-designer* o consultorías vinculadas al marketing y a la comunicación gubernamental, como las que frecuentemente se ofrecen a los municipios, sino que requieren complejos procesos de reorganización de los flujos de la comunicación interna del municipio, además de una planificación interjurisdiccional.

En tal sentido, la simplificación se ve solapada por las iniciativas vinculadas a la transparencia; las cuales, distantes de pretensiones de publicación de las cuestiones locales, aceptan acciones puntuales, parciales o puramente locales de difusión de datos públicos. Así, la referencia a la “transparencia” en los sitios analizados, principalmente, está relacionada a la publicación: de antecedentes, declaraciones juradas y sueldos de los funcionarios municipales; y del presupuesto municipal sus balances de ejecución mensual (ingresos y egresos). En este último caso, con severas limitaciones en la desagregación de los datos e inclusive de inteligibilidad del lenguaje. (Cf. BUFFA; ECHAVARRÍA, 2009)

En el tercer nivel, encontramos los municipios de San Francisco y Córdoba que establecen en sus páginas algún tipo de relación con el sector privado (empresarial), fundamentalmente, brindando información estadística y de diagnóstico sobre el perfil socio-económico de la ciudad. En el caso de Córdoba, el vínculo se establece a través de los sitios de la Agencia para el Desarrollo



Económico de Córdoba (ADEC)¹⁰, la Incubadora de Empresas¹¹ y la Sociedad del Centro. Mientras que, en San Francisco, existen en el sitio un link para que las empresas se integren a una base de datos y un buscador asociado a esta última; también ofrece información sobre las particularidades del parque industrial de la ciudad. Otros sitios, como los de Oliva y Dean Funes incorporan una relación de las distintas instituciones públicas y privadas que desarrollan su actividad en el municipio. No obstante en este nivel, nuevamente debemos destacar una particularidad y es el vínculo con la llamada “industria sin chimeneas”: el turismo. Casi la cuarta parte de los sitios gubernamentales tienen un diseño que privilegia entre sus vínculos aquellos que remiten a las diversas ramas de la actividad social y económica vinculada al turismo (agenda cultural, deportiva y de fiestas populares, gastronomía, alojamiento, recursos naturales, entre otros).

Trabajos anteriores permiten vincular esta tendencia al modelo de desarrollo privilegiado por los gobiernos locales, los cuales respondían a una reflexión acerca de las limitaciones y posibilidades que ofrece un contexto que excede lo estrictamente local. (Cf. BUFFA; ECHAVARRIA, 2007) Como se evidencia en el perfil de los sitios analizados, es posible distinguir dos grandes proyectos: municipio productivo-emprendedor y municipio turístico. Mientras la visión de municipio productivo-emprendedor se construye a partir de la preeminencia de un núcleo productivo dinámico (industria, universidad, desarrollistas urbanos, entre otros). La visión de municipio turístico se sustenta en ventajas comparativas pre-existentes, asociadas al acervo cultural (Villa del Totoral, Alta Gracia y Deán Funes) y la disponibilidad de recursos naturales (Villa Dolores, Cruz del Eje, Villa del Rosario).

10 Se trata de una institución sin fines de lucro que promueve el desarrollo económico y social de la micro región del Gran Córdoba articulando el accionar privado con el del sector público. Actualmente, está constituida por 19 entidades socias; entre las que se destacan: la municipalidad de Córdoba, la Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios, la Cámara de Comercio de Córdoba, la Unión Industrial, entre otros. (Cf. www.adec.org.ar).

11 La **Fundación para la Incubación de Empresas** es una institución sin fines de lucro que tiene como misión detectar, acompañar y promover emprendedores de la ciudad de Córdoba con ideas innovadoras o emprendimientos en marcha. Participan de la misma la Universidad Nacional de Córdoba, la Municipalidad de Córdoba y la Universidad Tecnológica Nacional REgional Córdoba. (Cf. www.Incubadoracordoba.org.ar)



Tabela 1: Niveles de Gobierno Electrónico en los Municipios Cabecera de Departamento de la Provincia de Córdoba (Argentina)

Municipio	Nivel 1 Información de gobierno	Nivel 2 Trámites y Transparencia	Nivel 3 Vínculos con lo sectorial.
Villa Tulumba	Ciudadanos	Etapa 1	Turismo
Villa Santa Rosa	Administración		Servicios Públicos
Cura Brochero	Administración	Etapa 2	
Villa Huidobro	Administración	Etapa 1 + Transparencia	
Villa del Totoral	Ciudadano-Turista?	Etapa 1	Turismo
La Carlota	Administración*	Etapa 1*	
Oliva	Administración	Etapa 1 + Transparencia	General
Villa del Rosario	No corresponde		
Cosquín	En construcción		
Laboulaye	Ciudadano/ Administración	Etapa 3	Universitario
Dean Funes	Administración / Ciudadano	Etapa 2 + Transparencia	General
Marco Juárez	Administración	Etapa 2	
Jesus María	Ciudadano / Administración	Etapa 3 + Transparencia	
Villa Dolores	Administración		Turismo
Cruz del Eje	Ciudadano-Turista? / Administración	Transparencia*	Turismo
Bell Ville	Administración*	Etapa 1*	
Alta Gracia	Ciudadano-Turista?	Etapa 2 + Transparencia	Turismo
San Francisco	Administración / Ciudadano	Etapa 1 + Transparencia	Industria
Villa María	Ciudadano / Administración	Etapa 2 + Transparencia	
Rio Cuarto	Ciudadano	Etapa 2 + Transparencia	
Córdoba Capital	Ciudadano	Etapa 2 + Transparencia	Cooperación Público- Privada

Fuente: elaboración propia.

Referencia: * Sin información disponible en el segundo relevamiento

La incorporación de las NTICs, particularmente de sitios web y de los procesos a estos asociados, se ha concentrado en la intensificación de los flujos de información de carácter publicitario de las autoridades y acciones de gobierno, limitando la interacción de los ciudadanos a su carácter de contribuyentes (impresión de cedulones) o usuarios de servicios (quejas y sugerencias). Pocos son los casos en los que se posibilita un complemento con la institucionalidad democrática formal o una contribución a la formación de la voluntad colectiva.



Observamos que los portales municipales, en general, disponen de un vínculo interno con un espacio dedicado al Consejo Deliberante, donde se limitan a ofrecer la nomina de los concejales y, en algunos casos, datos para contacto. Se destacan los casos de Villa María y Córdoba que poseen un vínculo externo con el sitio desarrollado por el propio Concejo Deliberante (www.concejovillamaria.gov.ar, www.cdcordoba.gov.ar, respectivamente); sitios que no ofrece mayores posibilidades de interacción a los ciudadanos con sus representantes a excepción de un formulario de contacto con la institución (Buzón de Sugerencias).

No obstante, mientras en el primer relevamiento realizado se destacaba el caso del sitio del municipio de Laboulaye, cuyo vínculo interno “Consejo Deliberante” remitía a la publicidad de la aprobación “por unanimidad” de proyectos elevados por el poder ejecutivo; en el segundo relevamiento se observa una complejización de las páginas de los Concejos Deliberantes. Las cuales comenzaron a incorporar la agenda parlamentaria (orden del día del plenario y, en muchos casos, de las comisiones), las transcripciones de los debates en las sesiones del Concejo, noticias generales de la actividad de los ediles y explicaciones sobre institutos participativos (audiencias públicas, banca del ciudadano), sin avanzar en propuestas interactivas que favorezcan o posibiliten el debate público por este medio.

Cabe destacar que, en el caso de Córdoba, las formas de la democracia participativa aparecen como una preocupación que se refleja en el sitio web municipal. En el primer relevamiento encontramos un vínculo denominado “democracia participativa”, el cual además de poner a disposición de la ciudadanía la reglamentación local de los institutos de democracia semidirecta, ofrecía información sobre realización de audiencias públicas (ej: licitación del servicio de recolección de basura y redefinición de la normativa sobre ocupación del suelo). Actualmente, en el vínculo “Participación ciudadana” (en construcción) es posible acceder a información sobre procedimientos y resultados de la implementación Presupuesto Participativo en la ciudad; mientras que a través del vínculo de los “Centros de Participación Comunal”, podemos acceder a la explicación de otro instituto vigente: Juntas de Participación Vecinal¹².

¹² Las atribuciones definidas por la Carta Orgánica de la Ciudad de Córdoba (art. 155), para estos consejos de vecinos de base territorial, son las siguientes: proponer las prioridades barriales, sugiriendo la realización de obras, la prestación de servicios públicos, la corrección o mejoramiento de los existentes; ser consultados sobre, ejecutar y colaborar en el control de gestión de obras y servicios públicos y ejercer los mecanismos de participación y opinión.



En lo que se refiere a las organizaciones de la sociedad civil, particularmente, a las asociaciones de vecinos o centros vecinales. Son pocos los que han incorporado alguna información en sus sitios (Córdoba, Villa María, Oliva y Río Cuarto). La misma, generalmente, está referida a localización física de las sedes de las organizaciones y teléfono de contacto institucional o personal de sus autoridades. Sin embargo, en el caso de Córdoba referido anteriormente, esta información que podría ser complementaria e inclusive aportar al funcionamiento tanto del Presupuesto Participativo como de las Juntas de Participación Vecinal y a la articulación de las acciones de los ciudadanos que en ellos participan; dichos tópicos de información presentan una falta vinculación y actualización que limita las interconexiones físicas o virtuales entre los ciudadanos participantes. Es decir, no se favorecen oportunidades para la creación de lazos sociales a partir del conocimiento, primero, y reconocimiento, después, de los distintos actores que construyen la ciudad en el diálogo público.

Es decir, en los sitios del gobierno y en aquellos desarrollados de manera autónoma por los legislativos locales, no se registran desarrollos innovadores vinculados a la ampliación de la participación ciudadana o a la superación del esquema de suministro unidireccional de información, que de alguna manera contribuyan, complementariamente al ejercicio del sufragio, en la orientación potencial de la acción de la administración local.

Tecnología, gobierno y democracia... ¿una relación virtuosa?

Preocupados por las formas de legitimación de las acciones u omisiones de los gobiernos locales, así como de la forma en que deciden acerca de los recursos y gastos públicos, nos introducimos en las estrategias de comunicación desarrolladas por los mencionados gobiernos en la provincia de Córdoba. Esto nos abrió un nuevo ámbito de reflexión: el uso de nuevas tecnología de información y comunicación y la legitimación democrática de los procesos públicos de toma de decisiones.

Entonces, pensamos un esquema analítico que, en el contexto de las transformaciones institucionales de la segunda ola de Reforma del Estado, nos permitiera plantear una gradación entre diseños básicos de gobierno electrónico (asociado a un modelo gerencial de gestión) y propuestas democracia digital



(asociadas a un modelo político de gestión). Sin embargo, de acuerdo con la experiencia internacional, los gobiernos locales cordobeses muestran usar sus portales como “tablón de anuncios”. (Cf. CASTELLS, 2003) Es decir, en términos generales, se limitan a exponer datos y mostrar lo que hacen o lo que han hecho, al tiempo que procuran obtener información para ajustar tal vez sus estrategias, acciones e inclusive su publicidad, sin ofrecer oportunidades de interacción con los ciudadanos. Distante de propuestas que ajusten y simplifiquen procedimientos burocráticos o que amplíen las voces para definir lo que se debe hacer. En este sentido, es posible poner en cuestión el alcance de la intervención tecnológica a favor de “saltos” en la modernización administrativa y de su potencial para “apertura” democrática de los procesos decisorios, cuando está desvinculada de un proyecto político en dicho sentido.

Además, avanzando en el análisis de los casos, el relevamiento realizado da cuenta de una dispersión que no nos permite construir un sentido progresivo o lineal como resultado de las interacciones entre los procesos adopción de tecnología y la democratización de la gestión pública local; o, por lo menos, realizar una taxonomía clara, con categorías excluyentes, respecto de las estrategias de comunicación desarrolladas en cada uno de los casos considerados, más allá de los perfiles generales vinculados al modelo de desarrollo privilegiado por el gobierno municipal.

En este contexto, creemos que por encima de los debates entre “pesimistas” y “deterministas” tecnológicos, entre “utópicos” y “apologéticos” de la ciberciudadanía, de lo que se trata es de abordar reflexivamente la incorporación de las nuevas tecnologías. Consideramos de suma relevancia repensar críticamente la idea de un camino mediado por la tecnología, aunque en términos no lineales, que nos permita transitar de la difusión unidireccional de información o propaganda a la construcción dialógica de la voluntad colectiva. Dado que consideramos que la transformación de la gestión pública basada en la eficacia (logro de beneficios sociales máximos) y transparencia (acceso a la información pública) de la gestión estaría dando cuenta, simplemente, de un proceso de democratización minimalista; donde lo que se privilegia es la disminución de los grados de incertidumbre de los ciudadanos, en tanto decisores (¿inversores?), y su protección de la “paradójica” discrecionalidad de la burocracia (corrupción e ineficiencia), incorporando inclusive la noción de “control ciudadano”.



En este camino, el mejoramiento de los flujos de información esta asociado al desarrollo de procesos de *accountability* vertical, sobre lo que se ha realizado (resultados), y a la legitimación de la acción de gobierno, de lo que se hace. Sin embargo, todavía las experiencias están lejos de diseños que viabilicen la participación ciudadana en la generación de una agenda política efectiva. En este sentido, podemos afirmar que propuestas desarrolladas, si bien pueden representar en algunos casos un movimiento de “ir hacia” formas de comunicación horizontal, que en la construcción de acuerdos intersubjetivos orienten a la administración local; en sus premisas resguardan los fundamentos de las formas de diseño unilateral de la comunicación, propia de los esquemas burocráticos y representativos que las sustentan, que engendran un “ir contra” la democratización de las decisiones, de la facilitación de la interacción política.

Nuevamente no se trata de una discusión acerca de los medios tecnológicos en sí, sino de los principios y fines que orientan el diseño de las políticas que definen su inclusión. Es decir, se trata de que avancemos en una crítica inmanente de los modelos que se difunden a través de los municipios de manera de poder dar cuenta de su efectiva contribución o restricción en la construcción de la democracia local.

Bibliografía

BADILLA VILLANUEVA, A. V.; BLANCO GONZALEZ, H. *¿Democracia electrónica o gobierno digital?* 2004. Disponible en: <<http://www.uned.ac.cr/Redti/segunda/democracia.pdf>> Acceso en: jul. 2007.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. *Estrategia para promover la participación ciudadana en las actividades del Banco*. 2004. Disponible en: <[ttp://www.iadb.org/exr/pic/pdf/citizenpart_esp.pdf](http://www.iadb.org/exr/pic/pdf/citizenpart_esp.pdf)> Acceso en: 4 jul. 2007

BORJA, J. *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza, 2005

BUFFA, A.; ECHAVARRIA, C. *La cuestión del desarrollo en la praxis de los gobiernos locales*. En: SEMINARIO NACIONAL REDMUNI: “La agenda pública municipal – presente y perspectivas”, 9., 2007, Buenos Aires. Disponible en: <[ttp://www.sgp.gov.ar/contenidos/inap/redes/redmuni/paginas/ponencias_9_seminario.html](http://www.sgp.gov.ar/contenidos/inap/redes/redmuni/paginas/ponencias_9_seminario.html)>. Acceso en: 28 jul. 2010

BUFFA, A.; ECHAVARRÍA, C. *Publicación y publicidad: la transparencia presupuestaria en los municipios de la provincia de Córdoba*. En: CONGRESO ARGENTINO DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. *Administración Pública y Cuestión Federal: la red Nación, Provincias y Municipios*, 5., 2009, San Juan.



CARRACEDO VERDE, J. D. *El ciudadano ante internet: ¿vamos demasiado despacio?* [2006] Disponible en: <www.telecentros2006.net/postcongreso/carracedo.ppt>. Acceso en: 6 jul. 2007.

CARTA IBEROAMERICANA DE GOBIERNO ELECTRÓNICO. 2007. Disponible en: <<http://www.clad.org/documentos/declaraciones/cartagobelec.pdf/view>>. Acceso en: 6 abr. 2010.

CASTELLS, M. *Internet y la sociedad red*. 2003. Disponible en: <www.tecnologiaedu.us.es/revistaslibros/castells.htm>. Acceso en: 6 jul. 2010.

_____; BORJA, J. As cidades como atores políticos. En: *Revista Novos Estudos CEBRAP*, N°. 45, Julio 1996.

ECHAVARRÍA, C. *Democracia electrónica y autonomía ciudadana*. In: SEMINARIO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL, 3., 2004, Salvador, BA. 1 CD Rom

____ et al. Oportunidades para el cambio: una revisión de las acciones municipales y sus reflejos presupuestarios, en la provincia de Córdoba del 2003 al 2005. En: JORNADAS INTERNACIONALES DE FINANZAS PÚBLICAS, 40., 2007, Facultad de Ciencias Económicas UNC. Córdoba, 2007.

FINQUELIEVICH, S. Los impactos sociales de la incorporación de TIC en los gobiernos locales y en los servicios a los ciudadanos: los casos de Buenos Aires y Montevideo. En: CLICHE, G.; BONILLA, M. (Coord.). *Internet y sociedad en América Latina y el Caribe*. Ecuador: IDRC – FLACSO, 2001.

KOSSICK JR., R. M. El rol de la tecnología de la información y de las comunicaciones en el fortalecimiento de la participación ciudadana y en la configuración de la democracia: la experiencia inicial de México. En: *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, Caracas, No. 29 (Jun. 2004).

KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MANIN, B. *Los principios del gobierno representativo*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

MARTINEZ RODRIGUEZ, A. *Calidad de la democracia y representación política*. Lima: Jurado Nacional de Elecciones, 2006.

PÉREZ LUÑO, A.-E. **¿Ciberciudadani@ o ciudadani@.com?** Barcelona: Gedisa, 2004.

PRATS, J. O.; ALAMO, O. D. *Democracia electrónica: conceptos, tipos y posicionamientos*. Instituto Internacional de Gobernabilidad. Disponible en: <www.ijgov.org/biblioteca>. (28 out. 2003)

TESORO, J. L. *Gobierno electrónico: factores asociados a su desempeño*. Hallazgos emergentes de un análisis exploratorio de experiencias nacionales. Buenos Aires: INAP, 2002. Disponible en: <www.sgp.gov.ar/contenidos/inap/publicaciones/docs/estado/gobel.pdf>. Acceso en: 6 mar. 2007.



_____. *El gobierno electrónico en Canadá: elementos de juicio emergentes de una confrontación con la experiencia argentina*. Buenos Aires: INAP, [200-]. Disponible en: <www.sgp.gov.ar/contenidos/inap/publicaciones/docs/estado/gecanada.pdf> Acceso en: 6 mar. 2007.

TRIER-SOMAZZI, R. *E-Gobierno en Chile: entrevista con el Ing. Enrique Fanta Ivanovic*. 2002. Disponible en: <http://www.bcn.cl/carpeta_temas/temas_portada.2005-11-14.7329717567/documentos_pdf.2005-12-01.0310079194/archivos_pdf.2005-12-02.1869511567/archivo1/baja_archivo>. Acceso en: 6 jul. 2007)

VELAZCO ARROYO, J. C. *La teoría discursiva del derecho: sistema jurídico y democracia en Habermas*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.

WELP, Y. América Latina en la era del gobierno electrónico: análisis de la introducción de nuevas tecnologías para la mejora de la democracia y el gobierno. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, Caracas, No. 41, jun. 2008.



ANEXO A - Datos generales de los municipios cabecera de departamento de la provincia de Córdoba.

MUNICIPIO	HABITANTES ¹³	DOMINIO	AÑO ¹⁴
Villa Tulumba – Dpto Tulumba	1164	www.tulumbaargentina.com	2004
Salsacate – Dpto Pocho	1203	No posee	
San Carlos Minas – Dpto Minas	1212	No posee	
San Francisco del Chañar – Dpto Sobremonste	2069	No posee	
Villa de Santa Rosa – Dpto Rio Primero	2069*	www.villasantarosa.gov.ar	2009
San Agustin – Dpto Calamuchita	2868	No posee	
Villa de María – Dpto Rio Seco	3819	No posee	
Villa Cura Brochero – Dpto San Alberto	4665	www.villacurabrochero.gov.ar	2009
Villa Huidobro – Dpto Dpto Gral Roca	5145	www.mvhuidobro.gov.ar	(2007) 2010
Villa del Totoral – Dpto Totoral	7142	www.villadeltotal.info	
La Carlota – Dpto Juarez Celman	11505	www.lacarlota.gov.ar (no está disponible)	(2007)
Oliva – Dpto Tercero Arriba	12049	www.ciudaddeoliva.gov.ar	(2007) 2010
Villa del Rosario – Dpto Rio Segundo	13708	www.villadelrosario.net/sec_municipalidad.asp (en rediseño)	(2007)
Cosquín – Dpto Punilla	18795	www.cosquin.gov.ar (en construcción)	2010
Laboulaye - Dpto Pte Roque Saenz Peña	18803	www.munilaboulaye.gov.ar	(2007) 2009
Dean Funes – Depto Ischilin	20172	www.deanfunes.gov.ar	(2007) 2009- 2010
Marcos Juarez – Dpto Marcos Juarez	24136	www.mmj.gov.ar	(2007) 2008
Jesús María – Dpto Colón	26814	www.jesusmaria.gov.ar	(2007) 2009
Villa Dolores – Dpto San Javier	27640	www.villadolores.gov.ar	(2007)
Cruz del Eje – Dpto Cruz del Eje	28123	www.cruzdeleje.gov.ar	(2007)
Bell Ville – Dpto Unión	32066	www.bellville.gov.ar (No está disponible)	(2007)
Alta Gracia – Dpto Santa María	42600	www.altagracia.gov.ar	(2007)

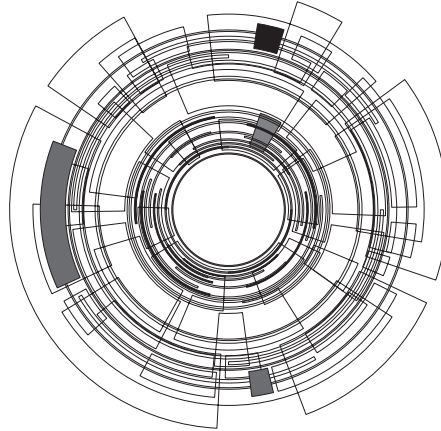
¹³ Según censo 2001, datos disponibles en el sitio de la Provincia de Córdoba (Cf: www.cba.gov.ar)

¹⁴ Esta categoría hace referencia al año de registro del sitio que figura en el sitio, entre paréntesis los casos en que se verificó la existencia del sitio en el relevamiento realizado en el año 2007.



San Francisco – Dpto San Justo	58588	www.sanfrancisco.gov.ar	2005 (2007)
Villa María – Dpto Gral San Martín	72273	www.villamaria.gov.ar	(2007)
Río Cuarto – Dpto Río Cuarto	144140	www.riocuarto.gov.ar	(2007)
Córdoba – Dpto Capital	1267774	www.cordoba.gov.ar	(2007)





Política presencial versus política virtual: uma investigação no Fórum Digital de Debates entre docentes na Universidade Federal da Bahia

José Antonio Gomes de Pinho, Ingrid Winkler

Introdução

Os computadores e a Internet têm revolucionado todas as áreas da atividade humana. A Internet passou a ser o meio de comunicação à distância mais utilizado, permeando todas as relações sociais, econômicas e políticas. Porém, isto não significa que seja necessariamente capaz de modificar, de forma substancial, essas relações, sendo necessário considerar um “[...] choque entre duas escalas de tempo, aquela da mudança técnica (uns 20 anos) e aquela dos comportamentos sociais, muito mais lentos para se constituir” (WOLTON, 2003, p. 93). A Internet parece aprofundar tendências já existentes na sociedade capitalista contemporânea, mas não existem indicações de que seja “[...] um fator de transformação radical da estrutura social, do sistema

de estratificação e das normas e valores da sociedade” (SORJ, 2003, p. 41). Uma visão mais ambiciosa defende que emergiu “um novo modo de desenvolvimento, o modo informacional, onde a fonte de produtividade encontra-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos” (CASTELLS, 1999, p. 35).

A Internet tem impactado a própria área da política, sendo “[...] relacionada a uma nova forma de fazer política, dissociada ou a margem do Estado, pelo fortalecimento das redes da sociedade civil.” (SORJ, 2003, p. 49). Não existem, no entanto, até o momento, “[...] elementos suficientes que confirmem qualquer suposição sobre o impacto da Internet na política.” (SORJ, 2003, p. 49). São identificadas duas leituras opostas sobre suas consequências, uma otimista e outra pessimista. Para os otimistas, estaríamos prestes a uma transformação radical da democracia representativa em democracia plebiscitária (SORJ, 2003, p. 49), o que permitiria o aumento da participação dos cidadãos nas decisões dos governos, possibilitada pelo voto eletrônico. Além disso, a Internet permite “[...] radicalizar a democracia, criando um novo espaço público construído em torno de uma sociedade civil que se organizará à margem do Estado” (SORJ, 2003, p. 57).

Já para os pessimistas, “[...] a nova sociabilidade virtual destrói as bases da interação que permite a construção do espaço público e aumenta a capacidade de controle da população pelo Estado” (SORJ, 2003, p. 49). Para estes,

[...] a Internet destrói as relações face a face, que seria a única fonte de comunicação capaz de gerar grupos sólidos e estáveis, com memória histórica (no lugar do mundo atemporal da Internet), que seria a única base possível de sustentação de uma vida pública e de ação política constante. (SORJ, 2003, p. 57)

Nesse contexto, seria facilitado o controle crescente do Estado e das empresas sobre os cidadãos.

A Internet tem sido utilizada para difusão massificada de propaganda política com possibilidade de interação, bem como para promoção da democracia local através de experimentos de participação eletrônica dos cidadãos, em que estes debatem questões públicas e transmitem suas opiniões ao governo, como no caso da cidade de Santa Mônica nos EUA. Em meados da década de 90, já se identificava a existência de milhares de comunidades virtuais, fenômeno este que avançava e avança aceleradamente em escala global.



Essas comunidades organizam-se em torno de “[...] um interesse ou finalidade compartilhados, embora algumas vezes a própria comunidade se transforme em objetivo [...]” (CASTELLS, 1999, p. 385). “Ainda não se conhece o grau de sociabilidade existente em tais redes eletrônicas nem quais são os efeitos culturais dessa nova forma de sociabilidade”, sendo possível destacar o caráter efêmero dessas redes do ponto de vista dos participantes, em que “[...] a maior parte das contribuições para a interação é esporádica, com a maioria das pessoas entrando e saindo das redes para atender às mudanças de interesses e expectativas não-satisfeitas” (CASTELLS, 1999, p. 386).

Outra experiência bastante relevante no contexto internacional refere-se à Cidade Digital de Amsterdã (DDS), implantada em janeiro de 1994, na qual havia um esforço consistente de construir transparência por parte desta municipalidade, facilitando o acesso à documentação municipal e deliberações relevantes do conselho municipal e onde os residentes “[...] expressavam seus sentimentos, formulavam suas opiniões, organizavam protestos e votavam em propostas” (CASTELLS, 2003b p. 121). O grau de inserção na DDS foi impressionante, mostrando um crescimento assombroso de 4000 usuários, em 1995, para 50000, em 1998, e 140000 em 2000. Nos primeiros anos, “[...] os usuários participavam da construção da cidade, e envolviam-se em debates sobre sua administração, bem com sobre questões políticas mais amplas.” (CASTELLS, 1999, p. 124) Com o tempo, a DDS acabou enfrentando problemas, constatando-se que “[...] o nível de atividade nos fóruns políticos declinou com o correr dos anos e em 2000 muito pouca atividade desse tipo era visível” (VAN DEN BESSELAAR, 2001 *apud* CASTELLS, 2003a, p. 125).

Ao especular sobre tal experiência, pode-se afirmar que esta deu certo enquanto era uma novidade que motivava vários usuários a participar e expressarem seus pontos de vista, ainda em um período em que a *web* estava engatinhando. Com o passar do tempo, caiu o engajamento e a DDS entrou em crise, paradoxalmente, em um período em que a *web* se disseminava mais fortemente e que poderia abrigar mais participantes. Parece, então, que a experiência se esgotou em si ou atendeu aos seus propósitos ou, especulando no sentido de uma explicação mais estrutural, o esgotamento do interesse em participar poderia ser atribuído ao caráter efêmero que a atividade digital carrega.



No desdobramento da DDS, outras iniciativas se concretizaram “tentando encontrar uma fórmula para combater o ceticismo político” (CASTELLS, 2003a , p. 127) imperante entre os cidadãos. No entanto, as experiências existentes mostram que as potencialidades e possibilidades democratizantes da Internet não têm se concretizado, pois os governos usam a Internet não mais do que como “um quadro de avisos”, o mesmo acontecendo no Legislativo, onde os parlamentares respondem aos e-mails de forma protocolar, a exemplo do Reino Unido (CASTELLS, 2003a , p. 128), assim como a utilização pela sociedade de informações políticas instaladas na rede tem sido “marginal”.

O papel e o potencial da Internet, no entanto, têm que ser relativizada, pois “[...] seria surpreendente se a Internet, por meio de sua tecnologia, invertesse a desconfiança política profundamente arraigada entre a maioria dos cidadãos no mundo todo” (CASTELLS, 2003a , p. 129). A Internet não pode ser vista como uma solução mágica que vai resolver os problemas da falta de participação política, ainda que contenha atributos técnicos para esse fim. Mais ainda, dada a “crise generalizada de legitimidade política” imperante no mundo contemporâneo, e a “indiferença dos cidadãos por seus representantes, poucos se apropriam do canal de comunicação interativo, multidirecional, fornecido pela Internet, de ambos os lados da conexão.” (CASTELLS, 2003a , p. 129) Assim, por um lado, os políticos “divulgam suas declarações e respondem burocraticamente”, enquanto os cidadãos “[...] não vêem muito sentido em gastar energia em indagações políticas, exceto quando atingidos por um evento que desperta sua indignação ou afeta seus interesses pessoais” (CASTELLS, 2003a , p. 129). Em outras palavras, o problema não estaria na Internet especificamente, mas na própria “crise da democracia”.

Por outro lado, a Internet tem sido vista como um instrumento de aprofundamento da individualização na sociedade contemporânea. Vale registrar, porém, que, antes mesmo da chegada da Internet, tem-se verificado “uma radicalização do processo de individualização” no qual o indivíduo não se sente mais “[...] pautado pelos valores tradicionais ou nas normas, instituições e ideologias da modernidade (pátria, partidos, trabalho, família patriarcal)” (SORJ, 2003, p. 38). A telemática ao inserir o indivíduo no mundo de informações globais e ao aumentar seus contatos com diversas redes sociais, “[...] participa do processo de radicalização do individualismo, na medida em que o desvincula do contexto local, aumentando suas possibilidades de inserção nos mais diversos tipos de mundos significativos” (SORJ, 2003, p. 39).



As reflexões e ponderações até agora apresentadas referem-se a grandes agregados, como cidades, pintando um quadro pouco animador. Este trabalho propõe, por outro lado, examinar as possibilidades de utilização do potencial da Internet em um universo mais restrito, tomando como objeto de análise um projeto de implantação de consulta eletrônica realizado no âmbito da Associação de Docentes Universitários da Bahia (APUB) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tal fato foi objeto desta investigação devido à proposta apresentada, durante as eleições para a nova diretoria em 2004, por uma das chapas concorrentes, de serem realizadas assembléias de forma virtual, a partir da consulta digital. Este processo ensejou um intenso debate e uma série de manifestações de cunho político de docentes, adeptos e críticos da proposta, o que ofereceu uma oportunidade para se analisar a atuação de uma elite intelectual e econômica - professores de uma universidade federal – frente à mudança tecnológica.

Como esta comunidade se coloca quanto ao uso do instrumental do computador e da Internet? A investigação tem um caráter peculiar por abordar a maneira como um segmento da elite – que estaria, supostamente, mais preparado para a utilização da Internet – reage ao meio digital, num ambiente onde não se coloca a questão da exclusão digital, dado o acesso que praticamente todos os docentes têm ao computador e a rede. Por outro lado, a questão a ser examinada não se prende unicamente à aceitação ou não da nova tecnologia, mas recende toda uma questão política, qual seja, o uso de interações digitais para discutir e fazer política, a construção de uma nova forma de fazer política. Aí é que a questão se enriquece e se descortinam posicionamentos ideológicos bem polares.

Um outro argumento para justificar o presente estudo se refere à existência, como visto acima, de uma desmobilização quando se trata de grandes agrupamentos (cidades), encontrando-se explicações para isto, possivelmente, no fato da grande heterogeneidade dos participantes e na dificuldade de engajamento em questões muitas vezes distantes de seus interesses. No caso em tela, tem-se exatamente uma situação oposta: um conjunto relativamente homogêneo do ponto de vista social (ainda que com diferenças ideológicas pronunciadas) e uma temática que envolve e une todos os participantes, ou seja, estavam sendo discutidas questões que diziam respeito diretamente a todos os participantes. Assim, questões pertinentes a serem exploradas são:



como a Internet pode contribuir para a aceleração e consecução dos propósitos de construção de uma sociedade mais ativa politicamente? Pode-se implantar uma nova forma de fazer política? Quais são resistências à mudança proposta pela chapa que acabou sendo vitoriosa e os argumentos esposados?

Para contemplar essas questões, além desta Introdução o trabalho contém as seguintes seções: a segunda seção apresenta o referencial teórico que sustenta o tema sob discussão; na terceira seção, são descritos o objeto e a metodologia adotados na pesquisa; a quarta seção apresenta os resultados da investigação empírica e; na quinta seção, têm-se as conclusões.

Espelho teórico

Além de rastros teóricos apresentados na Introdução, cabe situar as características essenciais do tempo contemporâneo que pode ser caracterizado como um tempo de crise e se torna “[...] difícil pensar o presente porque o presente é a crise – e uma crise forte, complexa, que mexe com o conjunto da vida, não apenas com um ou outro de seus elementos.” (NOGUEIRA, 1998, p. 252) Dada esta situação, torna-se “difícil construir o futuro porque a crise atual é uma *crise de perspectivas*” gerando um “forte sentimento de que o futuro, e com ele o progresso, se esvaneceu.” (NOGUEIRA, 1998, p. 253) Utilizando uma metáfora de Valéry, Nogueira (1998) observa que os homens entram no futuro com os olhos no passado e quando o futuro é negativo ou impreciso, o refúgio no passado acaba sendo uma saída. Apesar dessa situação, nossa civilização está conectada ao progresso, “[...] a história se mostra como um movimento nítido de evolução: o hoje tem sido sempre mais (complexidade, riqueza de conhecimento, tecnologia, possibilidades objetivas) do que o ontem e menos do que o amanhã.” (NOGUEIRA, 1998, p. 254) Apesar deste quadro

[...] e em meio a terríveis conflitos e contradições, a humanidade continua viva, conquistando novas possibilidades a todo momento, rompendo limites históricos que até então bloqueavam a autodeterminação, a liberdade, a inteligência, a criatividade, o diálogo de todos com todos. (NOGUEIRA, 1998, p. 255)

Dessa citação esperançosa, retiramos que o diálogo de todos com todos pode ser possibilitado pela Internet.



Os processos de mudança pelo qual estamos passando “afeta a produção e o mundo material em termos imediatos”, assim como o “plano espiritual”, no qual “a mudança vem com um sabor de desconforto, de insegurança.” (NOGUEIRA, 1998, p. 258) A mudança acaba sendo

ativada pela revolução da microeletrônica que subverte técnicas e sistemas produtivos, pela revolução informacional que modifica a relação dos homens com o tempo e pela alteração das bases mesmas da vida em sociedade. (NOGUEIRA, 1998, p. 258)

Como vemos, os efeitos são grandiosos, e vive-se uma época de transformações violentas e muito rápidas. “Nunca como hoje reuniram-se tantas condições para uma construção inteligente do futuro” identificadas, entre outros fatores, pelo “avanço tecnológico e científico” e pelo “salto gigantesco em termos de comunicação e acesso a informações”, assim como pelo “surgimento de novos espaços de troca e convivência” que podem resultar em um “aumento das chances de fundação de uma democracia de novo tipo.” (NOGUEIRA, 1998, p. 255) Essas reflexões mostram o papel central desempenhado pelas novas tecnologias de informação e, ainda que o autor não especifique, podemos identificar, nesses novos espaços a internet (*web*)

Postulamos que a democracia de novo tipo não se reduz a uma democracia virtual, mas a uma democracia cujas relações digitais podem desempenhar um papel central para a construção de um novo arranjo democrático. Por outro lado, qualquer “mudança (sócio-histórica ou meramente organizacional) é acima de tudo *desafio*” e o desafio de mudar encerra muita “dramaticidade” expondo “o quanto a mudança impõe de risco, de medo, de insegurança, o quanto ela estimula o conservadorismo que existe em cada um de nós.” (NOGUEIRA, 1998, p. 256) A mudança é uma aventura que “mexe com a segurança (neurotizante, digamos) de cada um”, é “[...] árdua e difícil, em suma, porque os homens tendem a não largar as categorias com que representam o mundo - categorias determinadas por circunstâncias históricas concretas, portanto socialmente necessárias.” (NOGUEIRA, 1998, p. 256)

Se, por um lado, a partir das reflexões acima, podemos identificar uma forte tendência de resistência à mudança, por outro, percebe-se que pode existir uma “[...] visão mágica e ingênua do futuro, tempo que encarnaria ou a salvação ou a incerteza.” (NOGUEIRA, 1998, p. 256) Trazendo essas reflexões para o tema deste artigo, se existe um forte apego ao passado, o que implica



em resistir à mudança, também se pode enxergar o futuro de forma mitificada ou como um tempo de salvação.

Dois grandes grupos podem ser identificados em suas posições quanto à nova era do futuro. De um lado, os otimistas enxergam “[d]escentralização, interatividade, multimídia, transnacionalidade e transculturalidade”, enquanto os pessimistas vêem “[...] isolamento e alienação, comercialização sem tréguas dos espaços público e privado e o surgimento de novas formas de colonialismo digital e diferenças sociais de classe.” (DOMINGUES, 1999, p. 117) Ainda que esse futuro, em grande parte, já esteja presente em nossa realidade, que essas inquietações provêm do *distante* 1999 e que muito do que se esperava já se tenha realizado e aprofundado, ainda não é possível fazer afirmações mais assertivas a respeito de um futuro um pouco distante. Domingues (1999, p. 118) vai desenvolver um raciocínio no sentido de verificar que, ao invés de “[...] mediada sobretudo por contatos imediatos, a existência no mundo moderno se passa em grande parte no meio (rarefeito talvez) dos contatos mediatos e midiáticos.”

Esse processo inicia-se com a escrita, culminando, hoje, “[...] na Internet e, para a maioria de seus usuários, no correio eletrônico e na World Wide Web.” (DOMINGUES, 1999, p. 118) Vale observar não haver, “[...] nos primórdios da espécie humana, forma de comunicação que dispensasse a presença dos interlocutores em um mesmo local” (DOMINGUES, 1999, p. 119), mas com a melhoria das estradas e de condições de “pacificação”, os correios puderam se desenvolver expressivamente. “A escrita e meios de transportes mais efetivos que as pernas humanas foram paulatinamente possibilitando a superação de relações limitadas a espaços específicos.” (DOMINGUES, 1999, p. 119) À aceleração dos meios de transporte (tração animal, navios e trens a vapor, automóveis, ônibus, aviões) além das novas formas de comunicação (telégrafo, telefone, rádio) se somou a “[...] rede informatizada e digitalizada, para produzir alterações de enorme impacto na vida social, as quais alteram a própria relação entre simultaneidade e co-presença.” (DOMINGUES, 1999, p. 119)

Se, antes, as relações de co-presença eram não-simultâneas, agora, passam a poder ser simultâneas, ou seja, passam a ter resposta imediata. Emerge assim o que Domingues (1999, p. 119) chama de “ação à distância”, possível a partir da “*mediatização* das relações sociais.” O que se deve perceber é que a convergência para a simultaneidade é um processo que tem início em um



passado distante, não é nada absolutamente novo ou contemporâneo. À medida que as tecnologias evoluíam, a simultaneidade tem se tornado cada vez mais factível e recorrente. Assim, não deve ser encarado como um produto totalmente novo, mas um produto que vem sendo construído pela humanidade através dos tempos. Não há razão, portanto, para tanto espanto. Somos cada vez mais *simultâneos* e já temos alguma *simultaneidade* há bastante tempo. Não há como negar que “[...] essa enorme mudança proporcionada pela expansão das possibilidades de “telepresença” sincrônica e assíncrona é que ela altera totalmente a organização do espaço-tempo.” (DOMINGUES, 1999, p. 120) Essa mudança se expressa pelo fato de que “[...] a relação entre as pessoas se faz com maior velocidade, com proximidade, passando a ter pouco a ver com a disponibilidade da presença física.” (DOMINGUES, 1999, p. 120)

Os impactos se dão no comércio, nas finanças, nas relações pessoais e familiares, bem como nos movimentos sociais, o que “nos ajuda a perceber que nossa percepção do mundo, nossas formas de experiência face a ele, são profundamente transformadas”. As relações pessoais quanto as econômicas ou políticas, científicas ou culturais, “sofrem o impacto poderoso das cada vez mais importantes formas de comunicação midiáticas.” (DOMINGUES, 1999, p. 121) Parece ser bastante difícil, senão impossível, de escapar dessas novas formas, como não se escapou de outras construídas anteriormente.

Cabe ainda levar em conta, contudo, que as redes eletrônicas “não substituem as redes constituídas nas relações face a face, que continuam a ser a principal fonte de relações de confiança e afeto.” (SORJ, 2003, p. 42) Não dá para negar que a Internet permite “[...] a intensificação do intercâmbio e a diversificação das redes sociais, mas isso não tem sido suficiente, até o momento, para substituir ou modificar os laços sociais que se estabelecem na convivência direta [...]”. (DOMINGUES, 1999, p. 42) Um paralelo pode ser traçado pela questão da Internet na educação, ela “[...] pode ser complementar, mas não substitui a função do professor.” (DOMINGUES, 1999, p. 46):

Pela palavra (e emoção) do professor a criança obtém os instrumentos intelectuais que lhe permitirão desenvolver o raciocínio e a autonomia analítica, fundamental, inclusive, em tempos de Internet, já que a disponibilidade de uma quantidade praticamente infinita de informação pode ser quase tão paralisante quanto sua carência (DOMINGUES, 1999, p. 46).



Um outro crítico da Internet explora o fato de que “[...] as interações na rede são somente um pálido substitutivo das interações cara a cara, isto é, das verdadeiras interações.” O interagir “[...] é um contato empobrecido que afinal nos deixa sempre sozinhos diante de um teclado.” (SARTORI, 2001, p. 40) O autor admite que “[...] as potencialidades da Internet são quase que infinitas, tanto no mal quanto no bem.” As possibilidades positivas residem no uso do instrumento para a obtenção de informações e conhecimentos. “Mas a maioria dos usuários da Internet não é deste tipo e, na minha previsão, nem vai ser” (SARTORI, 2001, p. 42). Seriam “[...] analfabetos culturais que matarão o tempo na Internet, um tempo vazio na companhia de “almas gêmeas” esportivas, eróticas, ou entretidos em pequenos *hobbies*” (SARTORI, 2001, p. 43).

A compreensão do papel da Internet envolve, ainda, outro aspecto, qual seja, as novas tecnologias invisibilizariam os sujeitos da ação. “As formas da política, que ancoram nas formas da sociabilidade, entram em colapso, sobretudo a relação entre classe e representação” (OLIVEIRA, 2007, p. 294). Mais que isso, forjam-se

[...] tentativas de criação de uma nova esfera pública, através do uso inovador da Internet. Manifestos, subscrições, denúncias, correm hoje pelo sem-fio eletrônico, mas seu efeito ainda é limitado, sobretudo pela invisibilidade ou pela anulação da fala (OLIVEIRA, 2007, p. 294).

O foco, até agora, tem sido na Internet, mas cabe considerar outros componentes eletrônicos que têm colaborado, fortemente, para a individualização, acima apontada, do mundo nas últimas décadas. Assim, as lojas de departamentos e os supermercados funcionam com base em pouca ou, no limite, nenhuma interação entre vendedores e compradores. E isto não tem nada a ver com a Internet, ou seja, o mundo real (não virtual) encerra relações que praticamente não são face a face, podem não conter diálogos, ainda que os interlocutores estejam presentes e um frente ao outro.

Em outras palavras, não precisamos ir ao mundo virtual da Internet para encontrar relações onde as interações presenciais não ocorrem ou escasseiam. O mesmo pode se encontrar nos bancos, onde, cada vez mais, se reduz a possibilidade de se contatar com um caixa, ficando as relações face a face constituídas por relações “face a máquina”. O mesmo acontece com os (familiarizados) call-centers. Novamente, não se está no mundo virtual, não se está no âmbito da Internet. Estamos, então, defendendo a ideia de que o mundo



real já está marcado por um processo de individualização, ou de solidão, de isolamento, insulamento, que tem sido apontado como característica (praga?) do mundo virtual.

O material teórico mostra que a questão comporta vários posicionamentos, alguns colocados com muita ênfase, talvez, dramaticidade. A Internet, o uso desta, compreende tantos aspectos positivos como negativos, não há dúvida. Na verdade, o que se sente é um processo histórico que se impõe, que se afirma e ao qual parece ser difícil resistir.

Metodologia

O objetivo deste trabalho reside em investigar as oportunidades e desafios de se fazer política utilizando a Internet, tomando como objeto de análise um projeto de implantação de consulta eletrônica realizado no âmbito da APUB - Associação de Docentes Universitários da UFBA. O processo ocorreu em dezembro de 2004, durante as eleições para a nova diretoria, quando uma das duas chapas concorrentes propôs a realização de assembleias virtuais, o que produziu um intenso debate, no âmbito da própria rede, com manifestações a favor e contra.

Selecionamos para análise apenas os pronunciamentos mais elaborados de docentes que se manifestaram sobre o assunto, deixando de lado as manifestações de simples concordância ou discordância (que, aliás, foram poucas), bem como aquelas de caráter muito subjetivo, de difícil compreensão. Ainda que tenha sido intenso, o debate realizado mobilizou tão somente 21 docentes, incluídos os dois candidatos, de um universo próximo de 1500 docentes, o que mostra, de imediato, uma fraca mobilização para o debate. Alguns desses docentes manifestaram-se várias vezes e todos os depoimentos foram considerados. O debate realizou-se entre 4 e 21 de dezembro de 2004, encerrando-se logo após a realização das eleições.

Se as críticas à realização de assembleias eram feitas com base no argumento que estas não atendiam mais, por diferenciadas razões, aos interesses de participação dos docentes, a discussão na rede também mostra outra fraca mobilização com participação muito baixa relativamente de docentes.



Pesquisa empírica

Passemos, agora, ao exame das diversas manifestações feitas na rede a respeito das mudanças propostas de construção de consultas e assembleias virtuais pela chapa de oposição à diretoria corrente da Associação de Docentes Universitários. É oportuno mencionar que todo o material apresentado nesta seção foi colhido na lista de debates da UFBA, no período de 4 a 21 de dezembro de 2004, restringindo-se a análise aqui encetada, praticamente, aos documentos postados na rede.

O candidato à reeleição para presidência da Associação de Docentes Universitários (biênio 2004/06), Antonio da Silva Câmara, pela chapa “APUB em Movimento” mostrava, em carta aberta colocada na rede, seu “compromisso” por uma “Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade”, assim como firmava sua posição de “defesa intransigente da Universidade Pública, da democracia e do socialismo”. Afirmava, ainda, sua luta contra a “privatização” da Universidade dizendo pertencer ao conjunto daqueles que “não se renderam ao individualismo e ao institucionalismo”. Dizendo-se um defensor do sindicato e da importância das lutas sindicais, o candidato à reeleição refuta as críticas da chapa “Outra ANDES/Outra APUB”) de ser sua gestão pautada no “greivismo e *assembleísmo*” (ênfase acrescentada), acusando a chapa opositora de propor, “a substituição da votação direta pela consulta informatizada”. No documento, expressa

que recuperou a credibilidade do sindicato” e ao se defender da acusação de greivismo, pondera que “as deliberações sobre a oportunidade ou não de se iniciar uma greve é de responsabilidade das bases docentes, que, após ampla divulgação de pauta e informação através de boletins, do endereço eletrônico da entidade, carta e correio eletrônico, é convidada a comparecer às Assembleias para tomar deliberação. Cabe à direção da entidade posicionar-se e encaminhar os resultados das Assembleias. E foi isto que fizemos ao longo destes dois anos. (Candidato à reeleição pela Chapa “APUB em Movimento”)

O documento subsidia tal afirmação com a informação de que no período de sua gestão “foram registrados 2900 assinaturas no livro de Atas correspondentes às AG’S sindicais, e mais de 300 nas AG’S com pauta específica do Plano de Saúde”. O candidato prossegue afirmando que sua gestão e a ANDES fizeram todos os esforços de negociação para evitar a greve (referindo-se à última naquele período) e que esta “só ocorreu depois do governo [Lula] ter descumprido as promessas realizadas em audiência com a diretoria do sindicato”.



Acrescenta, ainda, no tocante ao episódio da greve, que “as deliberações partiram das bases que se fizeram presentes nas instâncias deliberativas”. Ao ponderar que também existiram outras greves anteriores à sua gestão, pergunta se estas gestões anteriores poderiam também ser consideradas “grevistas”.

Sua crítica à chapa concorrente se substancia nos seguintes pontos; “[a] investida principal de “Outra ANDES/Outra APUB” é contra o mecanismo de deliberação da categoria; a chapa 2 propõe a extinção e/ou minimização da Assembleia presencial e a instituição unilateral de Assembleia virtual”. Continuando, afirma que esta

posição, aparentemente pluralista, substitui a deliberação política em fóruns públicos, com a presença coletiva, pela solitária decisão mediada pela tecnologia da informática. Em nome da liberdade de opção, propõe-se uma subordinação à razão instrumental. (Candidato à reeleição pela Chapa “APUB em Movimento”).

Lembra, ainda, que os sindicatos, os movimentos dos trabalhadores, partidos e movimentos sociais “superaram a esfera das relações privadas através do debate público e da deliberação coletiva”. O candidato reconhece que os “novos meios tecnológicos permitem sim a ampliação do debate”, mas argumenta que, “porém, se utilizados em substituição à formação de decisões coletivas em Assembleias, eles podem se converter em instrumentos de dominação de correntes virtuais sobre a sociedade”. Lembra, ainda, a questão da “exclusão daqueles que, por diversos motivos, não utilizam os meios virtuais” e que, então, a “democracia virtual” torna-se, assim, a mais plena exclusão dos trabalhadores”.

Apõe, ainda, o documento que, tomando o caso da UFBA, “isto pode ser observado através das listas de discussões em que um grupo seletivo de colegas participa ativamente, enquanto os demais passam ao largo do uso dos potenciais tecnológicos”. Prossegue o proponente colocando, de forma enfática, a questão:

[f]ragmentar, isolar, exigir a adesão a ideias já prontas; criar mecanismos de deliberação prévia, criar vontades artificiais e pouco discutidas; estimular o isolamento dos docentes, o aprisionamento no laboratório, à sala de estudo; desarmá-lo das lides políticas efetivas, não seriam os objetivos do uso inadequado da informática?



Na sequência, o candidato endereça uma crítica à chapa opositora; “[n]ão estariam os seus propositores destruindo as entidades, atomizando as decisões, impondo recuo às formas democráticas das classes trabalhadoras?”

Pode-se perceber a partir desses elementos que os argumentos expostos pelo candidato revelam que a tecnologia da informação, ainda que amplie o debate, traria dentro de si componentes de dominação e de exclusão e que estariam a serviço de interesses de fragmentação e isolamento dos docentes, ferindo o ideal democrático. A partir dessa manifestação desenvolveu-se um debate digital entre docentes.

As contribuições serão aqui apresentadas de forma cronológica de modo a detectar reações às manifestações anteriores. Apenas serão selecionados os trechos que contribuem para o objeto de interesse deste artigo. Procurou-se, também, evitar, ao máximo, referências pessoais de ataque ou de autoelogio, que só foram incorporadas quando faziam parte inevitável da argumentação. Os participantes dessa lista de debate, cujas contribuições foram incorporadas no presente trabalho, não serão identificados.

Começando esta colheita, uma primeira inserção mostra que o participante está tentando se acomodar à nova situação tecnológica. “Me habituei a olhos nos olhos, timbre de voz, cheiro, calor, gesticulação, enfim, me acostumei a pessoas. Agora, estou tentando me adaptar a tela. É péssimo”. (DOCENTE 1) Reconhece que existe “uma discussão colocada e muita pouca participação”. (DOCENTE 1) Frente à nova ambiência, registra que “[a]os poucos vou me acostumando a clarear ideias e aprendendo a construir mensagens” (DOCENTE 1), indicando que a nova forma trazia dificuldades. Adiciona que está preparado para as reações no meio virtual: “[s]obre as tacadas, mesmo que fortes, elas passam, fazem parte [...]” (DOCENTE 1), o que indica que no meio virtual, também, é óbvio, se encontra a possibilidade de ataques, de contraposições.

O debate se aquece quando surge na rede um manifesto assinado por 300 professores de apoio à chapa “OUTRA APUB”, afirmando que os docentes e a Associação de Docentes Universitários “estão hoje totalmente distantes de nós, professores da UFBA e do CEFET”, expressando que seriam “poucos” os que “se sentem representados pela APUB” (MANIFESTO). “Assembleias diminutas tomam decisões essenciais por todos nós. Os modos de deliberação não se ampliam abrangendo também novos formatos possibilitados pelos novos tempos e obrigatórios em um processo de democratização da APUB”



(MANIFESTO). O manifesto sugere a necessidade de busca de novos formatos, em que os “novos tempos” se referem às novas tecnologias. Ao indicar a necessidade de “aprofundar e ampliar a democracia da Associação de Docentes Universitários através da introdução de novos modos de deliberação e de participação de todos os professores da UFBA e do CEFET”, implica que as novas tecnologias poderiam cumprir este papel. Além desta mudança, o documento também expressa a necessidade de “[...] independência de nossa entidade frente às instituições, aos governos, aos partidos políticos, assegurando uma defesa intransigente dos interesses da categoria, da universidade pública e gratuita e de uma sociedade justa e democrática” (MANIFESTO). Posiciona-se a favor de um sindicato com “capacidade de lutar e de negociar, quando necessário” (MANIFESTO). Tais manifestações políticas indicam que esta chapa também tinha postulações políticas propriamente ditas, o que seria de se esperar, para afastar qualquer ideia que se assentava apenas na mudança tecnológica de auscultamento da comunidade.

Uma manifestação seguinte traz a interessante constatação do interesse e da mobilização política que a eleição estava trazendo à comunidade da UFBA: “[f]ui um dos 7 (SETE !!) presentes ao debate entre as chapas, que não faz parte de nenhuma das chapas ou da comissão eleitoral, ocorrida na última quinta feira em arquitetura” (DOCENTE 2), levando o docente a identificar um “esvaziamento do debate” o que, em sua apreciação, só faz

[...] reforçar que precisamos ampliar os nossos mecanismos de participação e de decisão. Não podemos ficar amarrados apenas ao voto em assembleia para tomar decisões importantes como a de participar de uma greve ou apoiar financeiramente a invasão de prédios públicos. (DOCENTE 2)

Esses dados confirmam a desmobilização impressionante dos docentes e a falta de interesse, o que pode ser atribuído, entre outras razões, às formas consagradas de encaminhamento dos debates, ou seja, a forma tradicional assembleia e/ou a razões mais estruturais como o esvaziamento da política em geral. Vale notar que o docente 2 tanto teve uma inserção presencial quanto digital e indica a necessidade de “[...] discutir meios de participação e de decisão que facilitem aos associados exercer os seus direitos” (DOCENTE 2) e revela não entender porque a participação em assembleias “deva ser uma obrigação para expressar meus anseios e votar” e para sua “opinião valer”.. Clama: “[...] exigo o direito de ter meu voto considerado sem ser obrigado a



participar de assembleias. Sou cidadão, não ativista. Quero ser associado/cidadão dentro da APUB sem ter que ser associado/ativista.” (DOCENTE 2) Esta afirmação faz uma distinção clara entre os limites que o próprio interessado coloca para a política, mais especificamente para o seu modo e desejo de fazer política: participar, ter presença decisiva na vida política da Associação, mas sem a necessidade de ser um ativista. Na sequência, o proponente considera que existem “muitos e variados” meios de participação e discussão, sendo a assembleia geral apenas um deles, considerando também o voto nas unidades da universidade, “voto pela internet”, além de assembleias por unidade. Menciona em sua mensagem, com surpresa, que um colega da Chapa 1 “[...] expressou sua profunda preocupação e medo com o voto pela internet”. Ao ponderar não ser este colega “um excluído eletrônico, pergunta: “então, por que tanto medo?”. Registra, ainda, que esta situação trouxe-lhe preocupação, levando-o a se questionar: “Será que ele tem razão e a ampliação dos meios de consulta e voto podem destruir nosso movimento?”(DOCENTE 2) Em sua percepção, entende que não, que “isto não tem qualquer sentido”. Encerra afirmando que o que “acontece com o colega [...] é que ele tem medo de DEMOCRACIA” (DOCENTE 2) (ênfase no original).

Escusado dizer que a participação seguinte vem do colega citado, docente 3, este responde ao docente 2: “[...] óbvio que os meios de comunicação eletrônica facilitam e ampliam as possibilidades de debate” e que isto tanto é verdade que “estamos aqui nesta lista a debater nossas diferenças, em função da facilidade que os meios virtuais nos proporcionam.” (DOCENTE 3) A concordância termina neste ponto, pois identifica o docente 3 que a “radical diferença” com a chapa 2 reside em entender que o “espaço coletivo de discussão”, ou seja, “o espaço legítimo e soberano da assembleia”, é onde se manifesta “a opinião individual e coletiva dos professores, através da VOZ E DO VOTO” (DOCENTE 3) (ênfase no original), ao invés do “[...] ato solitário, isolado e individualista de apertar uma tecla, no conforto do ar condicionado de um gabinete.” Propõe, o docente 3, assim, um confronto entre o espaço da assembleia que seria o espaço da voz, do coletivo, e o espaço da manifestação digital, que seria um ato individualista sem o calor (físico e emocional, presumo) do ambiente da assembleia e, portanto, distante da verdadeira realidade. Ainda que o espaço da assembleia seja, indubitavelmente, um espaço coletivo, vale a pena ponderar que o ato de votar, não em assembleias, onde normalmente o voto é a descoberto, mas em todas as eleições (legislativo e



executivo), o voto é individual e solitário, seja na urna ou no teclado. Assim, o ato de votar solitariamente em si não é negativo, mas democrático, com ar condicionado ou não.

Prossegue o respondente afirmando que quem demonstra medo da democracia “[...] são aqueles que buscam se esconder atrás de um teclado de computador, ao invés de enfrentar o debate franco e democrático, que uma assembleia proporciona.” (DOCENTE 3) Por outro lado, entende o docente ser “a internet ótima pra muitas coisas!!!” Mas para namorar”. (DOCENTE 3) Certamente esta é uma visão bastante restrita da Internet e de suas possibilidades. Entende que, no entanto, “[...] para decidir os rumos de nossa universidade, nesse momento tão crítico que vivemos, eu prefiro o contato “corpo a corpo”, e o debate franco, direto, democrático e real.” (DOCENTE 3) Vemos aqui, mais uma vez e com outros argumentos, a contraposição entre o debate real e o virtual, em que os defensores do primeiro apontam que este ocorre no contexto dos “olhos nos olhos”, “timbre de voz”, “gesticulação”, “corpo a corpo”, ausentes na segunda possibilidade.

Também em resposta ao docente 2, o docente 4 diz concordar com “as várias formas de participação dos professores”, e afirma ter “[...] defendido que as questões mais importantes devam ser votadas usando recursos que possam envolver o maior número possível de professores.” (DOCENTE 4). Aponta como exemplo a Universidade Federal do Ceará, onde têm sido utilizadas urnas eletrônicas do TRE e, em média, a participação dos docentes tem sido de 91%, entendendo que “podemos, pelo amor à democracia, seguir esse caminho [...]”. (DOCENTE 4)

Uma outra ponderação, vinda do docente 5, mostra sua preocupação com a “questão da participação ativa ou mediada eletronicamente”, indicando que não se pode “[...] reduzir o debate sindical e a definição de suas diretrizes de luta ao mero problema participativo, achando que sua substituição por um meio passivo vai resolver o problema da luta sindical.” (DOCENTE 5) O docente confessa que vive

[...] mediado pela intra e internet, não tenho trauma algum com este meio, apenas penso que ele jamais em tempo algum pode ou deve substituir a vida. Entramos cada vez mais na falácia da fábula eletrônica, na mediação de uma ‘teletela’ ou de uma ‘matrix’ (DOCENTE 5).



O que se verifica, aqui, é a contraposição entre a vida, que seria o mundo real, e um mundo virtual que, então, não seria a vida. Esta seria, assim, composta apenas de relações presenciais, o que, nos parece, reduzir muito o contexto verdadeiro das relações humanas e de construção da própria vida, desconsiderando toda a História que mostra a presença de elementos virtuais desde longa data.

Uma brevíssima inserção pondera que “essa história de ‘democracia virtual’ parece onanismo político” (DOCENTE 6). Já o docente 7, ao fazer um balanço das vantagens e desvantagens das duas posições e expressando “opinião a respeito da democracia, com ou sem Internet, no âmbito da APUB”, entende como “extremamente positivo o uso desse meio ao invés das assembleias”, arrolando as seguintes razões: “i) nas assembleias, geralmente, perde-se um turno inteiro de trabalho; ii) nas assembleias, existe, normalmente, uma baixa percentagem de associados; iii) pela Internet, tem-se tempo para pensar e amadurecer sobre os assuntos; iv) se você não pode comparecer às assembleias, fica fora das decisões; v) usando a Internet, antes de expressar sua opinião, você poderá trocar algumas ideias com colegas, amadurecendo seu ponto de vista; vi) pela Internet, não existem pressões e manipulações, comuns em assembleias universitárias; vii) quando todos opinam (sic) [opinam] livremente e quando todos tomam conhecimento, está criado um cenário de reflexão, crescimento e maturidade” (DOCENTE 7). O docente aponta aspectos positivos do uso da Internet que, em sua opinião, estariam contribuindo para o aperfeiçoamento das decisões e, portanto, para a democracia, como a superação da existência de pressões e manipulações nas assembleias universitárias (certamente em todas). Indica, ainda, a possibilidade de uma maior reflexão e amadurecimento nas decisões através do voto digital. No entanto, parece ter uma visão mais instrumental da Internet, ainda entendendo o instrumento como imune a pressões e manipulações, uma visão no mínimo otimista da Internet.

O posicionamento da docente 8 não foca diretamente no tema de nossa investigação, mas traz elementos referentes à participação dos professores que, afinal de contas, é o objeto de fundo deste processo e que levou a uma oposição entre as duas chapas, entre outros aspectos. Assim, identifica, em nível mundial, “as dificuldades por que passam TODOS os movimentos sindicais, contra os quais o neo-liberalismo tem dirigido parte significativa das suas



políticas destrutivas” (DOCENTE 8). No âmbito do Brasil, atribui o “maior golpe contra o movimento docente” ao Ministro Paulo Renato, do governo FHC, “[...] quando dividiu o movimento sindical ao acentuar as diferenças salariais entre docentes pós-graduados e o resto” (DOCENTE 8) e que, assim, “os doutores, satisfeitos, não mais se empenharam em participar das lutas sindicais”(DOCENTE 8). Ela aponta como “caso raro” algum doutor comparecer nas assembleias “denunciando estes fatos”. Diagnostica, ainda, que estamos “cuidando das nossas vidinhas particulares”, o que está gerando essa “abstenção”. Em sua visão, o fato dos docentes, mais especificamente os doutores, não estarem interessados em participar das assembleias estaria substanciado nessa política governamental, o que seria uma posição ingênua por parte dos docentes, pois seus salários também seriam “corroído[s]” pela inflação. Por esta razão, toma partido explícito clamando que “um voto consciente e correto politicamente” seria o voto no candidato da Chapa I para romper com o “ceticismo banal que está instalado na UFBA”. Sugere que “[...] quem não acompanha os acontecimentos a nível local e nacional deveria abster-se, e não votar irresponsavelmente” (DOCENTE 8).

A posição do docente 9, pela sua densidade e contundência, merece ser transcrito na íntegra.

QUANDO O ABSURDO PASSA A SER ENTENDIDO COMO NORMAL, ESTOU DE ACORDO COM O ABSURDO: VAMOS TODOS USAR A INTERNET PARA TUDO. DAREMOS AULAS PELA INTERNET – para que irmos à sala de aula ficar irritado, cheirando pó de giz? Posso ensinar a partir de minha cama, do meu quarto. Não gastarei combustível e nem estarei exposto à violência. TIRAREMOS DÚVIDAS PELA INTERNET; aplicaremos exercícios e forneceremos os gabaritos pela Internet. (DOCENTE 9)

Prossegue o docente destilando sua ironia:

Já podemos fazer quase tudo bancário pela Internet; faremos reuniões do Conselho Universitário pela Internet; faremos reuniões de departamento pela Internet.; iremos defender teses e participar de bancas de defesas de tese pela Internet; faremos reuniões da Congregação pela Internet; faremos sexo pela Internet [...] Quem não desejar participar de assembleias democráticas da APUB em 2005 sob a presidência do Prof. Antonio Câmara, retirar que crie a APUIBA: associação dos professores universitários internáuticos da Bahia. Com Câmara na APUB você vão ter [sic] que ir à ASSEMBLEIA DA APUB nem que seja na marra. Você vão ter [sic] que engolir um Câmara barbudo” [ênfase no original] (DOCENTE 9 grifos do original)



Mantivemos as letras maiúsculas entendendo que o manifestante estaria falando alto, gritando se ao vivo fosse sua participação. Ironias, sarcasmos ou agressões à parte, o docente 9 faz uma crítica contundente do uso da tecnologia da Internet para discussão e deliberação política. Muitas de suas críticas já são usadas no ensino à distância ou em defesas de dissertação e teses usando o *skype*. O docente 9, certamente, se situa no campo dos pessimistas em relação à Internet, pois não vê nenhuma utilidade ou validade nesse meio.

Aos argumentos do docente 9, assim se manifestou o docente 10: “[u]m pouco mais de educação e respeito aos colegas fariam muito bem à UFBA” ao que retrucou o docente 9: “[s]ou uma pessoa educada e tenho o mais profundo respeito para com o ser humano, tanto é verdade, que percebo o quanto as pessoas gostam de mim (sem falsa modéstia)”. Em seguida, volta-se para a consideração da proposta do docente 7 que entende como “de tirar do sério qualquer ser humano”, pois “[u]sar a Internet como instrumento de decisão é um retrocesso antropológico e reduz o ser humano a um robótico”.

Prosegue o debate virtual com a inserção do docente 11 que, após manifestar apoio às “proposições inovadoras” do docente 2, complementadas pelo “construtivo exemplo da UFCE” trazido pelo docente 4, comenta que “[e]xiste, portanto, vida inteligente na Universidade Brasileira” (DOCENTE 11). Na sequência, retorna o docente 6 que, respondendo ao 7, coloca, ao que parece, de forma irônica, a seguinte questão: “[q]ue tal ampliar o critério para reunião de Departamento, de Colegiado, de Congregação, de Consepe (e das Câmaras) e Consumi? Também não se perde um turno, também não há pressões, etc, etc.”. E complementa; “[e] que tal as aulas virtuais por Internet?” Ao reconhecer que as assembleias não têm quórum mínimo para deliberação, aquiesce ao apresentar a proposta de “[...] instaurar um quórum para assembleias da APUB, seja qual for a chapa que ganhe” (DOCENTE 6).

O docente 5 retorna ao debate trazendo uma posição que supera a dicotomia entre assembleia presencial e virtual ao comentar que

o problema da participação tem raízes mais profundas que a mera possibilidade de ir ou não a uma assembleia e não será a virtualização da consulta que ampliará isso. A dita apatia não é fruto do assembleísmo, ela vem sendo construída faz um certo tempo. O esvaziamento sindical e a consciência de classe transformaram-se em luta individual onde o darwinismo impera (DOCENTE 5).



A posição exposta encontra respaldo na formulação teórica e histórica acima apresentada que mostra um avanço do individualismo e da perda da visão coletiva imperante na sociedade atual.

Posicionando-se a favor das novas formas de consulta e debate, o docente 12 postula que “devemos ser capazes de (i) inventar, criar novos modos de interação, sem ficarmos a repetir o eterno refrão de que as assembleias são os fóruns soberanos de discussão etc”. No mesmo veio de raciocínio, afirma que “tradição é uma coisa que pode ser boa, mas o mesmo vale para a mudança e inventividade” e conclui que “(ii) devemos ser capazes de inserir as novas tecnologias em nossos espaços de debates, assim como devemos ser capazes de fazê-lo em outros espaços de nossa prática profissional”. (DOCENTE 12) A posição aqui defendida mostra uma maior abertura ao uso da tecnologia e não só no espaço específico da decisão política nas assembleias, mas também, em outros setores da vida profissional.

A contribuição do docente 13 expressa bem o conflito que está por detrás da opção pela adoção de tecnologias virtuais para o processo de decisão frente à processualística do espaço das assembleias presenciais:

é ridícula a proposta de substituir as Assembleias reais por consultas via Internet. A Net deve sim ser acionada para divulgar propostas a serem apreciadas nas assembleias, evitando-se, assim, que aqueles professores que não são “ativistas aparelhados” sejam tomados de surpresa com propostas que parecem ter surgido na Assembleia, mas que foram, cuidadosamente, ensaiadas de antemão e acerca da qual o grupo que a propõe já tem questão fechada, tornando os demais em simples “massa de manobra” (DOCENTE 13).

Pergunta ainda o docente: “Quem não conhece esta tática?”. Prossegue com outra pergunta em tom de afirmação: “[d]e que adianta fazer assembleias quando certos grupos não vão às mesmas para discutir suas ideias, mas para impor resultados no grito e usando estratégias, no mínimo, eticamente contestáveis?” (DOCENTE 13). No mesmo viés coloca outra pergunta: “por qual razão as assembleias já não atraem as pessoas? Foi o instrumento “assembleia” que se desgastou face à nova conjuntura política ou foram diretorias irresponsáveis que fizeram-na entrar em completo descrédito por tê-las transformado em palco para manobras escusas?”. Acredita o docente 13 que “as assembleias continuam a ser o fórum ideal para as discussões e tomada de decisões democráticas”; pondera, no entanto, que: “me recuso a ser “usado” para ratificar politicagens baratas”. Acredita que quando as assembleias forem



pensadas como fóruns de debates de assuntos relevantes, estas voltarão a ser “atraentes e os auditórios voltarão a ficar apinhados de pessoas interessadas”. Conclui afirmando que é sobre isto que se deve pensar “e não em assembleias virtuais, pseudodemocráticas”.

Observa-se, aqui, um terceiro tipo de posicionamento: por um lado, não aceita as ponderações de um esvaziamento dos sindicatos ou das entidades de classe, desacredita por outro lado, das assembleias virtuais, e visualiza a saída no redirecionamento das assembleias para os reais interesses dos associados.

Prossegue o debate virtual com o retorno do docente 1 que presta solidariedade ao 9 e pondera que “[t]er a NET como instrumento de discussão é novo e moderno, nunca como meio de decisão. É potencializar a desumanização dos processos” (DOCENTE 1). Reconhece que as assembleias estão “vazias”, entendendo isto como “reflexo de tudo que estamos vivendo nesse início do século XXI” e que se expressa “no condomínio, na reunião de pais e mestres, nos clubes sociais, até em bloco de carnaval, onde os associados se contentam em receber o abadá e não passar pelas decisões de Diretoria”. Prescreve que “nos falta criatividade e vontade [...] de comparecer para discussões coletivas”. Observa que os políticos “inventaram o SHOWMICIO. O povo voltou à praça pública”. Encerra apontando que os fóruns de debates “estimulam”, mas que, na sua faculdade, isto foi “destruído e se pede votos na calada dos corredores”. Admite, ainda, que “sejam virtuais, mas que não se perca o contato dérmico”, arrematando que os “*chats* de sexo estão lotados!” (DOCENTE 1)

Continuando na sua linha, retorna ao debate virtual o docente 9, fazendo uma simulação ao imaginar a possível eleição do candidato da Chapa 1 frente a uma convocação de assembleia: “a turma da chapa 2 (leia-se assembleia virtual) começa a trocar figurinha pela Internet até instantes do início da assembleia”; pondera se deveriam os 308 que apoiam a chapa adversária a votar a favor ou contra culminando com a seguinte proposta; “[q]ue tal chegarmos lá e todos os 308 pedir inscrições para falar e inviabilizar a assembleia?”. O próprio docente comenta: “ACHO QUE ESSA IDÉIA (que eles não tiveram e nem têm) RESOLVERIA O CASO FREUDIANO DA DEPENDENCIA CIBERNÉTICA” [ênfase no original]. (DOCENTE 9) Conclui informando que na assembleia de seu condomínio são 40 votantes, mas comparecem apenas 5 que “decidem, todos concordam, ninguém reclama de estar sendo privado do direito de voz, todos somos felizes. Graças a DEUS essa panaceia virtual ainda não foi proposta”.



Um outro docente se apresenta se colocando a favor do uso da Internet “como espaço para discussões e votações”, apoiado no argumento de que “[...] nem sempre (ou quase nunca) as assembleias são espaços verdadeiramente neutros de discussão.” (DOCENTE 14) Isto ocorre porque algumas “manobras regimentais” podem “distorcer por completo os resultados”, tais como, “[...] questões de ordem, encaminhamentos, encerramento súbito das inscrições para falar ou o seu prolongamento proposital quando os inscritos são favoráveis à mesa” (DOCENTE 14). Ainda outro argumento é esgrimado ao indicar que “[...] as assembleias nunca são uma amostragem representativa da categoria, e se constituíram em uma espécie de ditadura dos loquazes sobre aqueles que, por natureza, não são, ou não querem ser, oradores” (DOCENTE 14). Observa que, nos anos em que frequentou as assembleias da APUB, “[...] os inscritos para falar são quase sempre os mesmos, com discursos semelhantes, sempre muito aplaudidos por suas plateias”. Por outro lado, “[...] a grande maioria, por constrangimento, ou até mesmo para evitar apupos, prefere o silêncio” (DOCENTE 14). Conclui com uma pergunta: “[p]oderá este espaço ser considerado democrático?”. Defende o espaço virtual com as listas de discussão, o qual permite “reflexões serenas” e um voto “refletido e desprovido de paixões espúrias e das manipulações regimentais”. Essas observações expressam que o meio presencial é marcado por relações de dominação e manipulação, mas que também podem estar presentes no meio digital, embora pareçam ser de qualidade diferente.

Uma posição distanciada das duas dominantes se encontra nas ponderações do docente 15 que se diz preocupado com “[...] a chacota e a deselegância de alguns e-mails que se colocam contra “se pensar” ou discutir novas formas de participação política através da Internet” (DOCENTE 15). A crítica aqui se dirige àqueles que não querem discutir as alternativas de participação política digital. Aduz o proponente que “discutir novas formas de participação não significa aderir a esta ou aquela chapa”, o que o autor atribui a “[...] um reducionismo atroz, produto de mentes que só enxergam polaridades e divisões binárias no mundo” (DOCENTE 15). Diz lamentar a ausência de uma alternativa e que essa discussão da “[...] utilização das novas tecnologias no processo da participação política tenham sido relegadas à vala comum do binarismo simplista que tomou conta da UFBA”.



Outro conjunto de preocupações pertinentes emerge com a possibilidade da tomada de decisões no meio eletrônico; “regras diferentes da assembleia serão feitas, portanto, mecanismos de controle serão empregados” assim como “[o]s que não falam, também, podem não querer digitar ou expor suas ideias na rede [...] a votação, ainda assim, estaria cerceada pelo jogo dos que opinam. De fato, a operacionalidade e a eficácia de um debate político fica também comprometida.” (DOCENTE 5). Em outras palavras, ele questiona se os novos meios permitirão, mesmo, uma maior participação, ou aqueles que não participam nas assembleias presenciais também não se farão presentes no meio digital, o que é uma questão central nessa discussão. Em sua opinião, “haverão muitos pedidos de: “por favor me tirem da lista!!” não aguento mais tanta discussão!!”minha caixa está cheia, por favor me desfilie da APUB”, “não quero mais frequentar esta lista” etc etc etc” (DOCENTE 5).

Reagindo a manifestações referentes a um posicionamento seu, o docente 7 classifica os participantes dos debates que discordam do uso do meio digital em “3 tipos: i) os bem intencionados, mas que ainda não assimilaram a dimensão da comunicação eletrônica; ii) os políticos profissionais, de posicionamentos dogmáticos, rígidos e fixos; iii) e um resíduo professoral xiita, agressivo, raivoso, mal educado, certamente mal-amado e infeliz”. Observa que “os que não concordaram com o uso da Internet, em nenhum momento analisaram os argumentos que usei”, indicando que haveria um diálogo de surdos. Faz ainda uma crítica a colocações feitas no debate sobre “sexo pela internet”, “aulas pela internet”, lamentando ninguém ter entrado “no mérito das colocações” e não ter conseguido “absorver algo positivo com esta discussão”. Congratula-se com a Chapa 2 “na esperança de que novos métodos de discussão, comunicação e decisão sejam usados, compatível com a evolução do novo milênio”.

Prosseguindo o debate encontramos uma ponderação que entende que o uso ou não da Internet “[...] não é a questão central para a resolução de problemas crônicos que os movimentos sociais ou sindicais vêm enfrentando”, pois o que “está em jogo é a eficiência do processo” (DOCENTE 5). Quanto à classificação proposta, acima mencionada, comenta que os bem intencionados são “muitos” e concorda que hajam “fixistas inertes a mudanças”, manifestando ser a terceira categoria “completamente inadequada aos propósitos da discussão” (DOCENTE 5). Por fim, insiste que “sectarismo, condução, imposição, controle, etc é que poderão ocorrer em um sistema não claramente definido,



e como, quando e quem irá decidir como esta “ciber novidade quente” irá ser empregada”. Observa que o parlamento Europeu, entre outras instituições de “top line” tecnológico, “não ‘modernizaram’ seus processos decisórios, apenas agilizaram e os tornaram mais fluídos”; defende que o novo milênio não é apenas “ciberprofissionalização”, mas que “o ser humano deve ser mais valorizado” (DOCENTE 5).

Após a eleição e vencedora a Chapa 2, proponente das mudanças tecnológicas, emerge a sugestão de que o momento “[...] é ouvir dos colegas alternativas sérias, sistematizá-las e organizar propostas consistentes que possam ser submetidas à comunidade” (DOCENTE 2). Prossegue, comemorando a vitória da Chapa “Nova APUB” que, dos 1400 votantes, 60% votaram na Chapa 2. “Um mil e quatrocentos votos e não os 20 a 100 votos que decidiram e mantiveram a desastrosa greve deste ano”. (DOCENTE 2). Esclarece o docente não ter afirmado em “nenhum momento” que “[...] exista um único meio de captar os anseios dos associados. Muito menos que as assembleias tivessem que ser eliminadas”, mas, sim, que não poderiam “[...] ficar amarrados apenas ao voto em assembleia para tomar decisões importantes como a de participar de uma greve ou apoiar financeiramente a invasão de prédios públicos.” [ênfase no original] (DOCENTE 2) Conclui afirmando que

[a]ssembleias não são soberanas, soberano é o desejo e a vontade da categoria, no seu âmbito de decisão. Qualquer instrumento de decisão só tem valor se consegue expressar o que a categoria deseja e, lembremos, a categoria somos todos nós e não apenas os autodenominados ativistas ou os que têm tempo e/ou prazer de participar em assembleias. (DOCENTE 2)

Ainda na repercussão do resultado das eleições e convergindo com o anterior,

[o] que não podemos aceitar é que mecanismos que dificultam tal manifestação [o ponto de vista da maioria dos docentes] (quer pelas dificuldades do nosso cotidiano como trabalhadores, quer pelos limites pessoais em lidar com o clima de assembleias) sejam tomados como únicos, de forma a impor à maioria, pensamentos e ações de grupos minoritários. (DOCENTE 16)

Defende o proponente um

[...] sistema amplo de consulta a todos os professores, impedindo que o posicionamento da APUB reflita apenas a posição do grupo político que a comanda num determinado momento. E isso vale, a meu ver, para qualquer que seja esse grupo político. (DOCENTE 16)



Uma última colocação, vindo do docente I7, defende que a discussão sobre usar ou não a Internet é “sem sentido e desfocada”, lembrando o autor que “estamos discutindo através da Internet” (DOCENTE I7), e que discorda da ideia do anonimato na via virtual, pois os escritos são assinados. Registra que “o foco desta discussão deveria ser a participação e discussão política e não a Internet”. Para ele, o central “[...] é saber se os processos participativos que temos hoje permitem a formação de consenso sobre as questões que interessam aos docentes”. (DOCENTE I7) A questão reside, no seu entender em verificar

[s]e as formas de participação podem ser ampliadas e melhoradas com a adoção de novos procedimentos e instrumentos (internet, dentre outros) ou se a prática atual é a possível e se estamos (ou estávamos) sendo de fato representados e ouvidos nas decisões do sindicato. (DOCENTE I7)

Colhidas estas manifestações na lista de discussões, trazemos, para finalizar, reflexões feitas sobre esse processo, pela candidata vitoriosa pela chapa de oposição, Cláudia Miranda, em entrevista realizada, em maio de 2007, já após concluído seu mandato. Em sua visão, a inclusão de novos instrumentos de consulta e deliberação foi motivada pela solicitação recorrente, por parte de docentes, “[...] de criação de mecanismos mais democráticos que oferecessem possibilidades adicionais de participação”, além das assembleias presenciais. Eles alegavam que estas eram um instrumento necessário, mas insuficiente para “representar realmente a maioria”, e que, embora tivessem o potencial de ser um espaço democrático, não as “viam muito como um espaço de diálogo”, devido ao reduzido número de participantes e a queixa generalizada de que, se o participante se colocasse contrário à maioria presente, corria o risco de ser vaiado, hostilizado em público.

Sobre a participação, Miranda faz uma distinção entre dois momentos: o da deliberação e o da decisão. Considerando a deliberação, comparando os níveis de participação nos meios presenciais e virtuais “[...] esse fenômeno da pouca participação, seja nas assembleias presenciais, seja no próprio debate eletrônico” se mantém. A quantidade de docentes presentes nas assembleias presenciais é sempre muito reduzida especialmente nas grandes universidades, congregando, em alguns casos, nem sequer 12 membros além dos da diretoria. Na APUB, relata a docente, acontece o mesmo, dos cerca de 1.500 docentes participantes na época somente cerca de quarenta, ou até menos,



compareciam às assembleias. A baixa participação seria influenciada por fatores como a capacidade da diretoria, como mediadora, de cumprir seu papel de fomentar a discussão ao fornecer documentos, textos “que instiguem, estimulem os professores a participarem do debate”, e a natureza do tema debatido. Entre os que suscitam mais discussões, estão a greve, eleição do sindicato e os relacionados às questões individuais relacionadas ao cotidiano dos membros, como mudanças no plano de saúde, por exemplo, que “mexia com o bolso, com a vida [...]”. No momento da decisão, por outro lado, já na primeira consulta direta (urnas nas unidades da UFBA) o número de participantes “foi muito representativo”, tendo votado mais de 800 professores, apesar da “rejeição pela oposição, que era contrária a esse tipo de consulta direta”.

O fato de que a adesão ao debate manteve-se baixa tanto nos debates presenciais quanto nos virtuais, mas foi alta no momento da consulta direta demonstra que, ao solicitarem a inclusão de “meios mais democráticos para se manifestarem”, os docentes entenderam, por “se manifestar” votando, “valorizando muito mais o processo final, decisório, do que o processo de construção, de reflexão [...] como acontece também nas assembleias”. A entrevistada esclarece que “muitas pessoas não querem somente debater, querem debater, mas querem ter também a oportunidade de votar, não ficar somente falando, opinando”.

Sobre os opositores que alegavam que o debate virtual seria “um absurdo, muito pobre, muito superficial”, a entrevistada informa que os opositores à proposta consideravam um docente manifestar-se numa mensagem dizendo apenas “concordo” ou “concordo com tal pessoa”, entretanto, ela defende que esse tipo de mensagem é legítimo, comparando-as “[...] com um professor que chega na assembleia [...] e ele está se manifestando batendo palmas ou levantando o dedo ou a mão ou balançando a cabeça, ele está demonstrando opinião”.

Comparando as duas formas de debate, as vantagens do debate virtual seriam: 1) a possibilidade de registro, o fato de “que tudo aquilo está sendo documentado”, fato que poderia, por outro lado, até inibir algumas pessoas a se manifestarem no meio eletrônico, já que “a fala escrita compromete muito mais, ela perdura”; 2) um aumento (ainda que não significativo) da participação em relação ao debate presencial, pois docentes “[...] que não são ou não eram atuantes nas assembleias, que geralmente não se manifestavam em assembleia, passaram a se manifestar a partir do meio eletrônico”.



Uma vantagem da discussão presencial seria o dinamismo, uma maior agilidade, pois argumento e contra-argumento acontecem ali, simultaneamente. Um “grande problema” do debate presencial, entretanto, seria a existência de “estratégias de condução de uma assembleia” por militantes que conhecem “o momento certo, a hora certa pra falar uma coisa que pode agradar a maioria ali”, mesmo que seu discurso não seja pertinente. Um professor que não conhece esses códigos pode até expressar uma opinião pertinente, mas não fazendo parte da maioria, “não importa”, os “mais ativistas já vão com uma posição [...] fechada [...] porque existe já uma certa articulação, um certo imbricamento de pessoas dentro de uma assembleia, as pessoas já são identificadas” por atuarem dentro de determinados grupos. Diante disso, a entrevistada defende, ao invés da substituição do meio presencial pelo virtual, a complementaridade entre os dois recursos, com o objetivo de estimular que “a maioria se manifeste, se expresse”, não importando o meio.

Considerações finais

Do material exposto, podem-se chegar a algumas conclusões, ainda que preliminares. O objetivo do trabalho foi investigar as oportunidades e desafios de se fazer política utilizando a Internet, de forma que o objeto da análise não era apenas discutir a aceitação do meio digital para fazer política, mas isto dentro do contexto de assembleias de docentes. Grosso modo, podem-se identificar dois grandes grupos: 1) adeptos da introdução de novas formas de consulta usando o meio digital e 2) críticos da utilização da consulta e debate digitais. O primeiro grupo não se constituía apenas em defensores da tecnologia (Internet) em si, mas também, se posicionava contra o esgotamento da forma tradicional da assembleia, em grande parte, motivado pela posição contrária ao grupo político que dirigia a Associação de Docentes Universitários. O segundo grupo, crítico da utilização de qualquer forma de consulta ou debate digital, ainda comporta uma ramificação entre aqueles que assumem uma posição contundente com qualquer alteração de consulta, defendendo o caminho da assembleia, e outros que reconhecem qualidades no uso da Internet para fins políticos.

Um terceiro grupo pode ser localizado entre aqueles que entendem que a questão não é discutir se é adequado ou não o uso da Internet, mas que o



foco deve ser na participação e no conteúdo das assembleias. As manifestações indicaram, ainda, que a questão da “fala” é muito complexa: no meio presencial seria menos democrática do que se imagina, mesmo em fóruns supostamente democráticos (as assembleias) e, por outro lado, poderia ser mesmo mais democrática no meio virtual do que se imagina.

A análise mostra que as formas tradicionais de fazer política parecem esgotadas, o que pode indicar uma supervalorização do indivíduo na sociedade contemporânea inviabilizando a mobilização dos corpos coletivos. Se a Internet pode aprofundar este individualismo pode, também, ser um caminho para forjar novas formas de sociabilidade e de fazer política, mas ainda parece ser cedo para afirmações mais seguras.

Se este trabalho pode chegar a alguma conclusão, indo além de levantar várias questões e dúvidas, é perceber um claro afastamento da política por parte de atores que dispõem de todos os recursos cognitivos e de acesso à informação e conhecimento. O número de participantes em assembleias presenciais ou em discussões virtuais atesta este fato. Evidentemente, não se pode generalizar esse resultado para outros objetos empíricos, mas a reflexão teórica contemporânea tem sido pródiga em apontar este posicionamento. Não dá, ainda, para emitir qualquer julgamento crítico mais assertivo sobre a superioridade de uma forma ou de outra de fazer política. Muito provavelmente vamos conviver com as duas em um mundo que se torna cada vez mais digital.

Fazendo um cotejo com a teoria base para este artigo percebe-se uma concordância com a constatação de um esvaziamento, uma fuga da política, mesmo para um grupo que dispõe de recursos de cognição e informação para uma participação intensa. Pelo contrário, a participação é ínfima, quer no plano presencial, físico, quer no digital, tomando por base os participantes no debate eleitoral. Isso parece nos autorizar a uma conclusão de que o professorado da UFBA tem se afastado da política e o digital não tem favorecido, ampliado o debate. Parece que o digital também não pode salvar a participação política, há uma recusa à política. Pode-se também que considerar que *in dubio pro réu*, a participação digital na forma de fazer política ainda é muito nova, sem acúmulo de experiência para uma condução mais frutífera.

Mas, também, pode-se abrir alguns questionamentos da especificidade desse grupo onde pontua uma certa isonomia entre os participantes. O que se pode perceber pelos relatos aqui arrolados, bem como pelo que se observa da participação em assembleias é uma contundência, uma agressividade

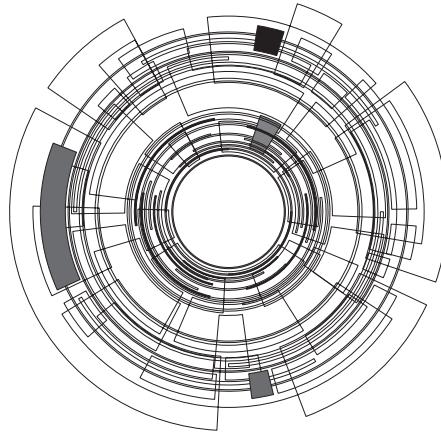


explícita que afastaria os apenas docentes e não militantes. Nesse contexto, aqueles que não dispõem de recursos para entrar nesse debate ficariam completamente alijados com dificuldades de se manifestar. Interessante notar que se essa é uma característica da política presencial também o é na esfera digital, ainda que com facetas diferentes. Essa característica onipresente poderia explicar também a baixa participação no meio digital. O resultado auferido nesta pesquisa também serve para recolocar a questão inicial que norteou esta investigação. A dicotomia não seria política presencial versus política digital, mas decisões no espaço da assembléias ou fora deste. Respostas mais seguras apenas com uma investigação mais precisa e detalhada. Uma outra vereda de investigação futura reside em pesquisar o que seria mais fácil de controlar: o repente verbal, dito no calor dos acontecimentos ou o repente digital, supostamente mais refletido antes de emitir a mensagem? Acreditamos que esta pesquisa não só confirma uma recusa à política, que seria específica da sociedade contemporânea e, talvez, mais ainda no caso do Brasil, mais ainda na especificidade desse grupo, sem condições de generalizar para a Universidade como um todo. Por outro lado, abre um leque de questões de pesquisa sobre a política no meio digital para as quais ainda não se tem respostas.

Referências

- CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, D. (Org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003. p. 255-287.
- _____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DOMINGUES, J. M. *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- NOGUEIRA, M. A. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- OLIVEIRA, F. Capitalismo e política: um paradoxo letal. In: NOVAES, A. (Org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- SARTORI, G. *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SORJ, B. *Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade de informação*. Rio de Janeiro: Zahar, Brasília, DF: UNESCO, 2003.
- WOLTON, D. *Internet, e depois? uma teoria crítica das novas mídias*. Porto Alegre: Sulina, 2003.





Disponibilização e uso de serviços de governo eletrônico no Brasil: a visão dos usuários

Ernani Marques dos Santos, Nicolau Reinhard

Introdução

O surgimento da Internet e de outras inovações nas Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC) proporcionaram às organizações a possibilidade de migrar seus sistemas existentes em plataformas convencionais para sistemas com interface *web*. O esgotamento das sobrevidas dos sistemas legados¹, também, pode ser considerado outro fator que motivou a construção de novos sistemas baseados na Internet – os quais conformam, na prática, o governo eletrônico. No caso específico de organizações governamentais, outros aspectos que incentivaram o surgimento dessa inovação foram a necessidade das administrações aumentarem suas arrecadações e melhorar seus processos internos (KAKABADSE; KAKABADSE; KOUZMIN, 2003), e as pressões da sociedade para que o governo otimizasse seus gastos e atuasse, cada vez

¹ Sistemas aplicativos providos pelos “centros de processamento de dados” governamentais ou demais sistemas passados de uma gestão à outra. Os sistemas legados de governo tratam, em sua maioria, de processos operacionais transacionais.

mais, com transparência, qualidade e de modo universal na oferta de serviços e provimento de informações aos cidadãos e organizações em geral. Todos esses fatores encontraram na intensificação do uso das TIC o suporte necessário para implementação de projetos que pudessem responder a essas demandas.

A partir desse cenário, tem-se como objetivo, neste artigo, avaliar a visão dos usuários em relação aos serviços de governo eletrônico disponibilizados no que diz respeito à sua utilização e suas motivações para o não uso. Para tanto, utilizam-se os dados coletados na Pesquisa TIC Domicílios 2009, os quais traçam um panorama sobre a posse e o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no Brasil. No artigo, foca-se, especificamente, nos dados referentes a governo eletrônico, os quais apontam para um crescimento do uso destes serviços como resultado de políticas nos âmbitos municipais, estaduais e da união. No entanto, esse crescimento ainda pode ser considerado pequeno frente ao potencial e importância desses serviços para a sociedade (PESQUISA..., 2010), o que justifica a necessidade de estudos objetivando identificar os fatores condicionantes do seu uso.

Governo eletrônico

As possibilidades de otimização ou mesmo a criação de novos processos no ambiente de governo, baseados em soluções de TICs, se baseiam em princípios definidos pelos conceitos de governo eletrônico. No entanto, por ser um “fenômeno relativamente recente que ainda não foi claramente definido” (CRIADO GRANDE; RAMILO ARAUJO; SALVADOR SERNA, 2002, p. 5), várias definições podem ser encontradas na literatura: OCDE (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2001), United Nations (2001), Okot-Uma (2001), National Audit Office (2002), INTOSAI (2003) e European Public Administration Network (2004), entre outras.

Para o World Bank (2003),

[...] governo eletrônico refere-se ao uso, por agências governamentais, de tecnologias de informação (como redes de longa distância, internet e computação móvel) capazes de transformar as relações com cidadãos, empresas e outras unidades do governo. Essas tecnologias podem servir a diferentes fins, como: melhor prestação de serviços aos cidadãos, interações mais eficazes com empresas e a indústria, *empowerment* do cidadão por meio do acesso a informações ou mais eficiência na administração governamental. (WORLD BANK, 2003)



Uma definição mais ampla de governo eletrônico se refere à adoção das TIC pela Administração Pública, como diferentes vias através das quais se conectam e interagem com outras organizações e pessoas, especialmente mediante suas páginas *web*, mas também através de correio eletrônico e outras ferramentas como o telefone móvel, os PDAs, a vídeo conferência, *intranets* privadas, *extranets*, TV a cabo, ondas de rádio e o satélite. (CRIADO GRANDE; RAMILO ARAUJO, 2001) Para Baum e Di Maio (2000),

[...] governo eletrônico como a contínua otimização da prestação de serviços governamentais, participação dos cidadãos e governança pela transformação das relações internas e externas através das tecnologias, internet e novas mídias. (BAUM; DI MAIO, 2000)

Diferentemente de algumas definições que se concentram unicamente na dimensão de melhoria da prestação de serviços, a definição do Gartner Group (BAUM; DI MAIO, 2000) considera a importância da mudança e a transformação institucional e a articulação de consensos entre aqueles agentes e interesses que são fundamentais para lograr o êxito do projeto. (FERGUSON, 2000; PRATCHETT, 1999)

Em linhas gerais, as funções características do governo eletrônico são:

- prestação eletrônica de informações e serviços;
- regulamentação das redes de informação, envolvendo principalmente governança, certificação e tributação;
- prestação de contas públicas, transparência e monitoramento da execução orçamentária;
- ensino à distância, alfabetização digital e manutenção de bibliotecas virtuais;
- difusão cultural com ênfase nas identidades locais, fomento e preservação das culturas locais;
- e-procurement, isto é, aquisição de bens e serviços por meio da Internet, como licitações públicas eletrônicas, pregões eletrônicos, cartões de compras governamentais, bolsas de compras públicas virtuais e outros tipos de mercados digitais para bens adquiridos pelo governo;



- estímulo aos negócios eletrônicos, através da criação de ambientes de transações seguras, especialmente para pequenas e médias empresas.

Para realizar essas funções, o governo eletrônico envolve basicamente quatro tipos de transações: G2G, quando se trata de uma relação intra ou intergovernos; G2B, caracterizado por transações entre governos e pessoas jurídicas em seus vários papéis desempenhados; G2C, envolve relações entre governos e cidadãos; e G2E, relacionada às transações entre governos e seus próprios servidores.

Os estágios de governo eletrônico

Os processos de implementação de governo eletrônico têm sido analisados sob a perspectiva de algo que apresenta estágios de evolução ao longo do tempo, tendo em vista os níveis de informações e serviços prestados.

Vários modelos são encontrados na literatura para a classificação desses estágios: Baum e Di Maio (2000), United Nations (2001), The Citizen, 2000), Layne e Lee (2001), Moon (2002) e Siau e Long (2004).

O modelo das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2001), estabelece cinco estágios: (1) presença emergente, (2) presença aprimorada, (3) presença interativa, (4) presença transacional e, (5) presença em rede (Quadro 1). Esse último estágio é definido como uma estrutura G2C (governo para cidadão), baseada em uma rede integrada de agências públicas para a provisão de informação, conhecimento e serviços.



Quadro I - Estágios de governo eletrônico

Estágio	Características
I - Presença Emergente	Presença na <i>web</i> por meio de um <i>website</i> oficial, um portal nacional ou uma <i>home page</i> oficial; <i>links</i> para os ministérios do governo, governos estaduais e locais, administração indireta; informação é limitada, básica e estática.
II - Presença Aprimorada	Serviços <i>on line</i> são aprimorados para incluir bases de dados e fontes de informações atuais e arquivadas, como políticas, leis e regulação, relatórios, informativos e bases de dados para serem baixadas pela Internet. O usuário pode procurar por um documento e há função de ajuda e um mapa do sítio é disponibilizado.
III – Presença Interativa	Provisão de serviços <i>on line</i> do governo entra no modo interativo; facilidades para <i>download on line</i> ; <i>link</i> seguro; facilidade de assinatura eletrônica; capacidade de áudio e vídeo para informação pública relevante. Os servidores públicos podem ser contactados via <i>e-mail</i> , <i>fax</i> , telefone e correio. O sítio é atualizado com grande regularidade.
IV – Presença Transacional	Usuários têm condições de conduzir transações <i>on line</i> , como pagar multas por transgressões no trânsito, impostos e taxas por serviços postais por meio de cartão de crédito, bancário ou de débito. Há algumas facilidades para licitar <i>on line</i> em contratações públicas via <i>links</i> seguros.
V - Presença em Rede	Uma estrutura G2C (governo para cidadão) baseada em uma rede integrada de agências públicas para a provisão de informação, conhecimento e serviços. A ênfase está no <i>feedback</i> para o governo. Um formulário de comentário na <i>web</i> é disponibilizado. Um calendário de eventos governamentais futuros existe com um convite do governo à participação. Governo solicita <i>feedback</i> por meio de mecanismos de pesquisa de opinião <i>on line</i> , fóruns de discussão e facilidades de consulta <i>on line</i> .

Fonte: United Nations (2001).

Implementação de governo eletrônico

Para Medeiros (2004), o conceito de governo eletrônico encontra-se na intersecção de três áreas do conhecimento: políticas públicas, gestão e comportamento organizacional, e tecnologia da informação. Ainda deve ser observado que, ao longo da história, desenvolvimentos nas tecnologias têm surgido muito mais rapidamente do que a evolução em formas organizacionais e da gestão das políticas públicas. Independente dessas diferenças nas suas evoluções, esses três domínios interagem constantemente entre si, gerando muitas questões e conflitos sobre o que é tecnicamente possível, organizacionalmente adequado e socialmente desejável. (CENTER FOR TECHNOLOGY IN GOVERNMENT, 1999)

Outro ponto a ser considerado é que, na implementação de projetos de governo eletrônico, que são intensivos no uso de TIC, podem existir algumas



barreiras ao seu desenvolvimento, impostas pelas culturas e valores existentes nas unidades governamentais, pois novas tecnologias desafiam a maneira usual como os processos internos e externos dessas organizações vinham sendo usualmente conduzidos. (NATIONAL AUDIT OFFICE, 2002)

De acordo com Avgerou e outros (2005), o desenvolvimento de sistemas para suporte aos serviços de governo requer a transformação de sistemas legados implantados nas administrações públicas burocráticas em sistemas de informações modernos, o que se constitui numa tarefa bastante difícil, tanto no aspecto tecnológico como organizacional.

Tecnologicamente, o desafio imposto pela implementação de governo eletrônico contempla a modernização e integração de sistemas fragmentados para formar uma infra-estrutura tecnológica capaz de suportar melhorias na prestação de serviços que sejam notadas pelos cidadãos, tais como a redução ou eliminação da necessidade de acessar múltiplos órgãos do governo a fim de obter um serviço. (CIBORRA; NAVARRA, 2003) Mas, para Avgerou e outros (2005), não existe um método instantâneo ou confiável para se conseguir as mudanças organizacionais necessárias para criar a capacidade da administração em melhorar a disponibilização de serviços públicos a longo prazo.

Segundo Oliveira (2003), no último estágio de implantação do governo eletrônico, as aplicações tornam-se mais avançadas, e um portal de governo eletrônico deixa de ser apenas um simples índice de páginas do governo na Internet e passa a ser um ponto de convergência de todos os serviços digitais prestados por esse governo. Os serviços são disponibilizados por funções ou temas, a despeito da divisão real do governo em seus diversos órgão e níveis. Ao efetuar uma transação com o governo, o usuário não precisa saber quais são os órgãos ou departamentos, de quais níveis de governo e em que sequência são mobilizados, para obtenção de determinado serviço ou informação. As aplicações e o ambiente disponibilizados são responsáveis pelo processamento total da transação, provendo ao usuário a informação ou serviço solicitado através de um único ponto de acesso.

Esse estágio tem sido denominado como “governo de parada única” ou “de janela única” (dos termos em inglês *on-stop government* e *single-window service*, respectivamente). (BENT; KERNAGHAN; MARSON, 1999; HAGEN; KUBICEK, 2000)

A essência do conceito de “janela única” é de colocar juntos os serviços de governo, ou informação sobre eles, de modo a reduzir a quantidade de



tempo e o esforço que os cidadãos têm de dispender para encontrar e obter os serviços que necessitam. (BENT; KERNAGHAN; MARSON, 1999)

Como já visto, de uma forma simplificada, podemos afirmar que a implementação de governo eletrônico, geralmente, envolve uma evolução em três etapas: presença na Internet através de informações básicas, capacidades de transação para indivíduos e empresas e informações e transações integradas, com a colaboração entre diversas agências (janela única / governo de parada única). Mas, a transição para o último estágio envolve desafios políticos, estratégicos e procedimentais inerentes, quando cooperação interagências é fundamental, além dos aspectos tecnológicos.

Para que essa evolução seja possível, segundo Fernandes (2002), é necessária uma mudança radical na gestão da administração pública, pois muitos dos serviços a serem prestados exigirão uma intensa colaboração, integração e interoperatividade entre os diversos órgãos e níveis de governo. Para a autora, no estágio avançado de governo eletrônico, a automação das atividades e a racionalização dos procedimentos implicam em transformações significativas dos processos de trabalho do governo, e não apenas na agilização desses processos.

Metodologia

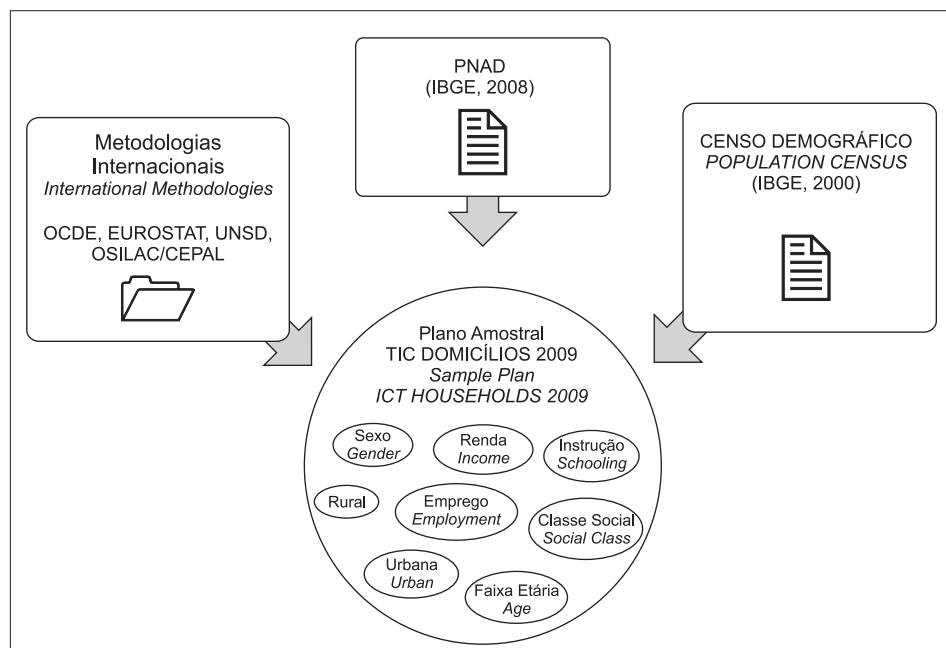
O presente artigo baseia-se em dados coletados pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) – braço executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), em sua 5a. Pesquisa Anual TIC Domicílios². Foram entrevistadas 21.498 pessoas maiores de 10 anos em todo o Brasil, no período entre 21 de setembro e 27 de outubro de 2009, sendo 16.854 na área urbana e 3.144 na área rural. Foram realizadas, também, 1.500 entrevistas extras com usuários de Internet. A margem de erro foi de, no máximo, 0,7%, no âmbito nacional, e de 1,2% (no Nordeste) a 2,1% (no Centro Oeste), no âmbito regional. Os dados foram coletados segundo o padrão metodológico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Instituto de Estatísticas da Comissão Europeia (Eurostat). Além disso, foram também observadas as orientações contidas nos documentos metodológicos

² A pesquisa TIC Domicílios é realizada anualmente desde 2005 e publicada no mês de junho do ano seguinte



produzidos pelo Observatório para a Sociedade da Informação na América Latina e Caribe (OSILAC), da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe das Nações Unidas (CEPAL). O plano amostral utilizou informações do Censo Demográfico Brasileiro 2000 (IBGE, 2000) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (IBGE, 2008), ambas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Desenho amostral da pesquisa



Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil (PESQUISA..., 2010).

A pesquisa mediu a disponibilidade e o uso das TICs e da Internet em diversas áreas, sendo o questionário estruturado em blocos de perguntas cobrindo os tópicos acesso às TICs, uso do computador, uso da Internet, segurança na rede, uso do *e-mail*, *spam*, governo eletrônico, comércio eletrônico, habilidades com o computador / Internet, acesso sem fio (uso do celular) e intenção de aquisição de equipamentos e serviços TIC, além de um bloco inicial para caracterização socioeconômica dos respondentes. Para este artigo, no entanto, em decorrência do seu objetivo específico, foram utilizados apenas os dados referentes ao uso de serviços de governo eletrônico relativos às transações entre Governo e Cidadãos (G2C), levantados apenas para os usuários em

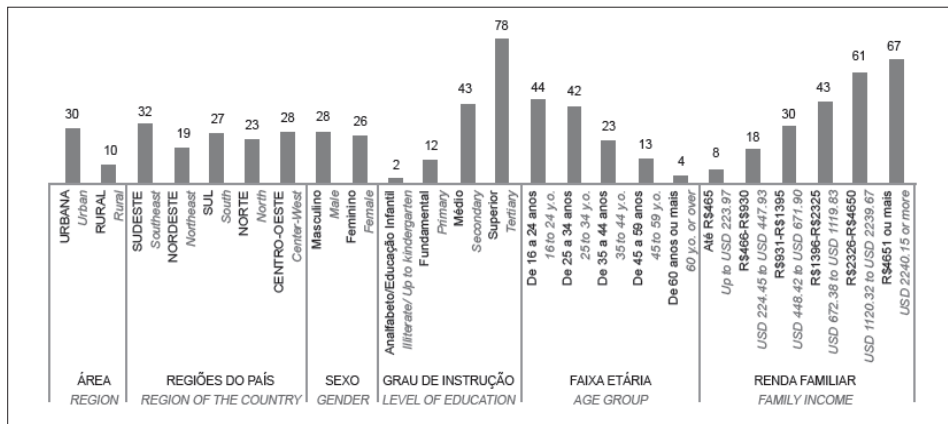


idade eleitoral, ou seja, aqueles com 16 anos de idade ou mais, além de alguns dados do perfil socioeconômico dos pesquisados.

Apresentação e discussão dos dados

A título de caracterização dos seus respondentes, a pesquisa TIC domicílios 2009 apresentou os seguintes dados: uma grande parte tinha idade entre 25 e 34 anos (42%); além disso, quanto maior o grau de escolaridade e quanto maior a renda, maior o uso dos serviços. Dos respondentes usuários de Internet com ensino superior, 78% tinham acessado os serviços públicos eletrônicos no último ano, assim como 67% daqueles cuja renda familiar mensal ultrapassava os R\$ 4.651 (Figura 2).

Figura 2 - Proporção de indivíduos que utilizaram governo eletrônico - Percentual sobre o total da população com 16 anos ou mais



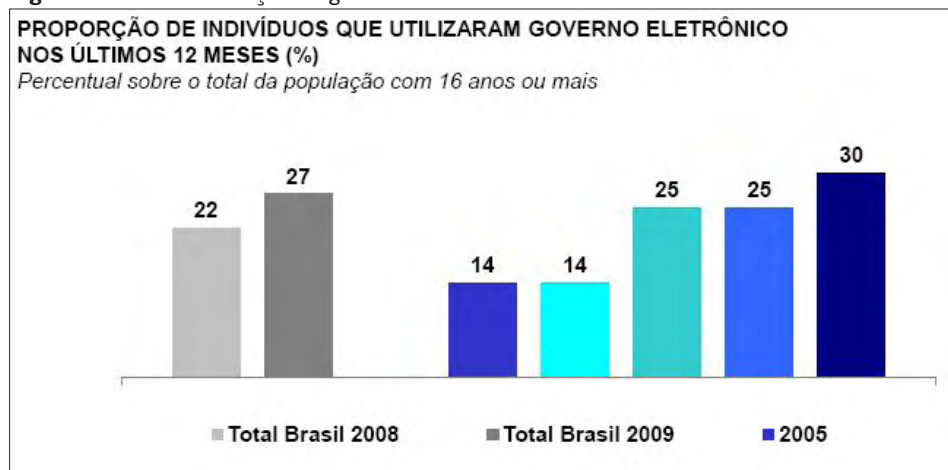
Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil (PESQUISA..., 2010).

Segundo a pesquisa o uso de serviços de governo eletrônico vem crescendo desde 2005. Considerando aqueles que já utilizaram a Internet pelo menos uma vez, 27% usaram algum serviço durante 2009, o que representa um aumento de 5% em relação ao ano anterior (Figura 3). Para o CGI.br (PESQUISA..., 2010), isso parece indicar que as políticas de governo eletrônico nos âmbitos municipais, estaduais e da união estão trazendo algum resultado, embora o crescimento ainda possa ser considerado pequeno em relação ao potencial possível.



Na área urbana, 30% dos indivíduos que acessam a Internet, em 2009, fizeram uso de serviços de governo eletrônico, enquanto no ano anterior esse percentual foi de 25%. Entre 2005 e 2009, o uso destes serviços mais que dobrou nessa área, passando de 14% para 30% (Figura 3). Entretanto, em comparação com a zona rural, onde somente 10% da população usuária de Internet fez uso dos serviços nesse mesmo período, a diferença é expressiva. A proporção de uso mostra que para cada usuário de serviços de governo eletrônico, no campo, existem três, na cidade.

Figura 3 - Uso de serviços de governo eletrônico

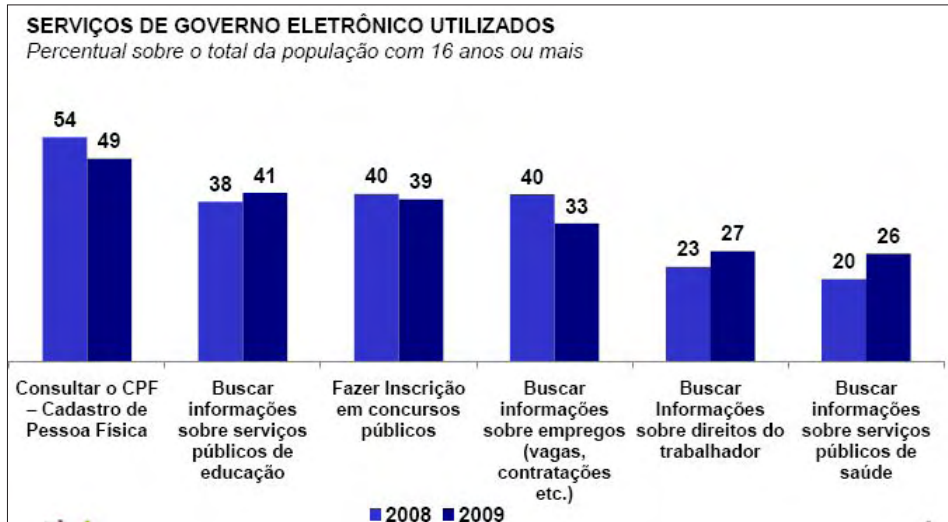


Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil (PESQUISA.....2010)

No que se referem aos serviços utilizados, os que apresentaram maior demanda foram consulta de CPF (49%), busca de informações sobre serviços na área de educação (41%) e inscrição em concursos públicos (39%). Em comparação ao ano de 2008, a consulta de CPF teve uma redução de 5%, enquanto que a busca de informações sobre direito do trabalhador aumentou 4% e sobre serviços da área de saúde cresceu 6% (Figura 4). O Quadro 2 apresenta os percentuais de uso dos serviços apontados pelos pesquisados.



Figura 4 - Serviços de governo eletrônico utilizados



Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil (PESQUISA..., 2010).

Quadro 2 - Serviços de governo eletrônico utilizados

Serviços utilizados	% por área		
	Urbana	Rural	Total
1. Obtenção de documentos			
Consulta de CPF	49	45	49
Busca de informações sobre emissão de documentos (RG, CPF, etc.)	29	16	29
Emissão de documentos (certificados, atestados, comprovantes, etc.)	21	12	21
Obtenção de certidões negativas, licenças e permissões	15	12	15
2. Pagamentos de taxas e impostos			
Declaração de imposto de renda (inclusive isentos)	33	28	33
Obtenção de impostos e taxas	27	21	27
Pagamento de impostos, multas e taxas	15	08	15
3. Previdência e Assistência Social			
Busca de informações sobre Previdência Social e benefícios sociais	24	17	24
Solicitação de serviços junto a Previdência Social	11	4	11
Inscrição/cadastro na Previdência Social	10	6	10
4. Justiça e Segurança			
Consulta de pontos na carteira de habilitação /multas	22	17	21
Busca de informações sobre direito do consumidor	20	15	20
Consulta de andamento de atos processuais na justiça	13	6	13
Busca de informações sobre veículos roubados	9	12	9
Boletim de ocorrência	6	4	6
5. Outros Serviços			
Busca de informações sobre serviços públicos de educação	40	44	41
Inscrição em concursos públicos	40	31	39
Busca de informações sobre empregos	34	26	33
Busca de informações sobre direitos do trabalhador	27	21	27
Busca de informações sobre serviços públicos de saúde	26	19	26
Matriculas em escolas ou instituições de ensino	14	14	14
Marcação e/ou agendamento de consultas médicas	09	06	09
Participação em fóruns, chats, votações etc. relacionados ao governo	09	04	09
Algum outro serviço de governo pela Internet	02	02	02

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados de CGI.br (PESQUISA..., 2010).



Em relação às atividades desenvolvidas na Internet, os dados levantados especificamente sobre a interação dos pesquisados com autoridades públicas, o maior índice foi o de acesso a informações sobre serviços e/ou órgãos públicos (41%), e o de menor uso foi o de fazer denúncias, apenas 3% (Quadro 3).

Quadro 3 - Atividades desenvolvidas na Internet

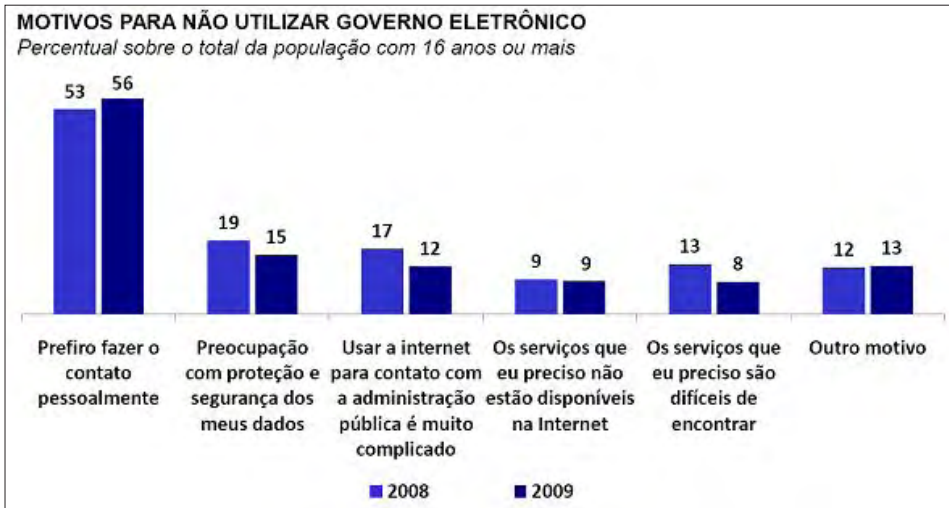
Atividades desenvolvidas na internet	% por área		
	Urbana	Rural	Total
Interação com autoridades públicas			
Acesso a informações sobre serviços e/ou órgãos públicos	42	35	41
Download de documentos oficiais	12	07	11
Envio de e-mails ou formulários oficiais preenchidos para órgãos públicos	11	07	11
Fazer denúncias	03	02	03
Emissão de vias para pagamentos e taxas	13	09	13

Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil (PESQUISA..., 2010).

Em relação à questão do não uso dos serviços eletrônicos, ainda há uma grande incidência. A pesquisa revelou que mais da metade (56%) dos internautas não-usuários de governo eletrônico afirma preferir fazer as consultas/contato pessoalmente. Este dado pode estar associado à dificuldade para navegação nos sites do governo e à própria complexidade inerente de alguns processos disponibilizados para a população: 12% afirmam ser uma barreira a dificuldade que encontram quando é preciso usar a Internet para entrar em contato com a administração pública; 9% declararam que os serviços dos quais necessitavam não estavam disponíveis e; por fim, 8% alegaram que os serviços desejados eram difíceis de ser encontrados nos sítios de governo. Um fato a destacar é que, embora vários itens tenham diminuído o percentual de ocorrência em relação ao ano de 2008, o item preferir fazer as consultas/contato pessoalmente aumentou em 3% (Figura 5). Por outro lado, existe uma demanda por serviços de governo eletrônico que os entrevistados gostariam de utilizar (Quadro 4).



Figura 5 - Motivos para não utilização de serviços de governo eletrônico



Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil (PESQUISA..., 2010).

Quadro 4 - Serviços de governo eletrônico que os entrevistados gostariam de utilizar

Serviços desejados	% por área		
	Urbana	Rural	Total
1. Obtenção de documentos			
Consulta de CPF	37	46	38
Busca de informações sobre emissão de documentos (RG, CPF, etc.)	34	38	35
Emissão de documentos (certificados, atestados, comprovantes, etc.)	31	34	31
Obtenção de certidões negativas, licenças e permissões	29	32	29
2. Pagamentos de taxas e impostos			
Declaração de imposto de renda (inclusive isentos)	31	35	31
Obtenção de impostos e taxas	30	31	30
Pagamento de impostos, multas e taxas	29	32	30
3. Previdência e Assistência Social			
Busca de informações sobre Previdência Social e benefícios sociais	32	35	33
Solicitação de serviços junto a Previdência Social	32	33	32
Inscrição/cadastro na Previdência Social	31	36	32
4. Justiça e Segurança			
Consulta de pontos na carteira de habilitação e multas	30	28	30
Busca de informações sobre direito do consumidor	37	34	37
Consulta de andamento de atos processuais na Justiça	27	28	27
Busca de informações sobre veículos roubados	28	27	27
Boletim de ocorrência (policia)	26	27	27
5. Outros Serviços			
Busca de informações sobre serviços públicos de educação	36	39	36
Inscrição em concursos públicos	40	43	40
Busca de informações sobre empregos	36	40	36
Busca de informações sobre direitos do trabalhador	39	41	39
Busca de informações sobre serviços públicos de saúde	37	38	37
Matrículas em escolas ou instituições de ensino	36	41	37
Marcação e/ou agendamento de consultas médicas	39	40	39
Participação em fóruns, chats, votações etc. relacionados ao governo	31	36	31

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados de CGI.br (PESQUISA..., 2010).



Conforme dados constantes no Quadro 2, dos 24 serviços relacionados, apenas 3 apresentam percentual significativo de uso: consulta a CPF (49%), busca de informações sobre serviços públicos de educação (39%) e inscrição em concursos públicos (33%); e nenhum deles apresenta índice de utilização por, pelo menos, metade dos respondentes. Outros serviços, como, por exemplo, a emissão de boletim de ocorrência policial, têm apenas 6% de uso. Um ponto a se destacar é que a grande maioria dos serviços usados são característicos ainda dos estágios 1 (presença emergente) e 2 (presença aprimorada) da classificação de níveis de maturidade proposta pelas Nações Unidas (2001). São serviços basicamente de obtenção de informações, com baixo nível de transações com interações efetivas entre usuários e Governo. Em relação aos serviços que os pesquisados gostariam de usar, os 23 serviços elencados no Quadro 3 apresentam índices de 27 a 40%, com uma variação de menor amplitude entre os percentuais individuais dos serviços. Estes serviços, de forma semelhante aos já usados, são, também, mais concentrados na obtenção de informações do que em transações.

A diferenciada distribuição geográfica do acesso aos serviços, notadamente pela grande extensão territorial do país e as deficiências na infra-estrutura de comunicações, é um grande entrave na disseminação do uso de serviços eletrônicos. Isso pode explicar, de certa forma, os percentuais maiores de desejo dos pesquisados da área rural pelos serviços, em decorrência do menor grau de acesso disponível.

O custo do acesso com qualidade e velocidade ainda é proibitivo para alguns usuários; somando-se a isto, a disponibilidade de acesso via banda larga é restrito ou inexistente em várias regiões. Mesmo com a possibilidade do uso de *lan houses*, cujo custo tem se tornado extremamente acessível e a qualidade melhorado bastante, as questões segurança e privacidade ainda são considerados fatores para que seja preferido o acesso no próprio domicílio do usuário. Esses fatores, conjunta ou isoladamente, atuam como fatores limitadores ao uso dos serviços eletrônicos.

Pode-se apontar, ainda, como fatores restritivos ao acesso aos serviços de governo eletrônico, a falta de conhecimento da disponibilidade dos serviços e de habilidade para o seu uso, aspectos estes relacionados, em parte, aos processos de exclusão digital e/ou ao nível de escolaridade e condição socioeconômica do usuário. Estes dois últimos itens são evidenciados no cruzamento dos dados de acesso e perfil do entrevistado durante a pesquisa TIC Domicílios.



Há, também, problemas no que tange à baixa acessibilidade dos portais de governo, assim como aos seus níveis de maturidade de serviços (grau de execução das transações); neste último caso, por sua grande maioria ser apenas informacional, não permitindo transações completas, como apuração e pagamento de um imposto ou taxa, por exemplo. Alguns serviços não estão disponíveis ou são difíceis de serem encontrados e, em alguns casos, existe uma demora ou inexistência do atendimento às solicitações dos usuários, o que é apontado pela pesquisa como motivos para o não uso dos serviços.

Outro ponto que pode ser visto como crítico, não evidenciado na pesquisa, é que o sistema de divisão de poderes no Brasil possui três níveis verticais (federal, estadual e municipal) e cada um deles possui divisões funcionais (executiva, legislativa e judicial). Com isto, oferecer serviços de governo eletrônico, principalmente aqueles que necessitam da integração entre os órgãos envolvidos, torna-se um processo complexo.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo avaliar de forma exploratória o uso e as motivações do não uso de serviços de governo eletrônico no Brasil. Os dados apresentados pela pesquisa TIC Domicílios evidenciam oferta de serviços com baixo índice de uso e demanda de serviços que são inexistentes. Esses resultados parecem indicar uma tendência de disponibilização dos serviços muito mais baseada no ponto de vista de oferta por parte do governo do que pela demanda dos usuários. Embora, por exemplo, tanto a urna eletrônica como a declaração de imposto de renda tragam benefícios para a sociedade, estas foram iniciativas adotadas muito mais para responder a questões de contexto internacional (no caso da primeira) e controle interno (no caso da segunda) do que para atender às solicitações e/ou expectativa dos usuários. O que se tem é a oferta de serviços que podem não serem considerados como voltados para as necessidades dos cidadãos e, ao mesmo tempo, demandas não atendidas. É necessário, portanto, uma busca de maior alinhamento entre a oferta e a demanda dos serviços.

Adicionalmente, foi constatado que existem barreiras para a utilização dos serviços disponíveis o que indica, também, a necessidade do estabelecimento de ações específicas para a redução desses limitadores, tais como a baixa capilaridade da infra-estrutura de comunicações fora dos grandes centros,



o custo do acesso à Internet de alta velocidade e, principalmente, a resistência dos usuários, que ainda preferem, na sua maioria, obter os serviços e/ou informações presencialmente.

Como limitações, o presente trabalho apresenta duas questões principais: (1) é baseado em dados secundários, não coletado pelos autores; (2) a não utilização de um modelo de referência para análise dos dados, motivada, principalmente, pela dificuldade de se estabelecer dimensões e indicadores associados às questões já previamente definidas pelos pesquisadores anteriores. Outro ponto a ser evidenciado é que, como no item “serviços que gostaria de usar”, o questionário já apresentava uma lista, provavelmente, os serviços com uma alta demanda não tenham sido elencados. Além disso, por meio dos dados coletados pelo questionário, não é possível identificar, claramente, os motivos pelos quais as pessoas gostariam de usar os serviços, mas não o fazem.

Referências

AVGEROU, C. et al. *The role of information and communication technology in building trust in governance: toward effectiveness and results*. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, 2005.

BAUM, C.; DI MAIO, A. *Gartner's four phases of e-government model*. Stanford: Gartner Group, 2000. (Research Note)

BENT, S.; KERNAGHAN, K.; MARSON, D. *Innovations and good practices in single-window service*. Canada: Canadian Centre for Management Development, 1999.

CENTER FOR TECHNOLOGY IN GOVERNMENT. *Some assembly required: building a digital government for the 21st century*. Albany: Center for Technology in Government, University at Albany, State University of New York, 1999.

CIBORRA, C.; NAVARRA, D. Good governance and development aid: risks and challenges of e-government in Jordan. In: KORPELA, M.; MONTEALEGRE, R.; POULYMENAKOU, A. *Organizational information systems in the context of globalization*. Dordrecht: Kluwer, 2003.

CRIADO GRANDE, J.; RAMILO ARAUJO, M. E-administración: ¿un reto o una nueva moda para las administraciones del Siglo XXI?. algunos problemas y perspectivas de futuro en torno a internet y las tecnologías de la información y la comunicación en las administraciones públicas. *Revista Vasca de Administración Pública*, v. 1, n. 61, p. 11-44, 2001.

CRIADO GRANDE, J.; RAMILO ARAUJO, M.; SALVADOR SERNA, M. La necesidad de teoría(s) sobre gobierno electrónico: una propuesta integradora. In: CONCURSO DE ENSAYOS Y MONOGRAFÍAS DEL CLAD SOBRE REFORMA DEL ESTADO Y



MODERNIZACIÓN DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 16., 2002, Caracas. *Anais eletrônicos...* Caracas: Centro Latinoamericano de Administração para el Desarrollo (CLAD), 2002.

EUROPEAN PUBLIC ADMINISTRATION NETWORK. *Key principles of an interoperability architecture*. Ireland, 2004.

FERGUSON, M. *E-government strategies: the Developing International Scene*. Paper apresentado na Conference: Internet, Democracy and Public Goods, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

FERNANDES, A. *Compras governamentais no Brasil: como funcionam os principais sistemas em operação*. Brasília, DF: BNDES, 2002. 9 p. Disponível em: http://federativo.bndes.gov.br/f_estudo.htm. Acesso em: 19 mar. 2011.

HAGEN, M; KUBICEK, H. *One-stop-government in Europe: results of 11 national surveys*. Bremen: University of Bremen, 2000.

IBGE. *Censo demográfico 2000*. 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. 2008. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/default.asp>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

INTOSAI. *Auditing e-government: life-cycle risks and setting up a database*. Viena: Intosai, Standing Committee on IT Audit, Task Force for Auditing E-Government, 2003.

KAKABADSE, A.; KAKABADSE, N.; KOUZMIN, A. Reinventing the democratic governance project through information technology? a growing agenda for debate. *Public Administration Review*, Washington, v. 63, n. 1, p. 44-60, jan./fev. 2003.

LAYNE, K.; LEE, J. Developing fully functional e-government: a four stage model. *Government Information Quarterly*, v. 18, n. 2, p. 12-136, 2001.

MEDEIROS, P. *Governo eletrônico no Brasil: aspectos institucionais e reflexos na governança*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2004.

MOON, M. The evolution of e-government among municipalities: rhetoric or reality? *Public Administration Review*, v. 62, n. 4, p. 424-433, 2002.

NATIONAL AUDIT OFFICE. *Better public services through e-government*. Londres: The Stationery Office, 2002.

OKOT-UMA, R. *Electronic governance: re-inventing good governance*. Londres: Commonwealth Secretariat London, 2001.

OLIVEIRA, C. *Governo na era da informação: o caso do portal Bahia.gov*. Lauro de Freitas: UNEB, 2003. 96 p.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *E-government: analysis framework and methodology*. Paris, 2001.

PESQUISA sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil 2009: TIC domicílios e TIC empresas. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.



PRATCHETT, L. New technologies and the modernization of local government: an analysis of biases and constraints. *Public Administration*, v. 77, n. 4, p. 731-750, 1999.

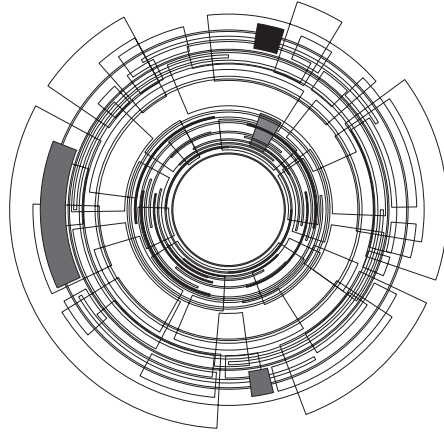
SIAU, K.; LONG, Y. *Innovations through information technology*. In: INFORMATION RESOURCES MANAGEMENT ASSOCIATION INTERNATIONAL CONFERENCE, 2004, New Orleans, Louisiana, USA. Hershey, PA: Idea Group Pub., 2004. 2. v.

THE CITIZEN as customer. *CMA Management*, v. 74, n. 10, p. 58, Dec. 2000.

UNITED NATIONS. Division for Public Economics and Public Administration. *Global survey of e-government*. Nova York, 2001.

WORLD BANK. *A definition of e-government*. 2003. Disponível em: <<http://www1.worldbank.org/publicsector/egov/definition.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2011.





Limites e possibilidades da política e da democracia na Internet: um olhar a partir da realidade brasileira

José Antonio Gomes de Pinho, Júlio César Andrade de Abreu,
Ingrid Winkler, Kátia Moraes, Fabiano Maury Raupp

Introdução

A Internet tem ocupado o centro do palco na sociedade contemporânea, configurando para muitos um novo tipo de sociedade, denominada da informação, em que esta tem assumido um papel central, inclusive e principalmente, nas relações de poder e dominação. A Internet tem despertado mudanças significativas nas relações econômicas, sociais e políticas, assim como nos planos cultural e filosófico, mudanças estas ainda em aberto à medida que a própria Internet redefine o seu escopo e abrangência.

Quando se completa quinze anos do uso comercial da Internet no Brasil, parece ser um momento adequado de se fazer uma avaliação do que este instrumento representa e do que, realmente, tem mudado, sem qualquer pretensão ou ousadia de pensar no que se pode transformar e em que direção

pode-se caminhar. O mais elementar a ser dito, de início, é que a Internet é um meio de comunicação digital, eletrônico e não presencial. Nos albores do Cristianismo, Sêneca (2010, p. 24) observava que “[c]ertas coisas só se mostram para quem está presente: o médico não pode decidir à distância a hora da refeição ou do banho: deve verificar o pulso, estar presente”. Ainda que se tenha passado quase dois mil anos depois desta afirmação e que muito avanço tenha sido feito na tecnologia e, mais específico, na comunicação, o filósofo latino não poderia imaginar que um dia o médico faria cirurgias à distância.

O marco mais incisivo dessas mudanças é a Internet. Mamede-Neves (2006, p. 183) recorre à McLuhan quando este relembra Platão preocupado com a escrita, então recém-aparecida, no sentido desta prejudicar a dialética que se fazia mediante “o discurso e a conversação”. Na Idade Média, os textos impressos em larga quantidade provocaram outra “nova ordem de ameaça” ao aumentar o número de leitores e a perda do “hábito do discurso oral”. A comunicação oral só retoma posição com o surgimento do rádio, já no século XX, mas com o cinema ocorre “um novo impacto para a humanidade, exigindo mais um esforço de adaptação e integração do homem”. Pouco tempo depois, a televisão causa novo impacto pela característica do “imediatismo com que transmite o visível”, expondo a velocidade como a marca desse novo tempo. (MAMEDE-NEVES, 2006, p. 183)

Herculano-Houzel (2009, p. 275) afirma que “A Web apenas vem tornar possível tudo isso junto, ou seja, escrita, imagem, movimento, som, dentro de transmissão com velocidade cada vez mais próxima do instantâneo”. Estamos, hoje, tão dependentes da Internet em nossas vidas que “daí a gente se lembra que existia vida, existia trabalho antes da Internet”. (HERCULANO-HOUZEL, 2009, p. 275) A Internet parece estar assumindo os foros de um marco civilizatório: a vida antes e depois da Internet, ‘al’ e ‘dl’. No entanto, temos que ter consciência de que se está frente a uma realidade ainda em construção e que se altera de forma acelerada, o que significa que muitas afirmações sobre a mesma devem ser vistas com muita cautela, exibindo um caráter ainda precário do que definitivo. Com a Internet, tem se criado muito deslumbramento e, também, expectativas elevadas de mudanças, algumas até revolucionárias.

Dentre as várias áreas impactadas pela difusão da Internet, a que mais interessa neste artigo e no conjunto das pesquisas do Núcleo de Pesquisa em Internet, Democracia, Estado e Sociedade (NIDES) – é a área da política, mais especificamente, entender como a Internet pode provocar mudanças nas



estruturas políticas, visando uma crescente democratização. Quando se fala em política, consideramos dois ramos obrigatórios para análise: de um lado, o Estado por meio de suas instituições e como estas recorrem à Internet no sentido de promover a interatividade, transparência e democratização de processos. De outro, a sociedade em seus movimentos no sentido da atuação política, em suas interações internas e com o Estado, exercendo um juízo crítico e participativo. Com este artigo, levanta-se a questão de, hoje, se ter muito mais promessas do que efetivações, estando algumas delas apenas ligeiramente esboçadas., com relação ao campo da política.

Desde já deve ficar claro o que se entende, neste artigo, por política no meio digital. Não se podem negar os inequívocos avanços feitos pelo Brasil na área digital pública, tais como voto eletrônico e a declaração do imposto de renda por meio eletrônico. Tais ações, vistas mais como instrumentais, escapam, no entanto, no nosso entender, do que seria a atividade política digital. Esta pressupõe, de um lado, um Estado pró-ativo no sentido de implantar instrumentos e procedimentos para participação da sociedade e, de outro, uma participação política da sociedade civil junto ao Estado. Ainda que se possam identificar avanços no Brasil na implantação de uma infraestrutura de interação digital, como a construção de portais, sites por parte do governo e entidades públicas, os resultados parecem distantes de uma efetiva democracia digital. Este artigo visa contribuir para essa discussão.

Na mesma linha, ainda que haja uma produção expressiva no campo, a investigação precisa avançar, significativamente, no campo mais específico da política. Objetiva-se, com este artigo discutir como a Internet pode constituir não só uma nova forma de fazer política, mas de fortalecer a própria política. Se esta questão permeia a sociedade contemporânea, ela assume foros ainda mais desafiadores ao se considerar o Brasil.

Em uma sociedade tida como passiva, acomodada, a Internet teria condições de romper essa situação estrutural? Até que ponto a Internet pode mudar um quadro estrutural existente e tornar-se um ponto de ruptura na forma tradicional de fazer política por parte da sociedade civil? A questão mais central a debater seria quanto ao engajamento na política por parte da sociedade brasileira e, daí, derivar o fazer política a partir da Internet. Até que ponto a Internet, por conta de suas características de interatividade e promoção de contatos, seria capaz de fomentar uma participação política mais ativa da sociedade civil? Por outro lado, partindo da constatação que a sociedade civil



não se mobiliza para uma maior participação política usando outros meios, será que iria, agora, recorrer à Internet para gerar uma sociedade mais ativa, só por causa da existência de facilidades tecnológicas? Algo como colocar “o carro na frente dos bois”. O caráter revolucionário, inicialmente atribuído à Internet (CASTELLS, 1999b), teria como promover uma ruptura no sentido do aprofundamento da democracia? Ainda que não encontrem respostas definitivas e sólidas para tais perguntas, que demandariam um aprofundamento de investigação, objetiva-se, aqui, fazer reflexões para um enquadramento mais consistente dessas questões.

A atividade política na Internet, segundo otimistas e pessimistas

Na análise da literatura sobre a Internet, podemos identificar, fundamentalmente, dois campos de analistas: os otimistas e os pessimistas, localizando-se um patamar intermediário formado por analistas que tanto identificam aspectos positivos como negativos na presença da Internet, não se posicionando de forma radical frente ao instrumento. Alguns pesquisadores denominam esses dois grupos como cyberotimistas e cyberpessimistas. (COSTA-I-PUJOL, 2011) Fazendo uma síntese, Domingues (1999) observa que as novas tecnologias oportunizam, na visão dos otimistas, “[d]escentralização, interatividade, multimidialidade, transnacionalidade e transculturalidade”, enquanto os pessimistas enxergam “[...] isolamento e alienação, comercialização sem tréguas dos espaços público e privado e o surgimento de novas formas de colonialismo digital e diferenças sociais de classe”. (DOMINGUES, 1999, p. 117)

Para os otimistas, o aumento da participação dos cidadãos nas decisões dos governos viabilizado pelo voto eletrônico levaria a uma transformação radical da democracia representativa em democracia plebiscitária. A Internet permitiria “[...] radicalizar a democracia, criando um novo espaço público construído em torno de uma sociedade civil que se organizará à margem do Estado”. (SORJ, 2003, p. 57) A Internet permite, ainda, romper com o poder da mídia, base da vida política contemporânea, promovendo o relacionamento direto entre os políticos e os cidadãos, bem como o seu uso por “jornalistas rebeldes, ativistas políticos e pessoas de todo tipo como um canal para difundir informação e rumores políticos”. (CASTELLS, 2003a, p. 129)



Contrários a tal otimismo, os pessimistas, por sua vez, entendem que “[...] a nova sociabilidade virtual destrói as bases da interação que permite a construção do espaço público e aumenta a capacidade de controle da população pelo Estado”. (SORJ, 2003, p. 49) Entendem ainda que

[...] a Internet destrói as relações face a face, que seria a única fonte de comunicação capaz de gerar grupos sólidos e estáveis, com memória histórica (no lugar do mundo atemporal da Internet), que seria a única base possível de sustentação de uma vida pública e de ação política constante. (SORJ, 2003, p. 57)

Isto posto, ocorreria o controle crescente do Estado e das empresas sobre os cidadãos (SORJ, 2003, p. 57). Argumentam, ainda, os pessimistas que “[...] as interações na rede são somente um pálido substitutivo das interações cara-a-cara, isto é, das verdadeiras interações”, sendo o interagir “[...] um contato empobrecido que afinal nos deixa sempre sozinhos diante de um teclado”. (SARTORI, 2001, p. 40) O autor ameniza seu tom apocalíptico, admitindo que “[...] as potencialidades da Internet são quase que infinitas, tanto no mal quanto no bem” (SARTORI, 2001, p. 42), além de identificar como positiva a obtenção de informações e conhecimentos. Retoma o autor sua linha mestra de pensamento observando que “[...] a maioria dos usuários da Internet não é deste tipo e, na minha previsão, nem vai ser” (SARTORI, 2001, p. 42), mas, sim, “[...] analfabetos culturais que matarão o tempo na Internet, um tempo vazio na companhia de “almas gêmeas” esportivas, eróticas, ou entretidos em pequenos *hobbies*”. (SARTORI, 2001, p. 43) Para Sorinas (2011), a Internet poderia conduzir a política a um processo de desumanização e individualização da sociedade.

Por outro lado, tem sido defendido que a Internet tem impactado a própria área da política sendo “[...] relacionada a uma nova forma de fazer política, dissociada ou à margem do Estado, pelo fortalecimento das redes da sociedade civil” (SORJ, 2003, p. 49), o que exalaria um forte conteúdo democrático. Não existem, no entanto, até o momento, “[...] elementos suficientes que confirmem qualquer suposição sobre o impacto da Internet na política”. (SORJ, 2003, p. 49)

A construção deste artigo repousa, a partir de agora, na produção exposta no livro *Cultura digital.br*, organizado por Rodrigo Savazoni e Sergio Cohn. As razões para escolha deste livro amparam-se nos seguintes argumentos:



1) é um livro recente, de 2009, que cobre o momento atual da produção de conhecimento na área e com autores nacionais; 2) o livro feito com base em entrevistas abarca uma parte considerável de autores que se dedicam à área da sociedade da informação, construindo, assim, um painel robusto da produção na área; 3) os participantes do livro extrapolam a área da visão estrita da ciência política, o que alarga a perspectiva para incluir autores de áreas, tais como, *design*, cultura digital, antropologia, comunicação etc. Estas contribuições serão decisivas para a construção do argumento do artigo, pois mobilizam outros olhares sobre a questão digital e, mais especificamente, sobre a questão política digital.

Vale, ainda, ressaltar que as entrevistas constantes do livro foram direcionadas mais para a área da cultura, foco da mencionada publicação. Assim, muitos depoimentos ficam restritos a este tema propriamente dito, porém, outros direcionam suas respostas para a questão política, mesmo que a motivação da entrevista tenha sido mais de cunho cultural. Evidentemente, a produção deste artigo não se restringe às contribuições presentes no citado livro, até porque ao se deter em um olhar que privilegia a cultura, não se contemplam autores mais ligados à ciência política e à administração pública.

Um bosquejo nas contribuições deste livro permite identificar, de forma clara, duas leituras opostas sobre as consequências da Internet, uma otimista e outra pessimista, conforme já mencionado anteriormente. De uma maneira geral, os otimistas identificam na Internet “um potencial criativo, libertário, emancipatório, de trocas de conteúdo”, posição defendida por Sérgio Manevy (2009, p. 33), então Secretário Geral do Ministério da Cultura. Ainda que isto não seja pouco, a Internet tem sido vista como um novo movimento revolucionário.

Sérgio Amadeu, um dos precursores dos estudos do campo digital no Brasil, observa que o Renascimento e o capitalismo criaram especializações que permitiram, a partir dos anos 60 do século passado, com as TIC, “uma reversão desse processo” (AMADEU, 2009, p. 67) com a rede unificando o que antes era construído separadamente. O resultado é que “cada vez mais ciência, tecnologia e arte se juntam”. A rede, “avessa a essa lógica pós-Renascentista”, pode “trazer de volta a recombinação”, apresentando a característica de liberar: liberta “[...] o texto do suporte papel, liberta a música do suporte vinil, liberta a imagem do suporte ali da película”. (AMADEU, 2009, p. 68) Observando o cenário internacional e, mais especificamente, os acontecimentos



políticos no Egito e na Líbia, pode-se afirmar que a Internet permite, também, somar forças para libertar povos de regimes opressores. (PISANI, 2011) Amadeu (2009, p. 70) faz a distinção entre comunidade e sociedade, sendo a primeira o ambiente onde existe “uma relação mais intensa, em geral face a face”, em que “o laço é muito forte”, enquanto a sociedade corresponde a pessoas que moram em um mesmo prédio e não se conhecem, é “a solidão na multidão”.

Por outro lado, existe outra situação na qual “existem comunidades que são desterritorializadas, que não estão ali cara a cara e que tem laços fortes”, se formam a partir da Internet. Esta posição, frontalmente contrária às preocupações de Sartori (2001) acima apontadas, seria outra forma de fazer política, quem sabe pós-moderna, que aproxima os distantes, os que não se conhecem, e que, com a Internet, viabiliza uma aproximação e uma ação política, as quais não poderiam acontecer. Neste caso, também parece que os objetos teriam que ser comuns ou genéricos aos vários territórios envolvidos.

Amadeu (2009, p. 75) aponta como positivo o fato de a Internet ser “uma rede onde a inteligência está na periferia, e não no centro”, não tendo exatamente uma empresa que a controle. O autor não concebe a Internet como sendo criada nem por governos nem por empresas, mas sendo “algo que está na mão das pessoas, são elas que construíram” (AMADEU, 2009, p. 77) Efetivamente, esta qualidade da Internet tem um conteúdo inovador, democrático, potencialmente revolucionário, que rompe com estruturas de poder concentradas e centralizadas. Pisani (2011), na mesma linha de Amadeu (2009), identifica na Internet um potencial transformador, principalmente, pela possibilidade de organizar sem organização. As pessoas podem desenvolver ideias e conteúdos de maneira descentralizada e autônoma, sem interferência de empresas, governos ou instituições.

Na mesma trilha, se situa Eduardo Vivieros de Castro (2009, p. 87), ao ver “uma democratização gigantesca” na Internet por conta da possibilidade de se ter acesso a livros e onde se “pega tudo”, podendo “realizar nosso sonho de infância e nos tornarmos Robin Hood”, ou seja, “tirar dos ricos para dar aos pobres”. (CASTRO, 2009, p. 95) Convergente com essa posição, Ronaldo Lemos (2009c, p. 99) pontua a emergência de outros produtores culturais na rede, com “ausência de intermediários”, ou seja, desatrelados da figura do intermediário. Hollywood e a rede Globo têm que competir com produtores de vídeos lançados no YouTube, o que ele identifica como “uma transferência de



poder”. (LEMOS, 2009c, p. 99) Aponta, no entanto, para o risco da Internet adotar o modelo de *broadcast*, ou seja, quem distribui muita informação teria que pagar mais por isso, o que “elimina a possibilidade do usuário pequeno e sem dinheiro para falar com muita gente”. (LEMOS, 2009c, p. 100) A grande vantagem da Internet é poder falar com muita gente, pois “você não sabe quem é o seu público”, e o risco seria a sua regulamentação, o que levaria a sobrar “espaço apenas para os grandes e para os grandes que estão estabelecidos.” (LEMOS, 2009c, p. 101) Assim, o território de liberdade e de criação da Internet estaria correndo alto risco se este caminho se viabilizar.

Infere-se, nesses primeiros depoimentos, que a ideia de revolução, democratização, não faz referência à atividade política convencional assentada em partidos políticos. Vale lembrar que os partidos já têm perdido espaço nas últimas décadas para os movimentos sociais e que, agora, a Internet poderia constituir uma pá de cal em sua representatividade. No entanto, não dá, ainda, para afirmar sobre a viabilidade e, principalmente, extensão e sustentabilidade dessa atividade política digital.

Todo o movimento de digitalização da sociedade tem sido visto como uma revolução (CASTELLS, 1999b; PISANI, 2011); uma terceira revolução tecnológica que implanta em definitivo a sociedade do conhecimento a partir da facilitação da disseminação da informação. Por outro lado, a palavra revolução tem sido, em geral, usada de uma maneira mais livre, sem rigor conceitual, como no caso do livro que tem por título *E-gov.br: a próxima revolução brasileira* (CHAHIN, 2008); título bastante sugestivo não só do ponto de vista da expectativa de uma nova revolução, como da admissão de existência de outras anteriores, e que reforça a ideia de uma forte expectativa de mudanças radicais com as novas tecnologias.

Outros se manifestam na mesma linha. A cultura digital que se instala com todo o aparato dos computadores e das redes “significa uma revolução em termos de hábitos cotidianos”, ao quebrar a sociedade industrial e transformá-la em uma “explosão”, a sociedade em rede. (COELHO, 2009, p. 121) Esse autor cria uma feliz imagem do telecentro como “um chafariz na época do abastecimento de água”, um ponto para “criar novos hábitos”, uma possibilidade de “mudança dentro da própria sociedade como um todo”. (COELHO, 2009, p. 121) Para o autor, com as novas tecnologias, a mudança partiria da própria sociedade. Embora não especifique uma possível revolução, ou pelo menos mudança, o autor considera que esta não viria dos canais convencionais, mas



de movimentos mais anárquicos ou caóticos, individualizados. A mudança na política, na forma de fazer política, não viria da política convencional – partidos, eleições etc. – (embora não se esteja excluindo essa possibilidade), mas, fundamentalmente, da sociedade, a partir da disseminação da informação e do conhecimento.

Convergente com esta linha, Guido Lemos (2009b) vê como um grande impacto a formação da sociedade digital, a acessibilidade proporcionada por acesso a cursos, livros, música, e cinema a pessoas localizadas fora dos grandes centros. Em sua percepção, como a televisão ainda ocupa um papel central para a população brasileira, a TV digital ligada à Internet e com capacidade de interação, mesmo para classes D e E, romperia com o serviço de televisão atual “muito comportado” e geraria, com a interação do consumidor, comportamentos “mais aleatórios”. (LEMOS, 2009a, p. 138) O autor não cita nenhuma aplicação política, muito pelo contrário, menciona, com entusiasmo, a transmissão de um jogo de futebol da seleção brasileira com possíveis 60 milhões de máquinas sintonizadas e onde uma pessoa “pode mandar uma aplicação para essas milhões de máquinas processar”. (LEMOS, 2009a, p. 137) Exulta o autor exclamando ser isto uma “coisa revolucionária”, aparecendo novamente a palavra “revolução” usada de maneira pouco exigente e rigorosa, tomada como uma mudança de grande impacto.

André Lemos (2009a, p. 135), em sua entrevista, adverte que, ainda que a tecnologia seja “fundamental”, os seres humanos devem ser vistos como “seres políticos, ou seres de comunicação”, e as tecnologias digitais, que temos agora à disposição, “permitem a transformação comunicativa, política, social e cultural efetivamente”, devido ao fato de se poder “transitar informação, bens simbólicos, não materiais, de uma maneira inédita na história da humanidade”. Destaca o autor, o fato de que cada pessoa possa ter um computador, “um instrumento de produção de informação, que vai se transformando, com a Internet, [...] em algo que é radical”, o que leva à “possibilidade de produção coletiva, colaborativa e distributiva da informação”. (LEMOS, 2009a, p. 137)

Convergindo com o anteriormente exposto, pode-se tirar dessas afirmações que o que se estaria vivendo seria uma revolução da informação e da possibilidade da produção coletiva e independente da informação. Com essa capacidade, digamos libertadora, “[...] essa tecnologia é muito mais um fenômeno social do que necessariamente um fenômeno técnico”. (LEMOS, 2009a, p. 139)



Em sua visão, a Internet “não é uma utopia, ela é uma topia”, porque “permite a auto-expressão” (LEMOS, 2009a, p. 139) com foco em objetivos grandiosos, pois “[...] pela primeira vez, as pessoas estão efetivamente podendo produzir ou tentar buscar sentido nas suas vidas a partir desses dispositivos”. (LEMOS, 2009a, p. 140) Vê-se, com clareza, como o autor deposita expectativas elevadas na Internet, ao destacar, nada mais nada menos, a possibilidade de busca de sentido à vida. Ainda que exale este otimismo, André Lemos (2009a, p. 140) identifica, no entanto, um “grande desafio” nesse contexto que é “fazer com que as pessoas produzam coisas colaborativamente” e, também, de “maneira distributiva”. O desafio resulta do fato de estarmos “acostumados durante muitos séculos” a ser espectadores passivos dos meios de comunicação, cuja possibilidade de ser um “espectador crítico” seria o “máximo da inclusão”. (LEMOS, 2009a) Com as novas tecnologias e a interatividade, torna-se possível, agora, não só criticar o jornal e o programa de TV, como pode a pessoa “fazer seu próprio jornal”, filme e música.

Ainda que o autor não aponte um fim explicitamente político nessas investidas, parece claro que existem dois comportamentos políticos aqui: por um lado, as possibilidades abertas pelas TIC rompem com monopólios de poder dos meios de comunicação, transformando cada um em um produtor de conhecimento para muitos; e, por outro lado, pode-se inferir, sendo otimista, que esses produtos com ampla circulação na rede podem ter conteúdos políticos que alcancem muitas pessoas. Não estamos falando aqui, como se percebe, de política partidária, mas de política de uma forma geral, de uma ação política independente de partidos. Está, também, ficando claro que a política no meio digital se desgarrar da política convencional baseada em partidos políticos, arregimentando outros tipos de militantes, mais baseados em grupos ou ações individuais, o que configura uma nova forma de fazer política, em que se mobilizam ativistas de uma forma diferente.

A produção colaborativa já existiria, inicialmente, nas listas de discussão na Internet, seguindo-se o advento dos *blogs*, faltando, efetivamente, as pessoas se acostumarem a ser “produtores de informação” (LEMOS, 2009a, p. 141) e trocar informação. Reconhece, porém, o autor ser isto “muito difícil”. O caso da academia é um exemplo, em que as pessoas, apesar do curso multidisciplinar, ainda, “continuam a trabalhar cada um na sua coisa”, com dificuldades em “colaborar efetivamente”; o que se explica pela “inércia aí causada por séculos de mídia de massa que nos fazia apenas consumidores de



informação”. (LEMOS, 2009a, p. 141) O autor apresenta um exemplo prático de uma aplicação dessa nova realidade ao se referir a uma chuva muito forte, um “dilúvio”, acontecido em Salvador, cuja mídia tradicional noticiou muito pouco, exceto o rádio. Nessa situação, “[...] o *twitter* foi uma plataforma onde as pessoas trocavam, havia uma verdadeira conversação e troca de informação que ajudou as pessoas a lidarem com o caos que a cidade se transformou”. (LEMOS, 2009a, p. 141)

O exemplo acima, bastante oportuno, pode gerar duas reflexões: enquanto as mídias tradicionais, exceto o rádio, têm suas programações rígidas, o *twitter* é livre no sentido de que não é de ninguém, não é uma organização, não tem programação; por outro lado, no caso apresentado, o *twitter* funciona mais como um prestador de serviços, mas depende dos que têm acesso a ele, sendo, assim, ainda bastante restrito e ficando longe, portanto, deste potencial transformador da sociedade.

O exemplo citado, ainda que possa agregar as pessoas no sentido destas se ajudarem, no entanto, certamente, não reúne elementos para qualquer mudança substancial da realidade. O próprio autor adverte para os limites de todos esses mecanismos, pois não se vive nenhuma “panaceia participativa” (LEMOS, 2009a, p. 141), e nem “a mera participação e colaboração vão resolver todos os problemas”. (LEMOS, 2009a, p. 142) Porém, retomando o otimismo, o autor visualiza que, por podermos “[...] emitir livremente, nos conectar aos outros, nós conseguimos reconfigurar a cultura, a sociedade, a política”. (LEMOS, 2009a, p. 142) O fato de as pessoas poderem se agregar “tem uma potência gigantesca de transformação social, política e cultural”. (LEMOS, 2009a) Em termos potenciais, concordamos com o autor, mas caindo no mundo real no qual apenas uma parcela pequena teria essa disposição participativa e esse desejo de reconfigurar a sociedade e a política, parece demasiado otimista que isto possa acontecer. Talvez, ocorra em alguns lapsos de tempo, em eventos localizados, e espasmos geográficos, em certas localidades ou em setores de interesse de grupos específicos.

Outra manifestação de otimismo prega que “o digital mudou completamente e subverteu todas as ordens – do econômico ao político, ao artístico (estético, no caso), à própria relação entre as pessoas” (PARENTE, 2009, p. 165), produzindo uma “transformação radical” na forma como estas passaram a produzir, bem como no conceito de rede com a Internet. Também provocou, baseando-se em Deleuze, “uma mudança de regime, do regime disciplinar



para o regime de sociedade de controle”. (PARENTE, 2009, p. 165) Na sociedade disciplinar, havia um centro de informação, no qual “poucas pessoas [...] decidiam por muitas toda a questão da comunicação em massa” (PARENTE, 2009, p. 171), decidiam sobre qual “informação é importante para as outras”. (PARENTE, 2009, p. 171) Com a Internet, afirma o autor, isto está mudando, como os casos do consumidor montar o seu próprio carro, bem como fazer a sua programação (filmes, documentários, programas).

Certamente, a Internet abre um campo de liberdade e autonomia que não se tinha antes, mas, mesmo assim, nos casos citados, além de não haver qualquer menção direta à atividade política, essa liberdade ainda é relativa, pois depende da oferta ditada por grandes grupos (automobilístico, cinematográfico, no caso); ou seja, ainda não mudou o controle do jogo. E, novamente, se está na dependência do acesso da população aos instrumentos (computador, Internet de banda larga).

Na visão do autor, o digital trouxe à tona um “processo de hibridização, de embaralhamento” e, por isso, ainda, estaríamos vivendo sob o “efeito desse choque” (PARENTE, 2009, p. 173), definido, fundamentalmente, pela velocidade de mudança tecnológica e de acesso à informação. Com a Internet e o YouTube e outros instrumentos, cria-se um “espaço de informação”, principalmente, de acesso à imagem e isso “muda tudo”. (PARENTE, 2009, p. 175) Percebe-se, novamente, que se valoriza a informação de uma maneira genérica, e como uma mudança radical.

Indo além, “o computador realiza todos aqueles desejos que eram aqueles desejos da esquerda de 1968, 69 e 70”, ao possibilitar uma “democratização dos procedimentos como jamais teve antes”, não havendo antes “um acesso à imagem como hoje”. (ALMEIDA, 2009, p. 183) Evidentemente, a autora se refere não só ao computador, mas também a tudo que se seguiu de tecnologias de comunicação, como a Internet, parecendo expressar a renovação de um sonho da criação de uma nova utopia, a partir de todos esses recursos digitais, e que teria inoculado muitos pensadores.

Na opinião de um músico e compositor, a Internet é vista como o “espaço mais esquizofrênico” que existe (SANTTANA, 2009, p. 191), e a informação fornecida amplia as possibilidades de escolha, e disso resulta o aparecimento de uma nova geração “muito mais crítica”. (SANTTANA, 2009, p. 199) Pela exposição do artista, não dá para saber se ele se refere ao campo musical em específico ou está pensando em termos mais amplos. De qualquer



forma, novamente o acesso à informação mostra ser o diferencial dessas novas tecnologias. E quanto à promissora possibilidade da emergência de uma nova geração com postura mais crítica, ainda não parece haver evidência da confirmação de tal ideia.

Marcos Palácios (2009) chama a atenção para o fato de que, cada vez mais, se torna desnecessário falar em ciberespaço à medida que todos esses elementos tecnológicos são incorporados à vida no seu cotidiano e que o impacto das novas tecnologias deve ser dissipado e incorporado, com naturalidade, à vida. A Internet, por sua vez, é vista como “uma mídia de acesso e não de difusão. Você não difunde, você disponibiliza, as pessoas acessam”; é muito mais “um ambiente de comunicação do que de um meio de comunicação” (PALACIOS, 2009, p. 259), ressaltando, assim, o caráter de ambiente de produção de conhecimento da rede.

André Stolarski (2009, p. 217), na perspectiva de um *designer* gráfico, observa que “existe uma transferência nítida de parte importante da vida das pessoas para o âmbito das redes”, transferência esta marcada por “uma dialética muito complexa”, em que “multidões são postas em movimento”. Na área cultural, ou editorial mais especificamente, “a Internet pode desmontar a estrutura tradicional da grande imprensa, das editoras, enfim”. (STOLARSKI, 2009, p. 218)

Este movimento pode ser visto, então, como um ataque ao grande capital, fazendo emergir um espaço para manifestações sem base necessariamente no capital; mas isto não afasta a possibilidade de tais manifestações virem a se encorpar e adquirir a forma de capital, entrando no jogo capitalista. Mesmo assim, ainda estaria, em princípio, assegurado o espaço para outras manifestações espontâneas, desconectadas, de forma efetiva ou supostamente, do capital. Nesse sentido, a Internet se mostra como um espaço democrático e mesmo contra-hegemônico ao atacar a ordem capitalista, ainda que, ao que parece, não ferindo de morte sua hegemonia, porque, evidentemente, o capital não está parado, mas em movimento e, também, se utilizando das redes. Pisani (2011, p. 1), ao recuperar uma ideia de Evgeny Morozov, afirma sobre o uso das TIC: “Los poderosos tambien las usan”.

Outra característica apontada refere-se à mudança acelerada que se dá no meio digital na questão dos direitos autorais, em que existe um conflito entre “práticas ultraprotetoras” e novas formas de produzir cultura, imagens. O autor entende que, provavelmente, em algumas décadas, essa questão vai



se redefinir devido a “uma característica estrutural” do próprio meio digital que é “totalmente permeável”, onde “tudo pode ser copiado”. (PISANI, 2011, p. 223) O que se pode perceber é que estamos, até certo ponto, em outro mundo, em outro paradigma de relações humanas. Como ainda estamos migrando para este paradigma, ocorrem os conflitos naturais entre os dois paradigmas que lutam entre si, até um deles assumir o controle hegemônico, ou novos conflitos se colocarem e a luta se estender mais longamente. Esta luta parece ser ainda entre o capital e o Estado, por um lado, e mais democracia, mais liberdade, mais autonomia, por outro.

Pisani (2011, p. 226) percebe que existe “uma boa democratização” de acesso aos meios digitais, de modo que “todo mundo pode ser *designer*”. Aqui a recorrência à Gramsci é inevitável, quando este afirmava a possibilidade de qualquer pessoa ser um intelectual. Em tempos de esgotamento das grandes utopias, parece que o desejo de se tornar um intelectual se restringiria à possibilidade de ser um *designer*. À medida que aumenta o acesso aos meios digitais, são “as ferramentas mais acessíveis” e não estando mais o conhecimento “na mão de especialistas”, as pessoas conseguem produzir (PISANI, 2011, p. 226). Nota-se, novamente, a Internet como um espaço de manifestação da autonomia e da possibilidade de confrontar o capital, o que pode, por um lado, ser visto como político, mas também nada de muito revolucionário, até porque o capital (leia-se o grande capital) não só convive com essas novas formas de produção de conhecimento, como pode se aproveitar ou vir a se apropriar destas, colonizando-as, como será desenvolvido abaixo.

Bernardo Esteves, editor da revista *Ciência Hoje Online*, também perfila ao lado daqueles que visualizam mudanças profundas com a cultura digital, podendo esta abalar “alguns conceitos que estavam bastante cristalizados na nossa sociedade, por pelo menos um ou dois séculos” (ESTEVES, 2009, p. 243) Com as novas tecnologias digitais, muda tanto o texto, como “o leitor, o autor, a leitura, todos os processos de produção, circulação e aquisição de conhecimento” (ESTEVES, 2009, p. 243), com repercussões na questão da alteridade, pois as pessoas estão “reaprendendo a construir conhecimento, a lidar com o outro”. (ESTEVES, 2009, p. 243) O que haveria a destacar no “grande salto” atual são a “rapidez” e “instantaneidade”. (ESTEVES, 2009, p. 244)

Na área da ciência, ocorre uma mudança fundamental que representa “uma ameaça a um sistema muito antigo de validação do conhecimento científico, que é revisão por pares” (ESTEVES, 2009, p. 245) A alternativa que se



desenha “por conta da livre circulação de conhecimento permitida pela Internet” (ESTEVEES, 2009, p. 245) está corporificada no arXiv, um repositório de artigos onde os pesquisadores postam sua produção e, enquanto aguardam a avaliação por pares, o artigo vai recebendo críticas, gerando uma revisão “mais aberta” feita por um número maior de avaliadores do que na revisão tradicional. Assim, enquanto a ciência foi sempre “um pouco tabu para algumas pessoas”, hoje, se torna “parte da cidadania”. (ESTEVEES, 2009, p. 248) Como se pode constatar, não há sombra de dúvida que a Internet e toda a arena digital abrem um leque de possibilidades de atividades colaborativas na produção de conhecimento nunca antes experimentadas na trajetória humana, tese defendida por vários colaboradores do livro em foco neste artigo.

Corroborando com essa posição Suzana Herculano-Houzel (2009), ao apontar a possibilidade de pesquisadores construírem os seus próprios *sites* para divulgar seus interesses de pesquisa, com mais liberdade, independente das instituições às quais pertencem, o que “seria impossível antes” da Internet, sendo “muito importante para a divulgação científica, voltar a dar vozes aos próprios cientistas. Criar essa interface com a sociedade”. (HERCULANO-HOUZEL, 2009, p. 280) Essa questão tem uma abrangência muito maior que é a desinstitucionalização, ou seja, empregados podem prescindir de suas instituições ao criarem canais de comunicação diretos com a sociedade para expor seus trabalhos, pesquisa, ideias. Não há dúvida que isso se viabilizou com a Internet e todos os instrumentos de comunicação digital que têm surgido.

Nelson Simões (2009, p. 108), diretor-geral da RNP, lembra que a Internet foi “construída por múltiplas mãos com a visão de compartilhar, de trocar, de interoperar”, de “integrar pontos que não conversariam naturalmente”. Ainda que a Internet tenha esse potencial e isto esteja ocorrendo, não quer dizer que se promova um automatismo de diálogo entre participantes: o diálogo pode ocorrer ou não, principalmente pensando fora de comunidades fechadas, envolvendo interesses divergentes como na área da política. O próprio Simões, pensando em uma reaproximação da arte com ciência, admite que “tem que ser meio romântico mesmo para acreditar que você vai conseguir realizar um sonho de colaboração e interconexão”. (SIMÕES, 2009, p. 109) A troca de informações e comunicação que vem ocorrendo entre países “é uma grande viagem ao sonho, é uma certa loucura se pensarmos a 30, 40 anos atrás.” (SIMÕES, 2009, p. 109) A Internet está, assim, viabilizando um padrão de comunicação entre comunidades nunca antes experimentada, baseada na



“cooperação e colaboração” na área de artes e ciência. Efetivamente, tem ocorrido uma circulação e apropriação do conhecimento e da informação a partir da Internet em uma escala e intensidade nunca vistas antes, mas isto não leva, necessariamente, à colaboração.

Cláudio Prado (2009), Coordenador do Laboratório Brasileiro de Cultura Digital, também defende a possibilidade da colaboração no meio digital, lembrando a experiência brasileira da produção do carnaval. Ao lado da “alegria”, coloca-se “como a grande aposta brasileira”, também, a do meio digital. (PRADO, 2009, p. 51) Defende que o que está acontecendo no século XXI se deve à “invisibilidade”, lembrando que a Internet nasce porque era “invisível”, não foi percebida pelo mundo corporativo como “possibilidade de negócio” e nem pelo “mundo regulatório” como “ameaça para nada”. “Ninguém tentou regular e cooptar, e quando ela aparece já é grande o suficiente para ser anárquica, caótica, incontrolável”. (PRADO, 2009, p. 52) As afirmações feitas por Prado (2009) ressaltam o caráter contra-hegemônico da Internet de quebrar paradigmas e estar tentando construir uma nova ordem, sendo ainda muito prematuro para afirmações mais assertivas.

Na perspectiva de Ladislau Dowbor (2009, p. 57), com a “conectividade que se gera”, uma pessoa pode voltar a ser “um agente de cultura”, o que representa “um deslocamento radical”, pois “quanto mais se generaliza o conhecimento [...], mais toda humanidade enriquece”. Novamente, não há dúvida que com esse enriquecimento, a partir da generalização do conhecimento, poderá haver uma repercussão na política. O autor prega a necessidade da “visão do deslocamento do paradigma da competição para o paradigma da colaboração”. (DOWBOR, 2009, p. 64) Embora reconhecendo que jamais “a competição vai desaparecer”, o autor manifesta seu otimismo ao afirmar que “a prática colaborativa pode ser dominante” e que a evolução para a sociedade do conhecimento “não garante, mas abre sim a possibilidade de uma sociedade muito mais democrática”. (DOWBOR, 2009, p. 64) Assim, ainda que não trate especificamente de política, haveria um aumento de democracia com a sociedade do conhecimento, possibilitado pela infraestrutura digital que “permite o contato direto entre consumidor e o produtor dos mais diversos bens” (DOWBOR, 2009, p. 65), apontando para uma sociedade de colaboração. Mais uma vez, parece haver certo determinismo tecnológico, só porque a tecnologia permite tal colaboração, haveria uma expectativa de que as ações sociais convergiriam nesse sentido.



A política (ou não política) em primeiro plano

Como podemos perceber, até agora, a questão política não foi tratada de forma explícita em nenhuma das contribuições consideradas. As sensações, percepções e posições sobre o papel da Internet repousam muito mais nas possibilidades de acesso à informação, à produção de conhecimento fora dos padrões tradicionais da empresa capitalista e na criação de um espaço independente para os indivíduos. Os autores considerados não fazem referências às possibilidades de transformações na forma de fazer política com a Internet, apenas referências vagas a mudanças a partir de um maior acesso à informação e ao conhecimento. Nesta seção, vamos trazer autores colaboradores do livro em tela que trazem a perspectiva mais política, ou quase que essencialmente política.

Assim, Eugenio Bucci (2009, p. 204), baseado na ideia de revolução de Marx e Engels, relembra que “o capitalismo não sabe existir sem se revolucionar a cada segundo, a cada dia”. Expõe que há um sentimento de estar ocorrendo hoje uma “revolução equiparada a revolução de Gutenberg”, assentada em uma “ebulição utópica em torno da Internet e em torno das novas tecnologias digitais, como se elas trouxessem a igualdade, a voz para todos”. O autor discorda, radicalmente, desta posição, pois “não necessariamente essa tecnologia trará mais democratização, mais acesso ao poder, inclusão. Isso não está embutido no DNA da tecnologia”; detecta-se mais a ideia de continuidade, como acontece nas tecnologias do cinema e televisão, do que “hiper valorizar a ruptura”, como tem ocorrido.

O autor detecta como uma barreira, na realidade brasileira, a elevada quantidade de analfabetos funcionais, situação na qual “uma pessoa lê, mas não compreende o que lê”. (BUCCI, 2009, p. 205) Em outras palavras, o autor arrefece a possibilidade de revolução, devido tanto aos limites da tecnologia propriamente dita como das condições objetivas da sociedade brasileira que está assentada em uma situação de forte analfabetismo funcional. Assim, todo o entusiasmo dos autores anteriormente considerados teria que ser relativizado, pois apenas uma parcela pequena da população poderia desempenhar o papel pensado por esses autores. Quando este cidadão vai para a rede, acessa o e-mail, “ainda é excluído de uma série de vantagens às quais não tem acesso”, caracterizando “um outro nível de analfabetismo” (BUCCI, 2009, p. 204), por não poder se apropriar de tudo que é oferecido. Pode-se batizar esta situação como *analfabetismo funcional digital*.



Avançando sua crítica, postula o autor que “a imagem exerce um peso muito grande na Internet”, o que podemos entender como uma facilitação do acesso à rede dos analfabetos funcionais digitais. Assim, muitos são incluídos digitalmente, mas apenas no que se refere aos assuntos de mais fácil compreensão. Dessa maneira, defende Bucci (2009, p. 205), a mesma tecnologia que permite a muitas pessoas terem acesso ao espaço público, por sua vez, estabelece também “uma diferenciação vertical” que antes não existia. O grau de inserção deste cidadão compreende o grau de tecnologia que “pode manusear”, bem como a “familiaridade com que você tem acesso a milhões de dispositivos”. Em outras palavras, o autor está relativizando a possibilidade de qualquer revolução, também por conta das limitações deste cidadão digital.

Em suma, o autor afasta a possibilidade de qualquer “espécie de utopia socialista digital”, fundamentado na visão de que tudo que vem ocorrendo “não revoga as leis do capitalismo”. Mais que isso, “a Internet turbina os processos pelos quais o capitalismo vai operar”. (BUCCI, 2009, p. 206) Por outro lado, a facilidade maior de fazer associações na era digital não autoriza dizer que “a lógica solidária ou colaborativa suplante a lógica acumulativa”, pois “a lógica da remuneração do capital” continuará a ser dominante. (BUCCI, 2009, p. 206) A posição do autor derruba os argumentos anteriormente expostos aqui.

Entrando no debate sobre o determinismo da tecnologia, assevera que “não é a tecnologia que muda a sociedade. Nunca foi. A sociedade, ou os movimentos sociais ou as relações sociais são o que dão sentido social e histórico para a tecnologia, e não o contrário”. (BUCCI, 2009, p. 205) Esta perspectiva entra em confronto direto com as anteriores expostas, pois condiciona todas as mudanças que estão ocorrendo à lógica do capital. Por outro lado, mesmo que haja mais produção de informação independente, esta ainda está condicionada às capacidades cognitivas dos usuários, o que, na realidade brasileira, são limitadas pela trágica questão educacional do País.

Bucci (2009) ainda relativiza a questão da liberdade de produzir conteúdos para postar na Internet, condicionando-a à escala do público que atinge. Assim, citando o caso de uma rádio, esta pode ser “[...] uma diversão, um álbum de família, mas só será uma emissora de rádio quando “despertar mobilização do público”. E quando isto ocorrer, passado este “deslumbramento” surgirá uma hierarquização baseada em uma “nova forma de concentração de capital e a acumulação vai acontecer outra vez”. (BUCCI, 2009, p. 209)



O autor parece querer mostrar que o que está ocorrendo não é nada de novo além do movimento do capital em sua incessante busca de acumulação. O alvo do capital seria agora o que se desenrola na arena digital, a presa seria o que se disponibiliza na rede.

Segundo Bucci (2009), baseando-se em Habermas, mais especificamente no conceito de mundo da vida e relembrando que este existe antes da Internet, o que “[...] fascina as pessoas que pensam e que olham para a tecnologia é essa efervescência de tantas coisas diferentes, tantas pessoas falando ao mesmo tempo, se manifestando. Ora, isso é o mundo da vida”. (BUCCI, 2009, p. 209) Alerta o autor que todo esse movimento, “nos faz ter a ilusão de que a Internet é uma forma de comunicação igualitária”. Para ele, esta apenas “deu visibilidade para processos que estavam aí e que passaram a ser interconectados, mas ela não inventou esses processos”, mas, sim, “permite que eles afluam mais rapidamente para uma projeção para possíveis espaços públicos”. (BUCCI, 2009, p. 209) O autor, lucidamente, chama a atenção para que “não se caia no deslumbramento de que é um outro espaço público. Não é bem assim, o que houve foi uma complexificação desse espaço”. O autor é enfático quando afasta qualquer possibilidade de ter ocorrido “uma refundação da humanidade ou das comunicações” (BUCCI, 2009, p. 209) como tem exalado o sentimento dos otimistas.

A contribuição de Antonio Risério (2009) toma como ponto de partida a necessidade de se debater a questão digital no contexto das “diferenças de classe no Brasil”, da “brutal diferença de classes”, colocando, assim, a política no centro da cena. Para ser viável a inclusão digital, torna-se necessário ter “inclusão social” (RISÉRIO, 2009, p. 295), cuja questão central é o problema da educação. O Brasil é caracterizado como um país “estranho”, vivendo “um drama” de ser, ao mesmo tempo, um país periférico e “um pólo produtor de informações originais para o mundo” (RISÉRIO, 2009, p. 295), tais como o futebol, a bossa nova, poesia concreta e Brasília, mas que não consegue resolver as “questões mais básicas”. (RISÉRIO, 2009, p. 296) Na mesma linha, é observado que ao lado de uma das maiores economias do mundo, tem-se “um povo roto e esfarrapado”. A saída, para o autor, não seria fácil, pois para se viabilizar como “um novo projeto civilizacional”, o país “precisa se resolver como povo e nação”. (RISÉRIO, 2009, p. 301)



Ainda que afirme que a Internet tem que ser aproveitada “para tentar reinventar o mundo”, afirmação que o coloca no rol daqueles com expectativas nada modestas em relação a tal instrumento, Risério (2009, p. 301) alerta, em sua prédica, que, para superar a realidade existente, reclama-se a necessidade de saber “lidar com o difícil”, tendo em conta que no país “tudo é mágico: soluções mágicas, saídas mágicas, o povo é mágico, o povo resolve”. O diagnóstico se assenta em uma crítica estrutural à civilização brasileira por ter o povo este caráter mágico e a solução dos problemas estar baseada em saídas voluntaristas, a partir do povo. Aqui poderíamos visualizar uma combinação explosiva de conteúdos mágicos tanto do povo (ou melhor de uma interpretação do povo) como da Internet. Talvez, uma das explicações do sucesso da Internet, na realidade brasileira, se deva ao caráter mágico e lúdico que ela encerra.

De modo a reforçar os argumentos dessa visão carregada de política, torna-se oportuno trazer outras contribuições fora do livro base que tomamos como referência. A primeira vem de Laymert Garcia dos Santos (2009) que, no depoimento ao livro *Cultura digital.br*, não apresentou uma perspectiva política ou explicitamente política à sua fala, contrariando sua posição em debate ocorrido em 2003, anos antes da publicação desse livro e em uma época em que os processos do caminho digital ainda não estavam tão pronunciados como agora. Partindo da constatação de que “a tecnologização da sociedade é intensa” (SANTOS, 2003, p. 17) e identificando uma centralidade da tecnologia na sociedade contemporânea, relembra a célebre ideia de Lênin a respeito de o comunismo ter se definido pelos soviets, acrescidos da eletricidade. O autor questiona: se, agora, “podemos substituir a eletricidade pela Internet, e os soviets pelas comunidades de base”, teríamos, então, o caminho para o socialismo atual? (SANTOS, 2003, p. 74) Reserva, assim, à Internet um papel estratégico para viabilizar uma nova ordem socialista.

Ainda que não dê uma resposta direta à sua indagação, ao comentar ser “[...] ingênuo acharmos que a Internet é um território livre, que vamos conseguir fazer uma revolução usando a Internet”, Santos (2003, p. 74), mostra os limites da Internet no sentido da construção da revolução ou de uma nova ordem. Por outro lado, não nega “o aspecto democrático de circulação da informação que existe na Internet e as conexões que esta possibilita”, bem como a existência de “brechas dentro dos sistemas” que devem ser aproveitadas (SANTOS, 2003, p. 74), o que indicaria que estes seriam os aspectos



mais avançados da Internet. O autor assevera que não se deve esquecer que a Internet é uma tecnologia nova e que “o capital está começando a colonizá-la agora” (SANTOS, 2003, p. 75), convergindo com a posição de Bucci (2009). Indo além, quando houver “uma grande capilaridade nos países industrializados, quando a vida for impossível sem a Internet, então aí é que vai começar a regulação da Internet”. (SANTOS, 2003, p. 75) Ao perceber que a existência de uma rede não significa que esta seja, “necessariamente, democrática”, Santos (2003, p. 76) quebra a euforia que existe em relação à Internet quando pensada sem maiores reflexões. Assim, o autor se considera mais “realista do que catastrofista”. (SANTOS, 2003, p. 70)

Debatendo com Laymert Santos, Bernardo Kucinskyi (2003, p. 54) defende uma posição oposta ao julgar a revolução da comunicação como “libertária”, materializada na possibilidade, por exemplo, de se produzir um jornal com 3 ou 4 mil reais, o que libertaria a pessoa do capital. Enquanto na revolução industrial do século XVIII a máquina destruiu o artesão, tornando-o dependente do capitalista, dono dos bens de produção, a atual revolução tecnológica, ao contrário, tem um movimento oposto ao potencializar as capacidades do produtor intelectual, gerando “uma revolução fantástica que nos maravilha o tempo todo [...]”. Esta se materializa nos milhões de acessos diários à Internet, assim como nas “ações de protesto” que aumentam cada vez mais, não se sabendo “aonde isso vai parar” e nem “a dimensão exata disso”. (KUCINSKYI, 2003, p. 55) Apontando o caso de músicas na Internet e a produção caseira de CDs, discorda da posição de Santos (2003) a respeito da propensão do capital a se apropriar de tudo, pois, ao contrário, as tecnologias modernas “libertam as pessoas dos sistemas”, gerando “a autonomia do indivíduo na comunicação” (KUCINSKYI, 2003, p. 78), suportadas pela “interatividade e custo baixíssimo”. Alerta, no entanto, para a necessidade de “um novo nível de escolaridade”. (KUCINSKYI, 2003, p.80)

Outro olhar é trazido por Coutinho e Safatle (2009) ao analisarem as comunidades ligadas aos três candidatos mais votados na eleição municipal de São Paulo, em 2008 (Kassab, Marta e Alckmin), em que avaliaram a “permeabilidade” a opiniões contrárias ao candidato, medida pelo número de *links*, para comunidades com pontos de vista diferentes sobre o candidato ou as eleições. Os resultados da investigação mostraram existir uma baixa “permeabilidade” a visões contrárias: nenhuma comunidade apresentou *links* para outras que defendessem visões diferentes sobre os candidatos. Ao analisar a dinâmica



interna de cada comunidade, os autores constataram que 96% dos tópicos de discussão estavam alinhados com a posição política da comunidade, levando à constatação de que “[...] a função eleitoral dos sítios de relacionamento não está vinculada à constituição de campos de debate, mas ao fortalecimento da militância e à unificação do discurso de eleitores que, em larga medida, já fizeram suas escolhas” (COUTINHO; SAFATLE, 2009).

Frente a esses resultados, parece ser possível pensar nessas comunidades mais como trincheiras, nas quais só se posta o que é de interesse de um grupo. Os dados acima mostram haver uma guetização expressa pelo fato das pessoas, em geral, procurarem os *sites*, *blogs* com os quais já se identificam previamente, ficando em suas zonas de conforto ideológicas e epistemológicas. Deste modo, o caráter plural, diversificado de informações e democrático da Internet não estaria ocorrendo, mas, sim, desperdiçado. Parece que se têm mais militantes digitais do que cidadãos digitais, o que reproduz a lógica dos movimentos presenciais.

Essas últimas contribuições sintetizam bem o debate, ainda em aberto, entre uma perspectiva otimista e uma pessimista ou realista. Não é preciso afirmar que ambas contêm elementos corretos e adequados. Não dá para negar os aspectos positivos que a Internet encerra, mas, por outro lado, parece ser demasiado otimista esperar uma revolução a partir da mesma, devido às próprias especificidades do instrumento, ao papel do capital em toda a ordem capitalista e aos próprios limites de uma revolução de mudança do modo de produção na contemporaneidade.

Na verdade, pode-se pensar a Internet baseada em um paradoxo. Por um lado, mostra-se como um território de liberdade e igualdade; por outro lado, comporta a possibilidade de aprofundamento do individualismo, da negação do outro.

Conclusões

Recorremos, neste artigo, a contribuições estampadas no livro *Cultura digital.br* (SAVAZONI; COHN, 2009) que reuniu um grupo heterogêneo envolvendo autores das áreas da literatura, *designer* gráfico e artistas, ao lado de antropólogos, sociólogos, comunicólogos etc. Nos depoimentos colhidos, podemos perceber duas posições bem polares. Por um lado, autores expressam a valorização da Internet mais como uma plataforma de trabalho, pesquisa, de



busca de informação, de consulta, de interação e de produção de conhecimento, regurgitando otimismo com o novo instrumento que levaria à revolução. Por outro lado, outros autores, em menor número, fazem a leitura da Internet inserida na lógica do capitalismo e da negação da possibilidade de revolução, não conseguindo perceber em tal instrumento a constituição real de uma nova arena política. Mesmo no grupo caracterizado como otimistas, perceberam-se ligações com a política expressa na capacidade de desgarramento das pessoas (produtores) do poder do capital, gerando uma independência deste.

Tentando uma síntese das contribuições recolhidas podemos ver a Internet (e todas as TIC) como embebida de um potencial criativo, libertário e emancipatório, e que mostra uma capacidade de quebrar estruturas de poder convencionais ao democratizar o acesso à informação. O grande avanço da Internet reside na gigantesca capacidade de comunicação, disponibilização e circulação de informação, mas isto não quer dizer, automaticamente, que vá repercutir na atividade política, na transformação das estruturas. Outra marca distintiva da Internet encontra-se na desinstitucionalização, que possibilita aos cidadãos se manifestarem livremente, desconectados das instituições e do capital.

Ainda que não possa ser negado o caráter progressista dessas mudanças, não há, como já dito, qualquer automatismo que leve a uma possível revolução. O fato de a tecnologia favorecer a emergência de cidadãos ativos, isto não significa que estes se formem por conta da disponibilidade da tecnologia. Eles se formam ou formariam com a Internet ou sem a Internet. São exemplos, bastante ilustrativos, os movimentos recentes contra regimes opressores no Egito e na Tunísia. O uso de ferramentas como o Facebook e o Twitter por ativistas, para a mobilização social, demonstra como a Internet pode potencializar a ação militante, o que não quer dizer que ela forme o cidadão ativo. Ocorre, também, por parte dos autores otimistas, uma indicação do surgimento de uma postura colaborativa na produção na Internet. Todas essas virtudes, no entanto, parecem estar mais localizadas na especificidade do instrumento em si do que nos processos sociais, o que pode gerar um risco de se esperar muito da tecnologia e pouco da sociedade, reificando, assim, a tecnologia.

Também se identificou que, na maioria dos casos, para se referirem a mudanças, os autores usam a palavra “revolução”. A revolução dos otimistas mostra-se não ser a dos pessimistas. A crítica à posição otimista fundamenta um pensamento, senão pessimista, mas realista ou crítico, pois esse termo



é colocado na lógica do capitalismo; ou seja, se existe revolução, esta ocorre no sentido do capitalismo revolucionar os meios de produção. A Internet, a tecnologia em geral, estaria, assim, a favor do capital, sendo mais um passo dado por este sistema em seu próprio movimento de acumulação. Tal processo repercute na tendência do capital colonizar a Internet tão logo seja de sua vontade, interesse e da oportunidade.

A dicotomia otimistas e pessimistas ainda comporta um olhar no sentido de perceber uma complexidade maior. Não há a menor dúvida que o mundo está se tornando cada vez mais digital, a vida, em todas as suas dimensões, sendo permeada por artefatos digitais. A comunicação assume um caráter digital, podendo-se perceber a perda de importância do endereço físico, expressa pelo CEP (Código de Endereçamento Postal) frente ao endereço digital, o *e-mail*, *sites*, portais. Por outro lado, ainda que isso esteja ocorrendo, não quer dizer que exista um envolvimento pleno com esses artefatos. Isto porque, se a tecnologia se tornou relativamente barata e simples, o seu uso demanda capacidades cognitivas dos usuários que ainda estão longe de serem atendidas. Ainda mais, o uso de todos esses instrumentos pode levar potencialmente a mudanças políticas apreciáveis, mas isso demanda uma qualificação dos cidadãos, uma promessa também ainda não cumprida.

Deste modo, constata-se haver, em muitos casos, o que poderíamos chamar de um protocolo de modernidade, que funciona mais como resposta formal a um imperativo tecnológico dominante do que ao atendimento das condições cognitivas e políticas apontadas acima. A adoção de artefatos digitais se dá apenas, em geral, mais como necessidade de adesão formal ao mundo digital do que para realizar mudanças efetivas na esfera política. Mais especificamente, artefatos tais como *sites*, portais, “fale conosco” podem, em muitos casos, serem implantados apenas para constar do que efetivamente para funcionar.

Pensando em termos de uma metáfora, a Internet pode ser comparada à experiência do Speakers’ Corner (PINHO, 2011), ou seja, inserções rápidas, fugazes, tópicas que podem se desmobilizar rapidamente, ensejando a forma moderna de fazer política, após o esgotamento das narrativas caracterizadas por grandes lutas que mobilizam enormes contingentes, por longos períodos de tempo. Os locais de liberdade de palavra, antes restritos a poucos lugares fixos, poucos manifestantes, poucos ouvintes e falando sob uma relativa vigilância e liberdade controlada, com a Internet, forja-se um gigantesco *speakers*



corner”, muitos lugares (portais, sites, blogs, twitter, e-mails), muitos manifestantes, muitos ouvintes e se comunicando, pelo menos até agora, com liberdade. E mais, funcionando 24 horas por dia, todos os dias, tanto para emissão como recepção de conteúdos, diferentemente da sua versão presencial.

Com a Internet, a quebra das grandes narrativas, o surgimento de demandas e lutas por questões mais específicas (feminismo, ambientalismo, direitos em geral etc), as inserções são mais variadas e rápidas, e duram enquanto a questão mobiliza os interessados. Ainda que a Internet tenha um papel chave em viabilizar este novo rumo, defende-se que não há nenhum automatismo em ter Internet e, daí, surgir uma nova ordem.

Com este artigo, objetivou-se consolidar algumas posições dominantes na apreensão do fenômeno da Internet, mas, ao mesmo tempo, deixa mais indagações e inquietação, até porque estamos no meio do furacão, e ele muda muito rapidamente. Começamos com Sêneca e com o filósofo encerraremos. “Ninguém conclui nada; sempre remetemos tudo para o amanhã” (SÊNeca, 2010, p. 27).

Referências

- ALMEIDA, J. de. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 181-187.
- AMADEU, S. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 67-77.
- BUCCI, E. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 203-213.
- CASTELLS, M. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003a.
- _____. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, D. de. (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003b. p. 255-288.
- _____. *La revolución de la tecnología de la información: hipersociología*. Buenos Aires, 1999b. Disponível em <<http://www.hipersociologia.org.ar/catedra/material/Castellscap1.html>>. Acesso em: 23 dez. 2010.
- _____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- CASTRO, E. V. de. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 79-95.



CHAHIN, A. et al. *E-gov.br: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

COELHO, F. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 117-123.

COSTA-I-PUJOL, R. El tercer lloc: una experiència de xarxa social per als treballador mòbils. In: CONFERENCIA DEL OBSERVATORIO INTERNACIONAL DE LA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, 11., 2011, Lleida, España. *Anais...* Lleida, 2011.

CUNHA, M. A.; POZZEBON, M. O uso de tecnologias da informação e comunicação para melhoria da participação na tomada de decisão pública. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009.

DOMINGUES, J. M. *Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DOWBOR, L. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 57-65.

ESTEVES, B. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 243-249.

HERCULANO-HOUZEL, S. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 275- 281.

KUCINSKYI, B. Informática e liberdade. In: SANTOS, L. et al. *Revolução tecnológica, Internet e socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. (Socialismo em discussão).

LEMOS, A. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009a. p. 135- 149.

LEMOS, G. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009b. p. 125- 133.

LEMOS, R. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009c. p. 97- 103.

MAMEDE-NEVES, M. A. C. O jovem no centro da dimensão oculta da Internet. In: NICOLACI-DA-COSTA, A.M. (Org.). *Cabeças digitais: o cotidiano na era da informação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006. p. 181-190.

MANEVY, A. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 35-43.

PALACIOS, M. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 253- 261.

PARENTE, A. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 165-179.



PINHO, J. A. G. de P. Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, Internet e democracia na realidade brasileira. *R&E*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 98-106, jan./fev. 2011.

PISANI, F. Rebelion y democracia participativa. In: CONFERENCIA DEL OBSERVATORIO INTERNACIONAL DE LA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, 11., 2011, Lleida, España. *Anais...* Lleida, 2011.

PRADO, C. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 45-53.

RISÉRIO, A. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 295-309.

SANTOS, L. G. dos. Debate com o público. In: _____ et al. *Revolução tecnológica, Internet e socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 59-82. (Socialismo em discussão).

_____. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 285-293.

SANTTANA, L. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 189-199.

SARTORI, G. *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Bauru, SP: Ed. da Universidade do Sagrado Coração: 2001.

SAVAZONI, R.; COHN, S. *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009.

SÊNECA. *Aprendendo a viver*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

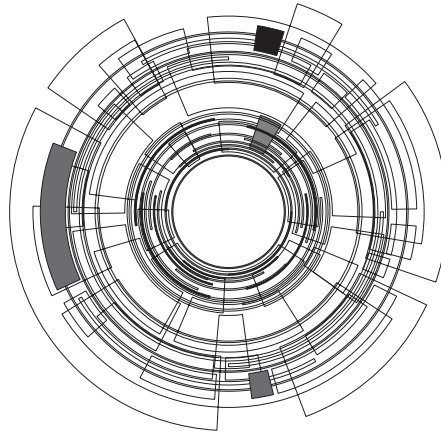
SIMÕES, N. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 107- 115.

SORINAS, M. Les nouvelles technologies et la participation citoyenne. Société civile et outils de communication. In: CONFERENCIA DEL OBSERVATORIO INTERNACIONAL DE LA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, 11., 2011, Lleida, España. *Anais....*: Lleida, 2011.

SORJ, B. *Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade de informação*. São Paulo: J. Zahar; Brasília: Unesco, 2003.

STOLARSKI, A. Entrevista. In: SAVAZONI, R.; COHN, S. (Org.). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009. p. 215-229.





Política e Internet: perspectivas em debate

Alexandre Barbosa, Eduardo Diniz,
Ernani Marques, Fabiano Raupp, Ingrid Winkler,
Júlio Andrade, Kátia Morais, Maria Alexandra Cunha.
Coordenação: José Antonio Gomes de Pinho

Abertura

Aos 10 de agosto de 2010, estamos aqui reunidos na Escola de Administração da UFBA, para esta atividade do Núcleo de Pesquisa sobre Internet, Democracia, Estado e Sociedade (NIDES), componente do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA) da EA-UFBA, para realizar um debate dentro das atividades do nosso grupo de pesquisa, registrado no CNPq. Este é um momento ímpar, quando podemos trocar ideias com pesquisadores da área de estudo da Internet e da Democracia, tendo como foco o Brasil. Eu gostaria de apresentar os componentes deste debate, começando por Ernani Marques, professor da EA-UFBA, doutor em Administração pela USP; professor Alexandre Barbosa, gerente do Centro de Estudos sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação – CETIC.br, que acabou de nos brindar com uma palestra abordando os trabalhos de pesquisas sobre as TICs no Brasil, realizadas no CETIC.br; Eduardo Diniz, doutor e professor da FGV; Maria Alexandra

Cunha, professora da Pontifícia Universidade Católica e doutora pela USP; os componentes do NIDES, os doutorandos Ingrid Winkler, Júlio César Andrade e Fabiano Raupp, e Kátia Morais, mestre em Administração pelo NPGA; e coordenando este debate, eu, José Antonio G. de Pinho, professor da EA-UFBA e doutor pela LSE-Universidade de Londres.

O objetivo deste encontro é aproveitar uma oportunidade rara de reunir os pesquisadores citados e efetuarmos esse debate, que está sendo gravado por Mardel e vai virar capítulo de um livro que estamos organizando sobre essas questões que são tão discutidas, debatidas na vida, no cotidiano e que a Academia faz um esforço dantesco pra correr atrás desse objeto que está sempre se redefinindo, se reconfigurando. Nós temos aqui uma platéia, agradecemos a presença de todos que estão presentes, pessoas que também trabalham com essas questões.

Eu vou fazer uma apresentação muito breve do artigo que serviu de provocação para este debate. Estamos vivendo, evidentemente, um momento de transformações muito sério. Mesmo não tendo o distanciamento histórico necessário, talvez estejamos entrando numa fase nova, num paradigma novo de vida, a partir da capacidade da Internet e das tecnologias digitais de configurarem a vida em seus mais amplos aspectos. Por exemplo, se vamos pensar que se pode, agora, fazer uma cirurgia à distância, isso não era possível sem as tecnologias digitais. Você pode emitir uma ordem de um profissional nos EUA ou no Canadá, seja onde for, fazer uma cirurgia de uma pessoa em São Paulo ou na Bahia, seja onde for, só para dar uma ideia do quão dantescos podem ser essas transformações. Mas o nosso foco é mais a questão política. Como é que a questão política pode ser impactada, como se pode fazer uso de todas essas tecnologias, configurando, quem sabe, um ser humano digital potencialmente ativo, mas não necessariamente ativo? Vamos debater esse poder da tecnologia.

Eu usei como referência fundamental para escrever esse artigo, o livro *Cultura digital.br*, no qual foi feito algo parecido com o que estamos fazendo aqui. Foram colhidos depoimentos, sendo estes transcritos, tendo, no entanto, cada participante falado de uma forma isolada, compartimentalizada, diferente do debate interativo que estamos propondo aqui. O que eu achei interessante, nesse livro, é que ele pega uma gama de interessados na questão digital, na sociedade da informação, muito mais ampla do que aquela que nós normalmente citamos, tais como sociólogos, administradores, cientistas políticos; o livro em



tela entra por uma área mais das artes, da poesia, da literatura, da cultura de uma maneira geral. Então, é outro olhar sobre essa questão e que eu acho que enriquece, porque se olhamos o outro lado do espelho, também se pode refletir melhor sobre tudo o que se vem pensando, se saímos um pouco do nosso *habitat*, que normalmente é zona de conforto, começamos a ser instigados por outras formas de pensar, de outros autores, de outros compartimentos do conhecimento. É mais que óbvio, mas vamos repetir a identificação de dois grupos de pensadores nessa questão: os otimistas e os pessimistas. A Internet – essas tecnologias de comunicação, de informação – tem sido colocada como um território de emancipação, território de libertação, território em que as pessoas agora poderiam fazer uso de recursos que antes não poderiam fazer, território de democracia, de democratização. Esta seria a bandeira levantada pelos otimistas, enquanto os pessimistas não veem dessa maneira, mas outras formas de dominação, de controle. O panóptico do Foucault estaria aqui muito presente nessa sociedade da informação. Estaria contribuindo para a realização dessa sociedade de controle, cada vez mais, além de aspectos, digamos, mais ligados ao próprio capitalismo. O capitalismo estaria se apropriando, também, de todas essas tecnologias. Por que não se apropriaria para exercer a dominação, o controle? E, também, de uma forma nunca antes experimentada, o panóptico foucaultiano ocorreria dentro das empresas.

Então, dá para perceber, por esse breve passeio que estou fazendo, uma gama imensa de possibilidades que se abrem, que esse não é o primeiro instrumento tecnológico que redefine a humanidade. Se formos pensar nas navegações, quando a tecnologia de navegação se ampliou, se redefiniu, o mundo se ampliou numa maneira impressionante. Quando o homem vai a lua, agora, pela primeira vez, se pode ver a terra, impressionante! Assim, são tantas e tantas questões que essa tecnologia agora suscita, mas não é a primeira. Lembrando da energia elétrica, do automóvel, do avião, ampliando os limites do ser humano, foram tantas tecnologias, mas com essa, parece que as coisas acontecem de uma maneira extremamente acelerada. Se você trabalhar com o conceito de automóvel, o automóvel ainda é o mesmo, pode até ser mais potente, mas é o mesmo. Por outro lado, a gama de instrumentos que, a partir da Internet ou a partir do computador, se desdobrou, é muito mais ampla, você tem outros “automóveis”. Não sei se os otimistas continuam tão otimistas assim, também não sei se os pessimistas continuam tão pessimistas assim, havendo a possibilidade do grupo dos realistas ou dos pragmáticos. Lendo



esse livro, talvez se precise criar outra categoria: os eufóricos, que vão além dos otimistas. Percebemos como eufóricos – em uma tentativa de fazer uma síntese das várias contribuições desse livro –, aquelas pessoas que trabalham com Internet mesmo, pois tomam consciência e valorizam a quantidade de recursos que o instrumento possibilita. Todo mundo sabe que se usam poucos por cento dos recursos do celular, do computador também, mas quem trabalha com computador, os *designers* gráficos por exemplo, abre-se uma possibilidade muito rica de trabalho.

Mas, voltando ao foco da política, além desses aspectos supostamente emancipatórios, libertadores da Internet, um aspecto que tem sido muito pontuado por vários autores, é a quebra do intermediário, que é uma questão fundamental. Ontem à noite ainda, meu filho me mostrou um *post* de um cara que já teve setecentos e vinte tantos mil acessos. Quer dizer, talvez, na TV, não tenha programas com tanta audiência. Um cara com a sua mensagenzinha gravada, em tecnologia supostamente rudimentar, está enviando uma mensagem política. Postou aquilo e já 720 mil pessoas no Brasil todo acessaram. É um crescimento exponencial, quebra poderes estabelecidos, não tenho a menor dúvida. Mas, até que ponto isso também tem a capacidade de gerar mudanças sociais sustentadas, mudanças políticas? Acho que essas são questões que ainda estão em aberto. Então, eu estava imaginando, muito em cima dos trabalhos que temos realizado, a ideia de um partido político, de agregar interesses, depois ele próprio vira uma espécie de uma camisa de força, porque não consegue contemplar todos os interesses. Aí surgem os movimentos sociais, justamente por conta dos partidos políticos não darem conta, com questões mais focadas, interesses mais específicos, educação, saúde, direito disso, direito daquilo, direitos de última geração.

A sociedade também se torna cada vez mais complexa. Ela coloca questões, desafios e interesses que não colocava na época dos partidos políticos convencionais, quando as pessoas estavam agregadas numa grande causa. Traçando agora a discussão para a questão política, ainda não se consegue perceber tal questão, sem desmerecer a quantidade de *blogs*, *sites* e portais que existe, o que indica uma atividade política na Internet, viva, florescente. Acho que aquelas expectativas iniciais, de seres conectados, vivendo politicamente porque a Internet permite, acho que estas – talvez até utopias ou desejos – não estão se realizando.



Penso que este é o grande desafio nosso, de conhecer mais a fundo, o que é essa realidade, e também, fundamentalmente, desmistificar algumas expectativas que se têm, ou porque a tecnologia permite, ou porque desejamos. Aí eu vou ser bem weberiano: o que importa é o que é, se vai ser modificado é outra história, se vamos nos engajar com a modificação dessa realidade, é outra coisa.

As pesquisas do Alexandre Barbosa, do CETIC, podem nos ajudar muito a conhecer mais a fundo essa realidade. Feita esta abertura, passaria agora aos nossos convidados. O professor Otto Jambeiro, da UFBA, teve um problema de última hora e não pôde estar presente, infelizmente, e agora vamos passar pela ordem. Também a Professora Corina, da Universidad de Córdoba, que estaria participando virtualmente, não poderá participar por problemas técnicos de conexão com ela, na Argentina. Era preferível uma ordem alfabética, mas se alguém quiser começar, quem tiver interesse em começar, fique à vontade. Falam os professores e depois os nossos estudantes.

MARIA ALEXANDRA - Gostei muito do texto do professor Pinho, além de instigante, é útil. Costumo ministrar uma aula a respeito da Sociedade da Informação chamada *Revolução, que revolução?* Acho o texto útil nesse contexto didático, assim como o livro será. Concordo com o professor Pinho quando diz que nos falta o contexto histórico ao olhar os avanços da tecnologia. Isto não é acadêmico, mas quando eu era pequena, em Portugal, o meu avô, que era um engenheiro de telecomunicações nascido em 1900, contava-me sobre o que foi a disseminação da eletricidade no país. Ele trabalhou na instalação do cabo submarino de telecomunicações entre a Europa e os EUA, e também falava do que representou a comunicação entre os dois continentes. Talvez, por ter essa referência de infância, de ouvir a respeito da transformação da primeira metade do século XX com a energia e as telecomunicações, relativizo as conquistas de agora. Claro que nós temos grandes transformações. Mas elas já aconteceram antes, no mundo do meu avô e em outras épocas da história da humanidade.

Sobre os pessimistas e otimistas, declaro-me ainda na turma dos realistas, mas tendo cada vez mais para o grupo dos pessimistas. No fim, concordo com Pinho. Para nós como Academia, é uma questão de investigação, e como cidadãos, de posicionamento, como usamos a tecnologia na nossa vida para nos afirmarmos cidadãos. Uma parte de que gostei, especialmente, no texto foi



a dos *speakers' corner*. Foi provocadora, os novos *speakers' corner*. Mas, contraponho que alguns dos discursos de minutos na internet tomam uma dimensão tão grande, que eles realmente influenciam a cena política como, por exemplo, o projeto Ficha Limpa ou a discussão do Código Florestal Brasileiro. Um sujeito propõe um assunto e consegue levá-lo a uma dimensão de discussão pública; isso pode ser uma novidade. São *speakers' corner*, que adquirem uma força que antes, na esquina, eles não tinham.

Para falar neste evento, já que me declaro realista e pragmática, e a partir do texto de Pinho, pensei sobre o que poderia ser feito no país, quais os desafios do Brasil para se utilizar de tecnologias de informação como, no mínimo, instrumento de participação. Os itens a seguir são os resultados dessa reflexão.

Primeiro, como acadêmicos, acho que temos que produzir estudos sobre o tema, sobre o uso das TIC na sociedade em geral e, em particular, como instrumento para participação. O que de fato está acontecendo no mundo real? Como as pessoas estão usando a tecnologia, à parte o nosso gosto, o nosso desejo, a nossa euforia, o nosso pessimismo? Esse é o papel da Academia, e acho que o grupo do NIDES na UFBA, tem um esforço nessa direção.

Segundo, parece-me que é um grande desafio para o Brasil a redução da brecha digital, da desigualdade no acesso às tecnologias. Existe um senso comum de que o Brasil está alguns anos atrás dos países ditos desenvolvidos. Nessa lógica, o país estaria cinco ou dez anos depois de outros, cumprindo o destino de se tornar um país incluído digitalmente. No entanto, há imperfeições nesse raciocínio, e sobre elas quero comentar. Por exemplo, nós temos mais de 180 milhões de celulares; este poderia ser um canal de inclusão digital, porque os aparelhos estão cada vez mais potentes. No entanto, cerca 85% são pré-pagos, sem crédito, e o serviço de pré-pagos no Brasil é o mais caro do mundo, numa lista de uma pesquisa com 159 países. Se esse canal for usado, vai comprometer o orçamento das famílias, especialmente as de menor renda. O plano nacional de banda larga está visando reduzir a brecha digital, mas é preciso ver que, hoje, a banda larga é caríssima. E se somarmos televisão a cabo, telefone celular, banda larga, telefone fixo e todos os nossos aparelhos de comunicação, a conta final, a fatia que é comprometida da renda familiar da classe média, é muito grande. Então, o país chega lá, à inclusão digital, mas é uma questão interessante nos perguntarmos: Como? A que preço?



Literalmente, quanto custa essa inclusão? Por isso, temos que tomar posição a respeito dos custos de comunicação.

Terceiro, uma outra questão que considero importante é a participação como um direito. Trata-se do governo abrir a participação não porque é um governo “bonzinho”, mas porque é a realização de um direito do cidadão. Tem pessoas que não querem participar, e como fazê-las participar ainda não sei... Mas isso é da democracia, e a participação deve ser entendida como um direito.

Quarto, a possibilidade da participação deve se dar em todas as etapas da política pública, não pode ser só referendar ou não referendar a tomada de uma decisão governamental ou uma agenda que foi construída no gabinete de um partido político ou de um governo de plantão (na melhor das hipóteses). Abre-se a participação em determinado contexto, numa obra viária, por exemplo, mas por que a participação naquele processo e não na habitação, na saúde, na educação ou em projetos de outras obras públicas? A participação deve existir em todas as etapas da política pública. E, de novo, nós da Academia, quando formos estudar a participação virtual, temos que nos lembrar de perguntar o que está acontecendo, onde, que participação? Participação de quem, para o quê? Em que etapas, em que contexto?

O quinto ponto diz respeito à capacitação das pessoas para a participação nos meios digitais, e aí nós temos uma população grande de analfabetos funcionais. Por mais que se diga que a Internet é multimídia, imagem, som, aquele que não lê não consegue usar. A participação na *web* e o uso da internet pela sociedade estão, intimamente, relacionados à educação.

Sexto, uma outra questão de participação diz respeito ao acesso às informações. Nós temos informações. Por exemplo, a lei obriga que se tenham as informações de responsabilidade fiscal na *web*. Mesmo relativamente inteligente, doutora, não consigo entender todos os demonstrativos que estão nos *sites* das Secretarias da Fazenda. É uma linguagem que só as pessoas que conduzem projetos ou programas, ou que têm que extrair alguma informação profissional, conseguem entender. Consigo saber quanto do orçamento foi destinado à habitação, mas quanto custa a casa popular no meu bairro, que acabei de ver sendo construída para o meu vizinho? Sobre indicadores, para que se possa participar, temos que tê-los numa forma que se entenda, que se possa pôr na balança dos nossos valores pessoais e dizer que isto aqui é mais importante que aquilo lá. E nesse ponto, Alexandre, as pesquisas do CETIC que



estão sendo realizadas, nos dão informações que não são achismos. Com os relatórios do CETIC, pode-se construir em cima de informação robusta.

Sétimo, no processo de participação digital, que métodos existem para essa participação digital, como podemos implementá-los, como é que a gente transforma a voz de um ator individual numa demanda coletiva, quais são os mecanismos que facilitam, o que está acontecendo no mundo, como essas práticas estão sendo implementadas nas comunidades? Como se cria a participação digital e como podemos estudá-la? Como, por exemplo, se combina participação presencial com participação *online*? Quais são as diferenças, como se integram?

E, finalmente, voltando para o começo, onde propus que fizéssemos estudos sobre participação como o uso de tecnologia, nós como Academia, além de fazer essas pesquisas, devemos ser propositivos. Na pesquisa, precisamos de uma avaliação crítica da participação em políticas públicas, e quando a Ingrid, por exemplo, traz como quadro teórico, no trabalho dela, a Teoria Crítica, acho que esse referencial nos dá uma posição, às vezes, um pouco pessimista, mas nos dá uma posição, um referencial crítico que é muito adequado aos estudos da tecnologia.

PINHO - Obrigado professora Alexandra. Você mencionou o Ficha Limpa, e a Ana Rita que também está aqui, minha orientanda, está fazendo uma tese sobre a questão da corrupção, usando *blogs* de entidades da sociedade civil, que estão organizadas, que estão exatamente se posicionando, mostrando que, às vezes, talvez a sociedade civil seja mais ativa e organizada do que se imagina, e não temos a oportunidade de conhecer, porque há várias coisas acontecendo e como acontece muita coisa, muito rapidamente, ao mesmo tempo, não conseguimos mapear e rastrear isso.

Agora, passo para o professor Eduardo Diniz.

EDUARDO DINIZ - Eu gosto de pensar que faço parte do grupo dos otimistas. Falando em tecnologias antigas, eu irei mais longe ainda. Pegando uma carona com Pierre Lèvy, eu incluo a escrita como uma das tecnologias da informação que gerou um impacto tremendo na sociedade. Antes da escrita, você tinha a palavra do chefe. Está certo que alguma coisa escrita sempre pode ser interpretada, mas cria uma referência e isso, de certa forma, abre um espaço um pouco mais “democrático”, pois a opinião do chefe pode



variar segundo seu humor, mas o texto escrito tem menos flexibilidade e gera uma certa garantia de maior transparência, pois todos podem ter acesso a ele. Ainda segundo Pierre Lèvy, não se poderia falar em direitos humanos sem a imprensa. Isso quer dizer que as ferramentas de TI, não só a escrita, desde que todo mundo tenha acesso a elas, nos permitem pensar em situações mais igualitárias. Ter uma ferramenta, uma tecnologia que permite a disseminação do conhecimento, de alguma forma, cria o direito de todo mundo ser igual. Assim, se o conceito de direitos humanos não existiria sem a imprensa, acho que a tecnologia em si tem alguma responsabilidade sobre este que é considerado um valor universal.

Eu queria resgatar, também, como foi o processo de tomada da imprensa pelos movimentos sociais no século XIX. Em diversas revoluções, várias delas, na segunda metade do século XIX, foi decisiva a participação da imprensa, porque os movimentos sociais se apoderaram dela, se organizaram e divulgaram panfletos, criaram partidos políticos em cima da imprensa. Indo um pouquinho além, um resultado disso foi a Revolução Russa. O folhetim que Lênin produzia e a capacidade dos bolcheviques de disseminar panfletos em larga escala foram responsáveis, literalmente, pela derrubada do império russo.

Até o início do século XX, a força dentro do movimento operário, que sempre contou com a organização da categoria dos gráficos, toda a organização da estrutura operária passava por ter gráficos no partido. O domínio da tecnologia era importante para a mobilização, para criar movimentos sociais, para fazer ativismos de alguma forma. Essa era uma forma de incorporar a ferramenta, a tecnologia aos movimentos sociais.

Lógico que, ao mesmo tempo, a imprensa também estava cumprindo o papel do outro lado. Os grandes capitalistas, o Estado e a grande imprensa existiam e competiam fortemente com os movimentos sociais, que tinham incorporado, dominado uma tecnologia de informação e, ao mesmo tempo, a tinham disseminado em grande escala.

Falando de um período um pouco mais recente, e de minha participação pessoal nisso, lembro como foi importante a imprensa estudantil para a reorganização da UNE (União Nacional dos Estudantes), em fins dos anos 70. A minha escola, em São Carlos, teve uma importância grande neste processo porque o centro acadêmico tinha uma gráfica. Por causa da gráfica, muito desse movimento de reorganização da UNE se deu fisicamente lá em São Carlos. Era lá que se produziam os folhetos que depois seriam disseminados pelo país.



Foi aqui em Salvador, inclusive, em 79, que foi realizado o primeiro congresso de reorganização da UNE, após ter ficado fechada durante anos. Mas tudo foi impresso lá em São Carlos, na gráfica do centro acadêmico. Isso mostra como havia um vínculo importante entre o domínio da tecnologia e a organização dos movimentos sociais.

O rádio, outra tecnologia de informação, com poder de disseminar a informação, e ser usado na mobilização das pessoas, pode, também, ser usado em situações contraditórias, em lados opostos. Uma é o uso do rádio para o fascismo: todos os governos fascistas foram campeões de mobilização pelo rádio. O rádio foi um elemento extremamente importante para os governos fascistas se articularem e manterem o seu controle. Do outro lado, o movimento libertário das rádios piratas, que foram combatidas como bandidas, mesmo em países democráticos. As rádios piratas foram combatidas, violentamente, em todos os países do mundo com a desculpa de colocarem em risco outros sistemas, como o transporte aéreo. Na verdade, as rádios piratas representaram a incorporação de uma nova tecnologia fora do controle governamental que, de repente, se tornou acessível. Bertold Brecht chegou a imaginar que todas as casas deveriam ter não apenas um receptor de rádio, mas também um transmissor. Na prática, o movimento de rádio pirata foi combatido porque ameaçava o *status quo*, pois fazia exatamente isso: colocava o equipamento transmissor na mão do usuário.

De certa forma, a Internet é uma nova rádio pirata que a gente tem em casa para disseminar um monte de coisas. Eu pego uma carona com Manuel Castells para lembrar uma coisa interessante que ele fala: tudo que deu certo na Internet foi desenvolvido pelos usuários. Quem desenvolveu o *email* queria trocar mensagens; quem desenvolveu a *web* queria organizar informação indexada para que, com apenas um clique, se pudesse pegar outro texto; o *download* de música nasceu porque tinha gente querendo trocar música. Quer dizer, as grandes coisas da Internet foram desenvolvidas na perspectiva do usuário. Tem uma mensagem aí: a tecnologia só funciona quando o usuário, realmente, a incorpora de acordo com as suas necessidades e sob seu controle, como uma ferramenta do seu interesse. Por que as redes sociais pegam com tanta força? Porque as pessoas, elas mesmas, constroem as suas próprias páginas, elas criam seus grupos e suas comunidades. É a perspectiva do usuário.



Fazendo uma relação disso com a história dos gráficos no século XIX, eu acho que está faltando aos movimentos sociais fazerem essa tomada da tecnologia. É isso que a gente não está vendo. O que se está vendo é um uso da internet para diversos outros objetivos que não os de tomada do poder, por exemplo. Quando os objetivos, por assim dizer, mais políticos entram na pauta, então a tecnologia pode ter um papel relevante. Veja o caso das revoluções na Tunísia, Egito e Líbia em 2011 (e vem o Irã e diversos outros por aí) que foram potencializadas pela incorporação da tecnologia. Essas tecnologias são super poderosas e os movimentos sociais, quando as incorporam, podem realizar as mudanças sociais desejadas. Quando os movimentos sociais estão perdidos, sem rumo e sem objetivos, não adianta nada ter essas mesmas tecnologias à disposição, porque elas serão utilizadas para finalidades, digamos, mais fúteis.

Para mim, o movimento do “sem” é puro sintoma de falta de proposta. Isso não é movimento pró alguma coisa, é só do contra. É um sintoma de um certo raquitismo político. O bom seria juntar um com o outro, juntar um monte de gente e parar de chorar porque não tem, e partir para a proposta de “vamos tomar o poder pra gente ter alguma coisa”.

O movimento dos “sem-isso”, “sem-aquilo” é meio pobre em termos de proposta intelectual, em termos de meta, objetivo a conquistar. Temos uma certa crise dos movimentos sociais. A tecnologia é perfeita para isso, vai cumprir o seu papel transformador quando os movimentos sociais se desembaraçarem de suas crises.

O pessoal do 2.0 fala de uma lógica 1, 10, 100. Vou explicar com o exemplo do Wikipédia. Uma pessoa consegue escrever sobre alguma coisa, aí 10 pessoas que conseguem ir lá e alterar, e 100 só leem. A lógica do 1, 10, 100, não é desprezível. O fato de ter 100 que só leem não é, necessariamente, ruim, então tem alguma coisa, esse 1 que faz, os 10 que mexem e tal, isso tem sua importância.

Tem uma mudança importante ao se deixar de ser apenas consumidor da informação para ser também o produtor da informação. Você mencionou, Pinho, que o pessoal que mexe com tecnologia adora essa parte de ser produtor. Nós estávamos discutindo que a grande massa, na verdade, é muito mais consumidora do que produtora. Ou seja, todo mundo vai ver coisa no *youtube*, mas pouca gente tem coisa pra colocar neste *site*. A maioria se sente confortável na posição de ser apenas consumidor. É bom saber que está tudo ali



disponível, pode mexer, ter acesso, visualizar alguma coisa. A grande mudança acontece quando aumenta o número de produtores, que sabem o que produzir. Aí é a tomada do poder, a incorporação da ferramenta tecnológica para suas próprias finalidades.

Para fechar, eu acho que não vai demorar tanto quanto da invenção da imprensa por Gutenberg até o século XIX, quando o controle da tecnologia foi incorporado pelos movimentos sociais. Demorou 300 anos até os movimentos sociais darem conta de que aquilo poderia ser uma ferramenta importante no processo, a ser incorporado num longo tempo. Os movimentos contestatórios no mundo árabe podem ser uma primeira experiência importante. Com certeza, alguma coisa diferente aconteceu ali. Temos que avaliar o quanto isso é pontual, o quanto isso é uma coisa que veio para ficar. Talvez, estejamos apenas sendo ansiosos com a internet, querendo ver essa coisa incorporada já.

PINHO - Fazendo um brevíssimo comentário, Sócrates se colocava contra as coisas escritas, porque achava que as pessoas perderiam a capacidade de argumentar, porque estavam numa sociedade na qual, evidentemente, o argumento, a palavra eram valorizadas, num momento que elas descessem para o papel, que era um prosaico papiro, elas poderiam perder, e que outras pessoas poderiam se apropriar; e o capital de cada um seria exatamente a palavra, o convencimento, a retórica, o comportamento. Muito bem colocado, Eduardo.

Agora vamos passar para o Alexandre.

ALEXANDRE BARBOSA - Eu estava refletindo sobre esta experiência que estamos vivendo aqui e como ela pode contribuir com o processo criativo na produção de conhecimentos. Na minha opinião, essa experiência tem um enorme potencial de contribuir na criação de um procedimento de reflexão coletivo que estimule a produção de novas pesquisas e, conseqüentemente, na criação de novos conhecimentos. Eu acho essa ideia muito boa, as reflexões aqui trazidas e as ideias expostas podem estimular a realização de pesquisas teóricas e empíricas muito interessantes. Quanto à questão, aqui já trazida, dos otimistas *versus* pessimistas, eu diria que oscilo entre os dois extremos, tendo momentos onde sou muito otimista e aqueles onde contextualizo as questões aqui discutidas dentro da realidade brasileira e me torno mais pessimista, ou talvez, realista.



Do ponto de vista teórico e conceitual, eu diria que sou um otimista, não tão eufórico quanto alguns, mas bastante otimista. No entanto, na medida em que comprovo as dificuldades inerentes à realidade do mundo atual e, sobretudo, do contexto brasileiro, eu acho que sou um pouco pessimista em relação a alguns aspectos ligados à política, Internet e democracia. Vou começar por um dos temas que já foi trazido aqui, exatamente sobre a realidade brasileira. O texto do Prof. Pinho aborda temas complexos como política, Internet, democracia, sociedade da informação, capitalismo etc. sempre buscando compreendê-los no contexto da realidade brasileira. Eu gostaria de fazer algumas reflexões exatamente sobre essa realidade.

Em seu texto, Pinho faz uma metáfora comparando a Internet como um grande *speakers' corner* onde as pessoas se manifestam, ouvem e falam com muito mais liberdade. A professora Maria Alexandra também fez referência ao *speakers' corner*. Eu também selecionei essa metáfora e gostaria de começar por esse ponto. Em Londres, existe o Hyde Park, local onde se estabeleceu um *speakers' corner*, e eu pergunto: que características sociais, políticas ou culturais levaram ao surgimento desse local? Que características do povo inglês permitem a manifestação democrática e livre de suas ideias, ambições e desejos? Vamos começar perguntando, onde é o nosso Hyde Park brasileiro, se é que ele existe? Na realidade brasileira da qual estamos falando, onde fica o nosso Hyde Park aqui em Salvador, por exemplo? Se nós colocássemos um banquinho ali no Farol da Barra, onde o cidadão pudesse manifestar livremente suas ideias e pensamentos, será que as pessoas iriam se interessar em ir para lá para manifestar, falar e ouvir? O que diferencia a experiência do *speaker's corner* no Hyde Park, na Inglaterra, e um banquinho aqui no Farol da Barra? No Brasil, não temos a cultura da manifestação coletiva, da prática da cidadania, da mobilização e do engajamento social. Dado que esse banquinho pode ser, inclusive, a própria Internet, como a metáfora explorada por Pinho em seu texto, esse espaço democrático criado pela Internet no Brasil ainda é muito pouco utilizado para a prática do exercício democrático e da cidadania.

Assim, quando eu penso nessa realidade brasileira, eu tendo a ser um pouco mais pessimista. O tema e o contexto sobre os quais estamos discutindo são muito interessantes, acho que estão sendo trazidos aspectos fundamentais. Em minha opinião, o pano de fundo dessa discussão é a cidadania. Eu gostaria de mencionar um texto do professor Othon Jambeiro aqui da UFBA, que fala da cidadania e da ética no contexto do mundo digital. Falar



da participação e da ação política digital, no contexto da realidade brasileira, requer contextualizar a cidadania, do ponto de vista histórico, como trazido no artigo do professor Othon. Aí temos boas questões, por exemplo, dentro dos direitos e deveres, vem o cidadão. Vale perguntar se o cidadão se apropria de seus direitos e deveres. Ao se referir sobre a cidadania, o professor Othon pergunta: “tendo reconhecido seus plenos direitos de cidadão, será que ele assume, em contrapartida, os deveres, de fato, que o tornam cidadão?”.

Ao refletir sobre essa questão da cidadania, eu me questiono como se dá o processo de participação política, de mobilização social pelas tecnologias? Existe um novo cidadão e existe uma nova cidadania digital? Essa reflexão começou com um comentário da Ingrid, quando ela disse que tinha sido muito criticada quando, em um congresso recente, mencionou esse novo cidadão. No contexto das pesquisas sobre o uso das TICs, no Brasil, realizadas pelo CETIC.br, essa reflexão também se faz presente. A pesquisa TIC Domicílios, por exemplo, fez cinco anos e tivemos a iniciativa de analisar em profundidade os cinco temas mais relevantes identificados pela pesquisa ao longo desse período. Destacaram-se cinco grandes temas, cujas repercussões ainda estão longe de serem ignoradas: mobilidade; redes sociais; a apropriação da Internet pelas crianças na infância; acesso universal; e governo eletrônico e cidadania. Eu me propus a escrever um artigo, em conjunto com outros autores, intitulado *Internet e cidadania, a importância dos espaços virtuais e seu exercício*, que trata do tema da cidadania na Internet. Depois das reflexões aqui trazidas, do envolvimento com os trabalhos realizados pelo NIDES e com os assuntos que gravitam nesse estudo, eu comecei a pensar que um dos fatores que habilitam o uso da Internet para o exercício da cidadania é a educação do cidadão.

A educação é o ponto fundamental que, talvez, impeça o surgimento de um Hyde Park brasileiro e o *speakers' corner*. Ela diferencia a nossa realidade daquela que se pode perceber na Inglaterra, por exemplo. Atualmente, o CETIC.br está envolvido em três projetos de pesquisas, sendo um deles justamente sobre educação, outro sobre o fenômeno social das *lan houses* no Brasil, e um outro sobre governo eletrônico. Eu queria, então, falar um pouco de alguns achados dessas pesquisas para justificar essa questão da educação como base da cidadania digital no Brasil.

Na pesquisa TIC Educação, um achado muito interessante é que o aluno está aprendendo sobre as TICs não na escola, mas sim fora da escola. Outro achado, da pesquisa TIC *lan houses*, é que muitas crianças, adolescentes,



jovens, em região de periferia, usam as *lan houses*, sobretudo, para estarem conectados em redes sociais, querem ter acessos aos amigos e familiares. Eles querem usar o *orkut* ou *facebook*, pois sabem que assim poderão se comunicar, trocar fotos, músicas etc. O cidadão da periferia, de baixa renda, tem poucas habilidades para o uso da Internet como instrumento de participação democrática e de cidadania. Finalmente, a outra pesquisa, de *e-gov*, revela que a noção de cidadania está muito distante do cidadão brasileiro, o que limita ainda mais o seu exercício nos ambientes virtuais. Para o cidadão, o governo deve fazer tudo, o cidadão não reconhece o seu papel ativo na comunidade, então, o buraco na rua é responsabilidade do governo, o cidadão não se identifica com os problemas da sua comunidade, falta apropriação com o que é público, ou seja, o que é público não é do cidadão. Onde está a prática da cidadania? Eu posso até me apropriar dos meus direitos, mas quais são os meus deveres de participação ativa no coletivo? Eu acho a questão da falta de educação muito grave em nosso país e, sem dúvida, constitui uma das maiores barreiras para a apropriação do uso das TICs no exercício da cidadania.

Essa realidade brasileira na qual estamos interessados é muito grave à medida que não propicia a participação ativa. A participação deve partir do pressuposto de que existe a relação de cidadão e poder público, o governo, no nosso caso, isto não é sempre verdade. A nossa participação com o poder público é superficial e esporádica. Nós temos a cada quatro anos uma eleição em que o cidadão é obrigado a votar. É superficial, porque mesmo tendo que votar, o cidadão não se envolve para conhecer os candidatos, e é digital, uma vez a cada quatro anos. Ou quando você tem que pagar seu IPTU, uma vez por ano, e aí é superficial, porque não vai nas questões mais profundas. Eu acho que isso é fruto do movimento dos sem educação, que reina no nosso país, e aí eu continuo dizendo que essa questão, ela tem que ser tratada na realidade brasileira, e nós não estamos cuidando. O governo não cuida com devida atenção dessa questão básica que é a educação. Sem ela eu não consigo desenvolver nenhuma relação, não consigo avançar, não se dá um passo nessa ação política digital, na participação, na mobilização.

Eu reconheço o potencial transformador das TICs e nisso eu sou, do ponto de vista conceitual teórico, muito otimista, eu acho que a Internet e as TICs têm um potencial mobilizador muito grande, a gente vê isso no mundo afora. Quando me volto ao contexto brasileiro, vejo cidadãos apáticos e sem vontade de participar, com dificuldades de se mobilizarem etc. Aí me posiciono



do lado dos pessimistas. Eu acho que o Brasil não está cuidando devidamente da essência das questões aqui tratadas, que é a educação. Sem ela a gente não consegue fazer nenhuma ação política, exercer a cidadania, construir a democracia efetivamente.

PINHO - Obrigada professor Alexandre. Está virando incêndio mesmo (risos).

MARIA ALEXANDRA - Talvez essa avaliação crítica a que eu me refiro, uma avaliação crítica associada aos dilemas dos países desenvolvidos, à nossa construção histórica, até aos movimentos não só internos, mas globais, de dependência. Então, uma avaliação crítica, mas ancorada, como o Alexandre falou, naquilo que são as nossas características. Nos falta esta avaliação crítica.

PINHO - Ou seja, situar no processo histórico mesmo, da nossa formação, da nossa realidade, olhando com categorias fundamentais, para aí, sim, inserir toda essa nova configuração digital. Ela não se faz no vazio, não se faz no vácuo, se insere num contexto social definido, politicamente definido, com *déficits* estruturais que nunca são enfrentados, como a questão da educação; e aí eu ousaria dar uma resposta a sua questão. Você falou de Salvador. Vou exalar mais pessimismo quando você pergunta onde é o Hyde Park brasileiro, onde é que é em Salvador, no Farol da Barra? Onde é o banquinho? Pode ser no trio elétrico, ou seja, formas de dissuadir a atividade política, e nem considerando o ponto de vista do *business*, que é fundamental, pois o carnaval é um grande negócio. Porém, têm implicações outras, políticas, sociais, culturais que nem abordei. Tem uma literatura que trabalha com o Brasil, um país tropical, vendo isso até como um aspecto positivo, diferenciador. Eu não usei, porque era antropológico demais para o meu conhecimento.

Mas antes de passar para o professor Ernani, outro ponto a ser considerado: por que estamos sempre ranqueados lá em cima, quando se pega esses indicadores de uso do *orkut* e outras redes sociais? Porque, somos um país tão carente ou tão necessitado assim de vínculos de comunicação, vínculos digitais? Por que essas coisas colam tanto no Brasil?



ALEXANDRE BARBOSA - Complementando a questão das redes sociais, nas pesquisas sobre o uso das TICs no Brasil, realizadas pelo CETIC.br, temos perguntado com relação às atividades que o cidadão realiza na Internet. Perguntamos se ele participa de redes sociais, cobrindo três aspectos fundamentais: participa de *sites* de relacionamento como o *orkut*, *facebook* etc.; participa de listas de discussão, de *chats*; e se participa de *blogs* e geração de conteúdo. Os resultados mostram que nos estados do Norte e Nordeste, existem mais usuários de *orkut*, ou seja, o percentual de internautas que usam redes sociais é maior no Nordeste que no Sudeste. Já no Sudeste, o número de usuários que fazem geração de conteúdo, é maior do que no Nordeste. A análise mostra que a variável “nível de escolaridade” tem impacto significativo nas atividades que requerem criação de *blogs* e geração de conteúdo, o que faz com que, para essas atividades, o Sul e Sudeste apresentem maiores percentuais de internautas.

EDUARDO DINIZ - Inclusive o *twitter* pode, se usado politicamente, desestabilizar uma estrutura, como está acontecendo agora no mundo árabe.

PINHO - E talvez não tenha nenhum outro instrumento que possa fazer isso com a rapidez que esse instrumento possibilita agora.

ALEXANDRE BARBOSA - Ainda um argumento sobre a questão da mobilização social, para a Copa de 2014, alguns grupos estão discutindo como a Internet pode ser utilizada para mobilizar a sociedade para o sucesso deste evento. A Internet, como pode ser um canal para criar uma grande mobilização social na direção de capacitar os cidadãos em aspectos como gentileza urbana, idiomas etc? O brasileiro não fala inglês, e culturalmente temos hábitos muito diferentes, no trânsito, por exemplo. Então, como podemos nos tornar mais gentis, no trânsito, aprender algumas frases básicas de comunicação em inglês ou espanhol? Onde está a educação dentro do contexto de gentileza urbana, para a gente receber os estrangeiros que chegarão para a Copa? Algumas entidades estão discutindo o uso da Internet para ensinar um pouco de inglês, ensinar gentileza no trânsito, não jogar papel na rua, enfim, eu acho que o potencial da Internet está sendo percebido como algo relevante, mas ainda é muito periférico na questão desse debate, que é a cidadania.



ERNANI MARQUES - Eu vou pegar o gancho, então, do Alexandre, da questão da realidade brasileira. Ontem, eu até tinha feito um comentário, numa qualificação, sobre a questão da cultura, do aspecto cultural, a influência do aspecto cultural brasileiro, especificamente, e principalmente a questão do nosso tamanho. Temos uma grande extensão territorial e que apresenta várias culturas. Dentro do mesmo Brasil, com uma mesma territorialidade, por assim dizer; se você vai para o Rio Grande do Sul, o pessoal tem aquela coisa aguerrida, de questionamento popular, enquanto em outras áreas não... Em Salvador, temos os trios elétricos, onde as pessoas vão atrás e estes se tornam provedores de um momento de concentração popular. O Alexandre traz a questão de porque, então, não serem os trios o nosso banquinho de um *speaker's corner*. O que eu vejo hoje, por exemplo, são grupos religiosos que já utilizam o trio como tecnologia de comunicação.

Os trios, também, são usados em “showmícios”, em períodos de pré-eleições, inclusive com alguns artistas famosos em cima, emprestando o seu carisma, trazendo as pessoas para uma “reunião”. Mas pára por aí, pela simples questão de que na realidade há um outro interesse, o de estar com aquelas pessoas por perto só naquele momento para apoiar um objetivo maior, específico, que é se eleger. Não há evidências de continuidade, de interação posterior destas pessoas com qualquer outro objetivo, que seja de participação mediada e/ou facilitada por esses trios. A meu ver, o trio poderia, sim, ser o nosso banquinho, e ainda com uma infinita vantagem: seria um “*speaker*” ambulante, com toda sua potência de seus alto falantes.

Ainda retomando a fala de Alexandre, há a questão da educação. A gente tem a influência da cultura, as nossas heranças, a nossa construção histórica, como “a gente chegou aqui até agora”, E aí tem o *speaker's corner*, dentro de uma outra realidade (Hyde Park, em Londres), uma outra cultura, uma outra herança que é diferente da nossa. Neste sentido, acho que a questão de movimentação, mesmo individual e de certa forma solitária, do *speaker's corner*, seria um tanto difícil conseguir trazer isso para a nossa realidade. A meu ver, são realidades totalmente diferentes e que a gente ainda não consegue, nem enquanto Academia, nem enquanto cidadão, perceber essa diferença e ajustar as ações a essa realidade. Vamos dizer assim: potencial de uso da Internet e de uso de outras tecnologias de comunicação dentro da nossa realidade, como uma forma de promover participação e cidadania isso existe... Mas acho que a gente ainda não consegue trazer isso para nossa realidade.



Então, não sei se eu sou pessimista ou se sou otimista. Não me vejo eufórico, mas acho que o que ficou para a gente até agora é que as TICs têm esse potencial de transformação e de intermediação do exercício da cidadania. Mas parece claro, também, que a questão é o uso que está sendo feito, ou do que não está sendo feito. Aspectos como educação, cultura, políticas e, até mesmo, de disponibilização e de como é feita a disponibilização dos serviços e informações pelo governo impactam nos resultados obtidos. Mas, e como é feito o questionamento do cidadão em termos do que ele recebe, o lado da demanda? Existe uma desconexão... O que é que a gente tem de oferta? Imposto de renda, voto eletrônico, e o que mais? Existe muito essa questão do ponto de vista do governo, informatizando, colocando os serviços, implementando serviços via Internet, mas de acordo com a lógica dele, não a lógica do usuário, do cidadão que, por sua vez, não tem um posicionamento de questionar e dizer: olha, eu quero isso, não quero aquilo.

Tem esse descompasso entre a oferta e a demanda de serviços que, no meu entender, tem a ver com a questão da cultura. A gente não tem essa cultura de exigir, de questionar. E, por outro lado, pergunta-se até que ponto existe interesse dos grupos políticos à frente do poder em mudar essa cultura, de que haja uma reflexão, de que isso mude, para que haja uma ferramenta para a sociedade começar a transformar essa situação? Até que ponto isso é interessante?

Alguns grupos que têm hoje acesso a essas tecnologias, de certa maneira, não estão criando condições pra que isso se dissemine, tenha uma abrangência maior. É uma forma meio velada desses grupos manterem seu *status quo*, e a gente continua, usando um termo baiano, “nessa levada”... por aí a gente vai.

Agora me referindo à fala da Alexandra: como é que a gente usa as TICs como cidadão? Como é que a gente vê isso também enquanto Academia? Estamos aqui em um grupo, discutindo o uso dos TICs, o uso da Internet etc.. Existem por aí vários outros fóruns de discussões também refletindo e produzindo estudos, pesquisas. Mas, depois que essas pesquisas são feitas e publicadas dentro da Academia, como é que isso está sendo levado depois para a sociedade? Como é que a gente vai sensibilizar a sociedade sobre o que a gente está discutindo, e como é que a gente está avaliando a sociedade em relação a essas visões que a gente está tendo?



Uma outra coisa mencionada pela Alexandra é a questão da brecha digital.. Eu acredito que ter *lan houses*, dispor da tecnologia em si não resolve o problema, porque a questão que a gente está pondo aqui é que o problema é o uso (ou não uso) dessa tecnologia. A tecnologia está aí disposta, mas tem alguns limitadores, algumas limitações para seu uso. Por exemplo, temos no Brasil mais de 180 milhões de celulares, mas cerca de 80% são pré-pagos, cujo custo das ligações é, ainda, alto e o acesso a dados praticamente proibitivo. Então, como é que faz para utilizar uma tecnologia desta que está efetivamente à disposição, mas que não tem efetivamente como ser utilizada dentro do contexto. Existem as *lan houses*, mas qual a utilização da Internet que as pessoas estão fazendo nesses acessos? Quais são os serviços que estão sendo utilizados? Segundo a pesquisa do Cetic, consulta a CPF, emissão de 2ª. via de contas, coisas que não tem muito a ver com participação das pessoas. Na mesma pesquisa, a pergunta sobre usar a Internet para “participar em fóruns, *chats*” etc, no Brasil, temos apenas 9% e a região Nordeste também está com 9%. Agora, o norte tem 12% dos entrevistados que usam a Internet para participar de *chats*, coisas relacionados ao governo...

MARIA ALEXANDRA - É porque está mais concentrado no Norte. A camada mais “educada”, com mais renda, acessa mais no Norte, ela está mais concentrada, isso talvez distorça esse índice.

EDUARDO DINIZ - E isso é um fenômeno: nos países muito frios, o índice de conexão é muito alto. O pessoal que está no Norte tem maior sensação de isolamento, e de certa forma supre isso com o uso das tecnologias.

ERNANI- E nessa mesma realidade, 24 % é da alta renda.

MARIA ALEXANDRA - É isso, está mais em cima.

ERNANI MARQUES - Tem outras questões, tipo a dificuldade de acesso, de não encontrar a página etc. A inclusão digital não se dá efetivamente só pela disponibilização do acesso ou da tecnologia, porque tem a ver com a habilidade de uso e com a forma de acesso. Há, ainda, as barreiras referentes ao entendimento da informação - às vezes, a informação está disponível, mas como entender aquilo que está lá? Além dos recursos tecnológicos, dá para



identificar que existe, implicitamente, uma vontade de ver e de estar fazendo essa participação. Embora com toda essa nossa argumentação de que há influência de herança, de cultura, de não politização, existe essa vontade, pelo que eu vi aqui, implícita, da sociedade querer fazer isso. Só que a gente até agora não consegue descobrir porque que isso efetivamente não acontece!

PINHO - Obrigado Ernani, que também reforçou a questão dessas origens e dessa herança, acho que é por onde a gente tem que caminhar, mas também temos que tomar cuidado com isso, para não assumirmos uma postura determinista, do tipo: é isso e pronto, vai ser sempre assim. Não, acho que a coisa da Coréia que você ficou tão impressionado, Alexandre, é um exemplo vivo de que as coisas podem mudar e podem mudar mais rapidamente, como a geração muda e muda efetivamente. Vamos passar agora aos alunos do NPGA, pesquisadores do NIDES, começando por Ingrid.

INGRID WINKLER - Eu só queria falar um pouco dessa posição de otimistas e pessimistas e riscos e possibilidades, que está se debatendo desde que começamos a pesquisar isso. Então, talvez, falar de otimistas e pessimistas, do processo de otimistas e pessimistas, mas em que medida os processos otimistas estão se realizando e em que medida os processos pessimistas estão se realizando?

A Internet possibilita a qualquer um ter acesso ao conteúdo. É estarredor, por exemplo, ler na pesquisa da Alexandra sobre OP digital que quase todas as notícias eram *releases* do governo, pouco comentadas, pouco alteradas pelos jornalistas. Então, quando você entrevistar um político e verificar que não está no repertório dele a idéia de participação, do diálogo, não vai adiantar ter esse tipo de *site*, que disponibiliza uma informação que ninguém consegue entender, porque o que vai ser feito disso? Como essa informação será incorporada? Então, eu analisaria, também, os riscos para a democracia que a Internet oferece, voltando a Gramsci, para a produção da hegemonia mesmo: a disseminação de conhecimento demanda processos democráticos na produção do conhecimento, e eu acho que as disputas ideológicas sobre a produção desse conhecimento se acentuam. Então, é aquilo que comentamos sobre a TIC: o alcance de cada tema é potencializado, vai atingir tantas pessoas depois e dar origem a tanto conhecimento, que gera muita responsabilidade sobre a produção dessa informação. A publicação já está democratizada, hoje



cada um pode lançar sua página, então a disputa é sobre a produção desse conhecimento.

PINHO - Eu só queria lembrar uma frase popular, que não sei porque ninguém lembrou antes disso, nem eu próprio. Aquela frase conhecida, de que o otimista é o pessimista mal informado. Mas é a pessoa que não tem a informação. De novo a informação como o alimento fundamental. Se o otimista for um pouco melhor informado sobre os processos que vai estruturar a realidade, será que ele não mudaria de lado?

EDUARDO DINIZ - Eu acho que tem outra variável. Na verdade, a crise não é da tecnologia, é dos movimentos sociais. Assim que os movimentos sociais acordarem, vão se apropriar dessas ferramentas e fazer as coisas. A gente está em um momento de baixa que não é só aqui. Esse período do rádio, de meados do século XX, era um período de muita efervescência, mas onde o controle dos meios de comunicação foi tão violento, por parte dos governos, que o domínio em quase todos os lugares do mundo – na Ásia, em todo lugar – era de ditaduras através do instrumento de informação, do controle de informação que era o rádio o essencial, de ponta a ponta, do Brasil até...

PINHO - Eduardo lembrou, em algum momento, da comissão de fábrica, e eu lembrei da Comuna de Paris. Usando o termo digital livremente, o que seria uma comuna digital? A idéia de uma comuna digital nos mesmos propósitos da Comuna de Paris, exalando fervor revolucionário, quebrar a ordem existente?

EDUARDO DINIZ - Em países do leste europeu, durante as ditaduras comunistas, o cidadão que tinha uma máquina de escrever tinha que registrá-la numa delegacia. Para quem assistiu ao filme *A vida dos outros*, viu isso das pessoas terem que registrar sua máquina de escrever.

MARIA ALEXANDRA - Mas isso que Ingrid falou, acho interessante e vou me permitir discordar. Ela disse: “enquanto não tiver democracia digital não adianta pensar em *blogs* e tal”. Eu me permito discordar. Primeiro, essa coisa de ser ou pessimista ou otimista, e eu me declarar realista pragmática. De fato, os dois lados estão se concretizando. Nós temos as pessoas submetidas



a cargas de trabalho como nunca. *Designers* de sucesso, todos empolgados, trabalham 14 horas, 16 horas por dia, porque o conhecimento deles não é dividido. As pessoas não querem dois *designers*, querem aquele *designer*, porque aquele é o cara bom, e esse trabalha 14, 16, 18 horas por dia. Também temos apropriação dos mecanismos de TI pelo poder econômico, mas também temos o “ficha limpa”, temos o código florestal brasileiro... As duas perspectivas estão se realizando, temos que compreender a realidade, associada à nossa história, ao nosso contexto e aos movimentos globais de dominação que estão por aí, econômicos. Mas eu discordo um pouco do que você (Ingrid) falou, eu acho que adianta sim.

Se a gente ver a participação como um direito, e eu acredito no uso social da tecnologia, a tecnologia será apropriada pelas pessoas no seu uso. Se a participação é um direito, e as pessoas se exercitam nesse direito - e aí também discordo um pouco do Eduardo - seja em movimento social, seja nas suas demandas individuais, seja no que for, a tecnologia será apropriada pelo uso na realização da participação como direito.

Então, os governos têm que se abrir, têm que fazer *blogs*, e não pode haver um *blog* que ninguém pode comentar, porque isso não é legítimo, é espúrio e as desculpinhas de “temos problemas técnicos” são inaceitáveis. Têm problemas, isto sim, em não agüentar ouvir o que as pessoas têm a dizer. Participação vista como um direito, seriam os governos e as administrações públicas e os grupos de poder entenderem que a participação é a de um cidadão, de uma associação de moradores, dos sem terra, de qualquer coisa, e como vai se dar essa apropriação da tecnologia, no exercício da participação, podemos estudá-la e dizer “está indo pra cá, está indo pra lá”. Acho que duas coisas são básicas: educação e o entendimento da participação como direito. No Brasil, parece-nos que participação não é direito, o presidente faz um *blog* e ninguém pode comentar porque eles têm “problemas” técnicos, operacionais.

INGRID WINKLER - Eu também espero que a pressão da sociedade civil acabe forçando a incorporação da participação desse indivíduo que hoje não participa. Eu espero que isso aconteça pelos movimentos sociais. Talvez, pela sociedade civil não organizada também, mas, principalmente, pelos movimentos sociais. Cada vez mais suspeita dos projetos políticos que orientam essa sociedade civil organizada, estou procurando buscar em outros lugares essa motivação.



KÁTIA MORAIS - Eu quero pegar, justamente, o gancho do potencial da Internet enquanto “novo” meio de comunicação e colocar logo de início que esse potencial, para mim, é dado como claro. Assim como o meio impresso surgiu com um potencial enorme, e o mesmo se deu com o rádio e a televisão quando surgiram, a Internet nasceu em meio a uma expectativa de democracia, de liberdade e igualdade de expressão incrível. Mas, em todos esses casos, é possível observar os mais variados usos, que nem sempre – ou, talvez, na maioria dos casos – exploram essas possibilidades de construção e difusão de conteúdos de forma democrática e com uma finalidade política clara.

Então, se tomarmos como exemplo a realidade atual do Brasil e pensarmos a trajetória de uso da Internet, as pesquisas vêm mostrando que a apropriação ainda é muito mais social do que política. A nossa prática de pesquisa dentro do NIDES, por exemplo, tem revelado situações interessantes. Vimos casos de mobilização via Internet, por exemplo, que ainda precisam de outros espaços, outras mídias, para tomar corpo, ou seja, exclusivamente pela Internet elas ainda não se sustentam. Foi o que observamos com o movimento “Fora Sarney”, promovido em uma comunidade do *orkut* por estudantes de classe média alta do ensino médio, em Salvador, que articulavam suas ações – reuniões, passeadas etc – pela Internet, mas tinham como proposta maior, como uma necessidade de visibilidade do movimento, levar sua bandeira às mídias tradicionais.

Do lado do governo, estamos vivenciando um processo interessante de apropriação das ferramentas de mídia social como mecanismos de comunicação institucional, com um discurso de expansão da participação popular, da interação entre agentes públicos e cidadãos. Mas quando vamos investigar de perto essas experiências, há contradições absurdas. Temos um *blog* do Planalto, por exemplo, como canal oficial da Presidência, em que não é permitida a postagem de comentários por parte dos internautas, como a Profa. Alexandra já comentou. Quer dizer, o governo cria páginas de redes sociais, como *orkut*, *twitter*, *blogs*, que acabam não funcionando com o potencial que poderiam. E essas contradições são mais visíveis quando observamos que há universidades públicas e infocentros cujo acesso aos perfis de mídias sociais é bloqueado, o que inclui as páginas de instituições públicas. Então, que contradições são essas, que estão no próprio governo?



Também na Academia temos discutido essa apropriação, concentrando-nos no campo da Administração. Investigando as publicações relacionadas à TIC nessa área, verificamos que a Internet tem sido pensada muito pouco pelo viés da ação política, predominando, ainda, a análise mais instrumental desse meio. Então, estou como a professora Alexandra, numa linha mais realista, mas com uma tendência ao pessimismo quando olho mais de perto a realidade brasileira, embora algumas iniciativas consigam se concretizar efetivamente.

De todo modo, eu acho importante destacar que, no meu entendimento, não se trata apenas de acesso à tecnologia, é muito mais uma questão de natureza política que perpassa a própria formação do povo brasileiro. Isso inclui os baixos índices de escolaridade, o fraco perfil de participação política da população, que é cultural. Não acredito que se fará diferente na Internet, puramente, por esse meio oferecer um conjunto de ferramentas que amplia as possibilidades de interação dos sujeitos. A tecnologia está posta, o potencial existe, mas penso que há outras questões de fundo que merecem ser consideradas ao se pensar as possibilidades de apropriação política da Internet.

PINHO - Acho que o diferencial dessas e outras tecnologias é que a Internet não tem dono, essa é a visão otimista. A pessimista é: ainda não! Então, o que diz o Eugenio Bucci, aqui citado, quando o capitalismo perceber que aquele negócio de dar *crack* para o usuário, dar droga para o usuário e ele vai ficando viciado, então o capitalismo assume o controle. Nós somos todos viciados em Internet, somos Internet dependentes. Então, na hora que tiver configurada uma relação de dependência, aí o capitalismo entra com tudo e coloniza, o termo que ele (Bucci) usa é colonizar a Internet.

JÚLIO ANDRADE - Pegando essa última linha que você falou, se a empresa Google, por exemplo, cobrar o serviço eu estarei perdido. Senha, agenda, documentos, enfim, tudo acaba ficando ali, ele te batizou ali, já era. Professor Pinho colocou aquela expressão, “o otimista seria o pessimista mal informado”, e eu me pergunto quem produz essa informação? Essa é uma abordagem interessante, também. Nós acabamos tendo uma influência grande produzindo essa informação, e com base em quê essa informação surge? Eu fico vislumbrando o cenário que o professor Eduardo falou, dessa manifestação estudantil, que tinha no meio impresso uma ferramenta letal; se ela tivesse, por exemplo, a Internet, naquele contexto, e aí, mais uma vez...



EDUARDO DINIZ - E hoje não tem Internet e não tem movimento estudantil.

JÚLIO ANDRADE - Não tem um movimento estudantil, se perdeu. E aí eu trago, também, o que Ingrid estava comentando com a professora Alexandra, da divulgação do governo digital. Ninguém foi contra, da mesma forma que ninguém vai ser nunca contra a ideia da participação e democracia, são questões que acabam ficando presentes no contexto. Não vai ter um louco que vai falar “eu sou contra a democracia”. Então, os próprios termos, os próprios conteúdos, pelo uso dele e o contexto ideologicamente distinto acabam perdendo um pouco da ciência, isso é curioso pra gente perceber. Só que por trás disso, obviamente, há um significado todo estruturado. Participação, para uns, pode ser consulta (os outros consultando, para você pode ser participando), para outros, pode ser deliberação, se eu não deliberar não estaria definitivamente participando desse processo. Daí, a necessidade de também entender os conceitos de que o contexto histórico no qual as coisas acontecem deve ser pensado, para que você consiga perceber como aquele processo é estruturado, como é que a tecnologia é ou não apropriada e, principalmente, como ela não é usada, não é apropriada, porque de repente eu imagino que não seja democratizante, transformador.

Outra coisa que me preocupa muito, e que chama minha atenção, é a ideia do debate, das demandas individuais que são colocadas em detrimento da demanda coletiva. Acho que esse esforço que nós estamos fazendo aqui, esse debate coletivo, é algo que não acontece em muitas searas, muitos lugares. Você tem, normalmente, uma demanda individual, que é posta, mas essa demanda individual nunca consegue refletir a demanda do coletivo, a minha demanda individual fez a demanda do grupo; e esse debate em grupo, essa consciência, que deve ser feito, travado, que é natural e que deveria ser natural dentro do conceito democrático acaba não acontecendo. Aí você pensar numa política a partir de uma demanda individual, eu acho que acaba transmitindo pouco a ideia do político, deixa o conceito de coletivo de lado, e você não vai debater, não vai negociar concessões, não vai negociar o processo como um todo, e aí está a questão.

A democracia eletrônica acaba sendo falada, a política eletrônica, digamos assim, a e-política, acaba sendo deixada de lado e colocada como um



instrumento, que vai ser simplesmente vinculado a uma ideia de governo eletrônico ou outra. Não adianta falar se é ruim ou se é bom, mas sim que a política de fato, o coletivo de fato, acaba sendo deixado de lado. O individualismo ou o indivíduo, por si só, não poderia pensar num regime político não-coletivo e esse coletivo, na nossa contemporaneidade, acaba por prevalecer o individualismo e isso tem um reflexo gigantesco na apropriação das tecnologias. Aí ,você tem a tecnologia e não tem o coletivo.

EDUARDO DINIZ - Uma coisa interessante, o Obama era um candidato completamente azarão. Ele saiu como candidato para ver se conseguia espaço de vice na chapa de Hillary. Quem colocou o Obama como destaque foi, exatamente, a campanha de massa que foi feita, via celular e mídias sociais. As pessoas se inscreveram para participar dos debates, primeiro em estados super pequenos, que não têm importância eleitoral nenhuma. Como ganhava naqueles estados, passava a ter destaque na imprensa principal. Aí, a coisa repercutiu. Então, você vê claramente numa escala, porque ganhou num estado pequeno e a mídia precisava de notícia, e a notícia reverberou muito mais do que se esperava. A própria Hilary e outros candidatos nem estavam dando importância para aquela primeira prévia. Quando notaram o que estava acontecendo, já era tarde.

Agora volta aqui para a realidade brasileira, como estão sendo usadas as mídias-*twitter*, enfim. É coisa de militante falando para militante, é outro tipo de recurso, não tem nada a ver com o que aconteceu na eleição americana. Era mais do tipo: “eu não quero discutir com você, eu quero é meter a boca no outro candidato”. E aí, o que acontece? Eu não descobri aqui no Brasil o uso da Internet sendo usado para ampliar nenhuma discussão eleitoral.

JÚLIO ANDRADE - No OP digital, acontece muito isso, nos espaços que eram destinados para o debate, estava acontecendo isso: “votem na obra 4 porque a obra 4 é melhor”. É campanha. Eu estou preocupado com a obra do meu bairro e o restante que reclama do transporte urbano que pegue o avião. Mais uma vez, o individual sobressaindo ao coletivo. Aí, o interessante é que o discurso do OP digital é de integrar a pólis, você vai unir um grupo de pessoas para que elas pensem a cidade. Mas, na prática...



PINHO - O Fabiano está fazendo um trabalho super interessante, estudando o Legislativo, Câmaras Municipais, em Santa Catarina. Fabiano, dê uma ideia geral do seu trabalho, acho que é interessante porque é o setor político, exatamente, e Legislativo, que é uma coisa complicada e, no âmbito municipal, então, nem se fala.

FABIANO RAUPP - No nosso estudo, partimos do contexto do mundo municipal para estudar o legislativo local, que apresenta um crescente interesse de pesquisa devido ao seu papel crucial em uma democracia e em uma federação como o Brasil. Contudo, apresenta uma especificidade que é a ideia de um legislativo fraco em relação ao executivo forte.

Em relação ao uso do governo eletrônico pelas câmaras municipais, nesse caso, o legislativo eletrônico, percebemos que há bastante recorrência histórica. Uma de nossas referências básicas é o artigo da professora Maria Alexandra, de 2005, publicado na O&S, em que as conclusões já remetem a esse pouco uso do governo eletrônico por parlamentares no diálogo com o cidadão. Percebe-se que é um processo lento, em que ainda temos muito a avançar.

A realidade do nosso objeto empírico é de pequenos municípios, que possuem traços representativos do patrimonialismo. Ser vereador em pequenos municípios ainda representa *status*, poder, a questão do cargo. Assim, o uso dos portais eletrônicos poderia representar uma ameaça à manutenção dessas características, o que pode ajudar a explicar, portanto, o limitado uso dessa tecnologia.

Talvez, em médios municípios de Santa Catarina, a preocupação com *status* não seja tão expressiva, mas, ainda assim, os vereadores veiculam o mínimo que a lei exige. Os relatórios do processo de prestação de contas contemplam nomenclaturas que ninguém entende, a não ser o próprio técnico que o elabora. O portal eletrônico apresenta-se, portanto, como a figura de um mural chapa branca, existe porque tem que existir, em razão de impulsos da modernidade ou porque a lei exige.

Por outro lado, qual tem sido o papel da Academia neste sentido? O NIDES está realizando um levantamento bibliográfico, de uns 10 anos pra cá, analisando anais da Anpad e revistas, com o intuito de identificar a produção acadêmica específica sobre a e-política. Há muitos trabalhos sobre comércio eletrônico, mas, focado na questão política, é um número restrito. Em



se tratando do uso das TICs em câmaras municipais, a restrição ainda é maior, considerando que os trabalhos normalmente abordam o executivo.

PINHO - Bom, eu não vou nem me arvorar a fazer uma síntese do debate, mas acho que nós avançamos, consolidamos algumas ideias. Acho necessário situar os processos históricos, colocar o cenário do nosso contexto histórico para poder entender porque as coisas são assim. Acho que não é, ou, é, e é uma coisa e outra. Sociedade de classe é sociedade de conflito mesmo, de apropriação, de lutas, de buscas de realização de interesses. Então, não nos deve causar estranheza que na Internet, também, seja uma briga, uma luta de interesse.

Estava aqui pensando em tudo que também foi falado de meios de comunicação e transporte. Quando se optou claramente, no governo Juscelino, pelo transporte rodoviário, se abandonou a ferrovia, o que é um crime; o Brasil, um país continental; se abandonou a ferrovia a favor de um meio de transporte individual, abandonou-se o coletivo a favor do indivíduo, porque prevaleceram os interesses modernizantes da indústria automobilística frente aos interesses da ferrovia, que foi cada vez sendo deixada de lado e virou uma sucata no Brasil.

MARIA ALEXANDRA - Pinho, também é uma grande contribuição para a discussão, o que vocês fizeram hoje. É um caminho interessante a prática de nos reunirmos e aprender, é sempre muito enriquecedora. Quando eu digo que aprendi muito com a pesquisa da Ingrid não é só um elogio; quando temos essas discussões, aprendemos uns com os outros. Este debate foi uma contribuição do grupo de vocês, toda esta organização deve ter dado um enorme trabalho. Temos que exercitar encontros como este.

PINHO - Obrigado, fico surpreso, não sei como é que deu certo. Então, agradecer formalmente, que estamos gravando, a Alexandra, Ernani, Alexandre, Eduardo, Kátia, Fabiano, Julio, Ingrid, ao Mardel que gravou aqui a nossa sessão. Então, estamos encerrando e esperamos, realmente, transformar isso em um capítulo para o nosso livro. Obrigado a todos.



Sobre os autores

Alexandre Barbosa

Mestre em Ciência da Computação pela UFMG e em Administração de Empresas pela *University of Bradford*, na Inglaterra, doutor em Administração de Empresas pela FGV-EAESP e pós-doutor em Administração de Empresas pela HEC Montreal, no Canadá. Atualmente é gerente do Centro de Estudos sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (CETIC.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. E-mail: alexandre@nic.br

Corina Echavarría

Politóloga. Dra en Administración. Investigadora del Centro de Estudios Avanzados, Unidad Ejecutora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas CONICET (Argentina). Codirectora del Programa Filosofía Social y Teoría de la Sociedad, Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba. Profesora de la Escuela de Ciencias de la Información de la Universidad Nacional de Córdoba y de la Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales de la Universidad Católica de Córdoba. contacto: c.echavarría@conicet.gov.ar

Eduardo Diniz

Mestre e doutor em Administração pela FGV-EAESP. Foi *visiting scholar* na *University of California*, Berkeley (1996 a 1998) e na HEC Montreal (2007). Ocupou a Gerência de Sistemas da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), no Governo do Estado de São Paulo. Professor da FGV-EAESP desde 1999, coordenou várias pesquisas e tem diversas publicações sobre tecnologia aplicada ao negócio bancário e governo eletrônico. Desde fevereiro de 2009 é editor-chefe da Revista de Administração de Empresas (RAE), e também da GVexecutivo e GVCasos. E-mail: eduardo.diniz@fgv.br



Ernani Marques dos Santos

Professor Adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Foi *Visiting Researcher* na London School of Economics and Political Science (LSE) e realizou pesquisas de pós doutoramento na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). E-mail: ernanim@gmail.com

Fabiano Maury Raupp

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é professor efetivo da Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: fabianoraupp@hotmail.com

Ingrid Winkler

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora do NIDES/UFBA, onde investiga, a partir de uma perspectiva crítica, a relação entre mudanças tecnológicas e inovações democráticas em países em desenvolvimento. E-mail: ingrid@fazeracontecer.org.br

José Antonio Gomes de Pinho

Professor Associado III na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), atuando na área de Ciência Política, com ênfase em Estado e Sociedade. Tem realizado pesquisas nas áreas de democracia digital, governo eletrônico, corrupção, governo local e futebol. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela COPPE-UFRJ (1978) e doutor em *Regional Planning pela University of London- LSE* (1986), é coordenador do NIDES. É ainda Editor da revista *Organizações & Sociedade* (O&S) desde 1996. E-mail: jagp@ufba.br

Júlio César Andrade de Abreu

Mestre em Administração pelo NPGA/UFBA com período sandwich na Universidade de Coimbra, Portugal. Doutor em Administração pelo NPGA/UFBA com período sandwich na Universidad Complutense de Madrid, Espanha. Membro do NIDES/UFBA. Professor da Universidade Federal Fluminense, Pólo



Universitário de Volta Redonda. Temas de interesse e pesquisa: Participação política e novas tecnologias; Democracia Participativa Digital; Tecnologias Sociais e Orçamento Participativo. E-mail: jandrade0@gmail.com

Jussara Borges

Professora Assistente do Instituto de Ciência da Informação/UFBA. Mestre em Ciência da Informação e doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Facom-UFBA. Tem publicado regularmente textos em revistas e livros, com ênfase em participação política, competências digitais, inclusão digital e governo eletrônico. E-mail: jussarab@ufba.br

Kátia Morais

Comunicóloga, mestre em Administração pelo NPGA/EAUFBFA e pesquisadora do NIDES/UFBA. É professora do curso de Comunicação Social da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus XIV. Temas de interesse e pesquisa: Participação política e novas tecnologias; comunicação audiovisual, democracia e desenvolvimento local. E-mail: katiamorais01@gmail.com

Manuella Maia Ribeiro

Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP). Mestranda em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV). E-mail: maiamanuella@gmail.com

Maria Alexandra Cunha

Doutora em Administração pela FEA/USP e mestre em Administração pela EAESP/FGV. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da PUCPR, seu interesse de pesquisa é gestão estratégica de Tecnologia da Informação, especialmente no setor público. Atuou profissionalmente por mais 25 anos em informática, no setor público e privado. E-mail: alexandra.cunha@pucpr.br

Nicolau Reinhard

Professor Titular na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e coordenador de projetos da Fundação Instituto de Administração (FIA). Possui graduação em Engenharia de



Produção, doutorado e livre-docência em Administração, todos pela Universidade de São Paulo (USP), e realizou pesquisas de pós doutoramento no Massachusetts Institute of Technology (MIT). E-mail: reinhard@usp.br

Otávio Prado

Mestre e doutor em Administração Pública e Governo pela FGV/EAESP. Pesquisador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) da FGV/EAESP. E-mail: otavio.prado@fgv.br

Othon Jambeiro

Professor Titular do Instituto de Ciência da Informação/UFBA, Mestre em Ciências Sociais e PhD em Comunicação pela *University of Westminster*, Londres). Tem publicado regularmente textos em revistas e livros, com ênfase em regulação e políticas de informação e comunicações, governo eletrônico e democracia digital. E-mail: othon@ufba.br



	COLOFÃO
Formato	17 x 24cm
Tipologia	GoudySans Md BT 11/16 ITC Oficina Sans 25/25
Papel	(miolo) Cartão Supremo g/m ² (capa)
Impressão e acabamento	
Tiragem	exemplares



ISBN 978-85-232-0990-2



9 788523 209902